

Nádia Maria Weber Santos | Newton Pinto da Silva | Rodrigo Cássio Oliveira (Orgs.)

# Comunicação Pública no Brasil

Desafios e Perspectivas  
Memórias e Depoimentos



Este livro é um livro diferente. É um livro de histórias, imagens, lutas, depoimentos, memória e reflexões. Não necessariamente nesta ordem. Tudo num só volume, visando à preservação de bens culturais cidadãos, relacionados à comunicação pública. A obra congrega doutores e especialistas na área, também mestres, graduados e estudantes de iniciação científica. Todos preocupados em pensar a comunicação pública por diversos olhares. Ela foi pensada a partir dos resultados de uma pesquisa financiada pelo CNPq, por intermédio de minha bolsa de produtividade em pesquisa (Comitê de Ciências Humanas e Sociais – História), vigente de março de 2016 a fevereiro de 2019, cujo título era A importância da TVE da Fundação Piratini (FP) enquanto dispositivo de cultura e de sensibilidades para a memória da sociedade gaúcha. Teve como objetivo geral aprofundar questões sobre memória e sensibilidades em relação à primeira televisão pública do Rio Grande do Sul, por meio de fontes orais (entrevistas com seus presidentes, atual e antigos, servidores e funcionários, artistas, telespectadores), fontes eletrônicas ou digitais (mídias sociais e jornais online) e fontes documentais escritas (da emissora e de publicações jornalísticas escritas do Estado).



**PPGIPC**  
PERFORMANCES CULTURAIS



## **Comunicação Pública no Brasil**

Série  
**Comunicação,  
Jornalismo e  
Educação**



**Diretor da série:**

**Prof. Dr. Francisco Gilson Rebouças Porto Junior**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Comitê Editorial e Científico:**

**Profa. Dra. Cynthia Mara Miranda**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Prof. Dr. João Nunes da Silva**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Prof. Dr. Luis Carlos Martins de Almeida Mota**  
Instituto Politécnico de Coimbra, Portugal

**Prof. Dr. Nelson Russo de Moraes**  
UNESP - Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Brasil

**Prof. Dr. Rodrigo Barbosa e Silva**  
Universidade do Tocantins (UNITINS), Brasil

**Prof. Dr. Rogério Christofoletti**  
Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC), Brasil

**Prof. Dra. Maria Luiza Cardinale Baptista**  
Universidade de Coxias do Sul: Universidade Federal do Amazonas, Brasil

**Profa. Dra. Thais de Mendonça Jorge**  
Universidade de Brasília (UnB), Brasil

**Profa. Dra. Verônica Dantas Menezes**  
Universidade Federal do Tocantins (UFT), Brasil

**Prof. Dr. Fagnó da Silva Soares**  
CLIO & MNEMÓSINE Centro de Estudos e Pesq. em História Oral e Memória  
Instituto Federal do Maranhão (IFMA)

**Dr. Luís Francisco Munaro**  
Universidade Federal de Roraima (UFRR)

**Dr. José Manuel Peláez**  
Universidade do Minho, Portugal

**Prof. Dr. Geraldo da Silva Gomes**  
Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do  
Ministério Público do Tocantins, CESAF/MPTO

# Comunicação Pública no Brasil

**Desafios e Perspectivas;  
Memórias e Depoimentos**

**Organizadores:**

Nádia Maria Weber Santos

Newton Pinto da Silva

Rodrigo Cássio Oliveira



**Diagramação:** Marcelo A. S. Alves

**Capa:** Carole Kümmecke - <https://www.behance.net/CaroleKummecke>

**Revisão:** Simone Luciano Vargas e Marília Gasparovic

**O padrão ortográfico e o sistema de citações e referências bibliográficas são prerrogativas de cada autor. Da mesma forma, o conteúdo de cada capítulo é de inteira e exclusiva responsabilidade de seu respectivo autor.**



Todos os livros publicados pela Editora Fi estão sob os direitos da [Creative Commons 4.0](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR) [https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt\\_BR](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/deed.pt_BR)



Associação Brasileira de Editores Científicos

<http://www.abecbrasil.org.br>

Série Comunicação, Jornalismo e Educação - 29

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

---

SANTOS, Nádía Maria Weber; SILVA, Newton Pinto da; OLIVEIRA, Rodrigo Cássio (Orgs.)

Comunicação Pública no Brasil: desafios e perspectivas; memórias e depoimentos [recurso eletrônico] / Nádía Maria Weber Santos; Newton Pinto da Silva; Rodrigo Cássio Oliveira (Orgs.) -- Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

267 p.

ISBN - 978-85-5696-681-0

Disponível em: <http://www.editorafi.org>

1. Comunicação; 2. Jornalismo; 3. Depoimentos; 4. Brasil; 5. Política; I. Título.

CDD: 177

---

Índices para catálogo sistemático:

1. Ética e sociedade

177

Esta obra foi financiada com recursos do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Performances Culturais da Universidade Federal de Goiás.

A pesquisa que inspirou a obra – e consta aqui relatada em duas partes integrais – foi financiada pelo CNPq por meio da Bolsa de Produtividade em Pesquisa da autora Nádia Maria Weber Santos.



# Sumário

<b>A trajetória de uma pesquisa.....</b>	<b>11</b>
Nádia Maria Weber Santos	

## Parte 1

### Comunicação pública no Brasil: desafios e perspectivas

<b>1.....</b>	<b>25</b>
---------------	-----------

#### **Comunicação pública e democracia: da normatividade aos desvios**

Maria Helena Weber

Fernanda Bastos Pires

Maíra Baumgarten

Fiorenza Zandonade Carnielli

Ana Javes Luz

Laura Guerra

Ângelo Neckel

Marlise Brenol

Bruna Andrade

<b>2.....</b>	<b>51</b>
---------------	-----------

#### **Comunicação como política pública: as adversidades da consolidação de um conceito**

Luiz Signates

<b>3.....</b>	<b>69</b>
---------------	-----------

#### **Punhos cerrados e a gaita de fole, os símbolos de uma luta: comunicação pública, sensibilidades e performance política**

Nádia Maria Weber Santos

Newton Pinto da Silva

<b>4.....</b>	<b>89</b>
---------------	-----------

#### **O programa Estação Cultura da TVE-RS e a Comunicação Pública**

Luciano Alfonso

<b>5.....</b>	<b>103</b>
---------------	------------

#### **Que discursos e sujeitos são aceitáveis numa tv pública? A “viralização” do vídeo do “Putinhas Abortadeiras” no programa radar da TVE-RS**

Marluce Dias Fagundes

Nádia Maria Weber Santos

6 .....	127
<b>A TVE e a FM Cultura na formação do habitus musical: questões pessoais, implicações coletivas</b>	
Leandro Maia	
7 .....	149
<b>Comunicação pública em Goiás: a experiência da TV UFG</b>	
Rodrigo Cássio Oliveira	
Vanessa Bandeira Moreira	

## Parte 2

### Um recorte da luta de preservação da comunicação pública – o caso da Fundação Piratini do Rio Grande do Sul: imagens e movimento

<b>Seção 1 .....</b>	<b>169</b>
<b>Experiências de pesquisa e a luta contra a extinção da Fundação Piratini: relatos e imagens</b>	
Jamir Rodrigues dos Reis	Nielly Pastelletto
Luana Batista Amaral	Yuan Veiga Pereira

<b>Seção 2 .....</b>	<b>179</b>
<b>Memória, imagem e o caso da TVE-RS como objeto e fonte para pesquisa histórica</b>	
Luana Batista Amaral	

<b>Seção 3 .....</b>	<b>195</b>
<b>Movimentos e redes sociais: manifestações em prol da TVE-RS</b>	
Nielly Pastelletto	
Yuan Veiga Pereira	

## Parte 3

### Fundação Piratini: memórias e depoimentos

<b>Seção 1 .....</b>	<b>217</b>
<b>Registros de pesquisa - Memórias da TVE-RS</b>	
Nádia Maria Weber Santos; Newton Pinto da Silva	
<b>Seção 2 .....</b>	<b>243</b>
<b>Depoimentos - O olhar dos servidores da Fundação Piratini</b>	
Alexandre Leboutte; Angélica Coronel; Domício Grillo; Fernanda Bastos; Jacqueline Chala; Mariana Muller; Simone Feltes	
<b>Sobre os autores .....</b>	<b>263</b>

## A trajetória de uma pesquisa

*Nádia Maria Weber Santos*

Este livro é um livro diferente. É um livro de histórias, imagens, lutas, depoimentos, memória e reflexões. Não necessariamente nesta ordem. Tudo num só volume, visando à preservação de bens culturais cidadãos, relacionados à comunicação pública.

A obra congrega doutores e especialistas na área, também mestres, graduados e estudantes de iniciação científica. Todos preocupados em pensar a comunicação pública por diversos olhares.

Ela foi pensada a partir dos resultados de uma pesquisa financiada pelo CNPq, por intermédio de minha bolsa de produtividade em pesquisa (Comitê de Ciências Humanas e Sociais – História), vigente de março de 2016 a fevereiro de 2019, cujo título era *A importância da TVE da Fundação Piratini (FP) enquanto dispositivo de cultura e de sensibilidades para a memória da sociedade gaúcha*. Teve como objetivo geral aprofundar questões sobre memória e sensibilidades em relação à primeira televisão pública do Rio Grande do Sul, por meio de fontes orais (entrevistas com seus presidentes, atual e antigos, servidores e funcionários, artistas, telespectadores), fontes eletrônicas ou digitais (mídias sociais e jornais online) e fontes documentais escritas (da emissora e de publicações jornalísticas escritas do Estado).

Quando o projeto foi concebido e contemplado com a bolsa PQ, ele era o desdobramento de outro que estava em andamento e havia sido contemplado pelo financiamento do edital PQG (Pesquisador gaúcho – Edital 02/2014) da FAPERGS, em 2014, *Memória e Patrimônio da Fundação Cultural Piratini: o acervo audiovisual da TVE*. Neste foi examinada uma parte do arquivo audiovisual relativo à TVE (que conta com mais de 16 mil fitas em

formatos variados), o que acarretou a valorização desse bem cultural da sociedade gaúcha no que tange aos seus produtos audiovisuais. O projeto terminou a contento em 2016, e os principais produtos finais foram um livro – com contribuição de pesquisadores de todo Brasil sobre *TVs Públicas: memórias de arquivos audiovisuais*<sup>1</sup> e o DVD da pesquisa (*O acervo audiovisual da TVE-RS, memórias de uma pesquisa em emissora pública*), com *making off* e imagens do arquivo de fitas da emissora, distribuído pelas principais universidades e espaços de comunicação de nosso meio.

Na época em que recebi esta bolsa do CNPq, o projeto estava, então, vinculado à Linha de Pesquisa “Memória, cultura e identidades”, do Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Centro Universitário La Salle, Unilasalle (hoje Universidade La Salle), composta por pesquisadores do campo da Memória Social. Nesse sentido, muitas das marcas observadas na reflexão feita pela pesquisa, em sua primeira fase, estão vinculadas à compreensão do que é essa memória e de como ela se manifesta em relação à identidade da televisão pública do Rio Grande do Sul, promotora da cultura local em sua extensa grade de programação, viva há 45 anos.

O projeto, inicialmente, mobilizou quatro Bolsistas de Iniciação Científica (IC), todos estudantes de graduação em História do Unilasalle/Canoas (Yuan Veiga, Luana Batista Amaral, Nielly Pastelletto, Jamir Rodrigues dos Reis) e um estudante de Mestrado (Mestrado em Memória Social e Bens Culturais do Unilasalle/Canoas, Tiago Apolinário da Silva), que era meu orientando na época e servidor da TVE. Eles fizeram a coleta de dados junto comigo ou orientados por mim (entrevistas iniciais, coleta de dados em redes sociais e coleta de dados nas mobilizações dos servidores – entrevistas, vídeos e fotos, conforme será explicado adiante)<sup>2</sup>. Além da coleta de dados, esses

---

<sup>1</sup> SANTOS, Nádya Maria Weber; COIRO MORAES, Ana Luiza (Org.). *TVs Públicas: memórias de arquivos audiovisuais*. 1. ed. São Leopoldo: Oikos, 2016.

<sup>2</sup> Um pouco da experiência de pesquisa dos estudantes de IC é relatado na seção 1 da Parte 2 deste livro. Como o leitor observará na narrativa deles, a experiência foi marcante, tanto que os convidei a participarem dos produtos finais, como este livro e um Blog interativo.

estudantes também se mobilizaram para apresentar trabalhos em salões de Iniciação Científica e em outros eventos da comunidade acadêmica de estudantes – produções explicadas no próximo item deste texto. Posteriormente, em 2017, a equipe ganhou uma mestrandia em História da UFRGS, Marluce Fagundes, que já havia trabalhado no meu primeiro projeto sobre a TVE (PQG Gaúcho, FAPERGS). Ela era responsável pela organização das entrevistas, algumas transcrições e apresentação de comunicação em eventos e publicações em anais.

Foram realizadas doze entrevistas, sendo a população alvo escolhida pela disponibilidade dos entrevistados. Eu ou um dos alunos fazíamos contato por telefone ou por e-mail, explicávamos a pesquisa e, caso houvesse aceitação, marcávamos a entrevista presencial. Dessa forma, as doze entrevistas semiestruturadas foram realizadas com as seguintes pessoas: 4 ex-presidentes da TVE, 1 atual presidente, 3 servidores, 1 presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Piratini, 2 artistas, 1 telespectador. As entrevistas foram gravadas em dois meios digitais (mp3 e celular) e totalizaram 781 minutos e 36 segundos ou 13h01'36" e 225 páginas transcritas (a transcrição foi feita por especialista e paga com a bolsa PQ). Todas as entrevistas possuem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) assinado pelos entrevistados, consentindo no uso de suas falas para a pesquisa. Alguns excertos das entrevistas já foram utilizados e analisados em comunicações orais apresentadas e em textos publicados. Uma parte das entrevistas será comentada na Parte 3 deste livro.

Além disso, os alunos de IC (Graduação em História) entrevistaram, em dezembro de 2016, a população na Praça da Matriz, em Porto Alegre. Neste local houve uma grande mobilização pública pela não extinção das Fundações Públicas do Estado e pelo fechamento da TVE e da FM Cultura – episódio que acrescentou detalhes aos rumos da pesquisa e será explicado a seguir.

Durante o desenvolvimento do projeto, aconteceram dois episódios importantes – independentes de nossa vontade – que não mudaram o rumo da pesquisa, mas, de certa forma, enriqueceram

o objetivo principal ao acrescentar pontos de vista até o momento não vislumbrados. Resumidamente, o primeiro episódio foi a extinção da Fundação Piratini pelo governador do Rio Grande do Sul (RS), Ivo Sartori, do Movimento Democrático Brasileiro (MDB); processo que se estendeu de meados de 2016 a maio de 2018. O segundo “episódio” foi minha mudança de universidade. Trabalho, recentemente, no Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Performances Culturais (PPGIPC), da Universidade Federal de Goiás (UFG), para onde levei as áreas e temáticas que permeiam meus projetos desde o mestrado: História Cultural, Memória e Sensibilidades. Isto acarretou as produções/publicações relativas ao movimento de preservação da Fundação Piratini em termos de performances.

O primeiro destes episódios – que é importante que seja mencionado aqui mais efetivamente –, ocorrido em meados de 2016, foi a ameaça constante, vinda pelo governador do RS, Ivo Sartori, de extinguir as Fundações Públicas do Estado, entre elas a Fundação Piratini de comunicação pública.<sup>3</sup> Durante todo o ano, houve ações do governo de desmantelamento das emissoras de rádio e televisão, estimulando o surgimento de um movimento dos servidores chamado “Salve Salve TVE e FM Cultura”. Essas ações culminaram no envio para votação, na Assembleia Legislativa, dos projetos de lei – PLs 246, 240 e 301 – de extinção das nove Fundações Públicas do RS (ligadas à cultura, à ciência, à pesquisa, à saúde e à tecnologia), alegando necessidade de enxugamento de gastos no Estado (dentro de uma votação maior, do pacote de ajustes fiscais) – e prevendo a demissão de aproximadamente 1.200 funcionários, entre servidores

---

<sup>3</sup> As Fundações Públicas que na época foram colocadas em processo de extinção por este governo são: Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec); Fundação Cultural Piratini (FPC, que mantém a TVE); Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH); Fundação de Economia e Estatística (FEE); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro); Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps); Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF); Fundação de Zoobotânica (FZB); Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan). Ver detalhes em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/governo-extinge-nove-fundacoes-e-reduz-numero-de-secretarias-no-rs.html>. Acesso em: 21 maio 2019.

e cargos de comissão. O PL 246, que incluía a Fundação Piratini, foi aprovado por 30 a 23 votos na AL em 21 de dezembro de 2016. Este processo ocasionou uma grande disputa entre os servidores, a sociedade versus o Estado e seus governantes, culminando em dias de guerra na Praça da Matriz em Porto Alegre, dias estes que antecederam a noite da votação do pacote na Assembleia Legislativa, em 21 de dezembro de 2016. Eu mesma participei, como cidadã e pesquisadora, dos movimentos de protestos contra a extinção das Fundações. Desde meados do segundo semestre de 2016, foram criados movimentos para a preservação da Fundação Piratini por parte dos servidores. As redes sociais (principalmente Facebook) ficaram repletas de depoimentos, notícias, gritos de embates – a grande maioria contra a extinção da Fundação Piratini. Alguns atos-shows-debates foram organizados pelos artistas e intelectuais da capital, principalmente em duas praças públicas relevantes da cidade (Parque Farroupilha/Redenção e Praça da Matriz, onde ficam as sedes dos poderes), e mobilizaram milhares de pessoas.

Em 2017, os servidores, com seus sindicatos e advogados, levaram à Justiça vários processos tentando estancar a extinção. Houve ganhos, mas também perdas. De todo modo, até o início do ano de 2018, o TRT da 4ª região e o Tribunal de Contas do Estado tinham conseguido que não ocorressem demissões e que a Fundação não fosse extinta. Muitas lutas se deram nesse sentido. Porém, a parceria do governo do Estado do RS com o governo federal, por meio de decretos federais, levou o governo estadual, em 2018, a demitir alguns servidores, recorrendo ao instrumento do PDV; e a transferir aqueles que possuíam estabilidade por concurso para outros setores do Estado. Finalmente, em 30 de maio de 2018, o governador Sartori decretou o encerramento das atividades da Fundação Piratini, passando a utilizar as grades de programação para fins governamentais, ou seja, de pública, as emissoras de rádio

de televisão passaram a ser estatais.<sup>4</sup> O governo levou a Fundação para a Secretaria de comunicação, e as emissoras ficaram, a partir daí, sob a tutela ideológica dos partidos que assumissem o governo, sem independência. Muitos servidores foram realocados em outros locais e secretarias do Estado.<sup>5</sup> Uma grande perda é sentida, pois, pela comunicação e por nossa cultura, veiculada com democracia e cidadania nos últimos 44 anos até esta data.

Durante todo esse processo e o período de tempo em que transcorreu a pesquisa, tivemos a oportunidade de participar dos atos públicos contra a extinção da Fundação Piratini: registrando os momentos por meio de imagens (fotos e vídeos) e entrevistando informalmente pessoas, tanto servidores como a população. A pesquisa, assim, ganhou em profundidade, pois não se esperava pelo fim da Fundação Piratini quando gestamos este projeto de pesquisa. Alguns pormenores dessa luta e do movimento serão tratados neste livro em artigos e relatos de experiências, depoimentos e imagens.

Os resultados da pesquisa da bolsa PQ foram, enfim, atingidos de forma profícua em relação ao que nos propomos, sendo até ultrapassados em profundidade. Como resultado, a própria História da comunicação pública no nosso Estado teve uma guinada inesperada desde o início do primeiro projeto de pesquisa sobre a TVE em 2014, pelos atos dos governos atuais de desmantelamento das Fundações Públicas do Estado, incluindo a Fundação Piratini (TVE e Rádio FM Cultura), conforme já expresseo.

---

<sup>4</sup>Ver alguns detalhes em <http://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2018/05/politica/630344-estado-encerra-atividades-da-fundacao-piratini-e-da-cientec.html>. Acesso em: 23 maio 2019.

Também a notícia da suspensão (provisória) da extinção em [https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/06/justica-federal-suspende-extincao-formal-da-fundacao-piratini/?utm\\_source=facebook&utm\\_campaign=sul21](https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/06/justica-federal-suspende-extincao-formal-da-fundacao-piratini/?utm_source=facebook&utm_campaign=sul21). Acesso em: 23 maio 2019. Estas notícias, também a da nota seguinte, dão-nos um pouco da dimensão das lutas travadas com o governo do Estado.

<sup>5</sup> Ver notícia no site da Fundação Piratini de 6 de julho de 2018. <http://www.fundacaopiratini.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=83&id=2246>. Acesso em: 23 maio 2019. Nessa matéria, a única questão superada é a última frase, pois os sindicatos assinaram acordo com a PGE, garantindo que o governo se compromete a não realizar nenhuma demissão dos funcionários protegidos por liminar da Justiça do Trabalho antes de transitada e julgada a matéria pelo STF.

Faço questão de ressaltar que sou historiadora; ou seja, não sou da área das Ciências da Comunicação. Portanto, a realização da pesquisa não adentrou conceitos e metodologias específicas dessa área; apenas, nosso objeto foi uma televisão pública. A investigação foi, isto sim, uma forma de pensar, na história do tempo presente, as sensibilidades e as memórias da sociedade relativas à TVE-RS, além das formas culturais de resistência de agentes sociais, em momentos de crise, por meio de manifestações populares e urbanas. Com isso, nossas reflexões deram uma continuidade, de certa forma, àquelas advindas da pesquisa anterior, na qual examinamos as imagens das fitas gravadas do acervo da emissora e pensamos a memória da sociedade gaúcha por meio delas.<sup>6</sup> Agora, não somente tivemos oportunidade de entrevistar pessoas ligadas à televisão (e à rádio FM Cultura também) e à sua história, de diversas fases, governos e segmentos da Fundação Piratini, como também conseguimos recuperar suas memórias, seus afetos e seus anseios por meio desses contatos. Isso em um momento histórico em que mudanças radicais estão sendo efetivadas, como a própria extinção da Fundação. A TVE-RS, como um dispositivo de cultura e de cidadania, exercia um papel amplo e importante de contraponto na constituição da comunicação pública no Estado, também de resistência ao que as emissoras privadas, comerciais e lucrativas exercem na mídia contemporânea; o que ficou explícito na fala dos servidores, assim como na de antigos presidentes da Fundação que entrevistamos. A responsabilidade em fazer programações de qualidade, social e culturalmente relevantes e o engajamento dos funcionários/servidores na luta pela preservação de tudo o que conquistaram nos muitos anos de trabalho foram pontos ressaltados nas entrevistas e observados por nós nas diversas manifestações públicas das quais participamos. Telespectadores, educadores, artistas e intelectuais da cena gaúcha foram unânimes ao demonstrar o caráter formativo da programação da TVE e o grande

---

<sup>6</sup> O produto é o livro mencionado na nota 1 deste texto.

valor adquirido, como divulgadora de trabalhos novos, espetáculos e produtos culturais locais, regionais e nacionais.

Tanto as entrevistas como as imagens e depoimentos recolhidos nas redes sociais e, ao vivo, nas inúmeras manifestações pela preservação da Fundação Piratini que aconteceram em Porto Alegre, de 2016 a 2018, deram-nos subsídios para pensar a importância da comunicação pública no Estado, veiculada pela emissora televisiva e pela rádio. Dessa forma, os produtos finais da pesquisa foram planejados para compartilhar uma parte desses resultados com a população acadêmica e com a sociedade, pois dizem respeito a um bem público cultural de nosso estado. Assim, pensamos em um livro com textos, depoimentos e imagens – que ora publicamos – e num Blog interativo.

O Blog interativo, com a parceria dos estudantes que fizeram parte do projeto no início e que participaram na coleta de dados (supracitados), tem como objetivo compartilhar com a comunidade gaúcha os aspectos relevantes em relação à memória e à história da comunicação pública no RS, que foi extinta em maio de 2018, por ato arbitrário do governo Sartori, do MDB. Nele há textos, testemunhos e imagens interativos com o Movimento dos Servidores e demais grupos que se colocam contra a extinção da Fundação Piratini e demais fundações. Também aparecem excertos das entrevistas realizadas, fotos e vídeos das manifestações públicas e pequenos textos que vão interagir com os textos do livro que está sendo confeccionado pelos bolsistas (Nielly, Yuan, Luane e Jamir), sob minha supervisão – a quem agradeço o trabalho, envolvimento e dedicação que dispensaram ao nosso projeto desde seu início. O Blog será interativo com a população, de modo que poderá opinar sobre a extinção da Fundação Piratini, ao mesmo tempo em que poderão escrever suas memórias da TVE e da FM Cultura, como telespectadores, artistas etc. O endereço eletrônico do BLOG é <https://niellyspastelletto.wixsite.com/tveculturaesensib> e está à disposição dos leitores.

Para a realização do livro, que intitulamos *Comunicação pública no Brasil: desafios e perspectivas, memórias e depoimentos*, convidei dois colegas do campo da Comunicação para compor o grupo de organizadores: **Rodrigo Cássio Oliveira**, bacharel e mestre em Comunicação pela UFG e doutor em Filosofia pela UFMG, meu colega no Programa Interdisciplinar em Performances Culturais na UFG; e **Newton Pinto da Silva**, bacharel em Comunicação Social/Jornalismo pela PUCRS, mestre em Artes Cênicas pela UFRGS e ex-repórter e apresentador da TVE-RS da Fundação Piratini até 2018, quando, com a extinção, foi transferido para a Secretaria de Comunicação do Estado. Agradeço imensamente a parceria de ambos, pois sem eles esta obra não estaria como está. Pensamos juntos duas das três partes do livro, que ficaram definidas como descrevo a seguir.

Rodrigo e eu organizamos a Parte 1 com pesquisadores e professores acadêmicos convidados, “Comunicação pública no Brasil: desafios e perspectivas”. Nessa primeira parte, constam seis artigos que incluem pesquisas e reflexões sobre comunicação pública em geral. São eles: “Comunicação pública e democracia: da normatividade aos desvios”, dos autores Maria Helena Weber, Máira Baumgarten, Ana Javes Luz, Ângelo Neckel, Bruna Andrade, Fernanda Bastos Pires, Fiorenza Zandonade Carnielli, Laura Guerra, Marlise Brenol, todos vinculados ao Núcleo de Comunicação Pública e Política – NUCOP, que integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) e ao Observatório de Comunicação Pública e Política OBCOMP; comunicação como política pública, “Comunicação como política pública: as adversidades da consolidação de um conceito”, de Luiz Signates; aspectos específicos sobre a Fundação Piratini, “Punhos cerrados e a gaita de fole, os símbolos de uma luta: comunicação pública, reconhecimento social, sensibilidades e performance política”, de Nádia Maria Weber Santos e Newton Pinto da Silva; “Que discursos e sujeitos são aceitáveis numa televisão pública? A ‘viralização’ do vídeo do ‘Putinhas Aborteiras’ no programa Radar da TVE-RS”, de

Marluce Dias Fagundes e Nádya Maria Weber Santos; “O programa Estação Cultura da TVE-RS e a comunicação pública”, de Luciano Alfonso; “A TVE e a FM Cultura na formação do *habitus* musical: questões pessoais, implicações coletivas”, de Leandro Maia; e a questão da comunicação pública em Goiás, por meio de um estudo sobre a TV UFG, “Comunicação pública em Goiás: a experiência da TV UFG”, de Rodrigo Cássio Oliveira e Vanessa Bandeira Moreira.

Newton e eu produzimos e organizamos a Parte 3, com a análise das entrevistas da pesquisa e o recolhimento de alguns depoimentos de servidores da Fundação Piratini, ficando intitulada “Fundação Piratini: memórias e depoimentos”. A partir das entrevistas semiestruturadas que guiaram as conversas com os ex-presidentes, com o público, com os servidores e com alguns artistas da cena gaúcha, observamos que alguns temas se sobressaíram nas respostas, fazendo-nos pensar, assim, em *categorias* de análise, mais próximas à realidade tanto da investigação quanto das sensibilidades apresentadas pelos entrevistados em relação à TVE-RS. São elas: concepção do que é TV pública ou comunicação pública; TVE como dispositivo de cultura; sensibilidades; relação entre presidência/governo com servidores; e extinção da Fundação Piratini. Essas categorias foram cruzadas e examinadas nas falas de nossos sujeitos, e o texto resultante, assim como excertos das entrevistas, encontram-se na Seção 1, na Parte 3 do livro, sob o título de “Registros de pesquisa – Memórias da TVE-RS”. Já na Seção 2, colocamos na íntegra sete depoimentos atuais (de 2019) de servidores, alguns ainda alocados na TVE e na FM Cultura, mesmo depois da extinção da Fundação Piratini.

A Parte 2 do livro, por sua vez, intitulada “Um recorte da luta de preservação da comunicação pública – o caso da Fundação Piratini do Rio Grande do Sul: imagens e movimento”, foi organizada pelos ex-bolsistas do projeto de pesquisa (**Jamir Rodrigues dos Reis, Luana Batista Amaral, Nielly Pastelletto e Yuan Veiga**) e supervisionada por mim. Nela, os quatro relatam suas experiências de pesquisa por meio de textos e imagens,

contendo narrativas visuais sobre o movimento dos servidores, *in loco* e nas redes sociais. Os estudantes de História, dois recentemente graduados, foram muito felizes ao pensar o movimento dos servidores e as lutas que foram travadas pela não extinção sob dois focos de análise: imagens e memória (Luana) e imagens e redes sociais, passando por uma digressão teórica sobre movimentos sociais (Nielly e Yuan). Permearam as reflexões dos estudantes – muito contemporâneas para a História do Tempo Presente – imagens coletadas por eles e por nós durante o percurso desta pesquisa. As imagens foram selecionadas também por sua referência aos textos que eles produziram e foram colocadas em três blocos: imagens da pesquisa e dos pesquisadores – Bloco 1, que segue o relato de experiências dos bolsistas na pesquisa, “Experiências de pesquisa e a luta contra a extinção da Fundação Piratini: relatos e imagens”, de Jamir Rodrigues dos Reis, Luana Batista Amaral, Nielly Pastelletto e Yuan Veiga Pereira; imagens do movimento dos servidores tomadas ao vivo nas manifestações – Bloco 2, seguindo o texto sobre imagens e memória, “Memória, imagem e o caso da TVE-RS como objeto e fonte para pesquisa histórica”, de Luana Batista Amaral; e imagens do movimento nas redes sociais – Bloco 3, que segue o artigo “Movimentos e redes sociais: manifestações em prol da TVE-RS”, de Nielly Pastelletto e Yuan Veiga Pereira. Este grupo é o responsável pela realização do Blog interativo, mencionado anteriormente.

Agradeço, mais uma vez, o empenho de todos e a parceria para que esta obra chegasse a público: tanto dos colegas organizadores e dos estudantes tão dedicados, como daqueles que nela escreveram, bem como dos entrevistados e dos servidores que nos enviaram seus depoimentos. Desejamos a todos uma ótima leitura e que a luta por uma comunicação pública de qualidade que promova cidadania continue, forte, como deve ser.



## **Parte 1**

### **Comunicação pública no Brasil**

#### **Desafios e perspectivas**

***Organizadores:***

*Nádia Maria Weber Santos*

*Rodrigo Cássio Oliveira*



## **Comunicação pública e democracia: da normatividade aos desvios**

*Maria Helena Weber*

*Maíra Baumgarten*

*Ana Javes Luz*

*Ângelo Neckel*

*Bruna Andrade*

*Fernanda Bastos Pires*

*Fiorenza Zandonade Carnielli*

*Laura Guerra*

*Marlise Brenol <sup>1</sup>*

A perspectiva utópica de conciliação e liberdade está latente nas condições de uma socialização dos indivíduos por via comunicativa [...].

(J. Habermas, 2012, p. 684)

### **Introdução**

Este artigo obedece ao processo de identificação e defesa da comunicação pública como instância normativa para a qualificação da democracia. Essa premissa exige um investimento científico constante para identificar o interesse público em temas de pesquisa, teses, dissertações e artigos. Isso demanda uma atenção permanente

---

<sup>1</sup> Todas as autoras e o autor estão vinculados ao grupo de pesquisa Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP), que integra o Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia em Democracia Digital (INCT.DD) e ao Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP).

sobre os princípios republicanos, sobre os paradigmas que preservam o interesse público, os direitos humanos e sociais. Por consequência, permitem interpretar e inferir sobre a qualidade da democracia, a responsabilidade dos meios de comunicação, os privilégios da tecnologia e a força da sociedade expressos nos discursos políticos e no debate sobre temas de interesse público.

A comunicação pública possibilita o debate público informando sobre a produção de conhecimento científico e tecnológico, suas relações com a sociedade e com os interesses nela presentes, o que é fundamental para melhorar as condições de compreensão dos conteúdos científicos, políticos e da tecnologia, que, por sua vez, geram questionamentos ininterruptos. Por isso, neste artigo, pretendemos contribuir para a reflexão sobre a importância da comunicação pública ao abordar alguns aspectos que permitam identificá-la enquanto dimensões normativas e fáticas da comunicação exercida por organizações públicas e governamentais, mídias estatais e públicas e pela sociedade quando tocada por temas de interesse público e acontecimentos. Esses temas e acontecimentos permitem a ocorrência de debates públicos e funcionam qual espiral: mobilizam o Estado, a sociedade e as mídias; desencadeiam a circulação de opiniões; expõem responsabilidades de órgãos públicos; levam a população às ruas; desencadeiam ações, propagandas etc.

Os cenários políticos contemporâneos são constituídos por tecnologias digitais e estruturas profissionais que facilitam e ampliam a produção de informação e canais de comunicação indispensáveis. Todas as ações e discursos políticos sofrem amplificação contínua e dependem, cada vez mais, de dispositivos capazes de qualificar e controlar essa comunicação e sua repercussão. Sistemas de comunicação fazem a governança. Abordar a comunicação pública e política, então, significa preservar a dimensão comunicativa da democracia, no sentido da troca de opiniões, da visibilidade, da participação e do engajamento.

O grupo de pesquisa em Comunicação Pública e Política – NUCOP tem amparado sua produção (WEBER; COELHO;

LOCATELLI, 2017) no conceito de esfera pública, do debate público e das redes de comunicação baseados em Habermas (1997, 2012), Esteves (2003), Gomes (2008), Maia (2006) e Weber (2017), que permitem sustentar a perspectiva normativa a partir da ética e da participação inerentes ao entendimento e explicação da vida social e política. Trata-se de um conjunto teórico que permite abordagem interdisciplinar em torno de temas de interesse público ligados ao poder e que dizem respeito à cidadania, aos movimentos sociais, à sociedade, às lutas identitárias e de gênero, às lutas por reconhecimento, às práticas profissionais, às mídias e redes sociais, por fim, à opinião pública.

Estruturamos este artigo de modo a salientar aspectos considerados relevantes para a sustentação da comunicação pública como conceito associado à democracia, cuja dimensão normativa promove o interesse público e a participação da sociedade. A reflexão percorre a abordagem teórica mínima e as referências sobre temas de interesse público, acontecimentos públicos, agendamento midiático e comunicação científica. Abordamos a Comunicação Pública em temas e pesquisas acadêmicas, com relação às Caravanas do Lula em 2018, Impeachment da ex-presidenta Dilma Rousseff, assassinato da vereadora Marielle Franco, Relatório Hite, além de questões relacionadas à comunicação científica e às modalidades comunicativas com o uso de dados públicos no jornalismo digital.

### **Interesse público e normatividade**

A sustentação teórica sobre comunicação pública é realizada pelo referencial da esfera pública, que permite analisar as relações entre públicos e indivíduos, por meio da argumentação racional em comunicação no debate público. Esteves (2011, p. 146) ressalta que a comunicação pública é conceito determinante para a compreensão da sociedade, visto que é “constituída a nível do espaço público e veiculada pela (ou para a) opinião pública”, e “exerce como que um

efeito estruturante sobre a generalidade das práticas comunicacionais e simbólicas”. Nesse sentido, assumir a comunicação pública como conceito implica, segundo o autor, privilegiar o fenômeno comunicacional na sua dimensão pública, de modo a ressaltar o caráter simbólico do público, o tensionamento entre público e privado e a dimensão ético-moral do espaço público, que permite a demarcação da comunicação pública quanto à sua normatividade e à facticidade.

A categoria “público” para Esteves (2011, p. 148) marca a cadência das mudanças mais importantes no curso histórico das sociedades modernas, enquanto forma de sociabilidade. Os públicos atuam como agentes sociais capazes de desencadear a formação de opiniões. A referência aos públicos, além de indicar o funcionamento basilar da comunicação (o reconhecimento de alteridades e identidades e o sentido do nós), também indica a normatividade, porque ao público está relacionada a ideia de validade do debate público que aciona argumentos e acordos em torno dessa expectativa comunicacional e publicamente construída. Esteves (2011, p. 186) ressalta a dimensão fática (empírica) e a dimensão normativa (ideal) das relações sociais, sendo que a prática social da comunicação pública seria o verdadeiro exercício cívico para a constituição de um espaço de cidadania:

[...] esta forma de expressão (fática ou empírica) da dimensão ético-moral é muito incerta e esporádica, tornando-se por isso motivo de um forte questionamento; só que este mesmo questionamento acaba por se revelar uma outra forma de afirmação daquilo que é negado pela realidade empírica: o exercício crítico sobre o espaço público e a opinião pública é conduzido em nome de princípios ético-morais – em termos normativos ou ideais (e como um exercício de caráter essencialmente auto-reflexivo). E, também neste plano ideal, os princípios ético-morais ditam ainda sua lei enquanto referências orientadoras para uma transformação possível (desejável) das estruturas concretas do espaço público e da opinião pública; ou seja, são os motivos (normativos) inspiradores e orientadores de

determinadas alterações preconizadas em termos de futuro para a realidade presente. (ESTEVES, 2011, p. 185).

Ou seja, a negação das práticas reais da comunicação pública acaba por afirmar a sua normatividade, que reporta a três preceitos comunicacionais ideais descritos por Habermas (2003): publicidade, crítica e debate. A partir desses critérios, Esteves (2011, p. 211) defende três princípios formais para a comunicação pública: (1) princípio do não fechamento do público (*publicidade ou acessibilidade*), que indica ampla liberdade de participação sob a ética do discurso, ou seja, que nenhuma exclusão seja admitida entre todos aqueles que possuem a competência da palavra e do agir; (2) princípio de não fechamento temático (*discutibilidade*), em que a própria seleção dos assuntos se torna tarefa da comunicação pública; e (3) princípio da paridade argumentativa (*racionalidade*), que postula que a todos os participantes deve ser reconhecida uma igualdade essencial de estatuto, prevalecendo a força de validade dos argumentos apresentados. Esteves (2011, p. 203) ressalta que

[...] o desafio que se coloca é, sim, o de construir um entendimento dessa mesma realidade, das diversas situações e dimensões sociais concretas que a constituem, que possa ir mais além do senso comum, ou de uma mera descrição em termos objetivos, procurando alcançar uma compreensão dos diferentes estados e possibilidades das estruturas do Público (espaço público e opinião pública), em função das hipóteses concretas de realização de uma verdadeira comunicação (pública) [...] (ESTEVES, 2011, p. 212).

A perspectiva teórica de Esteves sustenta e engrandece a dimensão normativa da comunicação pública que orienta a abordagem das práticas, mídias e relações empreendidas pelo Estado e a sociedade. Nesse sentido, o interesse público como referência estruturante da democracia se impõe à análise de processos e práticas da comunicação pública. Para Weber (2017), é nos processos de comunicação pública que ocorre o tensionamento permanente entre interesses públicos e interesses privados. Essa

perspectiva está diretamente relacionada ao segundo critério formal apontado por Esteves (2011), o qual dá conta da seleção e discussão dos temas.

Práticas de comunicação pública são identificadas como institucionais nas democracias (legislação, estruturas, produtos, sistemas e mídias) que exigem comunicação e informação permanentes; e por acontecimentos públicos, originados a partir de uma ruptura do cotidiano (QUÉRÉ, 2011) e pela formação do debate público a partir de temas sensíveis que formam *redes de comunicação pública*, de acordo com Weber (2007, 2011, 2017). A autora entende a comunicação pública a partir da circulação de temas de interesse público em espaços públicos e redes. Afirma que a comunicação pública é constituída pelo acionamento, abordagem e circulação “de temas vitais à sociedade, ao Estado e à política”. (WEBER, 2007, p. 24). Também a perspectiva estratégica se faz presente, quando há posicionamentos, interesses e objetivos em jogo, obtidos mediante meios e processos persuasivos específicos. A comunicação institucional e os ambientes da política são dependentes desse tipo de comunicação.

Os critérios indicados por Esteves (2011) permitem compreender porque a comunicação pública não deve ser restrita ao âmbito governamental, pois o debate público, sobre temas de interesse público, é empreendido pelos distintos sistemas e redes de comunicação encontrados nas democracias, tais como o midiático, o empresarial, o acadêmico, o jurídico e o social. Weber (2017) fortalece a abordagem de Esteves (2011) afirmando que a articulação de temas e redes de comunicação pública responde aos critérios formais do autor: “se às práticas comunicacionais da publicidade, da crítica e do debate juntarmos, agora, estes critérios formais ideais, chegaremos a uma estrutura propriamente dita da comunicação pública” (ESTEVES, 2011, p. 210).

Assumir normativamente a comunicação pública como referencial de análise significa preservar os princípios do interesse público, porquanto estabelecer a diferença entre interesses públicos

e interesses privados é essencial às democracias. Assim, submeter a esse tipo de análise a imprensa, organizações governamentais, mídias estatais e a própria sociedade é identificar limites e qualidade da democracia.

## **Temas e acontecimentos públicos**

Os temas de interesse público se impõem a partir do momento que pensamos em opinião pública. Eles são agendados e referidos por McCombs (2009, p. 65) como relacionados à “economia, direitos civis, drogas, o ambiente, crime e uma ampla variedade de questões relativas à política internacional [...]”. São temas de ordem coletiva e plural que acionam posições contraditórias, impasses e polêmicas em um cenário de intensa competição e disputas por espaços nas agendas públicas (McCOMBS, 2009). A disputa tensiona o Estado democrático, no qual se esperam zonas de interlocução entre diferentes atores, mobilizadores de uma argumentação racional na apreensão do que é visibilizado e promovido.

Cabe ressaltar que os temas de interesse público são mobilizadores da sociedade, que responde às propostas dos governos ou reage diante de acontecimentos e se organiza em prol de seus interesses específicos. O interesse público sempre aparecerá em temas que, na verdade, são o funcionamento de uma cultura, de uma sociedade. São temas que geram contradição devido às questões políticas, morais, vitais, econômicas, de saúde, que estão em circulação na esfera pública e demandam qualificação argumentativa em termos de debate. Múltiplos temas geram múltiplas argumentações dirigidas às instâncias decisórias, muitas vezes impermeáveis ao interesse público. Nesse sentido, os públicos diretamente atingidos pelo debate e suas consequências podem se organizar em “redes de comunicação pública”, conforme tipologia de Weber (2017, p. 46).

Alguns exemplos de acontecimentos serão citados para exemplificar a complexidade das relações entre temas de interesse público com impacto, reações ou silenciamento da opinião pública, tais como o lançamento internacional do relatório Hite e a censura no Brasil (1978); o tema aborto nas eleições de 2010; o impeachment de Dilma Rousseff (2016); a Caravana Lula pelo Brasil (2017 e 2018); a resistência de Lula no ABC e sua prisão (2018); e o assassinato da vereadora Marielle Franco (2018). Todos são acontecimentos que abrangem diferentes temáticas e provocam o debate público.

Segundo Quéré (2012), o acontecimento é definido na relação entre fatos ou fenômenos, e a experiência é decorrente da interpretação do sujeito perante o fato que inaugura possibilidades de sentidos, enquanto o acontecimento traz em si a origem de sua compreensão. O que se percebe no caso do processo de impeachment de Dilma Rousseff, em 2016, é que a iminência da abreviação do mandato da ex-presidenta irrompeu o cotidiano democrático como um acontecimento desencadeador de disputas e de diferentes sentidos. Sentidos trazidos para o debate público, por meio de manifestações de rua, da imprensa, dos discursos dos parlamentares e de diversas organizações que foram mobilizadas a se manifestarem diante da afetação provocada pelo acontecimento. Os sujeitos não se limitam a suportar os acontecimentos, mas respondem e reagem a ele. Assim, os públicos do acontecimento emergem de forma que, diante do acontecimento, os sujeitos fazem escolhas, tomam posições, adotam comportamentos ao mesmo tempo em que recusam outros (FRANÇA; ALMEIDA, 2008).

O acontecimento experienciado pelo indivíduo é passível de ser suscitado por fatos produzidos por emissões de estruturas de comunicação de partidos políticos, por exemplo. É o caso da *Caravana Lula pelo Brasil*, evento criado pelo Partido dos Trabalhadores (PT) como forma de promover a candidatura do ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva – Lula, que respondia a processo judicial. De algum modo, retomava as *Caravanas pela Cidadania*, realizada pelo PT de 1992 a 1994. Esse evento se transforma em acontecimento público à medida

que mobiliza apoiadores e adversários do partido, do candidato e dos seus governos, que mobiliza a cobertura da imprensa e expõe o protagonismo de Lula nas eleições.

Dentre os acontecimentos midiáticos não espontâneos, Berger e Tavares (2010, p. 81) contribuem com a tipologia de microacontecimento, que faz parte de uma série de eventos em certa medida previsíveis, constituindo o acontecimento mais abrangente, jornalístico e/ou público, estando ligado ao autofuncionamento da sociedade em geral (BERGER; TAVARES, 2010, p. 81). Dentre os microacontecimentos que perfazem o todo das Caravanas Lula, podemos citar reuniões com lideranças políticas locais, comícios, protestos e agressões sofridas, assim como visitas recebidas por familiares, aliados e discursos proferidos no Sindicato dos Metalúrgicos de São Bernardo do Campo.

A congregação de atores no âmbito da política e da sociedade e a apropriação do acontecimento pelo sistema midiático – tríade que pressupõe a retransmissão de espetáculos políticos pelos *media* – constituem um espetáculo político. No caso da *Resistência de Lula no ABC* seguida de prisão, o acontecimento foi permeado pela espetacularidade política, desde a decisão de Lula e do Partido em rumar para o prédio do Sindicato até a expectativa gerada em torno da prisão e os discursos transmitidos ao vivo e repercutidos em grades de emissoras de TV aberta.

Conforme Alsina (2009), o acontecimento é experienciado mediante o consumo via meios de comunicação de massa, responsáveis por lhe conferirem relevância. A transcendência social que configura o acontecimento, variável conforme a sociedade e a época, tende a ser mais valorizada à medida que mais veículos jornalísticos o transformam em notícia. Para o autor, o acontecimento – tomado como objeto apropriado pelo jornalismo – obedece aos critérios de atualidade, de expectativa sobre o evento apropriado, para captar a atenção do público; e de socialidade, por tratar do que emerge do espaço público e deve ser visibilizado. Quéré (2005) considera, também, que os *media* simbolizam o

acontecimento pela produção de discursos, que passa a fazer parte da organização das condutas do público.

Quanto aos problemas públicos, segundo Cefai (1996), emergem de questões controversas e de confrontos entre atores coletivos e implicam em uma necessidade de definição e controle. Conforme Coelho (2013, p. 73), os problemas públicos rompem com valores e normas compartilhados em respeito aos princípios ético-jurídicos que regem a vida dos cidadãos em sociedade (COELHO, 2013, p. 73).

A *Caravana Lula pelo Brasil* passou a receber ampla visibilização da mídia hegemônica à medida que as hostilizações contra a comitiva do PT e a Lula se intensificaram, a ponto de resultarem em atentado a tiros que atingiram um dos ônibus que os transportava. O episódio mobilizou a intervenção do Estado, via cobranças a governadores e secretarias de segurança e seus aparatos, como Polícia Federal e estadual, para investigação da tentativa de assassinato e apuração de responsabilidades. Outros atores do Estado e da sociedade civil mobilizados – ao longo dos acontecimentos que têm Lula como figura central – foram o Judiciário e suas instâncias responsáveis pelo seu julgamento, movimentos identificados com o espectro político ideológico de direita, além de movimentos sociais.

Tanto os microacontecimentos relacionados à violência sofrida por Lula e correligionários, quanto a ida e permanência no ABC Paulista, reúnem critérios de atualidade, de expectativa – quanto à segurança dele e viabilidade de realização da Caravana, em um primeiro momento, e, depois, quanto à rendição, resistência e prisão – e de sociabilidade, por estarem vinculados aos temas de interesse público *segurança/violência* e *corrupção*, correspondentes à atribuição de práticas em desacordo com leis que regem comportamentos dos indivíduos em sociedade. Além de atenderem a determinados critérios de noticiabilidade por excelência, os acontecimentos possuem como parte de suas irrupções, estratégias de visibilidade oriundas da propaganda política.

A ampla publicização dos problemas públicos garante a possibilidade de atores coletivos envolvidos nas confrontações terem ações e discursos observados com a intenção de terem o reconhecimento de suas pautas. Desse modo, são mobilizadores de sentidos que conferem às suas argumentações a defesa de temas de interesse público vitais para a sociedade. Estes são abordados e repercutidos em debates que constituem a comunicação pública, por meio de trocas simbólicas em discussões racionais e críticas em arenas públicas para determinação de consensos ou de decisões razoáveis para resolução desses problemas.

O acontecimento é atravessado pela comunicação em diversos níveis. Enquanto acontecimento-objeto, ele suscita narrativas, discursos, que se dão tanto em conversas cotidianas quanto por meios de comunicação de massa e, mais recentemente, pela internet. Além disso, ao abordarmos os acontecimentos públicos, o debate público – enquanto prática comunicativa que envolve os sujeitos afetados pelo acontecimento, no âmbito da sociedade civil, do Estado e da mídia – se estabelece como instância fundamental de disputa de sentidos. O debate público sobre um acontecimento é especialmente desencadeador de processos de simbolização, uma vez que ele instaura um presente capaz de rever passados e anunciar futuros.

Ao se instaurar na dimensão da experiência, o acontecimento suscita o pensamento, a narrativa, de maneira a que possamos, transformando-o em objeto, intervir no seu curso, atenuando o impacto de ruptura e, sobretudo, domesticando seu desenvolvimento e seus sentidos (QUÉRÉ, 2012). Dessa maneira, o debate público que se deu sobre o *Impeachment de Dilma Rousseff* faz, justamente, esse movimento de intervenção no curso do acontecimento, uma vez que não estavam em disputa apenas os sentidos cristalizados do acontecimento impeachment, mas também o próprio processo jurídico-político em que seria decidido o afastamento, ou não, da ex-presidenta. O que se viu foi um debate público permeado por diferentes temas externos ao motivo alegado

para afastar Dilma: a existência de crimes de responsabilidade. Argumentos de ordem política, econômica, social, moral e, mesmo, pessoal foram acionados de um lado e de outro.

Quéré (2005) identifica o acontecimento como um fenômeno de ordem hermenêutica, que revela “campos problemáticos”, fazendo emergir e compreender processos latentes. São esses diferentes campos problemáticos, revelados pelo acontecimento *impeachment de Dilma Rousseff*, que foram demonstrados nas argumentações desenvolvidas no debate público: problemas de governabilidade, crise econômica, interesses políticos e econômicos por trás do processo de impeachment, insatisfação social, corrupção etc. Esses campos revelam, sobretudo, que o impedimento não foi desencadeado pela convicção de que a então presidenta havia cometido crimes de responsabilidade, mas pelas condições que estavam estabelecidas política, econômica e socialmente naquele momento. Nas caravanas, resistência e prisão de Lula, os campos problemáticos relativos a esses acontecimentos consistem em versões que vinculam o ex-presidente a narrativas antagônicas que atribuem a ele predominantemente a defesa do interesse público ou, em margem oposta, sua criminalização, versões disputadas também em arenas de debates institucionais e manifestações nas ruas.

Para Quéré (2005), o acontecimento irrompe continuidades de diferentes ordens [afetiva, política, mercadológica, social etc.], confere ao que passou a status de inexplicado e inaugura possibilidades de existência de futuros possíveis, desdobrando-se para o passado, por necessitar de analogias prévias para ser explicado, e para o futuro, pela necessidade de tempo para se perceber os desdobramentos criados pelo acontecimento e por abrir possibilidade de indivíduos o vivenciarem e se mobilizarem, modificando o próprio acontecimento e a si mesmos. A essa dimensão do acontecimento, o autor classifica como existencial por adquirir concretude a partir da experiência do indivíduo. O passado e o futuro do acontecimento são relativos a um presente evenemencial, eles não preexistem à irrupção do acontecimento,

assim como não preexiste o contexto no qual ele se inscreve e o qual ele esclarece (QUÉRÉ, 2012).

Por isso, os sentidos do acontecimento estão sempre em movimento e em permanente disputa. A sucessão de acontecimentos que se instalaram no campo da política institucional brasileira nos anos recentes, desde o *impeachment de Dilma Rousseff*, permite observar os processos de ressignificação do passado, como, por exemplo, com a prisão do sucessor de Dilma após seu impeachment, Michel Temer, em março de 2019; e a nomeação do juiz de primeira instância que condenou Lula, Sérgio Moro, como ministro da Justiça no referido ano. Da mesma forma, o futuro, especialmente quando falamos de acontecimentos públicos, como o *impeachment de Dilma Rousseff*, *as caravanas pelo Brasil e resistência de Lula no ABC*, a exemplo da candidatura dele ao Prêmio Nobel da Paz e de pedidos de soltura, somente pode ser compreendido com as lentes voltadas para esses momentos de ruptura.

No acontecimento público configurado como eleições, todos os temas em disputa permitem identificar a confluência de interesses públicos e privados. É o caso do tema *aborto* como tema de saúde, vinculado à política, moral e religião conforme as abordagens de Mantovani (2014) e de Barreras (2013) em teses sobre as eleições presidenciais de 2010, disputada entre Dilma Rousseff (PT) e José Serra (PSDB). A disputa se dá entre os campos jornalístico, político, religioso e as redes sociais, em que o aborto se torna tema central, mesmo que o tema corrupção fosse mais desejado.

O aborto está carregado de moralidade e repressão próprias a questões sobre sexualidade. Em períodos ditatoriais, este processo é exacerbado, com a regulação de aparatos censores para conter criação e circulação de narrativas contrárias ao sistema hegemônico. O agendamento de temas de interesse público, nesse tipo de contexto, acentua-se como ato de resistência. Cabe citar o episódio de censura à obra *O Relatório Hite: um profundo estudo sobre a sexualidade feminina*, de Shere Hite, de repercussão mundial, censurado no Brasil, em 1978, sob a seguinte justificativa:

um profundo estudo sobre a sexualidade, cujo acesso aos dados fornecidos deveria ficar restrito aos psiquiatras, psicólogos, analistas, médicos e estudiosos dos problemas sexuais, mas não ao público em geral, pelo risco de refletir na moral social, subvertendo os costumes e modificando a organização familiar (MARCELINO, 2011, p. 143).

De acordo com o excerto do ofício dirigido ao então Ministro da Justiça, Armando Falcão (MARCELINO, 2011), o tema de interesse público – a sexualidade feminina – é condenado segundo as fronteiras do público e do privado. Um tema restrito ao conhecimento de especialistas autoriza a censura ao Relatório Hite no Brasil.

Outro exemplo refere-se à velocidade de repercussão de um acontecimento, com a organização da sociedade e o poder das mídias sociais, especificamente, o impacto do brutal assassinato de Marielle Franco, em 14 de março de 2018 (crime ainda sem solução). Marielle era vereadora, na cidade do Rio de Janeiro, pelo PSOL: mulher negra, feminista e LGBT; ativista dos direitos humanos; e defensora de causas sociais. Em pouco tempo, toda a sociedade parecia falar por ela. A repercussão de sua morte pode ser mapeada nas 567,1 mil menções no Twitter em apenas 19 horas (de 22h de 14/3 às 17h de 15/3), de acordo com o levantamento da Diretoria de Análise de Políticas Públicas da Fundação Getúlio Vargas (FGV/DAPP). A emergência desse acontecimento de interesse público, em redes sociais digitais, impactou sobre a percepção da mídia tradicional, que aumentou o espaço dedicado a esse acontecimento.

Uma vez nos *trending topics*, ampliam-se as possibilidades de visibilidade e de reconhecimento. É um processo incerto que pode gerar a antítese da visibilidade, a opacidade, produzida igualmente pela mídia (WEBER, 2007). Mesmo assim, importa identificar quando a mobilização ativista conquista a agenda dos *media*. A partir da rápida reverberação de *hashtags* do caso Marielle, observa-se um nível de engajamento em que ele próprio é transformado em produto de interesse midiático. Não apenas o crime em si é pautado, mas também

a ação social. No mesmo dia (15/03/2018), a repercussão se torna manchete do jornal diário *O Estado de São Paulo* (“*Marielle’ chega ao 1º lugar nos trending topics mundial do Twitter nesta quinta*”), tal como a edição do portal econômico *Valor* (“*Marielle’ é o assunto mais comentado no Twitter no mundo*”). Chega também às análises de dados especializadas do jornal *O Globo* (“*Assassinato de Marielle gera debate e mais de 500 mil menções no Twitter*”)<sup>2</sup>.

Mais de um ano depois da morte de Marielle Franco, o acontecimento público e sua protagonista mobilizam partidos políticos, meios de comunicação, organizações e movimentos sociais, coletivos negros, feministas e de mulheres, além da sociedade civil, ainda em permanente disputa sobre suas causas, efeitos e consequências. É importante pensar nas possibilidades de espaços em que versões e contraversões se engendram. Não se trata de privação ou unicidade de existência de meios alternativos ou tradicionais, mas da compreensão de que a emergência de novos tipos de habilidades comunicativas contribui para a maior “convivência democrática entre as mídias adversárias”, conforme afirma Prudencio (2009, p. 9).

Os temas de interesse público das mais diversas naturezas passam por processos de agendamento na mídia; no entanto, também há eventos que, conforme sua subjetividade ou grau de apelo social, se tornam motores para se discutir problemas públicos e impasses estruturais.

## **Interesse público e a informação especializada**

Mesmo com as contradições no âmbito da produção midiática, o papel da imprensa é indispensável e essencial nos processos de visibilidade de temas de interesse público circulantes. Existe uma relação intrínseca entre o jornalismo e o interesse público, conforme a história registra, sendo lugar de competência no agenciamento de certos temas que dizem respeito ao que é comum a todos (ARENDR,

---

<sup>2</sup> Mapeamento das versões online dos veículos citados.

1997). Os *media*, portanto, oferecem uma leitura do mundo a partir de um sistema específico de agendamento e de enquadramentos, formando outra instância do debate público, entendida e conceituada por Gomes (2008) como *esfera de visibilidade pública midiática*.

Os meios públicos de comunicação, como rádios e televisões públicas e as próprias redes sociais e sites, são lugares de circulação de dois discursos. De um lado, o discurso publicitário e estratégico dos governantes e, por outro, o registro do fazer política e governar ordenados por valores da comunicação pública. O inciso VIII do art. 2º da Lei 11.652/08, que institui princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública, prevê “autonomia em relação ao Governo Federal para definir produção, programação e distribuição de conteúdo no sistema público de radiodifusão”, assim como o inciso I define que a radiodifusão pública deve “oferecer mecanismos para debate público acerca de temas de relevância nacional e internacional”.

O debate em torno de interesse público se torna tangível quando eventos e acontecimentos obrigam os poderes e os públicos a se manifestarem, ou seja, a reagir. Nos acontecimentos públicos capazes de acionar governos, mídia e sociedade, a imprensa tem, então, papel fundamental. Conforme Babo-Lança (2011), os veículos de comunicação são dispositivos de significação e narração da realidade, e o acontecimento tem relação com a necessidade de registrar e de compor o passado por intermédio do presente. Nesse sentido, a mídia se torna, também, um espaço de institucionalização e de reconstrução da memória coletiva. A visibilidade do acontecimento responderá a interesses públicos e privados e, de acordo com Landowski (1992), os objetos da comunicação são submetidos a processos de manipulação segundo sistemas de valores nos quais estão inseridos. O autor enfatiza que os discursos sociais instalam as estratégias no plano da encenação. Estas envolvem um objeto e sua representação, sobre os quais são manejadas as relações de visibilidade.

A categoria comunicação pública incide nas análises sobre o jornalismo que intervém diretamente sobre os acontecimentos e as

consequências do enquadramento jornalístico e, conseqüentemente, a compreensão da sociedade e participação. O *ethos* do jornalismo abrange funções como informar, investigar o poder, analisar e interpretar complexidades, estimular a empatia social, alimentar e mobilizar para o debate público (SCHUDSON, 2008). O papel da imprensa está em orientar o público sobre questões sociais e principalmente em provocar a discussão, criar um desejo coletivo e acionar a comunidade, “pois a opinião pública, que funciona como uma mente numa sociedade livre, é o produto da discussão”, conforme afirma Park (2008, p. 76). O cumprimento dessas funções tem sido desafiado ao longo do tempo, em especial, pela evolução tecnológica a partir da internet e pela relação com as disputas políticas de poder. Ao mesmo tempo em que a internet propicia um acesso maior à informação e maior potencial de publicidade, ela também gera um excesso de informações, disseminação de boatos e vieses algorítmicos na circulação de conteúdo. Essa complexidade provoca o jornalismo a buscar uma autolegitimação por meio dos conteúdos, os quais possam ter relevância maior para a sociedade na qual o jornal está inserido.

Outras atribuições que identificam o poder do jornalismo residem no seu papel, ora de mediador do debate público, ora de partícipe deste debate, mas também como o agente de fiscalização dos poderes constituídos. A internet propiciou maior acesso a dados públicos nos portais de transparência governamentais, assim como as políticas de transparência pública que normatizam e regulamentam a publicidade de atos, dados e documentos públicos que provocam uma disputa pela competência e reconhecimento de atores para o uso de apropriação de dados públicos na sociedade (MARGETTS, 2011; SILVA; SAMPAIO; BRAGATO, 2016). As políticas de transparência pública, regulamentadas em leis e normas, salientam a ideia de Lippmann (2008) sobre a qualidade de a notícia estar diretamente ligada à organização social das instituições capazes de desembaraçar questões internas suscetíveis de interesse público.

Nesse sentido, os jornalistas se percebem como praticantes da fiscalização do poder por meio de modalidades comunicativas de jornais com o uso de dados públicos, conforme estudo de Brenol (2019). A autora entrevistou 29 jornalistas e identificou uma comunidade de repórteres e editores que se auto identificam como praticantes de jornalismo com uso de dados públicos, capaz de reconhecer os trabalhos referência no campo de atuação. As indicações dos próprios jornalistas – ao todo 123 trabalhos – mostram que esse grupo pratica com regularidade o acesso aos bancos de dados públicos para produção predominante de modalidades comunicativas multimídia. Ou seja, eles acessam, interpretam e extraem os dados públicos, combinam com técnicas de produção jornalística e traduzem os temas e pautas em formato texto, com elementos de áudio, vídeo, gráficos adicionados por hipertexto. Os temas de interesse público mais frequentes nessas modalidades comunicativas foram os *políticos*, *vitais* e *sensíveis* (WEBER, 2017), sendo 64 em temas políticos (Executivo, Judiciário, Legislativo, corrupção, eleições e finanças públicas), 35 em temas vitais (segurança pública, emprego, saúde) e apenas um registro em temas sensíveis (questões religiosas, comportamentais, preconceituosas, de gênero).

Dessa pesquisa, podemos destacar o potencial da contribuição do jornalismo para a mediação do debate público quando produz modalidades comunicativas com o uso de dados públicos digitais. Ela mostra que o resgate das características de universalidade, periodicidade, atualidade e publicidade, associado às modalidades com o uso de dados públicos é qualificadora do jornalismo no digital, pois o protege dos constrangimentos provocados pelo ambiente eivado pela circulação algorítmica, pressionado pela instantaneidade das mensagens, da apuração, da publicação, do consumo e pela precipitação provocada pela velocidade. As modalidades comunicativas com o uso de dados públicos também são qualificadoras do *ethos* da profissão, pois as novas práticas provocaram a relação em rede de troca e compartilhamento de

conhecimentos entre o grupo de praticantes, de modo a reforçar valores e promover o interesse público.

Na perspectiva abordada, a comunicação pública se configura como categoria de análise a ser aplicada para observar a circulação de temas de interesse público mobilizadores do debate público. Nessa linha, a comunicação científica também se impõe à análise, tendo em vista que a ciência é gerada principalmente em instituições públicas, passível de políticas públicas e atinge diretamente a sociedade.

A divulgação científica e a comunicação pública sobre ciência e tecnologia (C&T) são fundamentais para a compreensão informada da nossa realidade cotidiana, da natureza do conhecimento científico e tecnológico existente e de seu papel nos processos cotidianos da vida. Ao longo da história, a divulgação científica assumiu diferentes significados e, a partir da década de 1950, o termo passa a designar a popularização da ciência (na tradição dos países anglo-saxônicos), assim como a “vulgarização científica” e o “jornalismo científico”. No Brasil, ainda falta um longo caminho para que a divulgação da ciência comece a ser encarada como um instrumento para tornar disponíveis conhecimentos e tecnologias para melhorar a vida das pessoas; suporte a desenvolvimentos econômicos e sociais sustentáveis; espaço que incentive o debate sobre a ciência e a técnica e que aproxime as pessoas de conhecimentos específicos sobre assuntos que interferem na sua vida cotidiana de maneira decisiva; instância de trocas e de circulação de informações que auxilie a iluminar decisões importantes e estratégicas que envolvam esses conhecimentos.

Comunicação e divulgação científica envolvem a construção de uma *ecologia dos saberes* (SANTOS, 2006) e não apenas a tradução da linguagem científica para o público leigo (popularização) ou a disseminação dentre as coletividades científicas de conhecimentos (difusão) específicos ao próprio campo. A ideia central da comunicação pública de C&T é encontrar formas de promover o questionamento, a reflexão e a crítica informada sobre as diferentes problemáticas envolvidas. Refutar ou aceitar argumentos, interagir, como um sujeito

ativo, com um objeto tecnológico, com os temas da ciência. A divulgação científica como um instrumento de cidadania amplia e qualifica o debate sobre a ciência, tecnologia e inovação no mundo contemporâneo (BAUMGARTEN, 2012).

A análise dos meios de comunicação de massa, no Brasil, por exemplo, aponta para a existência de um jornalismo com conteúdo científico precário e pouco desenvolvido. Temáticas estratégicas para a sustentabilidade econômica, social e ambiental são tratadas de forma superficial e parcial, dependendo dos interesses envolvidos, e não como um debate público com seus variados argumentos. As decisões em ciência e tecnologia têm consequências comerciais, estratégicas, sociais e ambientais muito fortes, e a formação de uma cultura científica faz parte de um processo de criação de mediações entre quem produz ciência e tecnologia e a sociedade, as empresas, os cidadãos.

A inclusão social, econômica e política e o desenvolvimento da cidadania dependem, hoje em dia, da educação científica, do conhecimento social sobre a ciência e a tecnologia, de uma relação mais íntima entre o senso comum e a ciência. Seria uma forma de desmistificar a tecnociência, de aproximar a produção de ciência e tecnologia das necessidades sociais, de democratizar informações e obter apoio político para a produção de conhecimentos científicos e a ampliação de possibilidades tecnológicas, construindo mediações entre as instâncias produtoras de ciência, tecnologia e inovação (CT&I) e a sociedade (MACIEL, 2005; BAUMGARTEN, 2010).

A comunicação pública é também o debate que incide sobre as articulações complexas, dinâmicas e interativas entre o campo de produção de ciência e tecnologia (C&T) e a sociedade. Assim, sua otimização constitui-se em um dos grandes desafios para os cientistas e a sociedade.

A falta, no Brasil, de políticas apropriadas para o setor – que possibilitem a construção de mediações entre produtores de conhecimentos e sociedade em geral – traz problemas para a utilização social e a transferência dos conhecimentos produzidos nas

instituições de pesquisa (notadamente as universidades) para a sociedade. Isso contribui para o relativamente baixo aproveitamento social do conhecimento produzido nessas instituições, o que, ao mesmo tempo, dificulta a identificação e o acolhimento adequado às necessidades e demandas da sociedade ao setor de C&T. (BAUMGARTEN, 2008).

## **Considerações finais**

Operações analíticas sobre a comunicação da sociedade, das instituições em discursos, produtos, meios e debates, quando realizadas a partir das perspectivas conceituais da comunicação pública, permitem valorizar o interesse público. Também a abordagem de acontecimentos e de temas de interesse público articulam a relação entre facticidade, normatividade e a dimensão estratégica. Esse processo permite reconhecer a comunicação pública como prática qualificadora da democracia, conforme Weber (2017), uma vez que a comunicação pública acolhe diversos temas de interesse público, incentiva a participação dos diversos públicos e favorece o aprofundamento do debate público.

O conceito *comunicação pública* permite identificar as diferenças e confluências entre o público e o privado na comunicação entre governos e instituições, e aferir sobre a capacidade discursiva de atores e suas relações sociais, políticas e midiáticas no debate público constituído, também, por “redes de comunicação pública”.

Com este artigo, em mosaico, pretendemos alinhar questões teóricas e exemplos capazes de ampliar o debate em torno da comunicação pública como princípio normativo para analisar acontecimentos públicos, debates, jornalismo, propaganda, mídias, comunicação governamental e, também, a comunicação científica, dentre tantos temas, a partir da categoria teórica *interesse público*. Esta categoria analítica permite identificar os interesses privados em disputa com o interesse público e, nesse sentido, contribuir para a

qualidade da democracia. Temas e acontecimentos de interesse público tensionam e acionam responsabilidades das autoridades políticas e governamentais.

Por fim, ao utilizarmos o termo “desvio”, estamos indicando a incapacidade de organizações políticas entenderem a função pública e a responsabilidade da sua comunicação; os enquadramentos jornalísticos que privilegiam os interesses da imprensa e não da matéria em curso; e a falta de investimentos em sistemas públicos de comunicação. São desvios porque não contribuem de fato para a qualidade da democracia.

Comunicação pública é, portanto, característica própria das democracias e deve ser, necessariamente, perseguida pela comunicação dos governos, mas também pode ser provocada pela própria sociedade, em debate público junto ao Estado e às mídias, utilizando formatos diversos de comunicação em rede e a facilidade da comunicação digital.

## Referências

- ALSINA, Miguel Rodrigo. *A Construção da notícia*. Petrópolis: Vozes, 2009.
- ARENDDT, Hannah. *A condição humana*. 8. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1997.
- BABO-LANÇA, Isabel. Configuração mediática dos acontecimentos do ano. *Revista Caleidoscópio*, v. 1, n. 10. Lisboa: Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, 2011.
- BAUMGARTEN, M. *Conhecimento e Sustentabilidade*. Políticas de ciência, tecnologia e inovação no Brasil contemporâneo. Porto Alegre, Ed. UFRGS, Ed. Sulina, 2008.
- BAUMGARTEN, M. Universidade e Sustentabilidade: repercussões sociais da pesquisa e divulgação de ciência e tecnologia. In: LAMPERT, E.; BAUMGARTEN, M. (Orgs.). *Universidade e conhecimento: possibilidades e desafios na contemporaneidade*. Porto Alegre: Sulina; UFRGS, 2010.

- BAUMGARTEN, M. O debate público de ciência e tecnologia. In: KERBAUY, M. T.; ANDRADE, T. HAYASHI, C. (Orgs). *Ciência, tecnologia e sociedade no Brasil*. Campinas, Ed. Alínea, 2012. p. 87-98.
- BARRERAS, Sandra Bitencourt de. *O agendamento do aborto na campanha presidencial brasileira de 2010: reverberação e silenciamento estratégicos entre imprensa, mídias sociais e candidatos*. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- BERGER, Christa; TAVARES, Frederico M. B. Tipologias do acontecimento jornalístico. In: BENETTI, Marcia; FONSECA, Virginia P. S. *Jornalismo e acontecimento: mapeamentos críticos*. Florianópolis, Insular, 2010. p. 121-142.
- BRENOL, Marlise Viegas. *Transparência digital e jornalismo: um estudo sobre modalidades comunicativas com o uso de dados públicos*. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019 .
- CEFAÏ, Daniel. La construction des problèmes publics. Définitions de situations dand des arènes publiques. *Réseaux: Communication - Technologie - Société*, v. 14, n. 75, p. 43-66, 1996.
- COELHO, M. P. *O acontecimento público Satiagraha, entre o Estado e a mídia*. Tese (Doutorado em Comunicação e Informação) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação, Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2013.
- ESTEVES, João J. Pissarra N. *Espaço público e democracia: comunicação, processo de sentido e identidade social*. São Leopoldo: Ed. Unisinos, 2003.
- ESTEVES, João J. Pissarra N. *Sociologia da Comunicação*. Lisboa, Fundação Calouste Gulbenkian, 2011.
- FRANÇA, Vera; ALMEIDA, Roberto. O acontecimento e seus públicos: um estudo de caso. *Contemporanea*, [s.l.], v. 2, n. 6, p. 1-24, dez. 2008.
- GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.

HABERMAS, J. *Direito e democracia: entre facticidade e validade*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1997.

HABERMAS, J. *Mudança Estrutural da Esfera Pública*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HABERMAS, J. *Teoria do Agir Comunicativo - 1. Racionalidade do Agir Comunicativo*. São Paulo: Martins Fontes, 2012.

LANDOWSKI, Eric. *A sociedade refletida*. São Paulo: Pontes/Educ SP, 1992.

LIPPMANN, Walter. Notícia, verdade e uma conclusão. In: BERGER, Cristha; MARROCO, Beatriz. *A era glacial do jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Porto Alegre: Sulina, 2008.

MACIEL, M. L. Estímulos e desestímulos à divulgação do conhecimento científico. In: BAURGARTEN, M (org). *Conhecimento e redes - sociedade, política e inovação*. Porto Alegre. Ed. Universidade/UFRGS, 2005. p. 107-116.

MAIA, Rousiley (Coord.). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.

MANTOVANI, Denise Maria. *Quem agenda a mídia: um estudo de agenda-setting a partir da tematização do aborto nas eleições de 2010*. Tese (Doutorado em Ciência Política)—Universidade de Brasília, Brasília, 2014.

MARCELINO, Douglas Attila. *Subversivos e pornográficos: censura de livros e diversões públicas nos anos 1970*. Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2011.

MARGETTS, Helen. The internet and transparency. *The Political Quarterly*, v. 82, n. 4, p. 518-521, 2011.

McCOMBS, Maxwell. *A teoria da agenda: a mídia e a opinião pública*. Petrópolis: Vozes, 2009.

PARK, Robert E. Notícia e poder da imprensa. In: BERGER, Christa.; MAROCCO, Beatriz. *A Era Glacial do Jornalismo: teorias sociais da imprensa*. Porto Alegre: Sulina, 2008. p. 71- 82.

PRUDENCIO, Kelly. *Mobilizar a opinião pública: Sobre a comunicação dos ativistas políticos*. In: ENCONTRO DA COMPÓS, 18., 2009, Belo Horizonte. *Anais...* Belo Horizonte, junho de 2009.

QUÉRÉ, Louis. A dupla vida do acontecimento: por um realismo pragmatista. In: FRANÇA, Vera; OLIVEIRA, Luciana de (Org.). *Acontecimento: reverberações*. Belo Horizonte: Autêntica, 2012. p. 21-38.

QUÉRÉ, Louis. A individualização dos acontecimentos no quadro da experiência pública. *Caleidoscópio, Revista de Comunicação e Cultura*, Lisboa, Edições Universitárias Lusófonas, n. 10, p. 13-37, 2011.

QUÉRÉ, Louis. Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos, Revista de Comunicação, Cultura e Educação*, n. 6, p. 59-76, 2005.

SANTOS, B. S. *A Gramática do Tempo*. São Paulo: Cortez Editora, 2006.

SCHUDSON, Michael. *Why democracies need an unlovable press*. Malden: Polity Press, 2008.

SILVA, Silvano Pereira da; SAMPAIO, Rafael Cardoso; BRAGATO, Rachel Callai. *Democracia digital, comunicação política e redes: teoria e prática*. Rio de Janeiro: Folio Digital: Letra e Imagem, 2016.

WEBER, M. H. Estratégias da comunicação de Estado e a disputa por visibilidade e opinião. In: KUNSCH, Margarida (Org.). *Comunicação Pública, sociedade e cidadania*. São Caetano do Sul: Difusão, 2011.

WEBER, M. H. *Na Comunicação Pública, a captura do voto*. *LOGOS 27: Mídia e Democracia*, Rio de Janeiro, ano 14, p. 21-42, 2º semestre de 2007.

WEBER, M. H. Nas redes de comunicação pública, as disputas possíveis de poder e visibilidade. In: WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (Org.). *Comunicação Pública e Política: pesquisa & práticas*. Florianópolis: Insular, 2017.

WEBER, M. H.; COELHO, M. P.; LOCATELLI, C. (Org.). *Comunicação Pública e Política: pesquisa & práticas*. Florianópolis: Insular, 2017.



## **Comunicação como política pública: as adversidades da consolidação de um conceito**

*Luiz Signates*

### **Introdução**

Escrever sobre comunicação pública no Brasil não é fácil. Duas heranças de cultura política da comunicação se entrelaçam para torná-la muito mais complexa do que seria de se esperar. A primeira é a da comunicação privada, vista como consumo e tratada como negócio. A segunda, da comunicação pública – a estatal –, percebida como poder e tratada como propaganda. Em ambos estes sentidos, os quais separam, conceitualmente, a comunicação nos mundos econômico e político, a adjetivação “pública” para a noção de comunicação – que, em termos puramente teóricos, deveria ser um mero pleonasma – tem sido ao longo do tempo reduzida a uma teratologia e tratada como uma inutilidade. Não é fácil escrever sobre comunicação pública no Brasil.

A maior dificuldade, sem dúvida, para os que compreendem a importância de uma comunicação pública – não apenas para a cultura, mas sobretudo para o processo democrático – é escapar do texto panfletário. É virtualmente impraticável fugir do estilo do lamento, da queixa, da indignação, da denúncia, da impulsão à luta política, diante da importância do conceito e, ao mesmo tempo, do insucesso de sua viabilização nas sociedades capitalistas contemporâneas. É, pois, quase impossível deixar de sentir uma enorme sensação de impotência diante das sequências inumeráveis

de lutas perdidas, nas mais variadas instâncias, pela busca apenas de aplicação daquilo que já está consignado em lei ou na própria Constituição Federal.

Neste trabalho, a pretensão é de registro e, no que for possível, dentro do quadro de dificuldades de formulação de perspectivas teóricas dentro do campo científico da comunicação em sua especificidade pública. O registro pretende revelar a percepção do momento histórico político do Brasil, irremediavelmente tomado por uma onda neoconservadora com características extremas e de alto potencial destrutivo sobre conquistas civilizatórias básicas. As perspectivas, não propriamente políticas, dizem respeito à consolidação da dimensão conceitual da comunicação como fundamento da democracia, o que aponta imediatamente para a afirmação científica da noção de comunicação pública como categoria avaliadora do gradiente de democraticidade das sociedades contemporâneas.

Em outras palavras, a análise da conjuntura, por mais perniciosa que nos pareça, discutida de modo rigoroso e pertinente, pode contribuir para a formação do pensamento crítico que movimente a ideia da comunicação pública para uma dignidade relevante, desde que possa servir como sinalizador do horizonte de possibilidade da vida democrática, definida a partir da comunicabilidade das pessoas, dos povos e das instituições. O interesse, nesse sentido, é explicitamente escapar de uma visada instrumental da comunicação pública – percebida como espaço profissional ou como lugar de especialidades – em direção a uma visada em que a comunicação pública se torna uma das variáveis definidoras da institucionalidade democrática enquanto tal.

Se, no tempo presente, do “limão” bolsonarista, conseguirmos fazer um “suco” comunicacional para a democracia, este trabalho terá atingido seus objetivos, tanto teóricos quanto políticos. Assim, este texto terá escapado do mero denunciamento para uma articulação de pensamento que coloque a luta pela comunicação pública no episódio central da afirmação da democracia no Brasil.

## **Comunicação pública no Brasil: o cenário de uma terra arrasada**

A história política da regulamentação da comunicação no Brasil é uma história de derrotas em sequência. A composição do Congresso Nacional, especialmente as comissões que lidam diretamente com a comunicação, é majoritariamente formada por radiodifusores, numa tradição consolidada na famosa compra do quinto ano de mandato, pelo então presidente José Sarney, operada pelo, na época, ministro das comunicações Antonio Carlos Magalhães, que distribuiu mais de mil emissoras entre deputados e senadores constituintes, na maior distribuição de canais de rádio e TV da história do Brasil (MOTTER, 1994).

Essa visão empobrecida do processo comunicativo se completa de forma trágica com o historicamente conhecido uso clientelista e patrimonialista do instrumento da concessão como forma de manter a classe dirigente como proprietária dos canais, aparatos e organizações de comunicação, em especial o rádio e a televisão. O caso mais vergonhoso nesse sentido, sem dúvida, ocorreu com o governo Sarney, que, por meio de seu ministro das comunicações, Antonio Carlos Magalhães, no primeiro semestre de 1988, outorgou a 91 constituintes nada menos que 135 emissoras de rádio e 30 de televisão, a troca de mais um ano de mandato. Isso poderia ser até considerado irrelevante, se não se considerar que, durante esse longo mandato, foram licenciadas nada menos que 1028 emissoras, número maior do que a quantidade total de outorgas feitas durante toda a história do país até aquela época (Motter, 1994). (SIGNATES, 2003, p. 10).

Desde então, e muito mais do que antes, todas as lutas pela democratização da comunicação no país foram perdidas. Mesmo depois da Constituição de 1988, denominada “Constituição Cidadã”, que previu avanços notáveis para o campo da comunicação pública e educativa (localização da conteúdos, sentido público das concessões, estabelecimento de um Conselho de Comunicação Social etc.) que ou jamais foram cumpridos ou sequer regulamentados.

A luta dos movimentos pela democratização da comunicação e acesso à informação conquistaram, na Constituição de 1988, espaço e definições sobre a comunicação pública, especificamente, a radiodifusão que a Constituição caracteriza como sistemas complementares entre público, privado e estatal. O sistema privado regido pelo mercado (embora sejam concessão do Estado); o sistema estatal vinculado aos governos, como a NBR; e o sistema público constituído na hibridação entre o interesse editorial e o interesse do Estado, desde que garantido por conselhos administrativos plurais e investimento governamental. A divisão e combinações entre público, privado, estatal, cunhada pela Constituição, permite confusas e oportunistas interpretações, mas sua precisão normativa indica a importância do que é “público” e explica, em parte, as atitudes persecutórias dos governos Temer e Bolsonaro. (WEBER, 2019, s.p).

No segundo mandato do governo Lula, em 2009, realizou-se a primeira e única Conferência Nacional de Comunicação, sob o tema “Comunicação: meios para a construção de direitos e cidadania na era digital”, a mais expressiva formação de esfera pública para o debate regulatório e de orientação pública das comunicações já havido na história do Brasil. Esvaziada pela grande mídia, pois os empresários da radiodifusão – ligados à Associação Brasileira de Empresas de Rádio e Televisão (Abert), sindicato patronal controlado pela Rede Globo – se ausentaram, esvaziando os debates e, naturalmente, submetendo o evento, tanto em suas formulações estaduais até a síntese nacional, ao mais ensurdecedor silêncio midiático (BRITTOS; ROCHA; NAZÁRIO, 2010).

Em seguida, os resultados da Conferência foram de tal maneira torpedeados, em termos de política pública, que praticamente inexistiu pressão social para que o governo Lula os encaminhasse sequer na forma de projeto de lei ao Congresso Nacional. Não por outra razão, foram pífias as consequências. Em sua entrevista aos jornais El País e Estadão, a primeira feita dentro do presídio em Curitiba, o ex-presidente Lula admitiu o equívoco de não ter dado sequência à regulamentação e ao controle social da

mídia, que tinham sido consolidados como projeto pelo Conselho de Comunicação. Ele alegou ter deixado a implementação para o governo Dilma, que terminou por não fazê-la, inutilmente temerosa de ter a mídia hegemônica contra si, o que acabou se consolidando, de qualquer forma...

Eu, por exemplo, acho que tive um erro grave. Eu poderia ter feito a regulamentação dos meios de comunicação. Fizemos um Congresso em 2009, só participou a Bandeirantes e a Rede TV se não me falha a memória, sabe, nenhuma outra TV participou, muitas rádios participaram, e, em junho de 2010, nós preparamos uma regulamentação dos meios de comunicação. Ao invés de dar entrada no Congresso, porque iria ter eleição, eu pensei “não, vou deixar para o novo Governo”. A razão pela qual a Dilma não entrou, não sei. Então, essa é uma autocrítica que eu faço (LULA, 2019, s. p.).

Dos poucos avanços, tivemos, em 2007, a consolidação precária da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), a partir da união da antiga Empresa Brasileira de Comunicação (Radiobrás) com a histórica Associação de Comunicação Educativa Roquette Pinto (ACERP); esta última, em 2014, passaria para o controle do MEC. A criação da EBC, embora significasse um nível de compromisso do governo petista com a finalidade pública dos canais públicos e educativos, foi considerada pontual e insatisfatória pelos estudiosos do ramo. Lopes (2015) queixou-se da falta de uma legislação que desse especificidade ao papel das emissoras educativas, avaliando que “o governo federal evitou confrontar os interesses locais e regionais dos concessionários educativos” (LOPES, 2015, p. 13). Montenegro, Teles e Santos (2017, p. 2) deram razão à crítica e previram que “na conjuntura política atual o próprio caráter público da TV Brasil está ameaçado”.

O pessimismo dos estudiosos tinha razão de ser, pois refletia os acontecimentos recentes. A estrutura de autonomia com controle social e público, criado pelos governos petistas, praticamente se desfez no governo Temer, com a extinção, após o golpe parlamentar de 2016,

do Conselho Curador criado pelo governo Lula (VIEIRA; COUTINHO, 2016). Entretanto, mesmo assim, mantinha-se ainda a necessária separação entre comunicação governamental, representada pela TV NBR e responsável pelo noticiário oficial, e a comunicação pública, desenvolvida pela EBC, cuja destinação deveria ser voltada para a sociedade. No entanto, isso não impediu a precarização a que foi submetida no governo Temer, não apenas pela extinção do Conselho Curador, mas também pela vertiginosa queda no recurso investido na Empresa: o orçamento que, em 2015, era de 547,6 milhões caiu, em 2018, para 245,9 milhões (LOPES, 2018).

Esse vínculo de resistência que permanecia foi ainda mais enfraquecido com a ascensão ao poder por Jair Bolsonaro em 2018 (FALCÃO, 2019). Logo no início do mandato, o novo presidente, numa portaria que obedecia a uma orientação claramente ideológica, unificou a NBR e a EBC, submetendo a comunicação pública à comunicação governamental e, assim, negando o caráter social e público da EBC mediante um descarado aparelhamento, que transformou a EBC em um mero instrumento de propaganda governamental. No dia 10 de abril de 2019, o site institucional da EBC anunciou a alteração da grade da TV Brasil, “que agrega conteúdos produzidos pela NBR” (PEDRUZZI, 2019, s.p). Deve-se registrar que, em diversos pontos, as ações demolidoras do atual governo têm sido feitas em claro descumprimento de normas constitucionais e da legislação vigente, especialmente a Lei nº 11.652, de 2008, que, dentre outros dispositivos, proíbe de forma expressa “qualquer forma de proselitismo na programação” (BRASIL, 2008, s.p).

É forçoso admitir que esse desmonte da natureza pública da ação estatal não se deu somente no campo da comunicação, embora neste a ação tenha sido de anulação e não somente de perda de controle social. Bolsonaro simplesmente extinguiu quase mil conselhos, em todas as áreas da administração federal, sob o pretexto de contenção de gastos, eliminando praticamente toda a interlocução das políticas públicas com a sociedade civil organizada (BARBOSA, 2019, s.p).

Tem sido flagrante e sem precedentes o claro desprezo à comunicação pública pelo governo Bolsonaro. Ao discurso autoritário agrega-se uma visão simplista e fortemente ideológica dos problemas nacionais, um drástico contexto que culmina no desmonte de áreas estratégicas para a cidadania brasileira, como o meio ambiente, a questão indígena, o fomento à pesquisa e ao ensino superior, o enfrentamento da miséria e da desigualdade social e – como não poderia deixar de ser – das estruturas estatais de comunicação pública e educativa. Estas, aparelhadas e colocadas a serviço da propaganda governamental, perdem seus princípios orientadores basilares, tais como o interesse público, a participação social e a comunicação cidadã.

### **O que as contradições deixam ver: consolida-se na adversidade o conceito de comunicação pública**

No descompasso dos fracassos políticos, tangida talvez até pelo quadro da percepção aguda de sua ausência, a noção de comunicação pública prospera, tanto como arranjo teórico consistente, no âmbito da academia, quanto no de proposição política específica, centrada nas lutas pela cidadania e pela democratização das instituições e tecnologias de comunicação. Já na década de 1980, a literatura americana divisava um descompasso entre emissoras, políticos e academias, registrando que os primeiros sempre trataram o rádio e a televisão a partir de interesses imediatos, enquanto a academia sempre descreveu a mídia como manipuladora e o público como enganado por ela em seus melhores interesses (SCANNEL, 1989).

A noção de comunicação pública surge no meio acadêmico, pela primeira vez em 1998, com dois textos: um é de Heloíza Matos, o outro, de Elizabeth Brandão, ambos apresentados à Intercom (BRANDÃO, 2016). Contudo, Liedtke e Curtinovi (2016) se referem a uma herança que viria, ao longo da década de 1980, dos estudos de comunicação empresarial e da comunicação nas organizações,

feitos por Gaudêncio Torquato, ao qual, no final dessa década, somaram-se os trabalhos de Margarida Maria Krohling Kunch.

Ela entende que, além de compreender todo o espectro das atividades comunicacionais (relações públicas, relações governamentais, comunicação de marketing, comunicação corporativa, comunicação interna e comunicação externa), tais termos apresentam “maior amplitude, aplicando-se a qualquer tipo de organização e não só àquilo que se chama 'empresa'” (LIEDTKE; CURTINOV, 2016, s.p).

Qualquer que seja a definição, o centro do debate do conceito de comunicação pública sempre esteve, sem dúvida, na relação Estado-sociedade civil, e dentro de uma perspectiva que privilegia a condição democrática e a afirmação da cidadania. A herança do termo remete a modelos de comunicação vinculados ao Estado e aos serviços públicos, razão pela qual as denominações utilizadas em outros países dizem respeito diretamente a tais significações: *public service*, *public broadcasting*, que alguns autores brasileiros terminaram por traduzir por “mídia pública”, expressão que englobaria todas as formas de *broadcasting* nas formas elitista, educativa, alternativa, pública não-estatal, culturalista e estatal (VALENTE, 2009; DINIZ, 2013).

Os movimentos de superação conceitual no Brasil foram fortemente influenciados pelas aspirações democráticas nas quais o país, desde a década de 1980, procura consolidar de forma claudicante e contraditória.

É de Jorge Duarte (2007) um dos livros considerados clássicos sobre o assunto. Este autor identifica que a desinformação da população é uma das principais responsáveis pelo desinteresse dos brasileiros, manifesto em pesquisas, em relação às temáticas de políticas públicas. Diz Duarte que

Pesquisa realizada pelo Ibope em 2003 para o Observatório da Educação e da Juventude mostrou que enquanto 44% dos brasileiros desejam influenciar políticas públicas, 56% não têm

interesse. O que chama a atenção, é que, dos não-interessados, 35% dizem que não desejam simplesmente porque não tinham informações sobre como fazê-lo (DUARTE, 2007, p. 47).

Esse quadro indica, para ele, a relevância da comunicação pública, que ele difere de outras modalidades de comunicação, como a governamental e a política.

A comunicação pública diz respeito à interação e ao fluxo de informação relacionados a temas de interesse coletivo. O campo da comunicação pública inclui tudo que diga respeito ao aparato estatal, às ações governamentais, partidos políticos, terceiro setor e, em certas circunstâncias, às ações privadas. A existência de recursos públicos ou interesse público caracteriza a necessidade de atendimento às exigências da comunicação pública (DUARTE, 2007, p. 50).

A definição de comunicação pública como “comunicação de interesse público” efetua sua articulação com procedimentos comunicacionais diretamente relacionados à cidadania, entendida como preponderância da sociedade sobre as questões relacionadas aos interesses coletivos e, especificamente, ao Estado. Ainda segundo Duarte (2007), o conceito se estabelece, assim, a partir de quatro eixos fundamentais: a transparência, o acesso, a interação e a ouvidoria social.

Nesse compasso, cada vez mais o conceito de comunicação pública ganhou a conotação de “espaço da/para a sociedade organizada” (MATOS, 2009). Para Matos, a comunicação pública é definida como

processo de comunicação instaurado em uma esfera pública, que englobe Estado, governo e sociedade, além de um espaço para o debate, a negociação e a tomada de decisões relativas à vida pública do país (MATOS, 2009, p. 105).

O vínculo nodal com o espaço público proporciona a inserção da noção de capital social, advinda da sociologia de Pierre Bourdieu.

Conforme Matos (2009, p. 132), “a comunicação pública parece criar o ambiente de intercâmbio no qual o capital social floresce”. Essa apreensão fez com que alguns pesquisadores buscassem relacioná-lo a noções de elevado cunho de democracia social, como a de “capital social”, engendrando o termo “capital comunicacional público” (NOBRE, 2011).

O termo é problemático, porquanto a redundância já existente e reconhecida por vários críticos na expressão “comunicação pública” termina duplicada pela nova expressão, com a qual se busca dar ainda mais preponderância às características de liberdade, cidadania e tematizações de interesse público. A abrangência é igualmente bastante ampla, pois, conforme Nobre (2011), a noção inclui desde as políticas de comunicação governamentais até as instâncias da sociedade, como empresas, mídias, universidades e organizações não-governamentais. Enfim, para este autor, tudo o que reúne liberdades, assuntos públicos e cidadania constituiria capital comunicacional público. Além disso, a noção de “capital comunicacional” é insuficiente em sua distinção em relação ao conceito consagrado de “capital social”. O conceito de comunicação pública se mantém.

Ao longo do tempo, a noção vem se consolidando, tanto no debate profissional, especialmente junto às assessorias de imprensa governamentais, quanto no meio acadêmico. Conceitos como transparência e *accountability* assumem a preponderância comunicacional como obrigações inapeláveis da governança democrática (GOMES; AMORIM; ALMADA, 2018). E a noção termina abrangendo âmbitos os mais diversos, como a comunicação organizacional, a científica, a política e as estratégias de comunicação da sociedade civil organizada, tanto na modalidade alternativa quanto na comunitária (LOCATELLI, 2017).

Em paralelo a essa discussão, desde a década de 1980, os debates sobre economia política da comunicação foram prioridade nos estudos acadêmicos, na esteira da supremacia da televisão sobre a produção dos sentidos da cultura e da política no Brasil e no mundo. As discussões sobre os modos das concessões de rádio e TV

no Brasil, bem como sobre as emissoras educativas e comunitárias, movimentaram os debates relacionados à composição da Constituição Brasileira de 1988.

No centro de todas essas questões, os conceitos de cidadania e democracia sempre centralizaram as análises e as proposições, em geral, sob a larga categoria das “políticas públicas de comunicação”. O Brasil pós-regime militar tinha vivenciado a hegemonia da Rede Globo e trabalhava fortemente pelo interesse da democratização das políticas públicas de comunicação. A comunidade acadêmica em comunicação assumiu esse discurso em praticamente todas as pesquisas feitas desde a década de 1980.

A emergência e a popularização da internet, em meados da década de 1990, se, por um lado, contribuiu para enfraquecer os debates relacionados à economia política da comunicação, por outro, não desfez a discussão sobre democracia e comunicação. A reintrodução do conceito de esfera pública, com o aprofundamento de novos aspectos, como as esferas de visibilidade (GOMES; MAIA, 2008) e a deliberativa (HABERMAS, 1996; MAIA, 2006; LUBENOW, 2010), contribuíram fortemente para aprofundar a noção de democracia social – aquela que não se restringe às instituições do Estado e penetra como exigência civilizatória às instâncias privadas e aos relacionamentos virtuais.

É no compasso desses debates que as temáticas das *fake news* e da pós-verdade ganham foro, adquirindo expressão inusitada após as eleições de Donald Trump nos EUA e Jair Bolsonaro no Brasil (FERREIRA, 2018), bem como o suspeito plebiscito do Brexit, na Inglaterra (GOMES GARCÍA, 2017; PAPPALARDO, 2018). Noções filosóficas fundamentais, como a verdade e o respeito emergem no cenário do debate acadêmico, enquanto na vida comum as radicalizações e violências tomam corpo, ameaçando a frágil democracia brasileira.

Em todos esses aspectos, o conceito de democracia adquire o rosto da comunicação livre e das relações pautadas pela transparência. A comunicação, em sua feição habermasiana, como

ética das relações democráticas e livres, percorre as análises e adquire nova e insuspeita centralidade, seja para ser proposta como vetor das políticas públicas, seja para inspirar as regras de interação entre instituições e grupos sociais. Nas sociedades contemporâneas, fortemente midiaticizadas, já não é possível nem razoável definir democracia sem que o conceito de comunicação, por sua natureza pública, funcione como categoria constitutiva da própria definição.

A comunicação é, pois, não apenas um componente da democracia, mas o seu próprio modo de ser, nas instituições, nos grupos sociais e na sociedade como um todo. Em outras palavras, será tão mais democrática uma sociedade, quanto forem livres e fortes os processos de produção e circulação social do sentidos. E, em contrapartida, será tão mais autoritária e antidemocrática uma sociedade, quanto os modos de comunicação forem reduzidos ao silêncio ou impedidos de circular, pela ação violenta dos sistemas de poder. Somente pela comunicação, a democracia adquire condições de se realizar como tal, na medida em que passe a imperar a solução não violenta dos conflitos, ao se tornarem mediados pela linguagem, seja pelo jogo argumentativo, seja pela disputa das imagens, em público (SIGNATES, 2012, p. 12-13).

Hoje, quando vivenciamos as ameaças de retrocesso democrático e civilizatório, com a militarização e o neoliberalismo destrutivo, improvisado e sem projeto do governo Bolsonaro, é o momento em que o campo da comunicação amadurece teórica e epistemologicamente, reafirmando o conceito de comunicação pública como uma categoria que veio para ficar. É a adversidade que oferece o substrato empírico para uma visibilidade plena do conceito, de suas perspectivas e, sobretudo, de sua urgência como categoria capaz de imprimir o marco para a orientação democratizadora.

### **Considerações finais**

A comunicação está nos fundamentos da democracia e, portanto, é a categoria que especifica o processo político orientado

pela cidadania no contexto de uma sociedade que articula, com sucesso, liberdade e justiça social. Praticamente todas as políticas sociais são políticas de comunicação. Inclusive, mas não apenas as políticas tradicionalmente denominadas como sendo “de comunicação” – que dizem respeito às normas de publicidade, ao jornalismo, à transparência e *accountability*. Para além disso, deve-se admitir que várias políticas de Estado, como as de saúde, segurança e trânsito, não são mais do que políticas em que a comunicação funciona mais do que um mero instrumento, e sim como constitutivas do próprio processo de produção de resultados.

É comunicação toda política que relaciona com prioridade sentidos simbólicos entre a sociedade e o Estado (SIGNATES, 2009); e será pública toda política de comunicação que inverta os interesses de poder. Isto é, que tenha a sociedade como fonte e como interlocutora de todos os processos de produção de sentido simbólico, em qualquer campo de atividade política ou social.

Definida a democracia como um modo de ser da comunicação em uma sociedade qualquer (SIGNATES, 2012), é forçoso complementar que a natureza específica da comunicação como elemento definidor da democracia há de ser a comunicação pública, nos seus mais variados aspectos. A comunicação pública é, portanto, a categoria aferidora do “gradiente de democraticidade” de uma sociedade (SIGNATES, 2002), tanto quanto participa da própria definição do conceito de cidadania, nas sociedades altamente midiáticas do mundo contemporâneo (SIGNATES; MORAES, 2016). Ou, como dizem Nobre e Gil (2017, p. 11), “a comunicação pública de teor político é considerada o insumo elementar para a renovação democrática”. Assim, não basta dizer que sem comunicação pública não há democracia, mas, sobretudo, que a variante de publicização da comunicação é aquilo que define o nível de democratização em que a sociedade se encontra. E, como tal, sua ausência ou precariedade são também elementos definidores da carência e da fragilidade da democracia.

## Referências

- BARBOSA, Renan. “Despetização” ou retrocesso: os efeitos da extinção de conselhos por Bolsonaro. *Gazeta do Povo*, [on-line] 19 abr. 2019. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/republica/efeitos-do-decreto-de-bolsonaro-que-extingue-conselhos/>. Acesso em: 19 maio 2019.
- BRANDÃO, Elizabeth P. Comunicação pública: 17 anos depois. In: SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela T. (Org.) *Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: Cegraf, 2016, p. 113-130.
- BRASIL. Lei nº 11.652, de 7 de abril de 2008. *Portal da Legislação*. Disponível em: [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/ato2007-2010/2008/lei/11652.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/ato2007-2010/2008/lei/11652.htm). Acesso em: 19 maio 2019.
- BRITTOS, Valério C.; ROCHA, Bruno L.; NAZÁRIO, Paola M. Tomando posição: uma análise política da I Conferência Nacional de Comunicação (Confecom). *RECIIS – Revista Eletrônica de Comunicação, Informação e Inovação em Saúde*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 4, p. 45-54, nov. 2010.
- DINIZ, Ângela M. C. *Uma história da TV pública brasileira*. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2013.
- DUARTE, Jorge. *Comunicação pública: Estado, mercado, sociedade e interesse público*. São Paulo: Atlas, 2007.
- FALCÃO, Luiz F. N. *Comunicação pública e mobilização social: narrativas, televisualidades e engajamento virtual na campanha “Frente em defesa da EBC e da comunicação pública”*. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, MG, 2019.
- FERREIRA, Ricardo R. Rede de mentiras: a propagação de fake news na pré-campanha presidencial brasileira. *Observatório – Special Issue*, v. 12, n. 5, p. 139-162, 2018.
- GOMES GARCÍA, Ignacio. Los casos Brexit y Trump desde la ingeniería en comunicación social. *Razón y Palabra*, Quito-Ecuador: Universidad de los Hemisferios, v. 21, n. 96, p. 295-319, enero-marzo 2017.

- GOMES, Wilson; AMORIM, Paula K. D. F.; ALMADA, Maria P. Novos desafios para a ideia de transparência pública. *E-Compós*, v. 21, n. 2, maio-ago. 2018.
- GOMES, Wilson; MAIA, Rousiley. *Comunicação e democracia: problemas e perspectivas*. São Paulo: Paulus, 2008.
- HABERMAS, Jürgen. *Between facts and norms: contributions to a discourse theory of law and democracy*. Cambridge: The Mit Press, 1996.
- LIEDTKE, Paulo; CURTINOVI, Jéfferson. Comunicação pública no Brasil: passado, presente e futuro. *Comunicação pública*, v. 11, n. 20, 2016. Disponível em: <http://journals.openedition.org/cp/1171>. Acesso em: 19 maio 2019.
- LOCATELLI, Carlos. Comunicação pública e barragens: estratégias e atores. In: WEBER, Maria H.; COELHO, Marja P.; LOCATELLI, Carlos. *Comunicação pública e política: pesquisa e práticas*. Florianópolis: Insular, 2017. p. 187-206.
- LOPES, Ivonete da S. O golpe político-institucional e o desmonte da Empresa Brasil de Comunicação (EBC). *Revista Eptic*, v. 20, n. 2, p. 164-177, maio/ago. 2018.
- LOPES, Ivonete da S. *TV Brasil e a construção da rede nacional de televisão pública*. Jundiaí – SP, Paco Editorial, 2015.
- LUBENOW, Jorge A. Esfera pública e democracia deliberativa em Habermas: modelo teórico e discursos críticos. *Kriterion: revista de filosofia*, v. 51, n. 121, p. 227-258, jun. 2010.
- LULA. *Leia a íntegra da primeira entrevista de Lula desde que foi preso*. Entrevista concedida a Florestan Fernandes Júnior, do EL PAÍS, e Mônica Bergamo, da Folha de S. Paulo, em 26 de abril 2019. Disponível em: [https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/27/politica/1556391281\\_348638.html](https://brasil.elpais.com/brasil/2019/04/27/politica/1556391281_348638.html). Acesso em: 19 maio 2019.
- MAIA, Rousiley. Política deliberativa e tipologia de esfera pública. In: ENCONTRO ANUAL DA COMPÓS, 15., 2006, Bauru: Unesp, 2006. Disponível em: [https://www.researchgate.net/profile/Rousiley\\_Maia/publication/317020297\\_Politica\\_Deliberativa\\_e\\_Tipologia\\_de\\_Esfera\\_Publica/links/591f5328a6fdcc4443ee1bc6/Politica-Deliberativa-e-Tipologia-de-Esfera-Publica.pdf](https://www.researchgate.net/profile/Rousiley_Maia/publication/317020297_Politica_Deliberativa_e_Tipologia_de_Esfera_Publica/links/591f5328a6fdcc4443ee1bc6/Politica-Deliberativa-e-Tipologia-de-Esfera-Publica.pdf). Acesso em 19 maio 2019.

MATOS, Heloísa. *Capital social e comunicação: interfaces e articulações*. São Paulo: Summus, 2009.

MONTENEGRO, Luísa M. B.; TELES, Natália O.; SANTOS, Rosa Helena. Lei 11.652/2008 e o caráter público da Empresa Brasil de Comunicação: Mudanças após a aprovação da Lei 13.417/2017. In: CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE PESQUISADORES EM COMUNICAÇÃO E POLÍTICA – COMPOLÍTICA), 7., Grupo de Trabalho 8 - Políticas de Comunicação. *Anais...* Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS), maio 2017.

MOTTER, Paulino. *A batalha invisível da Constituinte: interesses privados versus caráter público da radiodifusão no Brasil*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 1994.

NOBRE, Heloísa Matos e; GIL, Patrícia G. Deliberação no contexto da qualidade da democracia: elementos para estudos em comunicação pública e política. *REU – Revista de Estudos Universitários*, v. 43, n. 1, p. 11-31, jun. 2017.

NOBRE, Guilherme F. Capital social, comunicação pública e deliberação: a gestação do capital comunicacional público. In: MARQUES, Ângela; MATOS, Heloísa (Orgs). *Comunicação e política: capital social, reconhecimento e deliberação pública*. São Paulo: Summus, 2011. p. 255-272.

PAPPALARDO, Massimiliano. *Fake news: a new political ingredient?* Padova – Itália: Università degli Studi di Padova, 2018. Tesi di Laurea.

PEDRUZZI, Pedro. Nova TV Brasil entra no ar a partir de hoje. *Agência Brasil*, [on-line], 10 abr. 2019, Disponível em: <http://agenciabrasil.ebc.com.br/geral/noticia/2019-04/nova-tv-brasil-entra-no-ar-partir-de-hoje>. Acesso em: 14 maio 2019.

SCANNELL, Paddy. Public service broadcasting and modern public life. *Media, Cultura & Society*, v. 11, n. 2, p. 135-166, 1989.

SIGNATES, Luiz. A cidadania como comunicação: estudo sobre a especificidade comunicacional do conceito de cidadania. In: SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela T. (orgs) *Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: Cegraf, 2016. p. 15-36.

- SIGNATES, Luiz. Comunicação como política pública: da abrangência teórica às questões políticas. *Revista Ser*, v. 1, n. 1, p. 4-18, 2009.
- SIGNATES, Luiz. Epistemologia da Comunicação na Democracia: a centralidade do conceito de comunicação na análise dos processos políticos. *Novos Olhares (USP)*, v. 1, n. 1, p. 7-18, 2012.
- SIGNATES, Luiz. O critério DAIA: uma sugestão para se avaliar a democracia na comunicação. In: CONGRESSO BRASILEIRO DE CIÊNCIAS DA COMUNICAÇÃO – GT Economia Política e Políticas Públicas de Comunicação, 21., 2002, Salvador-BA. *Anais...* Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/22436485387184088810528872256904194926.pdf> Acesso em: 19 maio 2019.
- SIGNATES, Luiz. Políticas públicas de comunicação: alguns referenciais teóricos e práticos de um problema mais amplo do que se pensa. In: INTERCOM, 2003. *Anais...* Belo Horizonte : Intercom, 2003. Disponível em: [http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003\\_NP10\\_signates.pdf](http://www.intercom.org.br/papers/nacionais/2003/www/pdf/2003_NP10_signates.pdf) Acesso em: 13 maio 2019.
- SIGNATES, Luiz; MORAES, Ângela T. (Org.) *Cidadania comunicacional: teoria, epistemologia e pesquisa*. Goiânia: Cegraf, 2016.
- VALENTE, Jonas. *TV pública no Brasil: a criação da TV Brasil e sua inserção no modo de regulação setorial da televisão brasileira*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Brasília, Brasília, 2009.
- VIEIRA, Allana M.; COUTINHO, Iluska M. da S. Participação e autonomia relativa no Conselho Curador da EBC. *Comunicação e Sociedade*, v. 30, p. 187-204, 2016.
- WEBER, Maria H. Usurpação do interesse público na democracia tupiniquim. *Radis*, Maio 2019. Disponível em: <https://radis.ensp.fiocruz.br/index.php/home/opiniao/pos-tudo/a-usurpacao-do-interesse-publico-na-democracia-tupiniquim>. Acesso em: 13 maio 2019.



**Punhos cerrados e a gaita de fole,  
os símbolos de uma luta:  
comunicação pública, sensibilidades  
e performance política**

*Nádia Maria Weber Santos*

*Newton Pinto da Silva*

### **Introdução**

Este artigo tem como inspiração e ponto de partida a luta dos servidores da Fundação Piratini (Televisão e rádio) do Rio Grande do Sul contra a extinção desta – consequentemente, da comunicação pública no Estado – e contra a perda de seus empregos e ocupações principais. Os dados empíricos mostrados aqui, por meio de imagens e depoimentos, foram recolhidos durante um projeto de pesquisa, da autora deste artigo, recentemente finalizado – contemplado com uma bolsa de Produtividade em Pesquisa (PQ), pelo CNPq (2016-2018) –, intitulado *A importância da TVE-RS da Fundação Piratini (FP) enquanto dispositivo de cultura e de sensibilidades para a memória da sociedade gaúcha*. A investigação teve como objetivo geral aprofundar questões sobre memória e sensibilidades em relação à primeira televisão pública do estado (TVE-RS), mediante fontes orais (entrevistas com seus ex-presidentes, servidores, telespectadores e artistas veiculados pela emissora durante os 40 anos de sua existência), fontes eletrônicas ou digitais (mídias sociais e jornais online) e fontes documentais

escritas (da emissora e de publicações jornalísticas escritas do Estado).<sup>1</sup>

Durante o desenvolvimento do projeto, aconteceram episódios importantes, independentemente de nossa vontade, que, de certa forma, se sobrepuseram ao objetivo principal, acrescentando pontos de vista até então não vislumbrados. Resumidamente, ocorreu a extinção da Fundação Piratini pelo governador do RS, José Ivo Sartori, do MDB, processo que se estendeu de meados de 2016 a maio de 2018 e que, até o momento (início de 2019), tem seus desdobramentos.

Ainda em meados de 2016, teve início uma ameaça constante, por meio desse governador, recém-eleito, de extinguir as Fundações Públicas do Estado, entre elas a Fundação Piratini de comunicação pública<sup>2</sup>. Durante todo o ano, houve ações do governo de desmantelamento das emissoras de rádio e televisão, estimulando o surgimento de um movimento dos servidores chamado “Salve Salve TVE e FM Cultura”. Culminou no envio para votação, na Assembleia Legislativa (AL), dos projetos – PLs 246, 240 e 301 – de extinção das nove Fundações Públicas do RS (ligadas à cultura, à ciência, à pesquisa, à saúde e à tecnologia), cuja alegação foi a necessidade de enxugamento de gastos no Estado (dentro de uma votação maior, do pacote de ajustes fiscais) – e prevendo a demissão de aproximadamente 1200 funcionários, entre servidores e cargos de comissão. O PL 246 – que incluía a Fundação Piratini – foi aprovado por 30 a 23 votos na AL em

---

<sup>1</sup> Não serão tratados aqui pormenores da pesquisa, mas sim alguns detalhes que são importantes para nosso propósito no artigo, tais como o histórico da luta pela não extinção da Fundação Piratini, imagens de manifestações públicas, depoimento e análises realizadas. Estão sendo elaborados um livro e um Blog sobre a pesquisa e, portanto, este artigo que ora apresentamos é inédito em relação a ela.

<sup>2</sup> As Fundações Públicas que estão em processo de extinção por este governo são: Fundação de Ciência e Tecnologia (Cientec); Fundação Cultural Piratini (FPC, que mantém a TVE); Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH); Fundação de Economia e Estatística (FEE); Fundação Estadual de Pesquisa Agropecuária (Fepagro); Fundação Estadual de Produção e Pesquisa em Saúde (Fepps); Fundação Instituto Gaúcho de Tradição e Folclore (FIGTF); Fundação de Zoobotânica (FZB); Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (Metroplan). Ver detalhes em <http://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2016/11/governo-extingue-nove-fundacoes-e-reduz-numero-de-secretarias-no-rs.html>. Acesso em: 16 jul. 2017.

21 de dezembro de 2016. Este processo ocasionou uma grande disputa entre os servidores, a sociedade e o Estado e seus governantes, culminando em dias de guerra na Praça da Matriz em Porto Alegre, dias estes que antecederam a noite da votação do pacote na AL. Nós, autores do artigo, participamos dos movimentos de protestos contra a extinção das Fundações em todos seus momentos. Não só como militantes culturais, pesquisadores acadêmicos e interessados em comunicação pública exercemos nosso papel de cidadãos lutando junto; mas também como pesquisadores, tomando imagens, depoimentos e relatos.

Desde meados do segundo semestre de 2016, foram criados movimentos para preservação da Fundação Piratini por parte dos servidores e da comunidade cultural da capital, e as redes sociais – principalmente *Facebook*<sup>3</sup> – ficaram repletas de depoimentos, notícias, gritos de embates; a grande maioria contra a extinção da Fundação Piratini. Alguns atos-shows-debates foram organizados pelos artistas e intelectuais da capital, principalmente em duas praças públicas relevantes da cidade (Parque Farroupilha/Redenção e Praça da Matriz, esta última, onde ficam as sedes dos poderes), e mobilizaram milhares de pessoas.

Em 2017, os servidores, seus sindicatos e advogados levaram à Justiça vários processos tentando estancar a extinção. Houve ganhos, mas também perdas. Até este ano de 2018, o Tribunal Regional de Trabalho (TRT ) da 4ª região e o Tribunal de Contas do Estado (TCE) haviam conseguido que não houvesse demissões e que a Fundação não fosse extinta. Muitas lutas se deram neste sentido. Porém, a parceria do governo do Estado do RS com o governo federal levou o governo estadual, em 2018, a demitir alguns servidores, transferir outros com estabilidade por concurso para outros setores do Estado. Os servidores demitidos tinham

---

<sup>3</sup> Existem no *Facebook* dois grupos principais. Um grupo, o Movimento para Preservação da TVE e FM Cultura, foi criado pela comunidade cultural, especialmente, pela socióloga e presidente da última gestão do ex-conselho deliberativo da Fundação Piratini, Maíra Baumgarten, que pode ser acessado pelo link <https://www.facebook.com/groups/793536650682242/>. O segundo grupo, ou movimento, foi criado pelos servidores, cujo nome é Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura, e que pode ser acessado pelo link <https://www.facebook.com/MSTVEFMCultura/>.

ingressado na Fundação sem concurso público no período entre 1982 e 1988, por isso, não tiveram sua estabilidade garantida pela Constituição de 1988 ou por lei estadual.

Finalmente, em 30 de maio de 2018, o governador Sartori decretou o encerramento das atividades da Fundação Piratini, passando a utilizar as grades de programação para fins governamentais. Dessa maneira, de pública, as emissoras de rádio de televisão passam a ser estatais.<sup>4</sup> Uma grande perda é sentida pela comunicação e por nossa cultura, veiculada com democracia e cidadania nestes últimos 45 anos.

Durante todo este processo e o período de tempo em que transcorreu a pesquisa, tivemos a oportunidade de participar dos atos públicos contra a extinção da Fundação Piratini, registrando os momentos por meio de imagens (fotos e vídeos) e entrevistando informalmente pessoas, tanto servidores como a população em geral. A pesquisa, assim, ganhou em profundidade, pois não se esperava pelo fim da Fundação Piratini quando gestamos o projeto de pesquisa.

Partiu-se, inicialmente, da necessidade de recuperar a memória e as sensibilidades que a sociedade gaúcha tem em relação à sua emissora de comunicação pública, mas nos deparamos com sua provável extinção e, com isto, com uma intensa luta dos servidores e da classe artística e de intelectuais da cidade para que isto não ocorresse. Esta luta provocou imagens de protestos, tanto em redes sociais quanto ao vivo, que se tornam performances que tentam mostrar o abuso de poder do governo e se irmanam a outros protestos que, atualmente, permeiam o Brasil e outros lugares.

No presente artigo, assim, optamos por analisar um viés desta luta em favor da comunicação pública no RS, qual seja, aquela dos

---

<sup>4</sup> A extinção da Fundação Piratini só será formalizada integralmente quando o governo conseguir terminar com o CNPJ da instituição. Porém, a Justiça Federal concedeu liminar em resposta a uma ação do Ministério Público Federal (MPF), suspendendo os atos de extinção e consequente encerramento do CNPJ da Fundação Piratini. Assim, a luta continua. Ver detalhes em [https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/06/justica-federal-suspende-extincao-formal-da-fundacao-piratini/?utm\\_source=facebook&utm\\_campaign=sul21](https://www.sul21.com.br/ultimas-noticias/politica/2018/06/justica-federal-suspende-extincao-formal-da-fundacao-piratini/?utm_source=facebook&utm_campaign=sul21) e <http://www.jornaldocomercio.com/conteudo/2018/05/politica/630344-estado-encerra-atividades-da-fundacao-piratini-e-da-cientec.html>

servidores que tiveram suas vidas transformadas pela extinção da Fundação da qual eram concursados e, para isso, tomamos duas fotografias da manifestação de 30 de maio de 2018, quando o governador encerrou oficialmente, por decreto, as atividades da fundação. As Figuras 1 e 2 foram tomadas neste dia pela autora e mostram os servidores chegando na frente das emissoras de rádio e televisão (FM Cultura e TVE-RS) da Fundação Piratini, posicionados para discursos e luta. Como performance política, chamam atenção os punhos cerrados e, como sensibilidade, o servidor que tocava gaita de fole nesta manifestação. Infelizmente não podemos reproduzir aqui o som, mas nos esforçaremos para demonstrar a importância dessas performances para o reconhecimento social de uma classe de profissionais em comunicação pública.

### **Uma certa história da luta: comunicação pública e reconhecimento social**

A circulação de informação e conhecimento nas emissoras de rádio de televisão de caráter público deve garantir a pluralidade de opiniões e linguagem, a democratização do conhecimento, o debate de ideias, transformação de sensibilidades, e defesa do interesse público. Em sua potência ideal, cabe a essas emissoras promover o debate sobre temas que informem e possibilitem a participação cidadã em um diálogo constante com outras áreas do campo cultural.

No entanto, esse conceito de comunicação pública, em especial da televisão pública, vem sendo construído ao longo das últimas sete décadas, simultaneamente à implantação das primeiras emissoras de televisão no Brasil. Inicialmente, a concessão dos canais em sinal aberto pela União foi direcionada a empresários da área privada que já atuavam nos campos do jornalismo e da comunicação. Assim, a partir

da década de 1950, no centro do país, foram inaugurados os primeiros canais como a TV Tupi, a TV Rio e a TV Record.<sup>5</sup>

No Rio Grande do Sul, a primeira emissora privada de televisão, a TV Piratini, foi inaugurada em 20 de dezembro de 1959, no Morro Santa Tereza em Porto Alegre. E, desde o início da década de 1960, existia de parte do governo a intenção de implantar uma emissora de televisão educativa que estivesse ligada à administração estadual. No Brasil, como no estado, os primeiros projetos que contemplaram a inauguração de emissoras estaduais tinham como conceito realizar programas e emissões que possibilitassem ao cidadão aprender pela televisão e, por esta razão, tais emissoras eram batizadas com o adjetivo “educativa” em seus nomes.

Para concretizar o projeto de inaugurar uma televisão do governo do Estado do Rio Grande do Sul, o primeiro passo foi dado em 1965 com a criação do Setor de Cinema e TV Educativa, subordinado ao Serviço de Recursos Audiovisuais. Em 1968, o governo federal outorga ao governo do Estado, por meio de sua Secretaria de Educação e Cultura, a concessão de uma televisão para fins educativos, mediante o Decreto nº 62.822. Em 29 de março de 1974, foi inaugurada oficialmente a TVE – Canal 7, pelo Núcleo SEC/PUC – Centro de Televisão Educativa (CETEVE), que era instalado nas dependências do Prédio da Famecos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Em 1981, a TVE-RS foi transferida para o prédio da extinta TV Piratini, no Morro Santa Tereza, onde funcionou até o ano deste artigo, 2019.

Desde sua inauguração até a aprovação do projeto de extinção da Fundação Piratini em 2016, o projeto de consolidação das emissoras públicas – juntamente com a FM Cultura – passou por diversas fases. Do conceito inicial de emissora meramente dedicada à educação (com telecursos e programas didáticos), aos poucos o projeto foi migrando para o conceito contemporâneo de

---

<sup>5</sup> Mais informações sobre a história da televisão no Brasil constam no artigo “Uma Cartografia de Protestos: performance e sensibilidades nas imagens de manifestações públicas na luta contra a extinção da Fundação Piratini (Rádio e Televisão)”. (SANTOS; SILVA, 2018).

comunicação pública. Todavia, sempre lutou contra a falta de interesse político dos governos; a escassez de recursos materiais, financeiros, tecnológicos e humanos; e a descontinuidade administrativa que é característica de uma emissora ligada às administrações estaduais que mudam a cada eleição.

Mesmo assim, a programação se consolidou criando outros modelos de fazer televisivo como espaço de experimentação de linguagem e de diálogo com outras formas de viver e pensar o mundo. Aos poucos, as lutas sociais e culturais foram ganhando espaço em programas e noticiários, tentando ocupar um campo de reflexão nas dinâmicas da cultura cotidiana. Mesmo com as dificuldades inerentes às emissoras de caráter público, TVE e FM Cultura foram conquistando espaços, reconhecimento e prêmios. Tudo isto levando à sua programação temas que não estão presentes nas emissoras privadas, dada a necessidade de audiência e lucro destas. Conectada com o conceito contemporâneo de comunicação pública, a programação da Fundação Piratini estava em constante busca da construção de espaços emancipatórios de informação consciente e cidadã. Contribuía, para isto, a pressão da sociedade e os movimentos de luta, por se reconhecerem e terem espaço de visibilidade no canal público, e o esforço dos servidores e produtores culturais que viam no espaço das emissoras a possibilidade de construir uma identidade regional, dando-se a ver e vendo-se numa *autopoiesis* constante. Além disso, a TVE e a FM Cultura, devido a seu acervo com documentos audiovisuais e sonoros, tornou-se ponto de referência para a memória cultural e representação do passado.

Infelizmente, no primeiro semestre de 2016, a história de mais de quatro décadas das emissoras começou a ruir desde as primeiras notícias de que o governo José Ivo Sartori pretendia fazer mudanças estruturais na política de comunicação pública do Estado do Rio Grande do Sul. O movimento organizado dos servidores da Fundação Piratini começou uma intensa mobilização política na sociedade para denunciar o processo que estava por se instaurar. Já em maio daquele ano, o movimento lançou sua página na rede social

*Facebook* e, no final do mesmo mês, precisamente no dia 30, deflagrou uma paralisação das atividades como protesto às intenções do governo. De lá para cá, foram muitas lutas, manifestações, batalhas jurídicas, negociações coletivas e liminares a favor dos interesses dos servidores. Houve também reverses que garantiram ao executivo estadual implantar parte de seus objetivos, inclusive, com a demissão de alguns funcionários não garantidos por liminar do Tribunal Regional do Trabalho da 4ª Região (TRT), a promoção de um Plano de Demissão Voluntária (PDV) e a realocação de servidores concursados em outras instituições do Estado.

Fazendo um balanço especificamente do quadro funcional até novembro de 2017, quando se iniciaram o PDV e os atos potestativos que resultaram em demissões, a Fundação Piratini tinha 226 servidores do quadro, 18 Cargos em Comissão (CC) e 6 diretores (incluindo o presidente). Depois houve 27 adesões ao PDV, 19 atos potestativos, um falecimento, um pedido de demissão e outros seis pedidos de aposentadoria com proventos, restando 172 servidores no quadro.

### **As imagens e as sensibilidades: as performances políticas dos gestos e dos sons**

Figura 1 – Manifestação dos servidores da Fundação Piratini



Fonte: fotografia digital (celular) da autora do artigo. Acervo da autora (2019).

Legenda: chegada dos Servidores. Manifestação dos servidores da Fundação Piratini no pórtico das emissoras de rádio e de televisão, 30 maio 2018.

Figura 2 – Manifestação dos servidores da Fundação Piratini



Fonte: fotografia digital (celular) da autora do artigo. Acervo da autora (2019).

Legenda: os punhos cerrados na luta. Manifestação dos servidores da Fundação Piratini no pórtico das emissoras de rádio e de televisão, 30 maio 2018.

Por uma trágica ironia do destino, exatamente dois anos após a primeira paralisação, no dia 30 de maio de 2018, os servidores foram novamente surpreendidos. Depois de derrubar a liminar do Tribunal de Contas do Estado – que impedia a extinção –, aproveitando a brecha jurídica, o governo Sartori publicou decreto, no Diário Oficial do Estado, anunciando o fim das atividades da Fundação Piratini. Com isto, a TVE e FM Cultura passam a estar diretamente vinculadas à Secretaria de Comunicação, e seus funcionários foram realocados em um “Quadro Especial” da SECOM. A decisão, segundo o movimento dos servidores, ameaça “os princípios da autonomia e independência – requisitos mínimos para qualificar uma emissora como pública de fato”. O decreto extinguiu ainda o Conselho Deliberativo e criou um Conselho Consultivo da Programação que não teria poder de decisão, segundo os servidores: “o número de membros caiu de 26 para 11, mas as 3 cadeiras do governo estão mantidas. Não haverá representação

sindical, e os representantes da sociedade civil serão indicados pelo governador”<sup>6</sup>.

Nessa data, os servidores foram dispensados de suas funções por quatro dias. No entanto, parte do grupo compareceu ao pátio da Fundação Piratini para mais um ato de protesto que resultou em um vídeo postado na página do movimento. No vídeo, enquanto os servidores exibem seus crachás para a câmera, uma jornalista fala em nome do coletivo de funcionários, manifestando indignação e protesto contra o ato do governo:

*Nós, funcionários concursados da TVE e da FM Cultura estamos aqui em frente do prédio da Fundação Piratini, viemos trabalhar apesar da greve dos caminhoneiros e fomos surpreendidos por uma decisão da presidência que nos dispensou das atividades hoje. E isso por quê? Porque hoje foi publicado no Diário Oficial um decreto encerrando as atividades da Fundação Piratini. Sabe o que isso significa? Significa o fim da comunicação pública aqui no Estado. Significa que a partir de agora, nós, que somos funcionários de uma fundação que é para ter autonomia vamos ficar ligados à Secretaria de Comunicação do governo. E com isso, o governo do Estado, o governador Sartori vai ter uma televisão para chamar de sua em pleno ano eleitoral, para fazer propaganda política com funcionários que são concursados e que recebem para fazer a comunicação pública que é uma obrigação do Estado. Comunicação pública livre de interesses comerciais, livre de pressões de anunciantes e para mostrar os públicos e os temas que não aparecem nas TVs comerciais que recebem muito dinheiro, muitos impostos do governo. Pois esta comunicação pública foi enterrada hoje com o decreto do governador e nós que somos funcionários públicos estamos aqui protestando contra isso. Salve, salve, TVE, salve, salve, FM Cultura. Diga não à extinção.<sup>7</sup>*

---

<sup>6</sup> Postagem do Movimento dos servidores da TVE e FM Cultura, em 30 de maio de 2018, com o título “Governo encerra atividades da Fundação Piratini”. Disponível em <https://www.facebook.com/MSTVEFMCultura/videos/2127847147473825/>. Acesso em: 30 maio 2018.

<sup>7</sup> Disponível em:

<https://www.facebook.com/watch/?v=2127847147473825> Acesso em: 12 abr. 2019.

No início de 2018, durante o expediente de trabalho, o autor deste texto, ex-servidor da TVE-RS, teve sua atenção atraída por um som que vinha do pátio da emissora, um lugar lindo e com uma vista extasiante do Lago Guaíba (ou rio, como alguns porto-alegrenses preferem), desde os altos do Morro Santa Teresa. Imediatamente saiu de sua sala para ver a origem daquela música. Era um colega de trabalho, também servidor do Departamento de Telejornalismo, que tocava uma gaita de fole, de tons eruditos e suaves a preencher aquele momento de final de tarde, quase no pôr do sol. Imediatamente gravou em um pequeno vídeo e enviou por *WhatsApp* para a autora do presente texto. Ficamos por um tempo cogitando o sentido daquela performance sensível, pois nos parecia uma música triste, de despedida. O imaginário coletivo se torna povoado de memórias e emoções quando se escuta um som como aquele... Mas também possa ter um outro significado...

As Figuras 1 e 2, examinadas neste texto, referem-se ao dia 30 de maio de 2018 que, conforme foi mencionado acima, corresponde ao dia em que o governo Sartori publicou a extinção da Fundação Piratini no Diário Oficial. As fotografias foram tomadas pela autora do artigo que estava presente, como observadora e atuante na causa a partir de seu status de pesquisadora, na manifestação.

Na Figura 1, os servidores estão chegando para se posicionarem em frente ao pórtico da Fundação Piratini, no Morro Santa Teresa em Porto Alegre. A manifestação de protesto se daria mediante discursos de alguns deles, palavras de ordem e resistência ao processo de extinção da Fundação. Mesmo estando impedidos de entrar em seus ambientes de trabalho, eles queriam trabalhar e continuar em sua luta. Na Figura 2, todos estão posicionados na frente do pórtico, aguardando o discurso da colega (Cf. nota 7) que enfatiza a importância da comunicação pública, livre de interesses comerciais.

Dois momentos do protesto, ou imagens dentro da imagem, configurando performances políticas e sensíveis, chamaram atenção: um, foi o servidor que chegava com sua Gaita de Fole

(Figura 1, à direita da foto), a qual tocou durante a maior parte da manifestação de protesto<sup>8</sup>; outro, foi o conjunto de punhos cerrados, na Figura 2, que está na maioria das fotos da manifestação, decisão tomada pelos próprios servidores naquele momento.<sup>9</sup>

Como enfatizam Bauman e Briggs (2006), é importante ao campo das Performances dar atenção ao contexto sociocultural da performance examinada, salientando como a organização poética (diríamos “sensível” do “evento”) “extrai discursos de certos eventos de fala e explora sua relação com uma diversidade de contextos sociais”. (BAUMANN; BRIGGS, 2006, p. 190).

A poética dos corpos, em seus atos/estados de luta, como mostram as imagens aqui analisadas, permite que os vejamos em seu caráter vivo e mutante como suportes das imagens dialéticas que possuem, intrinsecamente, um saber. (ROYO, 2015). As duas “imagens-símbolos” performatizadas, por nós percebidas – a gaita de fole (seu som) e o conjunto de punhos cerrados – transmitem emoções e ideias que remetem a todo o processo de extinção da Fundação Piratini, portanto, unem-se nas memórias dos participantes.

A gaita de fole, um instrumento de sopro de origem controversa, emite um som contínuo, que podemos associar a sons medievais e eruditos, nostálgicos. Ela e sua música podem ser interpretadas como um símbolo subjetivo de um funcionário da fundação, de sua sensibilidade em relação ao processo de desmantelamento de tudo o que foi construído pelos servidores durante os 44 anos de televisão e os 34 anos de rádio públicas. Porém, muito apreciado na Escócia, onde é um de seus símbolos, o instrumento foi associado às batalhas na Idade Média, sendo reconhecido como um instrumento de motivação aos bravos

---

<sup>8</sup> A performance da gaita de fole, neste protesto, pode ser vista neste pequeno vídeo realizado pela autora do artigo: <https://drive.google.com/open?id=1cWKCYlJkgARi3P891IjRsycTKBep5hz>.

<sup>9</sup> Por questão de espaço neste artigo, exporemos apenas estas duas fotos. Para o leitor interessado, remetemos às redes sociais de Porto Alegre/RS, do dia 30 de maio de 2018, em que há inúmeras postagens deste momento.

guerreiros escoceses. Esta ideia é compatível com o momento que os servidores passavam. Não entrevistamos o tocador, mas fica a sensibilidade de que ele estaria entre a nostalgia no tom de despedida – que parecia o tocar naquele primeiro dia que o escutamos, ao entardecer –, e este novo som, em dia de protesto, talvez chamando para a luta...

Sobre a imagem escolhida pelos servidores, punhos cerrados erguidos ao alto, há fotos de manifestações anteriores a essa, nas quais os servidores optaram por performatizar o ato de protesto com mordanças pretas nas bocas, sugerindo seu silenciamento diante das ameaças do governo em extinguir a fundação.<sup>10</sup> Os punhos fechados e erguidos, no ato de 30 de maio de 2018, são distintos das mordanças por evocarem memórias de enfrentamento e resistência, não simbolizando que estão podados, silenciados; mas, ao contrário, estão na luta ativa pelos seus interesses, pelos seus empregos e pela comunicação pública: “não morreremos aqui”, disse um dos participantes.

Em geral, a mão simboliza o ato do trabalho. Para Korff (1992), em um interessante artigo intitulado “Do aperto de mão fraternal ao punho cerrado do militante: em metáforas políticas para a mão do trabalhador”<sup>11</sup>, a mão simboliza exatamente o que faz o humano ser humano. Através dos tempos, a manufatura de artefatos até a labuta dos operários nas fábricas, a mão simboliza o trabalho humano e também caracteriza a metáfora do trabalhador que reivindica. O autor exemplifica na tradição imagética, iconográfica e pictórica, desde a Renascença, momentos em que a mão é pintada como símbolo de luta e transformação, bem como de amizade (o aperto de mão).

Embora com referências ainda no século XIX, a mão com o punho cerrado consolida-se como símbolo de luta, enfrentamento, resistência e reivindicação no século XX, a partir de reivindicações

---

<sup>10</sup> Ver Santos; Silva, 2018.

<sup>11</sup> Título traduzido, o original consta nas Referências.

dos trabalhadores por melhores condições de trabalho e direitos. A história está repleta dessas imagens, como mostra Didi-Hubermann, na exposição Levantes (Soulevèments, 2018, SESC Pinheiros, SP).

Em matéria jornalística de 2016, Lima (2016, s.p) observa que, ainda no século XIX, o punho fechado e erguido como símbolo de enfrentamento “esteve presente durante o episódio da Comuna de Paris (1871), dos Mártires de Chicago (1886), e na Revolta dos Boxers (1899-1901)”. Já nos primórdios do século XX, “esse símbolo é fartamente utilizado na Revolução Russa (1917-1921), como saudação vermelha, e na Guerra Civil Espanhola (1936-1939), como saudação anti-fascista”.<sup>12</sup>

Embora seja mais visível em movimentos de esquerda, representantes da direita também utilizam o gesto, assim como outros grupos reivindicantes que não são trabalhadores, como mulheres, negros e até crianças – mais recentemente, no episódio em escola de Porto Alegre, quando se posicionaram contra o atual presidente da República.

Nas lutas também há emoções.

No paralelismo dos símbolos, enquanto os punhos cerrados demonstram a luta em grupo, coletiva, ativa; a gaita de fole, sendo um instrumento pessoal do funcionário, remete a um símbolo de lamento, uma sensibilidade surgida no confronto com as emoções internas. Porém, a subjetividade do funcionário tocador da gaita representa, também, a subjetividade de todos os servidores que tiveram suas vidas transformadas pela extinção, com tristeza pela possível perda dos empregos e de seus ideais de comunicação pública. O funcionário que toca seu fole em um lamento, no pátio, vendo o pôr do sol do Guaíba, parece perguntar: “o que será o meu/nosso amanhã?”. Nisto, ele surge também na manifestação de protesto e com sua música tenta motivar os “bravos guerreiros” da

---

<sup>12</sup> Jornal Nexo [online]. <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2016/06/24/Qual-o-significado-do-gesto-de-levantar-o-bra%C3%A7o-com-o-punho-fechado>. Acesso em: 12 abr. 2019.

Fundação Piratini. A música que conforta e a música que chama para a luta. Sensibilidades que se complementam...

Uma das servidoras da Fundação, Cristina Charão – que saiu da TVE-RS em 2018 pelo PDV oferecido, inicialmente, a todos os funcionários que desejassem aderir, e que foi uma grande militante nesta luta e uma das líderes do movimento dos servidores – foi entrevistada por nós durante a pesquisa. Ela referiu da seguinte forma a sua disposição para a luta:

*A minha sensibilidade passa certamente pela minha militância, passa pela minha ideia do que é fazer jornalismo com decência, passa pela ideia de que... Tem uma coisa que eu acho que é de fazer TV, mas acho que especificamente é de fazer TV pública. [...] Mas tem por outro lado essa coisa da construção coletiva assim que eu acho que ela é importante, acho que a conjuntura do último ano especialmente fez com que essa coletividade se afluísse um pouco mais. Inclusive com um valor da organização. E eu acho que pra mim isso tem uma possibilidade de me conectar, de conexão com alguns grupos específicos, com temas específicos, com vida real. [...] Estar aqui sempre em movimento, em poder estar em contato com a vida real. (CHARÃO, 27/05/2017).*

Ou seja, para a servidora, a luta pela comunicação pública, o jornalismo “decente” (SIC), sua sensibilidade e a organização em grupo estão estritamente relacionados. E foi o que demonstraram vários episódios com os quais nos deparamos nestes atos de protestos.

Embora, para a escrita desse texto tenhamos apenas fotografias, vídeos e entrevistas gravadas como fontes, há a memória do que significou este ato, entranhada nas vidas dos que dele participaram. Segundo Taylor (2013, p. 51), que faz a diferenciação entre arquivo e repertório no âmbito das Performances, “os atos incorporados e performatizados geram, gravam e transmitem conhecimento”. Para a autora, performances ao vivo, nunca podem ser transmitidas por um arquivo – aqui, por exemplo, representadas por um vídeo ou por fotografias. O vídeo ou a foto seria parte do arquivo e aquilo o que eles representam é o que

ela chama de repertório. Segundo ela, a memória que está “ao vivo” – no nosso caso, as manifestações com gaita de fole ou punhos cerrados – “excede a capacidade do arquivo de captá-la” (TAYLOR, 2013, p. 51), o que não significa que a performance desapareça, mas, sim, replica a si mesma por meio de seus códigos – ao que nós preferimos chamar de símbolos. Estes, prenes de significados, dão sentido aos atos, sensíveis e políticos ao mesmo tempo.

Mas as ações do Movimento dos Servidores e seus sindicatos (Radialistas e Jornalistas) não ficaram restritas à denúncia e aos protestos contra a extinção, como registrado nas imagens e em outras ocasiões de manifestações públicas. A luta teve o importante e combativo trabalho dos advogados da Frente Jurídica das entidades de classe. Pelas inúmeras ações trabalhistas e cíveis, os advogados buscaram impedir demissões, questionar a constitucionalidade da proposta de extinção das emissoras públicas e protelar ao máximo a execução da proposta do governo. Para isto, a Frente Jurídica soube se utilizar de todos os recursos processuais, pedido de liminares e mesas de negociação – com representantes da justiça, do governo e dos servidores.

Além disso, os advogados dos sindicatos dos radialistas e jornalistas trabalharam em conjunto com os advogados das demais fundações atingidas pelas leis que autorizaram as extinções. Como em um jogo de xadrez, a grande Frente Jurídica analisava como agir passo a passo, procurando não pular etapas e fortificados pela negociação que propunha em uma potente rede que reunia a todos na mesma luta. Entre as vitórias que obtiveram, a liminar que garantiu o emprego dos servidores celetistas concursados está entre as mais importantes, seja pela garantia provisória dos empregos, seja pelo símbolo de vitória contra o governo. E toda a ação vitoriosa conquistada na Justiça era amplamente divulgada nas redes sociais, compartilhada e comemorada pelos atores diretamente ligados ao processo – servidores e entidades sindicais – e por milhares de pessoas da comunidade que acompanharam perplexos, mas engajados, o processo de luta.

Enquanto a luta jurídica promoveu o combate legal às intenções do governo, paralelamente, servidores se mobilizavam em atos performáticos de protestos. Se a ação legal via justiça representou vitórias incontestáveis que impediram a conclusão das extinções até o final do governo Sartori, os atos performáticos agiam como molas propulsoras que afirmavam o imaginário social que considerava desnecessária a ação do governo, ressaltando a importância das fundações e seu interesse público. Como salienta Taylor (2013, p. 51) “a performance de uma reivindicação contribui para sua legalidade”. Ou seja, os atos de protesto e luta dos servidores foram a base simbólica que apoiaram a luta jurídica. Entrelaçados, o combate nas ruas e no campo legal impediram o desmonte total das fundações, como era intenção daquele governo. Resta saber, o que fará o próximo governador, Eduardo Leite, com os cacos e vestígios de importantes instituições da cultura, ciência e tecnologia, essenciais para o desenvolvimento do Rio Grande do Sul.

### **Considerações finais**

Como foi mostrado aqui, felizmente (em nosso entender), o governo Sartori não conseguiu finalizar o processo como pretendia. Desde o início de 2019, a administração do governador Eduardo Leite (PSDB), que assumiu em 1º de janeiro deste ano, é constantemente questionada sobre o futuro das fundações e servidores. Com o final do mandato do governador Sartori, o processo de extinção das fundações é uma incógnita. Recentemente, em 21 de março de 2019, a Procuradoria Geral do Estado (PGE) assinou acordo proposto pelo Tribunal Regional do Trabalho garantindo o emprego dos servidores celetistas concursados, que prosseguem trabalhando por liminar nas fundações, até o julgamento do mérito da ação no Supremo Tribunal Federal (STF)<sup>13</sup>.

---

<sup>13</sup> <https://estado.rs.gov.br/pge-aceita-acordo-para-manutencao-de-servidores-de-fundacoes-em-extincao-ate-o-julgamento-final-do-processo-pelo-stf>

A nova vitória da Frente Jurídica e Servidores reacende a esperança de funcionários e comunidade de que o novo governo possa encontrar uma solução satisfatória que reinvente as emissoras públicas. Mas isto só o futuro e a continuidade da luta dirão.

Em uma sociedade contemporânea caracterizada por discursos esgotados em seus cenários espetaculares e midiáticos, a extinção da Fundação Piratini – responsável por dois veículos de comunicação pública, a TVE e a FM Cultura (que propõem a discussão de temas que não estão presentes nas emissoras privadas) – configura-se no silenciamento de um importante espaço emancipatório de comunicação da sociedade gaúcha. Assim, entendemos as manifestações e os atos de protestos dos servidores como meios de expressão e organização performativa que dão voz à opinião pública contrária à extinção. Interessou-nos visualizar tais manifestações como rituais coletivos de participação cidadã e práticas simbólicas de resistência (DIÉGUEZ CABALLERO, 2007), bem como de busca pelo reconhecimento social dos servidores da comunicação pública do Estado.

## Referências

- BAUMAN, Richard; BRIGGS, Charles. Poética e Performance como perspectivas críticas sobre a linguagem e a vida social. *Ilha Revista de Antropologia*, Florianópolis, v. 8, n. 1 e 2, p. 185-229, jan. 2006. ISSN 2175-8034. Disponível em: <<https://periodicos.ufsc.br/index.php/ilha/article/view/18230>>. Acesso em: 31 maio 2018.
- CHARÃO, C. *Entrevista*. Entrevista concedida à autora deste artigo e a Marluce Fagundes. 57´ 35´´. Porto Alegre, 27 de maio de 2017. Acervo da autora em mp3, com gravação catalogada no material da pesquisa.
- DIDI-HUBERMAN, Georges. *Levantes*. Catálogo de exposição. Jeu De Paume - Paris/SESC, São Paulo. 2018.
- DIÉGUEZ CABALLERO, Ileana. *Escenarios liminales: teatralidades, performances y política*. – 1a. Ed. – Buenos Aires: Atuel, 2007.

GOMES, Luís Eduardo (texto); SANTOS, Guilherme (fotos). Impedidos de trabalhar, jornalistas da TVE e FM Cultura protestam contra extinção e demissões. *Sul 21*, [online], Porto Alegre, 26 dez. 2016. Disponível em: <<https://www.sul21.com.br/areazero/2016/12/impedidos-de-trabalhar-jornalistas-da-tve-e-fm-cultura-protestam-contr-extincao-e-demissoes/>>. Acesso em: 27 maio 2018.

KORFF, G. From Brotherly Handshake to Militant Clenched Fist: On Political Metaphors for the Worker's Hand. *International Labor and Working-Class History*, nº 42, Tradition and the Working Class, Fall 1992, pp. 70-81.

PESAVENTO, S. J. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. (Orgs). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em História Cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

ROYO, Victoria Pérez. Imagen dialéctica y cuerpo en escena hacia una nueva comprensión de la fidelidad al pasado. *Pausa* 37 (2015). Disponível em: <http://www.revistapausa.cat/imagen-dialectica-y-cuerpo-en-escena-hacia-una-nueva-comprension-de-la-fidelidad-al-pasado/> Acesso em: 31 maio 2018.

SANTOS, N. M. W.; SILVA, NEWTON. Uma cartografia dos protestos: performance e sensibilidades nas imagens das manifestações públicas na luta contra a extinção da Fundação Piratini (rádio e televisão). In: Vania Dolores Estevam de Oliveira; Genilda Alexandria. (Org.). *Urbano Palco – Estudos de Performances Urbanas*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, v. 1, p. 51-78.

SANTOS, N. M. W.; COIRO-MORAES, A. L. *TVs Públicas – memórias de arquivos audiovisuais*. São Leopoldo: OIKOS, 2016.

TAYLOR, D. *O arquivo e o repertório: performance e memória cultural nas Américas*. Belo Horizonte: Ed UFMG, 2013.



## O programa Estação Cultura da TVE-RS e a Comunicação Pública

*Luciano Alfonso*

As variáveis da comunicação das democracias têm origem na *informação* e na *participação*, através de processos de visibilidade e acessibilidade que permitem saber, refletir, argumentar, se posicionar e deliberar. Num estado totalitário é fundamental o controle da *informação* e da *participação*, e isto incide nas informações veiculadas pela imprensa, nos projetos curriculares e na arte, por exemplo, através de aparatos de censura, repressão policial, legislação e políticas que impõem a dúvida, o medo, a insegurança e o silêncio.

(WEBER, 2017, p. 28).

Refletir sobre comunicação pública é uma tarefa complexa que requer equilíbrio. Questões conceituais exigem que se parta de uma premissa que deve orientar o leitor deste texto: a de um não especialista em comunicação pública abordando o tema. Digo isso porque, embora a trajetória profissional que percorro seja amplamente dominada pela experiência prática em uma emissora pública, ela não me faz um especialista na área num sentido *stricto*. Sempre estive voltado para o jornalismo amplo e, muito diretamente, para o jornalismo cultural, área na qual, acredito, conquistei reconhecimento profissional. Faço o preâmbulo na intenção de esclarecer que aqui a ideia central é estabelecer uma reflexão em torno de vestígios da minha memória profissional e, em

especial, de um programa para o qual dediquei 23 anos. E mais, de um aprendizado prático que tive sobre o que é a comunicacional pública, já que durante três décadas exerci o jornalismo na Televisão Educativa do Rio Grande do Sul (TVE-RS) em diversas funções, de redator a coordenação de produções da emissora, passando por diretor de programas, especiais até comentarista da área cultural.

A intenção é apresentar um apanhado de memórias de um processo empírico/experiencial de trabalho junto à produção do programa Estação Cultura, uma referência no Estado e na emissora em termos de espaço de abordagem da cena cultural que ainda resiste na grade de programação da emissora gaúcha, desde 1994. Uma produção que já teve como apresentadores nomes reconhecidos da comunidade cultural: Tânia Carvalho, Marla Martins, Newton Silva entre outros, assim como comentaristas de vários segmentos. Por meio de exemplos práticos das coberturas, pautas e discussões em torno de diversas questões culturais, destaco o que diferencia esta experiência de outras promovidas em emissoras privadas; o que possibilita tal vivência aos profissionais e, eventualmente, o que a limita. Tudo isso na perspectiva de uma compreensão maior deste processo e seus reflexos sociais naquilo que a comunicação pública tem de fundamental – a formação da cidadania, incluindo uma audiência qualificada e reflexiva.

Dessa forma, busco inicialmente algumas observações essenciais que encontro em Weber (2017, p. 23) para situar o entendimento da comunicação pública “como instância que abriga conceito e a práxis capazes de imprimir qualidade às democracias” no sentido de defesa e resistência a elas. A autora lembra que o conceito de comunicação pública básico está ligado às instituições do estado democrático e que, no caso brasileiro, se retoma a partir dos anos 1990, pós-ditadura militar, quando “os processos de visibilidade, transparência e a defesa do interesse público foram dirigidos à construção de um “novo país”, que exigia uma comunicação diferenciada para estruturar o debate público e a deliberação possível” (WEBER, 2017, p. 27) na busca da

preponderância do interesse público como uma perspectiva normativa. Ou seja, como lembra a autora, “trata-se de interferir para que as ações privadas não se sobreponham às públicas” (WEBER, 2017, p. 34), considerando que vivemos em uma sociedade contemporânea complexa, tanto como a própria definição do que seja comunicação pública: esse lugar da circulação de movimentos e opiniões de uma determinada sociedade.

Outro autor colabora nesta introdução do tema quando, ao tratar da sociologia dos meios de comunicação, nos lembra que o objetivo dela é

nunca encerrar o processo interpretativo, captar os vestígios dos conflitos de definições incorporados pelos meios de comunicação, seus conteúdos e suas recepções, tentando multiplicar as fontes, parar de isolá-las, de totalizar métodos, não de totalizar abstratamente os vestígios apresentando um sistema, um fechamento funcional, onde os polos poderiam se deduzir uns dos outros, traduzir-se (MAIGRET, 2010, p. 393).

Deste raciocínio podemos vislumbrar um leque de ponderações e discussões, mas o interesse nesse momento é perceber a comunicação pública e, em especial, a televisão pública. Isto porque ele colabora conosco quando enfatiza, a partir do pensamento de Nancy Fraser, que

a democratização se efetua através de todos os espaços pequenos ou grandes que compõem em modos frequentemente alternativos aos imaginados por Habermas; ela passa pela política como pela diversão, pelas batalhas circunscritas ao Parlamento como pelas que ocorrem nas alcovas, cujos segredos muito relativos conhecemos (MAIGRET, 2010, p. 339).

Diante do exposto reiteramos que, ao tratarmos de comunicação pública, é sempre necessário ter em mente que se está num debate em torno da democracia cultural. Estão em discussão atitudes, interesses, estruturas e políticas. Para tanto, atualmente, com as comunicações em rede, é essencial a criação de mecanismos

no sentido da proteção do acesso e da liberdade de expressão. Assim, é extremamente relevante compreendermos a importância de um canal de televisão pública em sinal aberto, ou seja, de acesso irrestrito, e as inúmeras possibilidades culturais deste, bem como o conhecimento que dele o espectador pode extrair. Lembrando, ainda, de ser uma emissora sem os comprometimentos de um canal privado, fortemente atrelado ao setor comercial, por exemplo.

Agora, atrelado ao nosso propósito, falaremos de cultura a partir de uma noção construída pelas ciências humanas de parte dos fenômenos da comunicação. Uma justificativa para este cruzamento entre cultura e comunicação, segundo Caune (2014), é oferecida pela necessidade de se compreender como as transformações nas práticas de comunicação afetaram a maneira de se pensar e de viver o mundo. O uso da palavra cultura no sentido moderno é visto por Williams (2007) em categorias amplas e ativas. A primeira delas, como um modo particular de vida, seja de um povo, grupo, seja da humanidade em geral, algo como “civilidade” associada a costumes e moral; a segunda, ligada a um processo de desenvolvimento intelectual, espiritual e estético, um modo de vida; e a terceira seria a categoria de cultura como um substantivo independente e abstrato que serviria para descrever as obras e as práticas da atividade intelectual e, particularmente, artísticas. Novos sentidos ao termo cultura também são detectados no século passado, principalmente como um produto comercializável e agregador de valores. É na segunda metade daquele século que vemos surgir a hegemonia da chamada condição pós-moderna, com sua multiplicação e dispersão dos centros de poder e atividade. Uma cultura que tem sua origem, de um lado, da alta cultura ou da cultura como algo de simbólico, mais puramente estético; e, de outro, da cultura ligada mais ao coletivo, à identidade e ao político.

No entanto, a complexidade tanto do campo cultural como do jornalístico – que trabalha predominantemente sob a dinâmica mercadológica – cada vez mais exige clareza sobre os elementos utilizados pelo jornalismo para atuar em cada situação em

particular. Rivera (1995) ressalta que nem a natureza dos públicos, nem os objetivos ideológicos ou estéticos que defenda ou promova, ou ainda o grau de profissionalismo podem ser fatores determinantes para definir o jornalismo cultural. Contudo, enfatiza o autor, este jornalismo exerce real influência na configuração das ideias e do gosto do público de uma época.

Quando abordamos o jornalismo cultural, temos de pensá-lo inserido num quadro que compreende o campo jornalístico como complexo e repleto de significados no que diz respeito à produção, à circulação e ao consumo de bens simbólicos. Também temos de ser sabedores de que o jornalismo alicerça e constrói a memória simbólica; sendo assim, o jornalismo cultural é o local fértil para que tudo aquilo que tenha prestígio, ou capital simbólico acumulado, conquiste maior possibilidade de se tornar visível no sistema cultural. Ou seja, a função mediadora do jornalismo cultural é um ponto importante para ajuizar sua relevância.

O jornalismo cultural na prática e inserido na comunicação pública não é feito, absolutamente, de forma alheia ao que trouxemos até o momento. Ele pode e deve criar espaços significativos de contraponto e alternância nesta realidade, numa relação mais dialógica com a sociedade. Assim, é pertinente também frisar, em relação ao profissional desta área específica do jornalismo que ele

fará do cotidiano o próprio repertório, consolidando hábitos de leitura, frequência às exposições, ao cinema, à música, às artes cênicas. O contato sistemático com as manifestações artísticas, com a cultura no seu sentido paradoxal e inquietante amplia a percepção de realidade do sujeito em contraste com discursos que tentam recortar o concreto por meio de uma visão unitária (GOLIN, 2009, p. 35).

As lacunas preenchidas pelo jornalismo cultural na comunicação pública têm de levar em conta também a informação espelhada como discurso e que “todo o discurso, antes de

representar o mundo, representa uma relação, ou, mais exatamente, representa o mundo ao representar uma relação (CHARAUDEAU, 2006, p. 42). O que nos alerta para estarmos atentos aos desafios e à preservação das lutas sociais e culturais envolvendo a sociedade civil, o interesse público, a diversidade e outros.

### **Case de produção de conteúdos focado na pluralidade social**

Feitas tais observações, vale lembrar também que não é nossa intenção fazer uso de metodologias ou construção de variáveis para estudar o programa Estação Cultura ou a programação da TVE Educativa/RS ou da comunicação pública num sentido amplo. O recorte proposto é observado diante da certeza de que “a mídia estabelece um padrão complexo de interações com seu ambiente externo – com outras instituições e atores sociais – para configurar os bens simbólicos – repertório de discursos, enunciados, expressões, ideais, opiniões, imagens e produtos” (MAIA, 2006, p. 20). Assim, a preocupação expressa é com as interações estabelecidas, ou seja, com o ambiente de ação que esta comunicação enseja, principalmente em favor da politização e aprofundamento das questões sociais.

A partir desta perspectiva, afirmo que ao ser convidado para trabalhar na TVE-RS, em junho de 1988, jamais imaginei que vivenciaria a experiência da comunicação pública em quase sua totalidade. O governo estadual era MDB, e o governador, Pedro Simon (1987-1990). Ocupava a presidência da TVE-RS o publicitário Alfredo Fedrizzi, e o então secretário de Cultura, Turismo e Desporto era Carlos Jorge Appel. É deste período a inauguração da rádio FM Cultura, que com a televisão compuseram a Fundação Piratini. Vale lembrar que as emissoras educativas de televisão são datadas do início dos anos 1960, quando a ideia do governo federal era estruturar uma rede de emissoras em todo o território nacional. Com o desvinculamento entre a Fundação Piratini e a Secretaria de Educação do Estado, a programação pedagógica em destaque na

época é reduzida, permitindo mais espaço para produções jornalísticas e culturais. O que fazíamos era uma programação que pode ser descrita como experimental, pois a discussão da comunicação pública era incipiente.

O final da década de 1980 foi o período em que muitos profissionais de comunicação ingressaram na Fundação Piratini e lá estão até hoje, ou foram demitidos no recente governo de Sartori (2014-2018), como ocorreu comigo. Foi também o momento em que uma série de programas inovadores e, posteriormente, premiados no Estado, e até mesmo fora dele, foram criados. Há um leque amplo de exemplos, de temáticas e vertentes, como o nativista Galpão Nativo; o intimista Corpo & Alma; o vanguardista Maior Questão Menor; àquele voltado para a captação de shows e depois espetáculos teatrais *in loco*, Palcos da Vida; o infantil Pandorga que acompanhou gerações. E ainda outros criados na década seguinte, como o musical Radar e o Estação Cultura, este com uma ampla agenda cultural, ambos em veiculação diária até hoje na emissora.

Na prática, as décadas de 1980 e 1990 trouxeram à tona a construção de uma programação voltada para o espectador, na qual se contemplavam questões regionais, mas também temas e discussões de interesse nacional. É importante frisar que se trata de uma emissora com abrangência em praticamente todo o Rio Grande do Sul, em sinal aberto. A TVE-RS inovou e, no caso do Estação Cultura, foi além de uma agenda, oferecendo mais tempo em relação a qualquer emissora local para tratar em profundidade entrevistas – com mais de sete minutos de duração – e coberturas que nenhuma emissora realizava. Fosse esta cobertura no estúdio ou em espaços alternativos, tinha propostas ousadas e com novos talentos da cena cultural do Estado, que sempre foram negligenciadas por uma cobertura ordinária das outras emissoras de televisão locais. O Estação Cultura faz história até hoje como um programa diário, de segunda a sexta-feira, com trinta minutos de produção ao vivo, pautado pela relevância das propostas culturais que chegam à

produção, na qual nunca houve distinções, por exemplo, em função de patrocínios ou incentivos.

A abrangência cultural da TVE-RS, alavancada nos anos que seguiram a produção do Estação Cultura (atualmente em função da tecnologia e amplitude pode parecer sem importância), foi fundamental para a cena cultural estadual. Inúmeros eventos foram exibidos de maneira pioneira na emissora e no programa, perseguidos por canais privados nos anos seguintes. São inúmeros exemplos e situações, nos quais se pode perceber uma comunicação pública atuante. Vamos elencar aqui alguns deles.

O Festival de Cinema de Gramado sempre foi uma das maiores coberturas da TVE-RS, com todo o tipo de material em formatos que foram das entrevistas e entradas ao vivo da Serra gaúcha, às reportagens, aos comentaristas e críticos de cinema, passando por pioneiros e importantes diferenciais: a cobertura pelo Estação Cultura do projeto Cinema nos Bairros/Gramado e a Mostra de Curtas-Metragens Gaúcha, patrocinada pela Assembleia Legislativa do Estado. Nestes dois formatos de cobertura da TVE-RS, tivemos a presença comunitária na televisão, a descoberta do cinema por pessoas que nunca tiveram acesso a esta forma de expressão artística. Além disso, os curtas gaúchos, mediante cobertura singular, descortinaram por meio do programa inúmeras possibilidades, seja a “descoberta” de jovens cineastas ou a exploração de temáticas pouco evidenciadas ou nada convencionais, que não chegariam aos telespectadores gaúchos e brasileiros senão pela veiculação no Estação Cultura e na TVE-RS. Exemplo que não foi só do Estação Cultura, como também de outras produções voltadas para a sétima arte, como o TV Cine/Curta TVE.

Noutra grande área cultural, a literária, o exemplo de trabalho voltado para a comunicação pública, como espaço de veiculação de informações para uma sociedade cidadã, vem com a Feira do Livro de Porto Alegre, evento ao ar livre no coração e centro histórico da capital gaúcha, a Praça da Alfândega, que por si já se mostra como espaço democrático. Lá, o Estação Cultura fez presença diariamente

e durante anos com o programa ao vivo, ouvindo autores, produtores culturais de vários segmentos, assim como a população. Foi estabelecida, à semelhança de outras participações do programa, uma dinâmica que atendesse, na medida do possível, a voz de todos aqueles que lá fossem ou tivessem participação.

A dramaturgia foi um segmento também sempre muito valorizado com coberturas abrangentes de peças da agenda cultural, assim como de espetáculos ousados, arrojados, e de festivais, como o maior da capital, o Porto Alegre em Cena. Como canal aberto e de acesso irrestrito a todas as camadas da população, a TVE-RS, por meio do Estação Cultura, cumpre um papel essencial como mediadora entre público e produção artística. Ao longo de sua trajetória de quase três décadas, a produção do programa tem priorizado romper princípios hegemônicos ao focalizar principalmente a produção local em teatro, dança e circo. Além disso, ainda no âmbito da função mediadora, as reportagens têm como objetivo democratizar o acesso à cultura dita “cultivada” pela televisão – esse veículo que cotidianamente atinge os lares brasileiros –, propondo a discussão de temas que, na maioria das vezes, não estão presentes em emissoras voltadas para a busca imediata de audiência.

Assim, para citar apenas alguns cases, o debate público sobre temas pungentes da sociedade brasileira que vem resultando em espetáculos teatrais exibidos no Rio Grande do Sul foram pauta de reportagens e especiais exibidos no Estação Cultura. Como um exemplo, emblemático e mais recente, foi produzido um programa especial com o registro da montagem gaúcha “Viúvas: performance sobre a ausência” (2011), da Tribo de Atuadores Ói Nóis Aqui Traveiz. O espetáculo foi gravado juntamente com entrevistas com o elenco, que abordavam a temática dos desaparecidos políticos durante a ditadura militar brasileira. A montagem teatral ocorreu na Ilha do Presídio, situada no Lago Guaíba, um local de memória, já que lá estão as ruínas do antigo presídio de segurança máxima

para onde foram levados os presos políticos que lutaram contra o regime ditatorial.

Racismo e transfobia são temas recorrentes das reportagens do programa, que sempre esteve alinhado ao imaginário coletivo de construção de um novo país pós-ditadura. Vale enfatizar o espetáculo “Hamlet Sincrético” (2005), com direção de Jessé Oliveira, do Grupo Caixa-Preta (RS), formado por artistas negros. A montagem aborda o sincretismo cultural e religioso ao transpor os personagens e as situações da tragédia shakespeariana aos mitos e rituais da cultura afro-brasileira.

Por fim, sem pretender esgotar o tema das artes cênicas, já que poderiam ser citados inúmeros exemplos em outras temáticas e demandas cidadãs, é importante frisar que o Estação Cultura tem colocado em sua pauta inúmeros trabalhos artísticos, entrevistas e reportagens que abordam a discussão contra o preconceito e a violência contra a população LGBT, e, paralelamente, dá visibilidade e espaço para artistas gays e transexuais, independentemente da temática de suas obras. Em 2017, durante o 24<sup>o</sup> Porto Alegre em Cena, o festival de artes cênicas que ocorre na capital gaúcha, entre as peças escolhidas pela produção do programa para dialogar com o público esteve “O Evangelho Segundo Jesus, Rainha do Céu”. O espetáculo, com direção de Natalia Mallo, é protagonizado pela atriz trans Renata Carvalho e propõe uma discussão de gênero ao mostrar a figura de Jesus Cristo encarnado por uma travesti.

Outro segmento sempre contemplado pela emissora pública dos gaúchos na sua grade de programação foi a música no Estação Cultura, seja no estúdio ao vivo, seja na cobertura de reportagem. Inclusive com a presença de um piano como parte do cenário do programa, à disposição das produções da emissora. Entre exemplos de presenças nacionais no programa estão João Bosco, Liniker, Kleiton e Kledir, Cida Moreira, Cássia Eller, Baden Powell, Toquinho, além de nomes da cena local como Nei Lisboa, Vitor Ramil, Bebeto Alves, Nelson Coelho de Castro e Renato Borghetti. Havia até mesmo uma espécie de desdobramento da cobertura musical da emissora

exibida dentro do Estação Cultura, isto é, edições de trechos também de outros programas musicais.

Mas a visão abrangente e democrática da comunicação pública que se construiu ao longo de décadas possibilitou a uma enorme fatia da população ter acesso à música dos mais diversos matizes em outros programas da TVE-RS. No filão da música nativa e folclórica, o Galpão Nativo foi um programa que acompanhou carreiras e trajetórias como de Os Farroupilhas, João de Almeida Neto, Tambo do Bando, Vitor Hugo, Mário Barbará, Tchê Guri e Yamandu Costa. A música erudita também esteve presente com o programa Concertos TVE, a partir do começo dos anos 1990, numa parceria com a Fundação OSPA para a gravação dos concertos, o que levou o corpo técnico da emissora a ser treinado para captar o som e o áudio da orquestra. Ou seja, os cinegrafistas tiveram aulas de como se colocam os instrumentos numa orquestra. Nos primeiros anos, o diretor de imagens era acompanhado de um integrante da orquestra, que adiantava o andamento da obra executada. Além da temporada oficial da OSPA, o canal de televisão público gravou muitas óperas, além da veiculação de muitos concertos ao vivo, como o Natal na Praça.

A música ainda esteve na programação com a exibição do Palcos da Vida, com a proposta de gravar espetáculos que estavam em cartaz em teatros de Porto Alegre. À produção do espetáculo era solicitada qualidade de som e luz para a gravação de televisão. Dessa forma, o programa possibilitou o acompanhamento de gerações de músicos. Houve uma parceria com o projeto Unimúsica, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, sendo registrados todos os shows musicais ao longo de vinte anos de atrações.

Fizeram parte do vasto cenário musical coberturas especiais, como dos shows do Fórum Social Mundial, ocorrido em Porto Alegre em duas edições, quando, ao vivo, direto do Pôr do Sol, houve transmissão mundial – via internet – de espetáculos, como do argentino Fito Paez, do Tangos e Tragédias, Dominguinhos e Buena Vista Social Club.

São exemplos desse processo democrático e plural a presença do Estação Cultura em espaços ainda não sedimentados das artes, como os coletivos de artistas, as propostas de arte de rua, assim como a cobertura ampla de eventos, como a Bienal de Artes Visuais do Mercosul desde a primeira edição, em 1997. Por meio desta grande mostra de arte espalhada por diversos espaços públicos e privados de Porto Alegre, o Estação Cultura contribuiu para popularizar e discutir a arte e a arte contemporânea, as raízes brasileiras, latinas e mundiais. Destacou, nas coberturas das diversas edições, o acesso de públicos diversos como estudantes, idosos, pessoas com necessidades especiais, trazendo à tona não só o tema da arte em si, como também outros aspectos sociais envolvendo o conhecimento mediante a arte, a relação da história com a arte, além de desmistificar o acesso de grupos como cegos, cadeirantes e tantos outros a uma exposição, à arte, ao espaço público etc.

Premiado em diversos certames e anos, o programa é um exemplo do que a comunicação pública pode realizar com qualidade em termos de produção, dando voz às mais diversas manifestações culturais, envolvendo estilos musicais, gêneros teatrais, estéticas artísticas-cinematográficas, e tudo que surge de contemporâneo. A pauta ao longo dos anos, com a compreensão dos profissionais que ali trabalham, é essencialmente voltada a dar a maior representatividade possível a todos os segmentos culturais, tendo como foco a multiplicidade de vozes. As discussões em torno das pautas a serem exploradas parte da agenda cultural e caminha no sentido de reflexões que levem em conta questões ainda incipientes de representatividade social, raça, religião, gênero ou estilos diversos. Sem demagogia, boa parte da produção do que é veiculado no Estação Cultura se faz na perspectiva de contemplar principalmente aqueles que, pelos mais diversos motivos, não têm espaço ou tempo de visibilidade em outras emissoras. Para a concretização deste perfil de programa, não foram poucas as lutas empreendidas pelos profissionais do programa, e mesmo da

Fundação Piratini. Embates que vão desde as discussões de temas e pautas até a factibilidade de coberturas ao vivo ou não, pois sempre as questões financeiras e as ingerências políticas na emissora estiveram presentes no dia a dia dos profissionais. Ou seja, construir e concretizar a ideia de comunicação pública no Brasil e no Estado ainda passa por enfrentamentos diários e, hoje, quase utópicos.

## Referências

- CHARAUDEAU, Patrick. *Discurso das Mídias*. São Paulo: Contexto, 2006.
- CAUNE, Jean. *Cultura e comunicação: convergências teóricas e lugares de mediação*. São Paulo: UNESP, 2014.
- GOLIN, Cida. Jornalismo cultural: reflexão e prática. In: AZZOLINO, Adriana Pessate et al. *7 Propostas para o Jornalismo Cultural: reflexões e experiências*. São Paulo: Ática, 2009.
- MAIA, Rousiley (Coord.). *Mídia e Deliberação*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2006.
- MAIGRET, Éric. *Sociologia da Comunicação e das Mídias*. São Paulo: Editora Senac São Paulo, 2010.
- RIVERA, Jorge B. *El periodismo cultural*. Buenos Aires: Paidós, 1995.
- WEBER, Maria Helena; COELHO, Marja P.; LOCATELLI, Carlos. *Comunicação pública e política: pesquisas e práticas*. Florianópolis: Insular, 2017.
- WILLIAMS, Raymond. *Palavras-chave: um vocabulário de cultura e sociedade*. São Paulo: Boitempo, 2007.



**Que discursos e sujeitos são aceitáveis numa tv pública?  
A “viralização” do vídeo do “Putinhas Abortadeiras”  
no programa radar da TVE-RS**

*Marluce Dias Fagundes  
Nádia Maria Weber Santos*

Na madrugada do dia 25 de abril de 2014, a emissora TVE-RS transmitiu a gravação realizada no programa Radar – conhecido programa musical e cultural que apresenta bandas e grupos da cena gaúcha<sup>1</sup> – com a participação do coletivo anarcofeminista “Putinhas Abortadeiras”. O tema daquele programa fazia uma reflexão a respeito do feminismo e sobre o debate acerca da “Marcha das Vadias”, que seria realizada na cidade de Porto Alegre. Essa foi a primeira vez que o coletivo “Putinhas Abortadeiras” apresentou-se na rede televisiva.

Embora o programa tenha ido ao ar na faixa horária das 2h da madrugada, sua gravação foi disponibilizada, no dia seguinte, no *Youtube* institucional da TVE do Rio Grande do Sul. Esse fato levou à rápida “viralização” do vídeo, o que abriu espaço para discussões sobre o papel das TVs públicas, e que tipo de programação estas emissoras deveriam transmitir. Perguntava-se sobre à qual cultura a apresentação do coletivo remetia e quais os grupos ou os partidos políticos estavam por trás dessa apresentação numa TV pública.

---

<sup>1</sup> O programa é voltado tanto para os novos talentos quanto para as bandas já consagradas do cenário local e nacional. Além de trazer atrações musicais ao vivo, o Radar produz matérias sobre o mundo da música, a agenda cultural, notícias, entrevistas, dicas e exibição de videoclipes de bandas locais, nacionais e internacionais. Disponível em: <http://www.tve.com.br/programas/radar/> Acesso em: 10 mar. 2019.

Além dessas questões, pertinentes ao debate sobre a importância e do papel da TVE-RS, o foco principal dessas discussões desencadeadas estava nas letras das músicas tocadas, da aparência das integrantes do coletivo e o re/significado de feminismo.

O objetivo deste texto é articular discursos produzidos em reação à apresentação das “Putinhas Abortadeiras” na TVE. A exibição desse vídeo, ainda em 2019, é lembrada e retomada, sobretudo, por grupos da extrema-direita brasileira, como uma maneira de ridicularizar e de atacar os movimentos feministas como um todo. Além disso, observa-se uma possível relação entre o recente processo de extinção da Fundação Piratini – TVE e a rádio FM Cultura – e alguns discursos de grupos reacionários que eclodiram na contemporaneidade. Portanto, apresentamos o contexto da apresentação das “Putinhas Abortadeiras” a partir da análise de fontes da mídia em nível local e nacional, principalmente as disponíveis em sítios eletrônicos, e, também, de algumas entrevistas<sup>2</sup>. Além disso, recorreremos à entrevista realizada com três integrantes do coletivo<sup>3</sup> e que será aqui analisada para problematizarmos os movimentos feministas da “quarta onda”<sup>4</sup>.

---

<sup>2</sup> As entrevistas foram realizadas, durante o ano de 2017, com servidores, ex-presidentes, artistas e telespectadores, para o projeto de pesquisa “A importância da TVE da Fundação Piratini como dispositivo de cultura e de sensibilidades para a memória da sociedade gaúcha”, coordenado pela Professora Dra. Nádia Maria Weber Santos – bolsista de Produtividade CNPq. Este projeto foi finalizado em fevereiro de 2019. Nele constituímos um banco de dados com 781 minutos de entrevistas gravadas e com centenas de materiais (depoimentos, fotos e vídeos) das redes sociais, cuja temática é a luta pela preservação da Fundação Piratini, realizada por diversos setores da sociedade gaúcha, incluindo servidores, artistas e intelectuais.

<sup>3</sup> PUTINHAS ABORTEIRAS. Porto Alegre. 15/03/2019. Entrevistadora: Marluce Dias Fagundes. Arquivo de áudio: 52 minutos.

<sup>4</sup> Teóricas dos estudos feministas identificam como a “quarta onda”, os movimentos que “explodiram” a partir de 2013, no caso brasileiro, quando diferentes mulheres foram às ruas e utilizaram a internet para contestar contra medidas reacionárias que estavam sendo propostas na Câmara dos Deputados. Essas medidas afetavam direitos historicamente conquistados pelas mulheres, sobretudo, os relacionados à saúde, à educação e à segurança. Ver em: HOLLANDA, 2018.

## O debate sobre tv pública: o caso da Tve-RS

A TVE-RS completou 45 anos em 2019, sendo a primeira emissora de comunicação pública do Rio Grande do Sul, junto com a Rádio FM Cultura (inaugurada em 1989, portanto com 30 anos de existência), formavam a Fundação Piratini – Rádio e Televisão, a qual foi extinta no governo de José Ivo Sartori, em maio de 2018, num ato de desmantelamento de várias fundações públicas do Estado, relacionadas à ciência, à tecnologia, à economia, à comunicação, entre outras. Seu percurso histórico é permeado por lutas políticas, entraves institucionais, incêndios, inúmeras mudanças de grades de programação, passagem do sinal analógico para digital em 2015/2016 e presidências que trocavam a cada quatro anos de acordo com os governos eleitos.<sup>5</sup> Em 1995, foi criado o Conselho Deliberativo, o qual era formado por representantes da sociedade civil. Foi a partir da criação deste conselho que a TVE-RS passou a se denominar televisão pública (TORVES, 2006).

Uma televisão pública ideal deveria contribuir para o equilíbrio do sistema de comunicação de uma nação, funcionando como um contrapeso ao sistema privado e fomentando a democracia e a cidadania pela promoção da cultura, do conhecimento e da informação de forma universal, ética e independente, com altos padrões de qualidade programática. Para Maria Cecília Cury (2010, p. 120), “duas variáveis impactam mais diretamente em todas as práticas de um sistema de comunicação público – sua gestão e, especialmente, suas fontes de financiamento”. Isso porque tanto um ponto quanto outro vão determinar a direção, a aplicação e o volume dos investimentos, sejam em conteúdo, tecnologia, serviços, entre outros. (SANTOS; COIRO MORAES, 2016).

Segundo Leal Filho (*apud* CURY, 2010, p. 122), a autora refere que “o modelo público consagrado internacionalmente é aquele que se mantém independente do Estado e do comércio, política e

---

<sup>5</sup> Ver detalhes em SANTOS; COIRO MORAES, 2016.

financeiramente”. Sabemos que a BBC de Londres é a maior e melhor TV pública do mundo e ela se mantém com uma quota que os cidadãos destinam a ela anualmente. (SANTOS; FAGUNDES, 2018).

A TVE-RS tem um papel de protagonismo na veiculação das diversas manifestações culturais do Estado do Rio Grande do Sul. Ou seja, nos seus 45 anos de existência, houve um investimento razoável de ordem pública na emissora, criando e recriando não só tecnologia compatível como (e, talvez, principalmente) registros da cultura de nosso estado, conteúdos estes sendo um bem cultural da sociedade. Porém, este percurso não foi uma linha reta ascendente, tendo diversos percalços nas variadas gestões, conforme mencionado, pois dependia do governo ou da vontade de realização de seus presidentes. Diferentemente de outras emissoras públicas, como é o caso da paradigmática BBC do Reino Unido, a população não auxilia em sua manutenção e, menos ainda, interfere em sua programação. (SANTOS; FAGUNDES, 2018).

Na gestão do governador José Ivo Sartori do Rio Grande do Sul existiu, desde o início, uma “sombra” em relação aos instrumentos de cultura do Estado. No início de seu mandato, em 2015, encaminhou o projeto de extinção de alguns órgãos de cultura, bem como seus financiamentos, incluindo a TVE-RS. Em contrapartida ao movimento do governo, eclodiram vários movimentos dos cidadãos porto-alegrenses em redes sociais e em manifestações públicas, como as ocorridas na Praça da Matriz de Porto Alegre – onde estão localizados o Palácio Piratini e a Assembleia Legislativa do Estado do Rio Grande do Sul. A cobertura desses episódios deu-se nas páginas da imprensa sul-rio-grandense, bem como em redes sociais. Como por exemplo, a página “Movimento para preservação da TVE e FM Cultura”, grupo aberto no *Facebook*, que mobiliza discussões em prol da preservação da TVE. Esse grupo conta com centenas de participantes incluindo servidores, telespectadores, artistas e intelectuais da cena cultural do estado, os quais denunciam ações de desmonte, atos de

preservação etc.<sup>6</sup> A programação da TVE-RS é transmitida para as principais cidades gaúchas, não somente para a capital.

Após a votação da PL 246, em dezembro de 2016, foi instituída uma nova gestão encarregada de fazer a transição para a extinção da Fundação Piratini. A presidência responsável por essa transição ficou a cargo de Orestes de Andrade Junior. Em entrevista realizada em 2017<sup>7</sup>, ele afirmava que era responsável por implantar uma TV e uma Rádio “sustentáveis”. Segundo Andrade Júnior (2017), o governador Sartori iria manter a TVE e a FM Cultura abertas, porém a Fundação Piratini seria extinta e a orientação era de que “elas têm que custar menos para o Estado e para a sociedade. E elas têm que se modificar e se modernizar. Só assim é que elas podem e devem continuar”. Contudo, o projeto “sustentável” prevê a demissão de um número considerável de funcionários/as, o que acabou ocorrendo ao longo do ano de 2017 e 2018. (SANTOS; FAGUNDES, 2018).

Até o momento, desde a extinção, não temos uma direção nova nas emissoras no sentido de “sustentável” (seja lá o que isso significasse para eles naquele momento), ou de uma programação que atenda as demandas da população em termos do que uma TV pública deveria conter. Ou seja, programas voltados para a comunidade e para as cenas culturais locais e regionais em seus variados aspectos, expressando cidadania e coerência com a história da emissora, o que certamente constituiu seu público em todos os anos de sua existência. Poucos programas restaram da grade e os servidores remanescentes (muitos foram transferidos para outros setores do Estado e alguns foram demitidos, pelo instrumento do PDV ou não) há um grande empenho em manter a qualidade da programação, cultural e de informação.<sup>8</sup>

---

<sup>6</sup> Alguns pormenores desta luta dos servidores contra a extinção da Fundação Piratini estão em SANTOS; SILVA, 2018.

<sup>7</sup> ANDRADE JR, Orestes. Porto Alegre. 25/05/2017. Entrevistadoras: Nádía Maria Weber Santos; Marluce Dias Fagundes. Arquivo de áudio: 62 minutos.

<sup>8</sup> Ver <http://www.fundacaopiratini.rs.gov.br/?model=conteudo&menu=83&id=2246> Acesso em: 26 maio 2019.

O caso aqui analisado foi transmitido pela TVE-RS em 2014, portanto, antes do processo de transição até a efetiva extinção da Fundação Piratini. O vídeo da apresentação do Coletivo “Putinhas Aborteiras” voltou em debates e mobilizações em prol da manutenção da Fundação Piratini; pois, segundo alguns sujeitos, a apresentação do “Putinhas Aborteira” não deveria ter sido transmitida por uma televisão pública. Com isso, nas próximas seções, entenderemos o contexto de formação e de participação do “Putinhas Aborteiras” na cena cultural, especialmente, de Porto Alegre. E, de certa forma, discutiremos como os discursos levantados por suas integrantes “incomodaram” determinados setores da sociedade, sobretudo, da política conservadora e reacionária.

### **“Pra ser putinha não precisa de carterinha”**

O coletivo “Putinhas Aborteiras” iniciou sua organização durante a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, ocorrida entre os dias 10 e 18 de julho de 2013. Essa ação foi organizada por integrantes do Bloco de Lutas pelo Transporte Público, movimento que reivindicava a gratuidade do transporte coletivo na capital do Rio Grande do Sul para estudantes e desempregados, assim como a redução da tarifa que havia sido aprovada naquele contexto. O Bloco de Lutas também exigia a transparência nas contas das empresas de ônibus da capital gaúcha. Segundo o Jornal Sul 21, os manifestantes anunciaram que estavam “ocupando a casa do povo que não representa o povo”<sup>9</sup>.

De acordo com Josep Juan Segarra (2015), no momento da Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre, a partir do dia 10 de julho de 2013, formavam o Bloco de Lutas diferentes organizações políticas de esquerdas e pessoas autônomas. Dentre

---

<sup>9</sup> Disponível em: <https://www.sul21.com.br/cidades/2013/07/camara-de-vereadores-de-porto-alegre-e-ocupada-por-manifestantes/>. Acesso em: 26 maio 2019.

outros, participavam do Bloco de Lutas coletivos anarquistas e libertários como a Federação Anarquista Gaúcha (FAG), o Assentamento Urbano Utopia e Luta e o Moinho Negro. Alguns militantes eram provenientes do Partido dos Trabalhadores (PT), do Partido Socialismo e Liberdade (PSOL), do Partido Socialista Trotskista Unificado (PSTU) e do Partido Comunista Brasileiro (PCB).

O cenário da ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre não representa um fato isolado, uma vez que, desde março de 2013, nas ruas das capitais e principais cidades brasileiras ocorriam manifestações relacionadas ao aumento do preço do transporte público, ligadas ao Movimento Passe Livre (MPL) em São Paulo e, no caso de Porto Alegre, ao Bloco de Lutas. Segundo Heloísa Buarque de Hollanda e Maria Bogado (2018, p. 24), “as marchas permitiram novas formas políticas de afeto, no sentido de afetar e ser afetado pela multidão”. Para essas autoras, a coletividade se sobressai à ação individual nas experiências dos protestos de junho de 2013, o que preocupava a grande mídia e a própria polícia quando tentava localizar as lideranças políticas dentro desses movimentos. “[...] o que estava ali era uma visível autonomia dos participantes, que não dependiam exclusivamente do sistema político e operavam também por meio das ações diretas e dos debates e laços criados na ação coletiva dos espaços públicos” (HOLLANDA; BOGADO, 2018, p. 27). Segundo as autoras, podemos entender que os movimentos das ruas e ocupações, a partir de 2013, estão inseridos numa “quarta onda” dos movimentos feministas e de mulheres.

Foi nesse contexto que a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre acabou sendo um ponto de inflexão entre a ação do Bloco de Lutas e seus múltiplos integrantes e coletivos.

A Câmara foi sendo redecorada com bandeiras anarquistas, do PSTU, PSOL, do movimento LGBT; com o reordenamento de parte da mobília; a anexação de cartazes políticos, pedagógicos e/ou satíricos: “Banheiro livre de gênero”, “Você sabe reciclar? Então recicle, por favor!”, “Jesus é gay”; e intervenções nas fotografias e

legendas relacionadas com os vereadores. Uma “anarquia organizada” diria o ingênuo ignorante, na qual a horizontalidade e a autogestão foram experimentadas de forma ampla e intensa, com todas as suas potencialidades e seus riscos (DE BEM, 2014, p. 20).

A partir do que Daniel De Bem (2014) conceitua como uma “anarquia organizada”, vislumbra-se alguns dos resultados dos riscos e das potencialidades enfrentadas naquela experiência de organização coletiva, horizontal e autogestionada. A organização do “Putinhas Aborteiras” (Figura 1) surge da articulação como coletivo, durante a ocupação, devido a atos de assédio e machismo contra as mulheres manifestantes, atos realizados pelos próprios companheiros de ocupação. A reação a estes atos de assédio aparece, em forma de “escracho” e denúncia, numa das letras do coletivo – “Ocupação”: “Eu tava bem de boa na ocupação/ Até que no meu peito senti foi uma mão/ Um toque de tarado inconsequente/ Da boca do fulano não sobrou nem só um dente”.

Destacamos que esta organização de mulheres já existia antes dos atos de assédio, como mencionam as três integrantes entrevistadas – Lúcia, Mercedes e Amparo<sup>10</sup>. Mesmo antes do fatídico episódio, já estavam acontecendo rodas de conversas e oficinas que debatiam sobre os feminismos, ou outros temas de interesse, principalmente, de mulheres, como: corpo, sexualidade, papel e espaço ocupado por mulheres na música, na cultura, na política.

---

<sup>10</sup> Os nomes das entrevistadas do coletivo Putinhas Aborteiras serão preservados, sendo assim vamos nos referir a elas como Lúcia, Mercedes e Amparo em homenagem às fundadoras da agremiação anarquista espanhola, *Mujeres Libres*. Todas as falas citadas, daqui em diante, desta entrevista, estarão em itálico e constam em: PUTINHAS ABORTEIRAS. Porto Alegre. 15/03/2019. Entrevistadora: Marluce Dias Fagundes. Arquivo de áudio: 52 minutos.

Figura 1 - “Putinhas Aborteiras” durante a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre (2013)



Fonte: <https://putinhasaborteiras.wordpress.com/> Acesso em: 10 mar. 2019.

Ainda sobre a formação desse coletivo, as mulheres que passaram a integrar o “Putinhas Aborteiras” entendem que, por meio da música, responderiam aos atos de assédio isolados, ocorridos durante a ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Contudo, após o fim desse evento, essas mulheres continuaram se reunindo e produzindo letras como “política de escracho”, com os temas que eram discutidos entre elas e que fazem parte do universo do “ser mulher”, além do que era pautado nas teorias feministas. Pois, segundo Lúcia e Mercedes, “*os abusos também eram internos, independente do coletivo que estivessem*” inseridas. A “política de escracho” seria, também, direcionada para os “*homens que faziam parte desse circuito universitário manifestante de Porto Alegre*”.

Daniela Dell’Aglio (2016) afirma que o debate estava pautado nas questões debatidas pelos feminismos. O coletivo teria:

[...] demonstrado um posicionamento ético-feminista plural que acredita nos caminhos e nos processos como uma forma de não se fixar a teorias e a rótulos. O coletivo se considera anarquista e feminista, de forma a preservar um local político, porém, com um espaço aberto para se questionar (DELL’AGLIO, 2016, p. 43).

Segundo a fala de Lúcia, o coletivo em si é um “ato político” e o importante era “o fazer”, como segue abaixo:

*A gente percebeu essa urgência de ter mulheres tocando, mulheres fazendo música, mulheres se juntando para discutir essas realidades. Sendo também uma forma de dialogar através da cultura, porque às vezes tu tens coisas para passar e discutir e, talvez a forma mais rápida e acessível seja a cultura. E a gente resolveu através da música se comunicar, e assim a gente tinha até uma cultura de que não precisava tocar bem e cantar bem. O importante é se juntar, criar e apresentar a partir do que conseguiu fazer (...) era uma música mais solta, sem a proposta de ser uma banda super bem estruturada.*

O coletivo “Putinhas Abortadeiras” contou com cerca de quinze participantes, provenientes de diversos espaços, e de formações muito diferentes. Essas mulheres estavam dispostas a “dialogar através da cultura”. Suas letras partiam da inquietação “o que queremos falar com isso?”. As entrevistadas relatam que não existia uma rigidez e disciplina em ensaios, e que nem era esse o principal objetivo. Muitas vezes, uma parte das integrantes reunia-se para debater questões ou escutar os problemas pelos quais as outras integrantes tinham passado no dia a dia. Dessa forma, o coletivo também desenvolveu o papel de um “lugar de escuta”, promovendo uma rede de amparo, um “espaço de segurança” e de *sororidade* entre essas mulheres. Mercedes destaca que a primeira vez que escutou o termo “cisgeneridade” foi numa reunião do grupo, pois algumas delas já vinham debatendo na academia, bem como em outros movimentos sociais que participavam, autoras como a filósofa estadunidense Judith Butler – teórica referência dos estudos feministas.

Podemos entender o caso das “Putinhas Abortadeiras” como “artevismo feminista”, que, segundo Caroline Barreto e Laila Rosa (2018, p. 23), é “um processo criativo pautado pela amorosidade e coletividade, tendo na arte o fortalecimento de pessoas, de amizades, de encontros, e, igualmente, de intervenção e crítica social”. Nesse sentido,

[...] as práticas feministas e a produção de conhecimento perpassam pelo acionamento da reflexão acerca das interseccionalidade entre os marcadores sociais da diferença, como elementos produtores de culturas e formas de produção de conhecimento específicas que podem e devem trilhar por caminhos emancipatórios (BARRETO; ROSA, 2018, p. 39).

Segundo Daniela Dell’Aglia (2016, p. 44), o coletivo “Putinhas Aborteiras” passou a desenvolver “músicas com formato, principalmente, de paródias de funk e de rap, em que os temas eram principalmente questões pertinentes ao feminismo e à crítica ao Estado”. A letra da música “Feminista” retrata com excelência a reflexão acerca das interseccionalidades entre os marcadores sociais da diferença, pois dialoga sobre gênero, raça, sexualidade e classe social.

Feminista / Rainha do tanque / Tanque de guerra / Antidominante /  
Vem anarquizar/ **Assuma seu corpão** / Gorda, magra, média / Não  
precisa ter padrão / **Negra não morena** / **Cabelo pixaim** / **Toque  
no seu corpo** / **E goze até o fim** / Conheça o poder / Da  
**masturbação** / Não precisa de ninguém / Só você e sua mão / Pra  
**desconstruir o gênero** / Fale com as putinhas / Vem conscientizar /  
E libertar a bucetinha / Em matéria de aborto / A gente sabe bem /  
**O corpo é da mulher** / E a decisão também / Anarquista /  
Antifascista e punk / **Contra o tipo** / **Da classe dominante** / Se  
envolve, reivindica / **Expulsa o machão** / **Cria resistência** / **Contra  
as formas de opressão** / Sou anarquista doída / Pixadora e vida loka  
/ Não vem com moralismo / Tu não vai calar minha boca / Vem  
vandalizar / Deixa de ser bundão / Se rolar prejuízo / **É na conta do  
patrão** / E quando rolar treta / Não vem homem se meter / **As mina  
se organiza** / E consegue resolver/ **Aprenda autodefesa** / Saiba  
reagir / **Combater a violência** / Também começa por ti (PUTINHAS  
ABORTEIRAS, Feminista, grifos das autoras)<sup>11</sup>.

As discussões sobre gênero estão colocadas em todas as letras, como no trecho “desconstruir o gênero” que, segundo o coletivo, é o

---

<sup>11</sup> Disponível em: <https://putinhasaborteiras.wordpress.com/2013/09/03/feminista/>. Acesso em: 26 maio 2019.

processo que se inicia pela conscientização do que é “ser mulher” e do que é “ser homem” numa sociedade estruturada pelas desigualdades de gênero. A letra enfoca para os diferentes corpos – “gorda, magra, média” – como uma crítica social aos padrões de beleza hegemônicos vigentes na sociedade.

Também são problematizadas, na música, questões étnico-raciais. O trecho “negra não morena / cabelo pixaim”, vincula-se ao “mito da democracia racial” que pode ser compreendido como um “projeto hegemônico de branquidade que faz uso da perpetuação de representações narcisistas de brancos sobre seu grupo racial” (CARNEIRO; FERREIRA, 2018, p. 199). Isso se aplica ao caráter pejorativo sobre as representações de pessoas negras, como, destacado pelo coletivo, a alusão ao “cabelo pixaim”. Existe, portanto, uma hipervalorização de atributos brancos, como cabelos lisos “mais bonitos” que cabelos crespos, o que contribui como uma das formas de exercer o racismo de modo “relativamente discreto”.

A sexualidade feminina é trazida em diferentes passagens e reforça a necessidade de mulheres conhecerem seus corpos e suas necessidades, salientando o pertencimento do corpo feminino como somente dela, como o destaque à crítica da criminalização do aborto. Como assinala a historiadora Ana Maria Colling:

[...] o corpo feminino é um texto histórico, escrito diversamente ao longo do tempo. Por este motivo, não existe “um” corpo feminino, não existe uma natureza feminina, mas uma cultura em que durante séculos as mulheres foram encaradas como seres naturais. A mulher, como o homem, é algo produzido e não pode indagar ao fundo de si para resgatar uma essência. Não existe a verdadeira mulher, pois “verdadeira” e “mulher” são conceitos criados, portanto, aparências, superfícies, produções. Sob os conceitos, não há nada que possa ser chamado mulher, somente relações de poder e de hierarquia socialmente construídas. (COLLING, 2014, p. 27).

Os discursos presentes nas letras do “Putinhas Abortadeiras” se inserem como resposta imediata a um essencialismo feminino, que rejeita as intersecções que atravessam as diferenças entre as diferentes

mulheres ou, até mesmo, entre a própria construção da noção de gênero. Conseguimos enxergar a tentativa de “desconstrução” do gênero e, como reitera Butler, o próprio termo mulher, “um termo em processo, um devir, um construir de que não se pode dizer com acerto que tenha uma origem ou um fim”. Partindo do pressuposto como uma “prática discursiva contínua, o termo está aberto a intervenções e ressignificações” (BUTLER, 2016, p. 69).

O “Putinhas Abortadeiras” ganhou visibilidade na cena cultural de Porto Alegre após participar, como atração musical, de diferentes eventos e atividades ligadas à “ocupação dos espaços públicos”. Esses eventos foram recorrentes entre 2013 e 2014. Lúcia, fala que “*tocamos muitos nesses espaços, recebíamos muitos convites*” e Mercedes, reitera que tocavam mesmo quando não eram convidadas, mas que também faziam questão de cantar o repertório. Conforme Daniela Dell’Aglío, que também participou do coletivo e analisa sua experiência na sua dissertação de mestrado:

Isso fez com que começássemos a participar de shows e eventos culturais pela cidade, priorizando tocar em ocupações, em espaços públicos e gratuitos. Nessa intensidade de protestos, ocupações e mensagens feministas, fomos convidadas a participar do programa Radar, da TVE RS, que naquela semana seria sobre feminismo, para apresentar nossas músicas e divulgar a Marcha das Vadias de Porto Alegre, que também ajudamos a construir juntamente a outros coletivos (DELL’AGLIO, 2016, p. 44).

Lúcia também salienta que o convite para participar do programa Radar da TVE-RS talvez tenha surgido porque o coletivo apresentava o “*funk enquanto cultura e tinha a paródia e o próprio nome era provocativo*”, ela ainda ressalta que:

*A TVE enquanto um espaço cultural que tem essa visibilidade do que está acontecendo no mundo e nas localidades, que é Porto Alegre e a grande Porto Alegre viram “vamos chamar as gurias para virem dialogar”. Ainda era o Radar, que era um espaço que se propõem a dialogar, justamente com as bandas novas, não só com as bandas consolidadas do Rio Grande do Sul. Mas principalmente*

*com as bandas que estão começando, viram nas Putinhas esse fervor e essa efervescência.*

O programa Radar, em que o coletivo “Putinhas Abortadeiras” participou, foi gravado em 10 de abril de 2014. A data era próxima à “Marcha das Vadias” de 2014 que ocorreria em Porto Alegre, e o convite para o programa estendia sua pauta para esse evento que tinha como tema o “fim da violência contra a mulher”. Na ocasião, conforme relatou Amparo, *“duas integrantes do coletivo participaram de um debate sobre o evento (Marcha das Vadias)”*. Além disso, Amparo ainda destaca que a produção do Radar as consultou sobre o horário de exibição. O Radar da TVE-RS era transmitido de segunda a sexta-feira, às 18h, tendo uma faixa especial na madrugada, próxima das 2h. Dessa forma, se o programa fosse ao ar no horário das 18h, algumas censuras seriam realizadas, como até o próprio nome do coletivo. Sendo assim, o coletivo optou que a apresentação fosse transmitida na faixa da madrugada, sem que houvesse censuras. As entrevistadas lembram que gostariam, na realidade, de ter uma gravação com qualidade de vídeo/som/áudio para a divulgação e para a difusão da proposta do “Putinhas Abortadeiras”.

Na seção seguinte, analisaremos as repercussões da participação do coletivo no programa Radar da TVE-RS, que, mesmo sendo transmitido em horário alternativo, ainda na atualidade gera polêmicas devido à reprodução do vídeo na plataforma *YouTube*.

### **O papel da mídia e das redes sociais: “elas ferem os princípios da moral e dos bons costumes”**

Já na manhã da madrugada da exibição do programa Radar, em que o coletivo “Putinhas Abortadeiras” apresentou-se, muitas opiniões se formaram sobre o fato. O vídeo do programa foi disponibilizado no *YouTube*, que alcançou milhares de visualizações em poucas horas. Porém, a emissora retirou-o do seu canal na

plataforma após as primeiras críticas negativas e porque no *YouTube* não há o controle da classificação da faixa etária de quem assiste o conteúdo. Newton Silva, servidor público estadual, na época Diretor do programa Radar, nos esclarece que:

*Nesse programa Radar, a gente convidou o grupo para uma apresentação ao vivo e depois, por conta de alguma polêmica dentro da própria emissora, que alguns colegas acharam que seria um conteúdo inapropriado para uma emissora educativa, levaram isso até a direção, a direção resolveu gravar esse programa que seria ao vivo – na época uma direção do PT, inclusive. O programa foi gravado e, depois de um mês de tratativas, a direção definiu que seria colocado a partir da meia noite e esse programa foi para a internet, como todos os programas iam. A partir daí, houve uma repercussão imensa em todo o Brasil, porque uma pessoa de São Paulo pegou o programa, picotou, e colocou só uma parte de um vídeo na internet, em que elas falavam alguma coisa sobre se o Papa fosse mulher o aborto seria permitido e daí veio justamente isso, como que uma TV educativa coloca esse tipo de conteúdo no ar?<sup>12</sup>*

Mercedes conta que as reações no dia seguinte iniciaram por um programa de rádio em que ouviu uma apresentadora “indignada” comentar sobre o “absurdo que tinha sido uma televisão do Estado e Pública ter passado aquilo ali em horário nobre” e essa mesma apresentadora ainda repetia frases como “eu não vou nem falar, eu vou soletrar: P-U-T-I-N-H-A-S”. Além do fato de recorrer que o vídeo feria os seus direitos, e que não gostaria que seu filho escutasse o nome dessa banda.

Foi divulgado, dias depois, que a emissora demitiu dois funcionários responsáveis por publicar no *YouTube* o vídeo da apresentação. A TVE-RS publicou uma nota oficial, em seu site, sobre esse assunto, em 16 de maio de 2014.

---

<sup>12</sup> SILVA, Newton. Porto Alegre. 06/10/2017. Entrevistadoras: Nádía Maria Weber Santos e Marluce Fagundes. Arquivo de áudio: 91 minutos.

Sobre a demissão dos dois funcionários de Cargos em Comissão (CCs) da Fundação Cultural Piratini – TVE e FM Cultura, esclarecemos que a decisão diz respeito ao upload para a internet do vídeo com a apresentação da banda Putinhas Aborteiras, exibido no programa Radar do dia 25/04, às 2h30 da madrugada. [...] A Fundação Piratini reafirma o seu compromisso em abrir espaço para as mais diferentes vozes e formas de expressão do povo gaúcho e brasileiro, respeitando sempre a multiplicidade de opiniões presente na sociedade. A decisão diz respeito apenas ao equívoco de ter disponibilizado o conteúdo online no seu canal no YouTube<sup>13</sup>.

O vídeo virou pauta na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, onde integrantes do Partido Progressista protocolaram um requerimento de moção de repúdio à emissora TVE-RS por ter apresentado o coletivo, argumentando que se tratava de um vídeo “atentatório à moral e aos bons costumes e ofensivo à figura do Papa Francisco”, com “linguajar chulo, de baixo nível” e enviaram uma notificação ao coletivo. A Figura 2 apresenta a charge de Carlos Latuff, publicada no jornal online Sul 21, em 21 de maio de 2014, como crítica ao posicionamento contraditório da Câmara de Vereadores. A crítica do chargista concentra-se em dois episódios relacionados à emissora TVE e ao programa Radar.

Figura 2 – “Latuff e os dois pesos e duas medidas de Mônica Leal”



Fonte: charge de Latuff (2014). Disponível em:

<https://www.sul21.com.br/imagens/charges/2014/05/latuff-e-os-dois-pesos-e-duas-medidas-de-monica-leal/> Acesso em: 10 abr. 2019.

<sup>13</sup> Disponível em: <http://www.tve.com.br/2014/05/nota-de-esclarecimento-2/> Acesso em: 20 abr. 2019.

O primeiro quadro faz referência à apresentação do coletivo “Putinhas Abortadeiras” e à reação imediata da então vereadora Mônica Leal, do Partido Progressista (PP) que, junto com Guilherme Socias Villela, emitiu uma moção de repúdio à TVE-RS<sup>14</sup>. Para os autores da moção, a apresentação era um “atentatório à moral e aos bons costumes e ofensivo à figura do Papa Francisco”. O segundo quadro é referente à apresentação da banda gaúcha Comunidade Nin-Jitsu, no mesmo programa, só que no ano de 2008. Na época, o vocalista da banda era Mano Changes e que também ocupava o mandato como deputado estadual do PP, mesmo partido de Mônica Leal. Na apresentação a banda Comunidade Nin-Jitsu cantou a música intitulada “Chuva nas calcinha”, cujo um dos versos dizia: “Chuva nas calcinha, tempestade nas cueca. Se molhou eu tô torcendo, eu me amarro em perereca”. Mônica Leal, no ano de 2008, exercia o cargo de Secretária de Cultura da Prefeitura de Porto Alegre e não se manifestou contrariamente à banda.

O coletivo “Putinhas Abortadeiras” virou alvo de diferentes ataques e o vídeo completo da apresentação possui mais de 1.631.334 visualizações, estando salvo no canal “Eric Vaughn”. A partir desse vídeo, surgiram outros, cujos áudios e legendas foram modificados, e estão publicados no *YouTube* em diferentes canais de teor machista, ligados a partidos da extrema-direita brasileira. Alguns desses canais trazem frases da letra da música “Feminista” trocadas por trechos de incentivo ao estupro, como “Venha me enrubar, que eu tô sem opção” e “Toque no meu corpo, vem e mete até o fim”. Um desses vídeos com o áudio alterado possui mais de 166 mil visualizações, e se intitula como “versão sincera”.<sup>15</sup>

A historiadora Rachel Soihet (2005, 2008) vai atentar para o caráter perverso dessas colocações e, no caso das redes sociais, o que

---

<sup>14</sup> Disponível em: <http://www.monicaalealpp.com.br/2014/05/mocao-de-repudio-tve-rs.html> Acesso em: 26 maio 2019.

<sup>15</sup> A fim de não incitar estas versões e por não compactuar com estas distorções, não colocaremos aqui estas referências, ou seja, os links destes canais da internet.

os comentários possibilitam. Para a autora, tais insinuações não deixam de ser retratadas como uma das modalidades de violência simbólica contra as mulheres.

Isso porque a reiteração da comicidade na abordagem de suas reivindicações tende a difundir uma imagem em voga, acerca das feministas como masculinizadas, pesadas como elefantes, perigosas, feias, bruxas... Imagens que se contrapõem ao ideal feminino, constantemente re-atualizado de beleza, meiguice, delicadeza, paciência, resignação, o que não poucas vezes leva mulheres a rejeitar sua inserção no feminismo e até a combatê-lo (SOIHET, 2005, p. 609).

Esses grupos se utilizam de discursos baseados em zombarias, em ridicularização e em deboches, apresentando um caráter bastante violento. Um exemplo desses *youtuber* – homem branco que se afirma como heterossexual e “macho” – empunha um taco de baseball enquanto “reage” ao vídeo<sup>16</sup>. Na análise desses vídeos de “reação”, encontramos expressões contrárias ao coletivo “Putinhas Aborteiras”. Além dos discursos, as expressões faciais e corporais simbolizam e demonstram repulsa, nojo, raiva e diferentes sentimentos agressivos. Esses sentimentos reafirmam o antifeminismo desses homens como maneira de legitimar estereótipos de gênero.

Lúcia, Mercedes e Amparo contaram que o vídeo ganhou muitas visualizações graças aos compartilhamentos realizados em grupos de redes sociais, como do *Facebook*, de caráter machista, como “orgulho hétero” e “só para macho”. Páginas das redes sociais de torcidas organizadas de vários clubes brasileiros também compartilharam de maneira depreciativa a aparência, a orientação sexual e a qualidade musical do coletivo. Ires do Carmo (2018) em sua tese, que teve como objetivo investigar a produção de sujeitos políticos a partir do “rolê” feminista em grandes centros urbanos brasileiros, explica essas reações:

---

<sup>16</sup> Esse canal conta com 755 mil seguidores e foi publicado em 27 de junho de 2018.

Assim, se à primeira vista as reações desencadeadas nas cenas descritas acima podem parecer desproporcionais, bem como as precauções condizentes ao uso da internet e de redes sociais, elas ganham sentido quando consideramos as disputas contemporâneas que se dão, seja nas interações mediadas por computadores, seja nas ameaças que tomam corpo ao extrapolar esse âmbito, uma vez que online e off-line não estão em relação de oposição, mas são dimensões igualmente constitutivas da vida social (CARMO, 2018, p. 109).

As integrantes do coletivo também sofreram inúmeras ameaças físicas, como de estupro e de morte, pela internet e em ligações telefônicas. Seus perfis pessoais nas redes sociais foram divulgados, chegando a algumas ameaças contra seus familiares e pessoas de seu círculo social. Lúcia destaca que foi uma “situação de muita vulnerabilidade e de muita ameaça”.

Contudo, essa viralização nacional que o coletivo passou também despertou outras possibilidades benéficas. Isso pode ser entendido pelo próprio fenômeno das redes sociais para os movimentos feministas, que, conforme Heloísa Buarque de Hollanda e Cristiane Costa (2018, p. 43), desde a popularização na década de 2010, “são o mecanismo mais importante de mobilização política”.

Esse acontecimento da ampla divulgação do vídeo, portanto, teve um efeito também no cenário político feminista, uma vez que muitas pessoas procuraram o Coletivo para saber, informar-se, questionar-se a respeito de questões feministas, e, também, para pedir ajuda quando necessário. Com essa visibilidade o nome “Putinhas Abortadeiras” acabou se tornando uma referência como um grupo feminista com o qual era possível contar para diferentes tipos de demanda (DELL’AGLIO, 2016, p. 45).

Mercedes e Lúcia comentaram que, para além do apoio nacional, formaram-se redes com outros coletivos e pessoas ligadas aos movimentos feministas da Espanha e de países da América Latina. Um momento importante lembrado por Mercedes foi a apresentação

de parte das integrantes no II Seminário Internacional Desfazendo Gênero, no ano de 2015, na cidade de Salvador. Foi apresentado o trabalho acadêmico intitulado *Estou chocadíssima: prepara, o empoderamento da mulher os assusta!*, e o coletivo também esteve presente como atração musical no encerramento do evento.

No ano de 2018, a imagem do coletivo “Putinhas Abortadeiras” foi amplamente difundida nas redes sociais como um “resultado dos anos de governo do PT”. A repercussão não se encerrou meses após a publicação do vídeo em 2014, pois os grupos de discursos conservadores/reacionários e machistas disseminam inverdades, ou *fake news* sobre o episódio. Existe um retorno ao debate do caráter público da TVE-RS, e que essa apresentação não preencheria os requisitos morais e que teria sido transmitido em horário nobre. O coletivo fez da reunião de algumas mulheres com disposição de musicalizar um ato político, o que teóricas feministas reconhecem como uma “quarta onda” dos movimentos feministas. O “Putinhas Abortadeiras”, como colocado por suas integrantes, nunca teve uma decisão definitiva de encerramento, pois sempre se enxergaram numa “zona autônoma temporária e fluída”.

Vemos aumentar de forma avassaladora e rápida a incitação ao ódio nas ruas, no Brasil, explicitamente desde as manifestações em relação ao episódio do impeachment da presidenta Dilma Rousseff, passando pelas demonstrações ocorridas nas campanhas políticas para a última eleição presidencial de 2018. Porém, acreditamos que, de forma velada e ou não, esta incitação teve seu início nas redes sociais, talvez, a partir do episódio das Putinhas Abortadeiras de 2014, ódio que foi e é direcionado às mulheres, mas também aos grupos LGBTQ+ e aos negros, sem falar de alguns grupos religiosos e a manifestações culturais da diversidade<sup>17</sup>. Tanto esta reflexão procede, que até hoje o episódio é utilizado, distorcido

---

<sup>17</sup> Por exemplo, o fechamento da exposição *QueerMuseu – cartografias da diferença na arte brasileira*, no Santander Cultural, em Porto Alegre/RS, em outubro de 2017. Ver alguns detalhes em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/mostra-queermuseu-e-desmontada-em-porto-alegre-e-deve-sofrer-uma-pausa-ate-ser-reaberta.ghtml>. Acesso em: 26 maio 2019.

ou não, para estes fins, como já demonstramos. Compreendemos que pode ter sido o estopim contra pautas mais avançadas e contra as pautas de esquerda, numa reação do conservadorismo brasileiro que vemos eclodir desde então. Temáticas como aborto, mulher feminista, mulher lésbica e outras, que as Putinhas traziam, incitaram a contrariedade dos setores conservadores que, em alto e bom som, começaram a ditar o que poderia ser veiculado em uma televisão pública, educativa e cultural. Hoje, querem a defesa de todas as pautas conservadoras. E foi, a partir daí, um passo para a extinção da Fundação Piratini de comunicação pública, mesmo que sob a justificativa econômica, como difundiu o governo Sartori na época. Mesmo que não seja dito, mesmo que não seja uma reação de causa e efeito, o episódio pode ter estado, sim, na gênese mais efetiva deste dismantelamento, não sendo a causa, mas um fator real de justificativa conservadora.

Consideramos essa onda neoconservadora um reflexo ainda de uma cultura da exclusão, tão pesquisada e estudada por inúmeros historiadores brasileiros, que domina o país desde seus primórdios. Ela rumina na sombra e aparece na sociedade concretamente em vários episódios que vemos eclodir. Essa onda é sentida em vários segmentos da sociedade, levando a casos de feminicídios atuais e a outras mortes, reais, como no caso da vereadora Marielle Franco e da ativista social Sabrina Bittencourt; e simbólicas, exemplificadas pelos autoexílios de políticos e intelectuais ligados a partidos de esquerda que sofrem constantes ameaças, os estímulos coletivos à violência representam uma espécie de “espelhamento às avessas”, ou na nomenclatura junguiana<sup>18</sup>, uma “projeção da sombra”. Isto significa que o outro diferente e conservador não se reconhece naquilo que ele vê no mais avançado, precisando ser algo que deve ser rechaçado, reprimido, aniquilado, pois não está de acordo com o que ele almeja ou o que ele compreende como sendo o “certo” ou “seu”.

---

<sup>18</sup> Referente à teoria psicológica do médico-psiquiatra suíço Carl Gustav Jung (1875-1961), Psicologia Analítica.

Nas palavras do eminente psiquiatra suíço, que escreveu sua teoria na primeira metade do século XX, mas que continua muito atual, “a cerca de arame farpado que divide o mundo atravessa também a psique do homem moderno, quer ele viva de um lado ou de outro” (JUNG, 2011, p. 30). Na reflexão do criador da Psicologia Analítica, num magnífico texto sobre a auto compreensão do indivíduo versus a massificação a que é submetido nas sociedades contemporâneas, ele afirma que assim como o homem neurótico clássico não tem consciência do outro lado de si mesmo, ou seja, de sua sombra, o indivíduo normal também vê sua sombra no próximo, ou seja, “no homem do outro lado da trincheira”. Ele projeta no outro aquilo que não admite em si. E continua dizendo: “Já se tornou inclusive uma tarefa social e política considerar diabólico o capitalismo do outro lado da cerca e deste lado, o comunismo (ou vice-versa), fascinando com o exterior o olhar do indivíduo para desviá-lo de seu próprio interior” (JUNG, 2011, p.30). Ou seja, enquanto a sombra de cada um estiver projetada e não integrada em sua própria personalidade, a luta continua e as disputas são acirradas. O caminho do meio, aquele da saúde e da harmonia, seria aceitar as diferenças e aceitar viver num mundo de diversidades, em que todos os atributos humanos, que os deuses olímpicos também muitas vezes invejaram, possam “com-viver”.

## Referências

- ANDRADE Jr, Orestes. Porto Alegre. 25/05/2017. Entrevistadoras: Nádia Maria Weber Santos; Marluce Dias Fagundes. Arquivo de áudio: 62 minutos.
- BARRETO, Caroline; ROSA, Laila. Falando em línguas: Artevismo como forma de produção de conhecimento feminista. In: GROSSI, Miriam Pillar; BONETTI, Alinne de Lima (Org.). *Caminhos Feministas no Brasil: teorias e movimentos sociais*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018.
- BUTLER, Judith. *Problemas de Gênero: feminismos e subversão da identidade*. 11. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2016.

- CARMO, Íris Nery do. *O rolê feminista: autonomia, horizontalidade e produção de sujeito no campo feminista contemporâneo*. Tese (doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Campinas/SP, 2018.
- CARNEIRO, Anni; FERREIRA, Sílvia Lúcia. Padrões de Beleza, mídia e racismo: representações sociais e identidades de resistência. In: GROSSI, Miriam Pillar; BONETTI, Alinne de Lima (Org.). *Caminhos Feministas no Brasil: teorias e movimentos sociais*. Florianópolis: Tribo da Ilha, 2018.
- COLLING, Ana Maria. *Tempos diferentes, discursos iguais: a construção do corpo feminino na história*. Dourados/MS: Ed. UFGD, 2014.
- CURY, Maria Cecília Andreucci. A gestão e o financiamento da TV pública: limites do público e do privado na paisagem midiática. *Revista da ESPM* – julho/agosto de 2010.
- DE BEM, Daniel. Apontamentos sobre a rebelião da tarifa em Porto Alegre 2013. In: BRANCALEONE, Cássio; DE BEM, Daniel (orgs.). *As rebeliões da tarifa e as jornadas de junho no Brasil*. Porto Alegre: Editora Deriva, 2014. p. 21-42.
- DELL'AGLIO, Daniela Dalbosco. *Marcha das vadias: Entre tensões, dissidências e rupturas nos feminismos contemporâneos*. Dissertação (Mestrado em Psicologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Psicologia, Porto Alegre/RS, 2016.
- JUNG, C.G. *Presente e Futuro*. Petrópolis: Vozes, 2011. Vol. X/1 Obras Completas.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 23-42.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de; BOGADO, Maria. Rede. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018. p. 43-60.
- HOLLANDA, Heloísa Buarque de; COSTA, Cristiane. Rua. In: HOLLANDA, Heloísa Buarque de. *Explosão Feminista: arte, cultura, política e universidade*. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.
- PUTINHAS ABORTEIRAS. Porto Alegre. 15/03/2019. Entrevistadora: Marluce Dias Fagundes. Arquivo de áudio: 52 minutos.

- SANTOS, N. M. W.; COIRO MORAES, A. L. (Org.). *TVs Públicas: memórias de arquivos audiovisuais*. 1. ed. São Leopoldo: OIKOS, 2016.
- SANTOS, N. M. W.; FAGUNDES, Marluce. TVE-RS: instituição de comunicação pública e sua importância para a memória do Estado. In: Véra Lucia Maciel Barroso; Edna Ribeiro de Ávila; Leonardo Braga Borowski. (Org.). *Encontro de Memórias*. 1. ed. Porto Alegre: ISCMPA, 2018, v. 1, p. 471-480.
- SANTOS, N. M. W.; SILVA, Newton. Uma cartografia dos protestos: performance e sensibilidades nas imagens das manifestações públicas na luta contra a extinção da Fundação Piratini (rádio e televisão). In: Vania Dolores Estevam de Oliveira; Genilda Alexandria. (Org.). *Urbano Palco - Estudos de Performances Urbanas*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, v. 1, p. 51-78.
- SEGARRA, Josep Juan. “Paz entre nós, guerra aos senhores!” Uma etnografia sobre o Bloco de Lutas pelo Transporte Público e a Ocupação da Câmara de Vereadores de Porto Alegre. Dissertação (Mestrado em Antropologia Social) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Porto Alegre/RS, 2015.
- SILVA, Newton. Porto Alegre. 06/10/2017. Entrevistadoras: Nádía Maria Weber Santos e Marluce Fagundes. Arquivo de áudio: 91 minutos.
- SOIHET, Rachel. Mulheres investindo contra o feminismo: Resguardando privilégios ou manifestação de Violência simbólica? *Estudos de Sociologia*, Araraquara, v. 13, n. 24, p. 191-207, 2008.
- SOIHET, Rachel. Zombaria como arma antifeminista: instrumento conservador entre libertários. *Estudos Feministas*, Florianópolis, 13(3), p. 591-611, set./dez., 2005.
- TORVES, José Carlos Oliveira. *TVE-RS – governos x conselho deliberativo: um estudo das operações ideológicas no comando da emissora*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social da PUCRS, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2006.

## **A TVE e a FM Cultura na formação do habitus musical: questões pessoais, implicações coletivas**

*Leandro Maia*

### **Apresentação**

O presente capítulo discute as implicações das emissoras da Fundação Cultural Piratini – TVE e FM Cultura – na formação de ouvintes e espectadores de música, bem como seu reflexo no surgimento de produtores musicais, compositores e instrumentistas. Com base no conceito de “habitus”, conforme descrito por Pierre Bourdieu (1930–2002), articulando-se também seus conceitos de “campo” e “capital”, o texto reflete sobre a importância das emissoras no pensamento musical da comunidade gaúcha e seu impacto no campo da canção popular. Tópicos de análise musical são utilizados com a finalidade de demonstrar estruturas e características musicais locais em comparação com matrizes e musicalidades de outros sistemas e culturas.

### **Pandorga no jardim**

Comparações são sempre questionáveis, mas me utilizo do artifício comparativo para introduzir um assunto de grande relevância e de difícil apreensão: a formação do habitus musical porto-alegrense sob a influência da TVE e da FM Cultura. Não se trata de afirmar falsamente que as emissoras ou que as mídias “determinam” o gosto e o fazer musical, mas se trata de entender a

forma como as emissoras são permeáveis à cultura de seu entorno, refletindo, representando e influenciando musicalidades locais e produtores culturais.

Uma emissora pública tende a ser mais permeável à comunidade de seu entorno, interagindo com a vida cultural à sua volta. A comparação entre dois temas musicais distintos oferece uma ideia da relação entre entorno cultural e mídia. De um lado, *Papagaio Pandorga*, da TVE-RS, composto por Gelson Oliveira; do outro, *The Backyardigans Theme Song*, da Nilvana/Nickelodeon, composto por Evan Lurie and MCPaul Smith. Alguns poderiam estabelecer a discussão sobre a formação de “gostos” musicais, terminologia que poderia ser utilizada se não corresse o risco de simplificação ou até mesmo reducionismo do universo musical que pretendemos abordar. Não se trata, portanto, de inferir “o que as pessoas gostam de ouvir” – como se determinada obra musical tivesse simplesmente mais “qualidade” ou menos do que outras –, tampouco basta estabelecer uma falsa polarização entre produtores locais e não-locais. A comparação entre *Papagaio Pandorga* e *The Backyardigans Theme Song* busca ilustrar alguns elementos musicais do nosso entorno apenas para proporcionar reflexão sobre habitus musical e a forma como nossa musicalidade é representada no rádio e na televisão.

Contornando o desafio de conversar sobre música sem o intermédio de partituras ou meios audiovisuais, cabe estabelecer algumas categorias elementares. São elementos básicos para a compreensão musical vetores como articulação rítmica e movimentação melódica. Outros aspectos são também extremamente relevantes, tais como métrica, acompanhamento e harmonia; embora a delimitação ritmo, melodia e texto já possibilitem ilustrar e compreender universos musicais distintos. No âmbito da música ocidental tradicional, melodia e ritmo são representados arbitrariamente de maneira visual mediante dois vetores básicos, como um gráfico: o eixo vertical representa a melodia (alturas); o eixo horizontal, o ritmo. O resultado dos pontos no gráfico resulta no que chamamos de linha melódica.

Com isso em mente e com as canções nos ouvidos, é possível identificar elementos que fazem *Papagaio Pandorga* mais representativa da gama de significações que caracterizam nossa identidade musical, ao passo que o tema de abertura de *The Backyardigans Theme song* apresenta melodia restrita a uma escala simples e ritmo pouco articulado. Se *The Backyardigans* é composta basicamente de uma escala maior com notas articuladas cometricamente, redundando a melodia e pulsação rítmica; *Papagaio Pandorga* exhibe uma exuberância rítmica e métrica que dá nó na cabeça de muito músico bem treinado, sem que essa complexidade comprometa a comunicabilidade e aceitabilidade da canção pelo público infantil. Uma das razões da aceitabilidade resulta do fato de que a contrametricidade e a polirritmia estão assimilados e identificados na cultura brasileira após séculos de influência africana, como já escrito por MUKUNA (2014) e SANDRONI (2001).

É de impressionar qualquer visitante ou forasteiro o fato de que uma canção do grau de sofisticação de *Papagaio Pandorga* esteja por mais de trinta anos na abertura do programa infantil da TV-ERS, representando, refletindo e influenciando nossa musicalidade de matriz africana associada aos cantos indígenas e europeus. Precisamente o estado que sofreu todo o tipo de modelagem de suas tradições – de modo a se fazer enxergar como o estado “mais europeu e rico” do Brasil (OLIVEN, 2000, p. 43) – apresenta um pedaço de África na abertura de um programa infantil diário; ainda que as matrizes africanas tenham sido omitidas deliberadamente na constituição do gaúcho que foi estabelecida pelo imaginário ligado aos CTGs (MAIA, 2008; SILVA, 2010). À medida que o tema de *Backyardigans* encerra seu imaginário numa faixa etária específica ligada à primeira infância, *Pandorga* consegue abarcar públicos diversos e revelar musicalidades escondidas, não hegemônicas na cultura oficial. O Rio Grande do Sul há pouco vem desconstruindo narrativas artificiais sobre suas origens e vocações, também vem contemplando e problematizando cada vez mais a diversidade

cultural frente a mitificações estabelecidas em torno da Revolução Farroupilha e suas derivações.

Não se trata de comparar duas produções como se fossem dois polos opostos: nacional e estrangeiro. O que ocorre é que o encontro com o Outro possibilita reconhecer nossas características não visíveis sem o recurso desta comparação. Ouvir o tema de *Backyardigans* fez-me atentar para as características de *Papagaio Pandorga*. Desde criança, nos anos 1980, até me tornar músico profissional no final dos anos 1990, eu identificava sem mesmo perceber a riqueza musical a que tive acesso, mas que incorporei como dispositivo criativo de futuros trabalhos. Foi vendo meu filho pequeno assistindo produções como *Backyardigans* que atentei a este fato, tal como uma língua que se aprende. Mais do que simples nostalgia, identifiquei um pedaço de mim na riqueza musical transmitida pela TVE e pela FM Cultura. *Papagaio Pandorga* constitui um acervo que pretendo manter disponível para meu *mandinho*, como se diz em “pelotês” em referência à criança.

*Papagaio Pandorga*, de Gelson Oliveira, é uma grande canção brasileira, comparável com *Cravo e Canela*, de Milton Nascimento e Ronaldo Bastos, assim como outras canções da mesma matriz contramétrica, polirrítmica, alegre, dançante, vibrante e intensa. A canção passa por formas de compasso diferentes, estruturas distintas, trechos em que a melodia em seu “papa padaba paparaie” ressalta “a voz-música mais do que um mero veículo de palavras”, nas palavras de HAOU LI (2002, p. 46). A voz em diversos matizes, seja por *legatos* como na palavra “criança”, seja em ritmo *staccato* do violão em sua introdução “tatareada”, contando ainda com madrigalismos advindos do cantochão em pinturas de palavras visível em trechos como “cai do alto.. cai... não caaaai”, em que a melodia sobe ao agudo tal como uma pandorga no céu. Esta canção não nasceu para o programa televisivo, mas foi difundida por meio dele diariamente para milhares de crianças por pelo menos três décadas. Não há como imaginar a Nina e os outros bonecos, seus amigos, sem essa trilha sonora. Como futuro cancionista, Gelson

Oliveira viria a me ensinar muito mais do que Evan Lurie, se ambos os programas eu os tivesse assistido quando criança – e não se trata apenas de língua portuguesa, mas também de *habitus* cancional. Pandorga me ensinou musicalmente muito mais do que o Pica Pau ou Tom & Jerry, apesar de suas excelentes e divertidas trilhas. Aprender o ofício da canção é uma artesanaria apreendida entre os pares, como se todos os mestres, como Gelson Oliveira, estivessem presentes ao nosso lado como uma referência palpável.

*Pandorga* é apenas um exemplo de muitos outros programas da TVE e da FM Cultura que assisti e escutei durante minha formação pessoal. Ainda menino sonhava em ser entrevistado no programa “Conversa de Botequim”. Quem de nós não fez e refez suas listas imaginárias para “As músicas que fizeram a sua cabeça”? Quem nunca sonhou em se sentar nos sofás do “Estação Cultura” e mandar ver no som do “Radar” ou do “Nação”? E muitos outros programas e momentos, mas sempre com a possibilidade de que a TVE e a FM Cultura fizessem a gente ouvir o próprio sotaque e o sotaque do vizinho, e ainda transcender a barreira entre produtores e consumidores de música. Aparecer no rádio e na televisão fazia parte do imaginário de “ser importante”. *Pandorga* surgiu precisamente em 1988, ano da promulgação da Constituição Federal da República Federativa do Brasil. O programa também representa esta matriz cidadã, fundamental papel das emissoras públicas. Curiosamente, o ataque às emissoras públicas é o mesmo realizado concomitantemente à nossa constituição pelo questionamento sistemático e mesmo de seu descumprimento, logo ela que estabelece a comunicação pública e a cultura como direitos de todos e de todas.

### **Habitus musical da capital em campo**

Tal comparação entre *Papagaio Pandorga* e *The Backyardigans Theme* foi reveladora da mescla entre percepções pessoais e implicações coletivas porque fenômenos e estruturas

musicais nos constituem como sujeitos, ainda que não percebamos conscientemente sua existência, velados em nosso subconsciente, mas presente em nossas ações, reações e percepções de mundo. Eis que o conceito de *habitus*, retrabalhado por Pierre Bourdieu, se presta a transcender as aparentes dicotomias entre “indivíduo” e “sociedade”. Nas suas palavras, *habitus* é formado pelas “estruturas constitutivas de condições materiais” – classe social, gênero, etnia, religião, localidade geográfica, por exemplo – que são “predispostas a funcionar como estruturas estruturantes” (BOURDIEU, 1977, p. 72). Desta forma, *habitus* é constituído de:

sistemas de disposições duráveis, transponíveis, estruturas estruturadas predispostas a funcionar como estruturas estruturantes [...] que podem ser objetivamente “reguladas” e “regulares” sem serem, de forma alguma, o produto da obediência às regras [...] e sendo tudo isso, também coletivamente orquestrado sem ser o produto da ação de orquestração intencional de um regente (BOURDIEU, 1977, p. 72).

*Papagaio Pandorga* contém uma série de dispositivos musicais que a caracterizam como obra única e representação de uma cultura ao mesmo tempo. Eis o paradoxo criativo das canções. Um mesmo ambiente musical nos é proporcionado pelas emissoras e pelas mídias. Todas as mídias fazem isso. Mas, se não tivéssemos a TVE e a FM Cultura à nossa disposição, não teríamos acesso a este espelho de polirritmia – e porque não dizer – de polifonia, no sentido bakhtiniano do termo, presente em canções como *Papagaio Pandorga* em nosso *habitus* cancional.

O conceito de *habitus* cancional – ou mais especificamente – *songwriting* *habitus* foi desenvolvido durante minha pesquisa de doutorado, intitulada *Poetics of Song: songwriting habitus in the creative process of Brazilian music* (Poética da Canção: *habitus* cancional no processo criativo da música brasileira). A pesquisa abordou os processos criativos de três cancionistas brasileiros: Conceição Rosa Teixeira, Ivan Lins e Vitor Ramiel. Tal estudo

decorreu da interlocução reflexiva com a minha prática de cancionista, compreendendo a dinâmica com que decisões criativas não verbalizadas e, por vezes, inconscientes ocorrem na composição da canção popular. Compositores de canções muitas vezes não conseguem, ou mesmo evitam, verbalizar seu conhecimento prático sobre composição, embora realizem esta tarefa na prática com maestria e tenham suas próprias explicações e teorias íntimas a respeito da composição de letra e música. Neste trabalho, o conceito de *songwriting habitus* abarcou ainda outros termos, incluindo “conhecimento tácito” (POLANYI, 1967), “intuição” (BASTICK, 1982; SWANWICK, 1994); “criatividade” (CSIKSZENTMIHALYI, 2014) e “oralidade” (ONG, 1980). A questão “como o conhecimento tácito é articulado na composição de canções?” gerou uma teoria sobre habitus cancional que identifica a articulação de dispositivos musicais mediante um radar criativo (ou *radius of creativity* (TOYNBEE, 2000), em que o/a cancionista ocupa uma posição no campo musical da produção cultural de acordo com a quantidade de capital cancional que ele/ela dispõe.

É precisamente aqui que os conceitos de campo e capital se articulam. O conceito de habitus deve ser trabalhado neste tripé sob o risco de ser apenas confundido com “hábito”, no sentido comum do termo. Habitus é a maneira como a cultura é manifestada pelos indivíduos e nos indivíduos, que agenciam suas vontades e liberdades “como uma matriz cultural que predispõe os indivíduos a fazerem suas escolhas” (SETTON, 2006, p. 61). A predisposição é dada pelas regras tácitas do(s) campo(s) em que atuam, enquanto sua posição neste mesmo campo é dada pela quantidade de capital que acumulam. Quanto mais “capital simbólico” mais central é a posição de um indivíduo em determinado campo. Qual é o capital de um cancionista e como se define o campo da canção popular no Sul do Brasil?

O campo da canção popular, no âmbito da academia, é um dos mais recentes, legitimado faz poucos anos. A primeira graduação no Brasil surgiu apenas em 1993 na Unicamp. No entanto, somente

com o advento do Programa de Apoio a Planos de Reestruturação e Expansão das Universidades Federais (Reuni), em 2007, é que surgiram novos cursos universitários de música popular. Na qualidade de representante discente do Centro Acadêmico Bruno Kiefer (CABK), do curso de Música da UFRGS, no anos 1990, desejava e lutava para a implementação de cursos de música popular na universidade, o que parecia impossível na época. Internacionalmente, o campo acadêmico da música popular já havia se consolidado a partir de 1981, com a fundação da Associação Internacional para o Estudo de Música Popular (IASPM), sigla em inglês. No campo econômico, tecnológico, de comunicação e de produção cultural, no entanto, a música popular já havia se consolidado como um dos setores mais relevantes desde final do século XIX e início do século XX, desde a invenção do fonógrafo, em 1877, e a primeira transmissão de rádio no Brasil, em 1923, por Roquete Pinto (VIRGILIO, 2012). No Rio Grande do Sul, cabe salientar o protagonismo dos irmãos Leonetti, da Casa A Elétrica, já em 1908 (VEDANA, 2006), passando por momentos emblemáticos do rádio, como o Clube do Guri (SCHMITT, 2008), além de intensa historiografia registrada por FARIA (2001), tanto em livro de vários volumes como na série audiovisual “Porto Alegre 100 anos de música” (FARIA & GOYA FILHO, 2014). Percebe-se que o campo da música e da canção popular é consolidado como uma rede complexa de agentes, instituições e coletivos:

[O campo é] definido como um espaço estruturado com suas próprias leis de funcionamento e suas próprias relações de força independentes das políticas e da economia, exceto, obviamente, nos casos dos campos econômico e político (BOURDIEU, 1993, p. 6).

Cabe-nos ainda refletir sobre as leis do campo da canção popular, seus agentes e posições. Pensar a canção popular como um campo autônomo – embora permeável aos fatores econômicos e tecnológicos – é também pensá-la como um sistema, nos termos utilizados por Antonio Candido, que identifica sistema como uma

“síntese de tendências universalistas e particularistas” (CANDIDO, 2000, p. 23). É perceptível a compatibilidade entre as abordagens de Antonio Candido e Pierre Bourdieu, apropriadas ao estudo da canção popular ao superar a dicotomia entre indivíduo e sociedade, ou ainda, a polarização gênio artístico *versus* voz coletiva. Tal abordagem, a canção porto-alegrense como sistema e não como campo, tem sido tratada por FARIA (2012).

Dessa forma, o campo da canção popular é delineado pelos pontos de ocupação dos agentes – cancionistas – que estabelecem todo um conjunto de valores, legitimando expoentes e estabelecendo sua própria tradição, história e identidade. É isto que constitui um sistema. Frequentemente, o conceito de campo, como “arena de jogo”, é associado à imagem de um campo de futebol: local onde os jogos são realizados, ainda que suas regras não sejam explícitas o tempo todo, mas incorporadas na prática dos agentes, como uma “sensação de jogo”:

Há uma série de outros pontos que Bourdieu associa ao habitus. Primeiro, o conhecimento (a maneira como entendemos o mundo, nossas crenças e valores) é sempre construído através do habitus, em vez de ser gravado passivamente. Em segundo lugar, estamos dispostos a certas atitudes, valores ou modos de agir devido à influência exercida por nossas trajetórias culturais. Essas disposições são transponíveis nos campos. Terceiro, o habitus é sempre constituído em momentos de prática. É sempre “do momento”, quando um conjunto de disposições atende a um problema, escolha ou conteúdo específico. Em outras palavras, pode ser entendido como uma “sensação do jogo” que é a vida cotidiana. Finalmente, o habitus opera em um nível que é pelo menos parcialmente inconsciente. Por quê? Porque o habitus é, em certo sentido, inteiramente arbitrário; não há nada natural ou essencial sobre os valores que mantemos, os desejos que buscamos ou as práticas nas quais nos envolvemos (WEBB; SCHIRATO; DANAHER, 2002, p. 38).

Pensemos num campinho de várzea: mesmo sem juiz ou regulamento embaixo do braço, qualquer par de chinelos pode

servir como goleira, e de imediato os jogadores se posicionam sem que os princípios fundamentais de uma pelada de futebol sejam explicitados. A imagem é bastante esclarecedora, embora não dê conta de algo essencial que distingue o conceito de campo para Bourdieu: o campo, neste caso, é delineado pela ocupação, posição e movimentação dos agentes, e não o contrário. Ou seja: é o jogo que faz o campo, não o campo que faz o jogo; ou melhor, o campo não existe antes ou sem o jogo, ambos coexistem. É como se a demarcação das linhas divisórias ocorresse durante a partida de futebol e conforme a movimentação dos jogadores. É como se uma pelada de futebol pudesse ser jogada em formatos que não retangulares, mas outras formas geométricas modificáveis de tempos em tempos, de forma fluida e contínua, alguns diriam espontânea.

### **Longe demais dos capitais**

Pensar a canção popular do Rio Grande do Sul como campo exige maior reflexão e detalhamento que não cabe tratar neste texto. No entanto, parece óbvio, embora não desnecessário, salientar que Gelson Oliveira – nosso exemplo inicial – ocupa função primordial no campo da canção popular sul-riograndense, enquanto Evan Lurie exerceria uma influência meramente distante, apesar de sua massiva inserção de mídia. Tal influência não se restringe à presença física do compositor local, ou o fato de ser nosso vizinho ou falar português. Nesse sentido, Gelson Oliveira comunga dos mesmos princípios de produção cultural que todos do mesmo campo. Ele compartilha de nosso habitus, influenciando nosso sentir-pensar-agir sobre música. Ao ocupar um espaço – que eu diria central – no campo da canção popular porto-alegrense, Gelson Oliveira movimenta o mesmo capital simbólico perseguido ou acumulado por outros cancionistas.

Quais são essas formas de capital da canção popular? Em outras palavras: como os compositores ocupam um espaço no

campo simbólico/social da canção popular de Porto Alegre? É precisamente aqui que a TVE e a FM Cultura são vitais, literalmente vitais: elas garantem e promovem a existência simbólica de compositores e produtores culturais locais como nenhuma outra emissora pública ou privada. Digo isso por mim, a partir da pesquisa de doutorado realizada entre 2015 e 2019.

Ao estudar a forma como o habitus cancional se manifesta na obra da compositora pelotense Conceição Rosa Teixeira, cuja produção de mais de mil sambas encontrava-se ainda inédita e desconhecida, deparei-me com a seguinte questão: como fazer um cancionista existir? Como fazer para Dona Conceição ocupar um espaço no campo simbólico da canção popular, se sua vasta produção e sua condição de compositora são ainda ignorados? Foi precisamente essa condição – caracterizada mais pela ausência do que pela presença no campo específico da canção – que tornou a reflexão entre capital cancional e campo da música popular pertinente. Se um(a) cancionista existe a partir de sua ocupação no campo simbólico da música popular, e essa posição se dá a partir do capital cancional (prestígio, reconhecimento social, legitimação, entre outros aspectos), ocupar um espaço equivale a existir como cancionista. Quais são os fatores que influenciam na aquisição de capital cancional? Já possível intuir o papel crucial da comunicação pública para a visibilidade da produção musical local e a existência dos cancionistas. Mas é muito mais do que isso. Vejam como a TVE e a FM Cultura estão presentes de diversas formas.

Para fins de reflexão, apresento um breve resumo de minha teoria sobre capital cancional, advinda dos estudos de caso de cunho etnográfico realizados com Dona Conceição, Vitor Ramil e Ivan Lins. O capital cancional ocorre pela interação de, pelo menos, treze categorias:

- Capital Disposicional: é a capacidade ou habilidade de compor canções, muitas vezes aprendidas de forma autodidata ou informal, mas que constitui um conhecimento específico e multifacetado;

- Reconhecimento de pares: ser visto como cancionista pelos cancionistas do entorno;
- Prestígio além pares: exercer influência intelectual como cancionista em outras áreas do conhecimento afins ou não, como teatro, dança, arquitetura, filosofia, publicidade, cinema, entre outras;
- Representação social local/comunitária: ter sua produção associada às situações e contextos específicos e originários: Blues do Delta do Mississippi, Samba da Lapa, Candombe do Barrio Sur, Rock do Bonfim, Capoeira de Santo Amaro, Funk da Rocinha, por exemplo;
- Popularidade: presença em rankings tradicionais, top hits, “as mais pedidas”, tabelas e outras formas de mensuração quantitativa das canções e dos compositores nas mídias;
- Crítica Especializada: um grupo de críticos estabelece um nicho mediante sua valoração a partir de comentários, críticas e curadoria. Envolve jornalistas, ativistas, produtores culturais, revistas especializadas, selos alternativos e festivais;
- Posição de mercado do gênero musical praticado (status de gênero musical): alguns tipos musicais recebem mais investimentos do mercado do que outros. A indústria musical concentra cada vez mais seus investimentos em gêneros específicos, conforme pode ser visualizado em ECAD (2019), que no segmento rádio, por exemplo, concentrou-se em artistas ligados ao Sertanejo Universitário e ao Funk em 2018;
- Legado ou herança: relaciona-se ao artista cujos familiares ou pessoas próximas possuem capital significativo que pode ser associado ao novo artista, que por sua vez se beneficia da segmentação de mercado e do modo de produção já estabelecido previamente;
- Receptividade de mídia: a visibilidade espontânea e não paga recebida pelos artistas pelos veículos de comunicação por meio de menção em entrevistas, convites para participação em programas, atuação para além da apresentação seu repertório;
- Interesse acadêmico: produção acadêmica de cunho científico-cultural sobre cancionistas, envolvendo publicações de artigos acadêmicos, teses, pesquisas, livros, papers, conferências, seminários e simpósios;
- Presença online/influência digital: trata-se da relação do cancionista e suas obras no âmbito das ferramentas digitais e redes sociais. Pode ser mensurado pelo número de seguidores, visualizações, acessos ou apoiadores em campanhas de financiamento coletivo, por exemplo;
- Influência ou apadrinhamento: é o engajamento de um artista, agente ou produtor de maior visibilidade para o fomento, resgate ou inserção de outros artistas. Exemplos são as relações entre David Byrne e Tom

Zé, assim como Sérgio Porto, Lucio Rangel e Cartola, que resgataram nomes da música brasileira após períodos de ostracismo. Ivan Lins tem convidado jovens artistas como afilhados para seus shows, incluindo nomes como Verônica Ferriani e Tatiana Parra. Outro exemplo é o da cantora e doutora honorária da Berklee University, Rosa Passos, autodeclarada “madrinha musical” do cantor porto-alegrense Márcio Celli;

- Capital econômico: montante de recursos provenientes de direitos autorais, fonográficos, de imagem, direitos conexos, royalties, licenciamentos, vendas de discos, remuneração por streaming, entre outros;
- Reconhecimento Institucional: é o reconhecimento feito por instituições públicas ou privadas, envolvendo prêmios, financiamentos, troféus, editais, projetos apoiados, patrocínios, títulos e distinções.

A identificação de categorias de capital cancional e suas interações demanda novas e constantes investigações. O importante é ressaltar que se trata de problematizar os top hits, rankings e visualizações como únicas ferramentas para entender o valor de um trabalho musical. Dessa forma, entende-se que o capital cancional aumenta à medida que um cancionista acumula prestígio em diferentes categorias, fazendo-as interagir entre si. Além disso, diferentes gêneros possuem diferentes configurações. Para um compositor de punk rock, rap ou mpb – gêneros que historicamente rechaçaram o rótulo de “música comercial” – a segmentação de público via crítica especializada e representação social tende a ser mais importante do que a presença massiva nos grandes meios. Paradoxalmente, em alguns gêneros musicais, produzir música “não comercial” proporciona maior reconhecimento e mesmo remuneração proveniente de um segmento de público específico. Um exemplo claro é a consolidação da carreira de Vitor Ramil após o lançamento de *Ramilonga – a estética do frio*, em 1997. Ao contestar o campo da música brasileira e optar por um gênero musical não privilegiado comercialmente, Vitor Ramil galgou prestígio e aumentou seu público ao assumir-se um artista independente.

Conforme observado em minha pesquisa, foi possível entender que o capital cancional de um/a compositor/a consiste na forma como as distintas categorias se entrelaçam. No caso de Dona Conceição Teixeira, compositora desconhecida até então, seu capital disposicional foi reconhecido por pares – cuja reputação musical, por sua vez, é respeitada no campo da música no Rio Grande do Sul –, tais como Simone Rasslan, Kiti Santos, Gutcha Ramil, Aninha Freire, Marcelo Delacroix, Jucá de León, Paulo Gaiger, Felipe Karam e Rafael Velloso, que abraçaram a gravação de seu disco. A receptividade dos pares interagiu com o interesse acadêmico por sua obra por meio de artigos e apresentações em conferências internacionais, gerando recepção pela crítica de jornalistas de música e cultura, incluindo Juarez Fonseca, Ana Cláudia Dias e León Sanguiné. Dos pares à imprensa foi possível pleitear o reconhecimento institucional obtido mediante prêmios, financiamentos e articulação com instituições, incluindo universidades, teatros e veículos de comunicação. Instâncias de reconhecimento institucional foram adquiridas pela premiação da pesquisa *Bath Spa Pioneers Award*, do Reino Unido, também o recebimento de recursos pelo Edital de Eventos da Secretaria de Cultura de Pelotas, além da publicação do livro *Dona Conceição dos Mil Sambas* com recursos da Conferência Internacional de Pesquisa em Educação Musical (RIME/Reino Unido). Esse investimento, associado à reputação social de Dona Conceição, que já criou mais de cem filhos na Vila Castilho, em Pelotas, possibilitou que sua obra pudesse ser compreendida num contexto mais amplo, delineando sua representatividade comunitária. Dessa forma, Dona Conceição Teixeira gravou seu primeiro disco com mais de 80 anos de idade, resultado de sua persistência, resiliência e agenciamento numa sociedade que ainda segrega e invisibiliza a produção musical de mulheres trabalhadoras de matriz africana, cuja residência se encontra em bairros populares de cidades do interior periférico do Brasil.

É possível compreender também a maneira como o capital cancional é explorado de forma especulativa pela indústria musical

de larga escala, hoje concentrada em apenas três grandes conglomerados – Warner, Universal e Sony – que controlam 90% do setor (SUMAN, 2016, p. 331), reproduzindo as vicissitudes do mercado global ligadas à concentração e à especulação. Como Kátia Suman nos demonstra em sua pesquisa “O Jabá no Rádio FM” (SUMAN, 2006), existem mecanismos bastante questionáveis, quando não ilegais, de produzir capital a partir da interação especulativa entre poder econômico para inflar a popularidade de canções e artistas. A conclusão do estudo é a que todos já antevíamos empiricamente: as rádios comerciais, ainda que concessões públicas pelo Estado Brasileiro, concentram seu repertório numa parcela extremamente reduzida da produção musical, privilegiando produções estrangeiras e realizando altos investimentos em poucos tipos de música e restrito número de artistas. Independentemente de adotarem ou não o sistema de Jabá, que é amplamente praticado pelas rádios comerciais nas mais diferentes formas, as emissoras tendem a reproduzir padrões comerciais, resultando em repetição e redundância, numa padronização monolítica em torno de gêneros como Sertanejo Universitário, Funk, Pop internacional, Gospel ou música religiosa neopentecostal, e só.

Da mesma maneira que o mercado financeiro analisado por CHOMSKI (2017), a indústria musical privilegia a especulação em detrimento da produção, com tendência à concentração de mercado em poucos investidores. Se o antigo paradigma entendia que o investimento é motor do aquecimento do mercado mediante a produção, hoje dinheiro fabrica dinheiro sem que os setores produtivos sejam sequer beneficiados. O prejuízo ao setor produtivo ocorre quando os capitais são retirados de circulação e retidos nas mãos de poucos, que não precisam mais investir na produção e diversidade musical, apenas especulam. No campo da música, tanto a qualidade quanto a quantidade e diversidade da produção musical são afetadas diretamente, pois os recursos que garantiriam o protagonismo dos cancionistas como produtores culturais acabam redirecionados para outras finalidades ligadas aos departamentos de

promoção, marketing e vendas. Isso significa também que fatores econômicos na ordem macroeconômica afetam a produção da canção popular no âmbito local.

A TVE e a FM Cultura, em sua função pública, prestam grandes serviços a esta economia cultural local, que é a base para qualquer iniciativa de política pública, ou mesmo investimento privado, em música. Num pensamento mais ousado, poderíamos ainda dizer que as emissoras da Fundação Piratini se beneficiariam do fomento da economia da cultura local por intermédio do licenciamento de produtos, organização de selos fonográficos, realização de editais, ações de promoção de artistas e eventos, desde que sem perder de vista seu caráter público e o fortalecimento da participação da sociedade civil em suas decisões pelos Conselhos de Programação. Entendo que esse tipo de abordagem precise de maior reflexão, podendo ser mal interpretada ou utilizada para outros fins que não os de fomentar a democratização da comunicação pública. Meu intento aqui é o de ressaltar que a defesa da TVE e da FM Cultura não se restringem a aspectos subjetivos e pessoais, mas se mostram cruciais para o desenvolvimento saudável de uma economia criativa que tenha foco na *produção*, muito mais do que na *reprodução* de formas de vida e musicalidades que não refletem e não contemplam a totalidade de nossas potencialidades e características. O descompasso entre comunicação social e comunidade cultural se impõe como um desafio contemporâneo que somente pode ser superado por meio da comunicação pública.

### **Salve salve a TVE e a FM Cultura**

Tratamos, aqui, de *Papagaio Pandorga* como uma metonímia da canção popular. Vale ressaltar que esta canção reflete, representa e influencia nosso habitus musical mediado pela TVE e FM Cultura enquanto emissoras não comerciais que posicionam cantatores no campo da canção popular, contribuindo intensamente para a

produção de capital cancionístico, de cunho simbólico, mas também com potencial comercial e de considerável impacto econômico.

Cabe afirmar que nossa existência como cancionistas – em especial aos de minha geração revelada no Festival de Música de Porto Alegre e na Descentralização da Cultura, na virada dos anos 1990 aos anos 2000 – se deve em muito às emissoras da Fundação Cultural Piratini. Isso não se restringe à cobertura gratuita de nossos shows, a divulgação sem jabá das nossas canções ao público, ou pela escuta autêntica de nossos pares. Foram A TVE e a FM Cultura, mais do que quaisquer outras emissoras, que nos mostraram quem são nossos pares e qual o nosso campo. Elas revelam quem somos nós. Essa emissoras – principalmente para a minha geração que agora orbita 40 anos – estiveram presentes em todos os momentos: desde o capital Disposicional – ao aprendermos a compor as primeiras canções com base nos parâmetros tácitos que experienciávamos nas emissoras que tocavam e davam voz aos compositores que atuavam como nossas referências –, passando pelo prestígio e receptividade do nosso próprio trabalho, quando ocupamos algum lugar no campo da canção porto-alegrense mediante as diversas formas de reconhecimento e consagração. A TVE e FM Cultura contribuíram para dividir nossas conquistas com o público e popularizar nosso trabalho independente e não comercial, que, sem ela, não existiria fora de nossos círculos.

Com base nessas reflexões, que também envolvem o capital emocional, a extinção das emissoras públicas assume o status de ataque pessoal. A tentativa de desmonte dos veículos por diferentes governos passou a ser tratada como questão de vital importância, não somente para o indivíduo que sou, mas para meus pares, o público e as instituições que sempre estiveram em rede conosco. A vida pulsante das emissoras públicas – que ainda não realizaram plenamente sua missão no âmbito da complexa e estratificada sociedade brasileira – foi ameaçada e tornou-se uma causa e uma bandeira de luta pela própria sobrevivência simbólica dos próprios artistas da cidade. Os cancionistas passaram a militar intensamente

pela democratização dos meios de comunicação, pela manutenção das emissoras públicas autônomas, com controle social e independência em relação aos governos. Com base nessas questões, foram realizadas ações de cunho reivindicatório, protestos e festivais para celebrar a existência da TVE e da FM Cultura. Destaco a ocupação simbólica do Palácio Piratini em 20/12/2017, quando um grupo de artistas das mais diferentes áreas e tendências estéticas promoveu a ação popularizada posteriormente como “Cavalo de Troia da Cultura”<sup>1</sup>, burlando a segurança do Palácio do Governo para fazer ecoar o “Manifesto Salve Salve” em sua primeira leitura pública ao som de “Negrinho do Pastoreio”, de Barbosa Lessa. Em 25/06/2018, a comunidade artística lotou o Centro Municipal de Cultura, seu saguão e seus teatros, com mais de uma centena de artistas, nos palcos rebatizados com nomes de programas da TVE e da FM Cultura, e outros tantos na plateia e na produção de um evento impactante, independente, apartidário e organizado pelos próprios artistas em defesa da Fundação Cultural Piratini, suas emissoras e seu caráter público.<sup>2</sup>

Como uma conclusão, reproduzo abaixo o manifesto “Salve, Salve” produzido pela classe musical em defesa da TVE, da FM Cultura e das Fundações Estaduais.

### **Manifesto pela TVE, FM Cultura e fundações estaduais**

Nós, músicos, poetas, atrizes, bailarinos, escritoras, intelectuais e artistas gaúchos, realizamos neste dia 25/06/2018, às 18 horas, um ato de ocupação simbólica do Centro Municipal de Cultura de Porto Alegre para expressar nosso descontentamento com a desestruturação da comunicação pública do Estado do Rio

---

<sup>1</sup> A ação foi transmitida ao vivo pelos artistas em diversas redes sociais e registrada em vídeo com o título de “Cavalo de Troia – Manifesto pela Cultura” pelo Coletivo Catarse de Comunicação, gerando mais de 80 mil visualizações.

<sup>2</sup> Ver “Classe Artística Lota Centro Municipal de Cultura em Favor da TVE e FM Cultura” no jornal Sul 21 de 25 jun. 2018.

Grande do Sul. O encerramento do CNPJ da Fundação Cultural Piratini representa a descontinuidade da outorga das emissoras e o fim de seu caráter público. Nosso movimento é apartidário, independente e autônomo, feito pelos próprios artistas em um grande coro expressando-se em uníssono.

No âmbito da liberdade de expressão artística, o fechamento da TVE e da FM Cultura representa o mais cruel silenciamento de nossa voz e de nossa produção intelectual. É a ampliação do abismo já existente entre os criadores gaúchos e a população do estado, que tem o direito de se ver e de se reconhecer na comunicação pública sem o intermédio de patrocinadores ou de agentes mercadológicos.

A TVE é a única emissora pública em canal aberto, e a FM Cultura é a única emissora FM que veicula nossa arte sem restrição de credo, estilo musical, pressão mercadológica ou ideologia. A nossa identidade, assim como a criatividade gaúcha, seja urbana, seja rural, não devem ser limitadas ao enquadramento e formatação de emissoras com fins lucrativos, cuja grade de programação e de distribuição de horários é ditada pelas matrizes do centro do país.

Em todos esses anos, desde a redemocratização, nunca tivemos o risco tão iminente de ter nossa voz silenciada de forma tão brutal. A identidade e a criatividade de nossos artistas, de variadas tendências estéticas, não podem ser simplesmente segregadas da vida das pessoas que vivem no Rio Grande do Sul.

A extinção das emissoras públicas também afeta diretamente a economia da cultura local. Essa mesma que faz o Rio Grande do Sul grandioso e digno. Afeta a artesanania de novas possibilidades de vida e de trabalho e sobretudo nega a vocação da Fundação Cultural Piratini como cabeça de uma grande rede estadual de emissoras públicas, universitárias, educativas e comunitárias que possibilitem não somente a expressão da população gaúcha por si mesma, com seus diferentes sotaques e modos de vida, mas também inviabiliza a única via de escoamento de nossa produção cultural. Isto é feito na mais absoluta contramão da tendência mundial de produzir

riquezas a partir do capital sustentável proveniente de uma economia da cultura saudável e de uma indústria criativa vibrante.

Agradecemos a todas as pessoas que apoiam nossa causa democrática e cidadã e declaramos que NÃO ACEITAMOS A EXTINÇÃO DA TVE, DA FM CULTURA, DA FUNDAÇÃO CULTURAL PIRATINI E DAS DEMAIS FUNDAÇÕES ESTADUAIS. Não há o que justifique esta violência contra o povo gaúcho, contra sua história e sua própria identidade. Afirmamos nosso direito constitucional à comunicação pública e reafirmamos nosso papel cidadão!

Viva a TVE e viva a FM Cultura!  
Viva a Fundação Cultural Piratini!

## Referências

- BASTICK, Tony. *Intuition: How we think and act*. Hoboken: John Wiley and sons, 1982.
- BOURDIEU, Pierre. *The field of cultural production: Essays on art and literature*. Columbia University Press, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. *Outline of a Theory of Practice*. Vol. 16. Cambridge university press, 1977.
- CANDIDO, Antonio. *Formação da Literatura Brasileira: momentos decisivos*. Belo Horizonte: Editora Itatiaia, 2000.
- CHOMSKY, Noam. *Requiem for the American dream: The 10 principles of concentration of wealth & power*. Seven Stories Press, 2017.
- CSIKSZENTMIHALYI, Mihalyi. *The systems model of creativity: the collected works of Mihaly Csikszentmihalyi*. Dordrecht: Springer, 2014.
- ECAD. Artistas e outros profissionais da música receberam 971 milhões do ECAD em 2018. Disponível em: <https://www3.ecad.org.br/em-pauta/Paginas/artistas-e-outros-profissionais-da-musica-receberam-971-milhoes-do-ecad-em-2018.aspx> . Acesso em 15 abr. 2019.

- FARIA, Arthur de. *Um século de música no RS*. Porto Alegre: CEEE, 2001.
- FARIA, Arthur de. “*Nóis sêmo umas almôndega*”: os Almôndegas e a gênese da moderna canção urbana porto-alegrense. Dissertação de Mestrado. Programa de Pós-Graduação em Letras da UFRGS, 2012.
- FARIA, Arthur; GOYA FILHO, Renê. *Porto Alegre – 100 Anos de Música*. Porto Alegre: Estação Filmes, 2014.
- HAOULI, Janete El. *Demetrio Stratos-Em busca da voz-música*. Londrina: JE Halouli, 2002.
- MAIA, Mário D. S. *O Sopapo e o Cabobu*: etnografia de uma tradição percussiva no extremo sul do Brasil. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Música. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.
- MUKUNA, K.w. *Bantu contributions in Brazilian popular music: ethnomusicological perspectives*. New York: Diasporic University Press, 2014.
- OLIVEN, R.G. The Largest Popular Culture Movement in the Western World: Intellectuals and Gaúcho Traditionalism in Brazil. *American Ethnologist*, (1), pp. 128-146, 2000.
- ONG, Walter.J. *Orality and literacy: the technologizing of the word*. New York: Routledge, 2002.
- POLANYI, Michael. *The tacit dimension*. London: Routledge & Kegan Paul, 1967.
- SANDRONI, Carlos. *Feitiço decente*: transformações do samba no Rio de Janeiro (1917-1933). Rio de Janeiro: Zahar, 2001.
- SCHMITT, Marta. *Clube do Guri*: a história de um dos maiores sucessos do rádio gaúcho das décadas de 50 e 60. Prefeitura de Porto Alegre, Secretaria Municipal de Cultura, 2008.
- SETTON, Maria d. G. J. *A teoria do habitus em Pierre Bourdieu*: uma leitura contemporânea. 2006. Disponível em <http://www.scielo.br/pdf/rbedu/n20/n20a05> Acesso em 15 abr. 2019.
- SILVA, Juremir. M.d. *História regional da infâmia*. Porto Alegre: L&PM, 2010.

SUMAN, Kátia. O Jabá e a Formação do Gosto Musical. In: FISCHER, L. A & LEITE, C.A.B. *O Alcance da Canção: estudos sobre música popular*. Porto Alegre: Arquipélago Editorial, 2016.

SUMAN, Kátia. *O jabá no rádio FM: Atlântida. Jovem Pan e Pop Rock*. Dissertação de mestrado, 2006.

SWANWICK, Keith. *Musical knowledge. intuition, analysis and music education*. London: Routledge, 1994.

TOYNBEE, Jason. *Making popular music. musicians, creativity and institutions*. London: Arnold, 2000.

VEDANA, Hardy. *A Elétrica e os Discos Gaúcho*. Porto Alegre: Hardy Vedana, 2006.

VIRGÍLIO, Paulo. *Primeira transmissão de rádio no Brasil completa 90 anos*. EBC, 2012. Disponível em <http://www.ebc.com.br/2012/09/primeira-transmissao-de-radio-no-brasil-completa-90-anos> Acesso em 15 abr. 2019.

WEBB, Jen; SCHIRATO, Tony; DANAHER, Geoff. *Understanding Bourdieu*. London: Sage, 2002.

## **Comunicação pública em Goiás: a experiência da TV UFG**

*Rodrigo Cássio Oliveira  
Vanessa Bandeira Moreira*

### **Introdução**

A proposta deste texto é apresentar e discutir a experiência de construção de uma emissora de televisão pública em Goiás, tendo como objeto de estudo específico a TV UFG, vinculada à Universidade Federal de Goiás (UFG). Na nossa abordagem, conciliamos o método da pesquisa documental com a análise de dados de pesquisa de opinião realizada no mês de outubro de 2018, a fim de produzir uma breve narrativa histórica da concepção e do desenvolvimento inicial da emissora, acompanhada de uma reflexão sobre os desafios apresentados a ela na atualidade. Para comentar a maneira pela qual a emissora tem se posicionado junto ao público depois de uma década de existência, nossa reflexão leva em conta as atualizações que vêm sendo requeridas pela relação entre a emissora e o seu público na atualidade.

Com base na pesquisa de opinião que utilizamos como material de análise, o espectador atual da TV UFG tem três características principais: 1) ele aprova a qualidade do conteúdo da emissora, mas é disperso; 2) ele está formado por um segmento de espectadores que resiste à tendência contemporânea da convergência das mídias, e *ainda não* abdicou da televisão como um meio de comunicação específico; e 3) ele mantém uma razoável

estima pela figura do líder de opinião, entendido estritamente como um agente responsável por mediar a relação entre a emissora e os receptores, exercendo influência pessoal sobre a decisão de consumo.

Em nosso artigo, apresentamos os principais dados quantitativos que justificam essas três características e, a partir deles, discutimos as possibilidades de ação estratégica que a TV UFG pode tomar para abarcar novos segmentos de público, inserindo-se de modo mais contundente no contexto de transformação do consumo de mídia em que estamos vivendo.

### **Breve histórico e características da programação da TV UFG**

A TV UFG é uma emissora educativa e cultural, associada à Empresa Brasil de Comunicação (EBC) e membro da Rede Nacional de Comunicação Pública (RNCP/TV)<sup>1</sup>. A sua outorga foi concedida à Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural – RTVE após um longo processo de lutas que teve início no começo da década de 1960, chegando ao desfecho apenas em 14 de dezembro de 2009, quando a emissora foi ao ar pela primeira vez em sinal aberto por meio do canal 14 UHF. A RTVE é uma fundação de direito privado e sem fins lucrativos de apoio à UFG.

Desde 13 de janeiro de 2010, a emissora passou a retransmitir oficialmente parte da programação da TV BRASIL, dando prioridade aos programas infantis, que ocupam a maior parte da grade nos períodos matutino e vespertino, bem como aos programas jornalísticos, a exemplo do Repórter Brasil e do Repórter Visual. Compõem a grade de programação, ainda, programas com foco em reportagem, arte e cultura, como o Alto-Falante, o Caminhos da

---

<sup>1</sup> Atualmente a TV UFG ocupa o canal digital 15.1 UHF em sinal aberto, que abrange cerca de 20 cidades em torno de Goiânia, o canal 21 da operadora NET–Goiânia e o canal 15 da operadora Gigabyte HDTV nas cidades de Aparecida de Goiânia, Jaraguá, Ceres e Rialma, todas no estado de Goiás. Ainda está disponível para todos que possuem acesso à internet por meio do seu site [www.tvufg.org.br](http://www.tvufg.org.br) e redes sociais (YouTube, Facebook, Twitter e Instagram). Apenas em sinal aberto, estima-se um alcance de dois milhões e meio de pessoas.

Reportagem e o Sem Censura. Programas instrutivos como o Telecurso Ensino Fundamental o Telecurso Ensino Médio e Telecurso Tecendo o Saber também têm espaço na emissora.

Além de retransmitir a programação da TV BRASIL, a TV UFG conta com produções próprias; produções provenientes de projetos de extensão da UFG; produções de emissoras parceiras, como a TV ESCOLA, a TVT-SP e o CANAL FUTURA; e ainda produções independentes. Nos primeiros anos, a TV UFG também exibiu conteúdos legendados em português, compartilhados pela Televisión América Latina – TAL, uma rede de intercâmbios de produtos audiovisuais entre as televisões públicas e culturais da América Latina. A emissora participa também da RedeIFES, uma rede de compartilhamento de conteúdos audiovisuais entre Instituições de Ensino Superior Brasileiras.

Todos os conteúdos veiculados na TV UFG, independentemente da fonte produtora, são analisados e avaliados pelo Comitê Editorial e de Programação, que tem como função zelar pela qualidade da programação e pelo cumprimento dos princípios estabelecidos tanto na Constituição de 1988 como na Lei Federal nº 11.652/2008, que trata dos serviços de radiodifusão pública no Brasil.

Dentre os princípios da Lei que melhor diferenciam a TV UFG das demais emissoras não ligadas ao campo público estão a promoção do acesso à informação por meio da pluralidade de fontes; a não discriminação religiosa, político partidária, filosófica, étnica, de gênero ou de orientação sexual; a promoção do debate acerca de temas de relevância nacional; e a cooperação com os processos educacionais e de formação do cidadão.

A definição da programação da emissora observa ainda o artigo 221 da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, que estabelece que a produção e a programação das emissoras de rádio e televisão devem dar preferência a finalidades educativas, artísticas, culturais e informativas; devem promover a cultura nacional e regional e estimular a produção independente que

objetive sua divulgação; devem promover ainda a regionalização da produção cultural, artística e jornalística, conforme percentuais estabelecidos em lei; e promover o respeito aos valores éticos e sociais da pessoa e da família.

Quando inaugurada, a TV UFG contava com apenas dois colaboradores responsáveis pela produção dos conteúdos locais da emissora. Tais condições inadequadas impuseram grandes restrições e explicam a opção da emissora, em um primeiro momento, pela exibição de conteúdos institucionais e educativos em detrimento da produção jornalística. As primeiras produções locais foram dois interprogramas<sup>2</sup>: Conhecendo a UFG, responsável por apresentar à comunidade goianiense os espaços da universidade e a sua utilidade para a sociedade, e Ei! Se liga na UFG!, responsável por discutir saberes em diferentes áreas. Embora produzidos em um contexto de precariedade relativa ao número de pessoal, estes programas estiveram em consonância com a finalidade da emissora, que pode ser observada na definição da sua missão institucional registrada no Regimento Interno da Fundação RTVE (2019):

ser um espaço multiplataforma de produção e difusão de conteúdos que contribuam para a reflexão sobre a sociedade brasileira, a formação crítica do cidadão e a divulgação do conhecimento, em especial, o produzido na Universidade Federal de Goiás.

Os valores da emissora também estão enunciados no mesmo documento e destacam “o compromisso com a difusão de conteúdos de finalidades educativas, artísticas, culturais, científicas e informativas; e o compromisso com a inovação, a participação social e o trabalho coletivo na construção da TV UFG” (RTVE, 2019).

---

<sup>2</sup> Interprograma é o conteúdo audiovisual seriado e/ou periódico, com temática variada e com tempo de produção entre 1 e 5 minutos, exibido no intervalo da programação da TV UFG após o término de um programa e o início de outro.

## A construção institucional da TV UFG

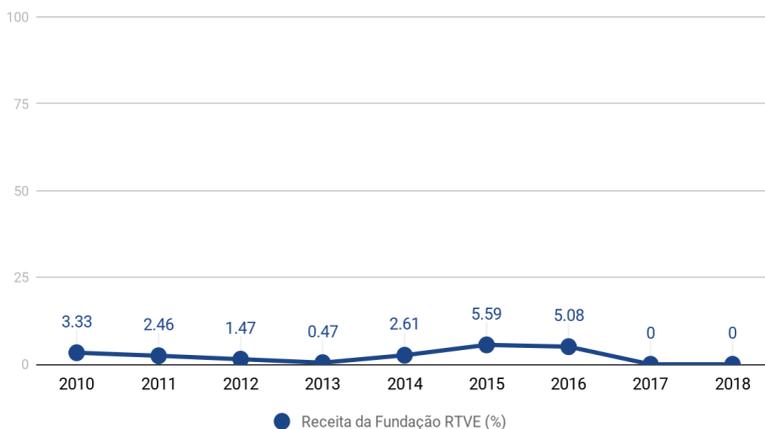
Para manter a TV UFG, a Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural recebe recursos provenientes de convênios, contratos, auxílios, doações, subvenções e dotações de acordo com o seu Estatuto. A maior parte dos recursos destinados à emissora é oriunda de contratos com a Universidade Federal de Goiás para execução de projetos de extensão que resultam na realização de produtos audiovisuais de natureza educativa, informativa ou cultural, que são exibidos na TV UFG.

No contexto da comunicação pública, é importante observar que a legislação estipula um *modus operandi* específico para diferenciar emissoras como a TV UFG de emissoras comerciais providas com outras fontes de recursos. No Brasil, a Lei nº 11.652/2008, mencionada anteriormente, determina os princípios e objetivos dos serviços de radiodifusão pública. Em seu artigo 11, item VII, é vedada às emissoras do campo público a veiculação de anúncios de produtos e serviços. No entanto, é permitida a veiculação de publicidade institucional de entidades de direito público e de direito privado.

As emissoras educativas e culturais, assim como as emissoras privadas, também buscam o máximo de engajamento do público. Contudo, o volume das peças publicitárias institucionais é invariavelmente menor que o volume das peças destinadas à venda de produtos e serviços. Diante dessas condições, acreditamos que o fato de a TV UFG ser mantida essencialmente por recursos oriundos de uma fundação sem fins lucrativos é um fator que facilita a independência editorial da emissora, ao mesmo tempo que consideramos essa independência um valor muito importante para a realização da comunicação pública como conceito.

Gráfico 1

## Recursos de publicidade da TV UFG (2010-2016)



Fonte: Departamento Financeiro da Fundação RTVE.

Como podemos observar no gráfico acima, houve um período de guinada dos recursos, entre 2013 e 2015, que sucedeu a um primeiro momento de queda constante a partir do ano de 2010. Com efeito, nos três primeiros anos da série, os recursos provenientes de publicidade vieram em sua maioria das esferas municipal, em primeiro lugar, e estadual, em segundo lugar. No entanto, a grande maioria dos recursos de publicidade que entraram na Fundação RTVE no período indicado pelo gráfico foram advindos de mídias enviadas pela Secretaria Especial de Comunicação Social (SECOM), responsável pela comunicação do Governo Federal. Tais mídias chegaram à TV UFG devido à política de regionalização e desconcentração dos investimentos em mídia incentivada pelo Decreto nº 6.555/2008, que dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal.

Este decreto, contudo, veio em substituição ao Decreto nº 4.799/2003, que já previa a regionalização da comunicação, de modo a diminuir a concentração das verbas nos grandes veículos e fomentar o crescimento dos veículos regionais. Durante os governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, entre 2003 e 2016,

essa política foi colocada paulatinamente em prática, até ser interrompida durante o governo de Michel Temer, iniciado em agosto de 2016. Como se vê, os repasses realizados pela SECOM se deram de forma crescente a partir de 2014 até meados de 2016, aumentando os recursos da RTVE empregados em publicidade na TV UFG em 5,12% em relação à porcentagem aplicada em 2013. Desde então, até o momento da redação deste artigo (abril de 2019), a Fundação RTVE não recebeu nenhum recurso financeiro dessa natureza.

Frente ao desafio do financiamento, a TV UFG tem atuado para se consolidar no âmbito da comunicação pública. Como observa Eugênio Bucci (2010), há três pré-requisitos que podem definir a classificação de uma emissora como pública: 1) a sua natureza jurídica não deve estar sujeita à interferência governamental; 2) a origem do seu financiamento não deve interferir na orientação editorial em prol de interesses particulares; e 3) a sua gestão deve ser independente, zelando pela autonomia em relação à vontade política, à audiência e ao mercado.

Seja no plano político (relações com o governo e o Estado), seja no plano econômico (relações com o mercado), a independência é indispensável para a realização de qualquer projeto de radiodifusão pública. [...] Independência, portanto, não é isolamento, mas autonomia de critérios de decisão e de procedimentos. É o distanciamento crítico em relação ao poder político ou estatal e em relação ao mercado. (BUCCI, 2010, p. 6-7).

A TV UFG tem buscado se enquadrar nos três pré-requisitos apontados por Bucci. Nessa tarefa, conta com a cooperação de uma instituição pública de ensino superior: a Universidade Federal de Goiás, que compartilha dos mesmos valores que ela, cuja missão é produzir e socializar o conhecimento, bem como formar cidadãos comprometidos com o desenvolvimento da sociedade – princípios que estão em consonância com o conceito de comunicação pública.

## **O público da TV UFG: com quem se comunica a comunicação pública?**

Passamos agora a uma reflexão sobre a TV UFG que leva em conta os maiores desafios que a emissora tem pela frente no cenário atual da comunicação pública. Para fundamentar a nossa discussão, recorreremos a uma pesquisa de opinião realizada sob nossa solicitação junto à Faculdade de Informação e Comunicação da UFG.

A pesquisa foi dirigida pelo Prof. Dr. Claudomilson Fernandes Braga, do curso de Relações Públicas e do Programa de Mestrado e Doutorado em Comunicação Social. Ele utilizou o método da análise estatística descritiva, aplicando questionários nos seguintes setores da cidade de Goiânia: Central (correspondendo a 18,9% da amostragem), Noroeste (16,0%), Norte (14,5%), Oeste (10,0%), Sudoeste (7,2%), Sul (11,9%) e Leste (8,9%). Os questionários também foram aplicados nas cidades de Aparecida de Goiânia, Anápolis, Senador Canedo, Bela Vista, Inhumas, Trindade, Goianira, Nova Veneza e Nerópolis, todas no estado de Goiás. Essas cidades do interior representam 12,6% da amostra. O recorte geográfico escolhido levou em conta a melhor distribuição possível da aplicação dos questionários e o raio de alcance do sinal aberto da TV UFG. No total, foram quantificados 470 questionários válidos, aplicados por 42 alunos do 6º período do curso de Relações Públicas da UFG.

Os resultados da pesquisa são bastante relevantes para uma análise das estratégias adotadas pela TV UFG, uma vez que dão a conhecer aspectos importantes sobre o perfil dos espectadores da emissora. As primeiras perguntas aplicadas nos questionários trataram justamente do conhecimento do entrevistado a respeito da existência da emissora.

Um primeiro dado que merece destaque sobre os espectadores é que, dos 78,7% de entrevistados que declararam não conhecer a emissora, 28,5% justificaram que não a conhecem porque *não assistem televisão de modo geral*. Este número é superior aos 21,5% que afirmaram não a conhecer *apesar de*

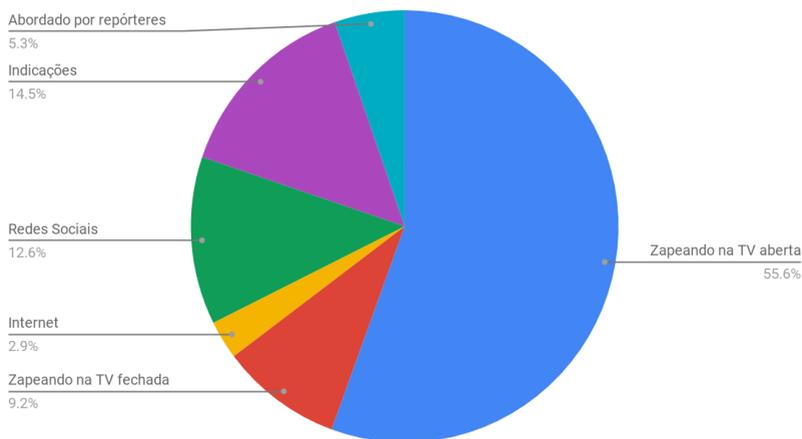
*assistirem televisão*. Em outras palavras, há um elevado número de pessoas que *condicionam a sua percepção da TV UFG ao hábito de ver televisão*. Uma vez que elas não têm esse hábito, afirmam que não conhecem a emissora.

Não poderíamos utilizar esse dado como fonte exclusiva para fazer uma afirmação categórica sobre o declínio da televisão no consumo de mídia na atualidade, mas é forçoso reconhecer que o resultado da pesquisa endossa uma discussão muito mais ampla sobre o consumo de TV como mídia específica na contemporaneidade. Esse cenário, como se sabe a partir dos estudos de pesquisadores como Henry Jenkins (2008), estabelece a convergência das mídias como uma tendência contemporânea que vem constituindo um novo paradigma para a comunicação social, seja ela privada, seja pública. Em outras palavras, à medida que diminui o interesse do público por uma mídia específica como a televisão, aumenta-se o consumo de mídia por meio dos novos dispositivos digitais. Estes incorporam as mídias anteriores e levam ao surgimento do espectador que consome audiovisual no *laptop*, do leitor que lê o jornal diário no *tablet* e do ouvinte que ouve rádio no *smartphone* etc.

Outros dados levantados na pesquisa quantitativa mostram que o engajamento do atual espectador da TV UFG *não está* relacionado ao processo de convergência midiática. Com efeito, 79,4% dos espectadores que hoje assistem a emissora o fazem especificamente pela televisão, sendo que 54,4% o fazem na TV aberta. Apenas 19,6% consomem o conteúdo por meio da internet. Estes dados indicam um desencontro entre a imagem da TV UFG junto ao público amplo e a tendência atual de consumo que supera as mídias específicas. Eles sugerem, assim, que a TV UFG *ainda não conseguiu explorar o fenômeno da convergência midiática* para engajar o novo padrão de espectador que despontou nas últimas décadas.

Gráfico 2

## Como o espectador descobriu a TV UFG



Fonte: pesquisa de opinião da TV UFG realizada pela Faculdade de Informação e Comunicação da UFG.

Acreditamos que a afirmação que fizemos acima é reforçada pelo alto número de espectadores que souberam da existência da TV UFG enquanto *zapeavam* pelos canais disponíveis, como exposto no gráfico acima. Quando consideramos a recepção por meio das TVs aberta e fechada, 64,8% dos espectadores tomou conhecimento da emissora enquanto assistia televisão, ao passo que apenas 15,5% o fez durante a utilização da internet. Isso atesta que o principal modo de divulgação da emissora como uma alternativa para o espectador ainda é vinculado ao comportamento típico da recepção tradicional da mídia televisiva.

O comportamento do espectador televisivo, hoje, passa por grande transformação. O hábito de trocar os canais em busca de atrações interessantes, muito cultivado pelo espectador tradicional, é substituído cada vez mais pelo hábito de consumo simultâneo de televisão e outras mídias, criando uma condição que alguns autores têm chamado de recepção em *múltiplas telas*. À medida que o acesso à internet por meio de *smartphones* aumentou exponencialmente nos últimos anos, o ato de *zapear* foi se deslocando para os celulares,

e o dedo inquieto que apertava o botão do controle remoto vem atuando sobre as telas dos pequenos dispositivos.

Por um lado, o espectador segue em busca de atrações interessantes. Por outro, ele já não faz isso concentrado em um único foco, mas, sim, dividindo a sua atenção em diferentes focos. Nesse passo, a era da conexão e do compartilhamento fez da recepção tradicional da televisão algo terrivelmente passivo, e as emissoras de televisão precisam utilizar as redes para promover o engajamento. O espectador atual é ativo e isso significa que ele *também quer produzir conteúdo*, razão pela qual as emissoras de TV passaram a incentivar o envio de material filmado pelo próprio público e a veiculá-lo com o mesmo valor jornalístico do material produzido diretamente por elas.

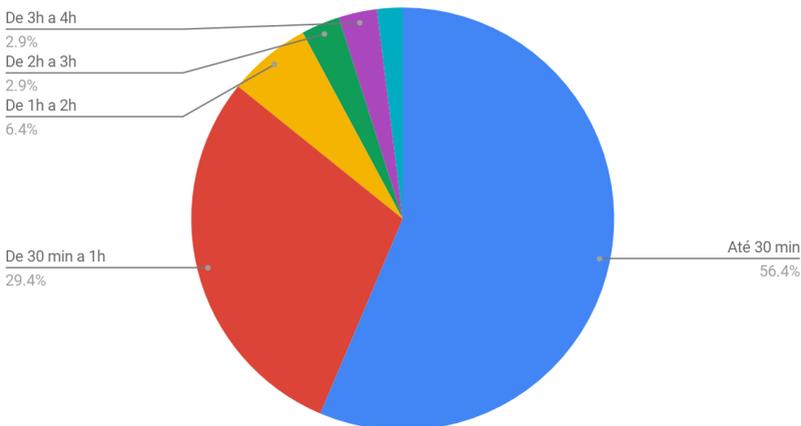
Outra atualização recente das convenções usadas pelas emissoras para se relacionarem com o público é a exibição das mensagens postadas por este nas redes sociais, sobretudo no Twitter, em programas de debates, telejornais, jogos futebolísticos e quaisquer outros gêneros televisivos. Já faz parte do hábito de muitos espectadores assistir a programas televisivos ao mesmo tempo que comentam nas redes sobre o que estão assistindo, e alguns programas de grande sucesso dos últimos anos exploram essa interação de maneira muito bem-sucedida. O sucesso internacional de *reality shows* como Big Brother ou Master Chef são exemplos explícitos de uma mudança muito mais ampla.

Este novo espectador não está mais disposto a fixar-se longamente em conteúdos cuja elaboração ele não pode participar. As redes digitais facilitam a participação e o impulsionam a emitir constantemente suas opiniões e visões dos fatos como respostas quase instantâneas ao que a televisão mostra. Uma das consequências desse novo padrão de consumo é que o espectador se tornou mais agitado e disperso do que na época em que usar o controle remoto era praticamente a sua única forma de interagir com a emissão. No mesmo sentido, o espectador passa menos tempo dedicando-se a um programa ou canal específico.

Na pesquisa de opinião que analisamos, essa condição é explicitada pelo gráfico abaixo. Ele revela que, entre os espectadores que assistem à TV UFG, a grande maioria não fica mais de meia hora acompanhando os programas da emissora.

Gráfico 3

### Por quanto tempo o espectador permanece assistindo a TV UFG



Fonte: pesquisa de opinião da TV UFG realizada pela Faculdade de Informação e Comunicação da UFG.

Antes de passarmos às considerações finais, cabe ainda uma observação sobre os resultados da pesquisa de opinião que encomendamos. Voltando ao gráfico que trata do modo pelo qual os espectadores conheceram a TV UFG, nota-se que as indicações pessoais correspondem a 14,5% da divulgação da emissora, superando as redes sociais (12,6%). Esse número remete a uma situação de recepção que há décadas foi compreendida pela pesquisa em comunicação por meio de conceitos como *two-step flow* ou *liderança de opinião*. Eles foram usados para estudar o peso da autoridade que determinados membros de uma comunidade podem ter, de modo a influenciar diretamente sobre a ramificação das mensagens da mídia junto aos grupos influenciados. Esse modelo de estudo dos receptores, celebrado pelas pesquisas de Paul Lazarsfeld, não é absolutamente atual para a pesquisa em comunicação na era da convergência; por

isso chama atenção que um número tão alto de espectadores declare ter conhecido a TV UFG por meio de indicações pessoais.

Uma possível explicação para isso, ao menos parcial, é a prática de envio a todos os entrevistados dos programas da TV UFG, por e-mail, de *links* com os programas dos quais eles participaram, estimulando assim a divulgação e o compartilhamento do conteúdo com seus familiares e amigos. Essa forma de acesso à emissora acaba não se somando aos dados de uso normal das redes sociais, pois a motivação do compartilhamento dos links é principalmente pessoal e escapa ao uso rotineiro das redes sociais (quando os compartilhamentos são, por assim dizer, terceirizados, sem agentes envolvidos nos conteúdos).

Por um lado, é certo que essa simples estratégia de divulgação leva a TV UFG a alcançar pessoas que nunca tiveram contato com ela, recorrendo à mediação de um influenciador diretamente ligado ao conteúdo produzido. Por outro lado, no entanto, o alto número relativo de novos espectadores que chegam à emissora por esse caminho endossa a nossa leitura de que a emissora ainda tem muito a desenvolver no âmbito da comunicação em rede, de modo a avançar em relação aos modelos de relacionamento com os espectadores, acompanhando os avanços da própria televisão como meio de comunicação no presente.

## **Considerações finais**

As ideias de conexão e compartilhamento, nesse sentido, trazem à tona uma noção fundamental de *participação* como chave para entender a comunicação social nos dias de hoje (JENKINS; FORD; GREEN, 2014). As primeiras teorias behavioristas que estudaram o comportamento dos receptores de mídia o tratavam como membros de uma massa incapaz de agir, senão sob o estímulo controlado dos emissores. Hoje, ao contrário, os consumidores de mídia são participantes que já não podem mais ser explicados por meio de termos sociológicos de duvidoso valor heurístico, como

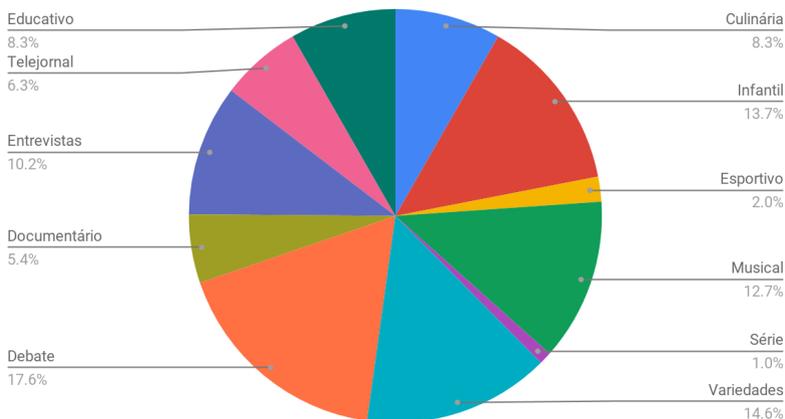
*massa*, ou mesmo por meio de termos que outrora compuseram o vocabulário das teorias da comunicação, mas caíram em franco desuso, como *receptores*.

Como resposta aos hábitos de consumo atuais, endossados pela pesquisa de opinião que comentamos neste artigo, a TV UFG vem utilizando algumas ferramentas pensadas especificamente para o engajamento deste novo padrão de espectador. Além das tradicionais chamadas das atrações nos intervalos, a emissora passou a produzir vídeos diários de curta duração sobre os temas abordados pelos programas locais. Estes vídeos têm 15 segundos e são veiculados preferencialmente no Instagram. A menor duração que eles possuem se ajusta melhor ao padrão de consumo disperso e distraído do espectador atual. Além disso, a emissora tem buscado interagir com o espectador por meio de suas contas institucionais nas redes, a fim de marcar presença na segunda tela com a qual o consumidor de mídia atual divide a atenção durante o uso dos televisores.

Como estratégia adotada imediatamente após o recebimento dos resultados da pesquisa de opinião que analisamos, a TV UFG optou por retomar a produção de convites para que os espectadores enviem perguntas pelas redes sociais. Essas perguntas devem visar especialmente o diálogo com os debatedores que participam do programa semanal Conexões, a atração mais assistida da emissora. Ainda que essa estratégia seja uma prática comum na televisão e não represente qualquer inovação no meio, trata-se de um modo pelo qual a TV UFG se propõe a realizar a comunicação pública: para além do engajamento e da fidelização, a criação de oportunidades para que o público contribua com a construção da emissora, assinalando o seu pertencimento à comunidade.

Gráfico 4

## Qual tipo de conteúdo o espectador da TV UFG assiste



Fonte: pesquisa de Opinião da TV UFG realizada pela Faculdade de Informação e Comunicação da UFG.

Convém assinalar que os programas de debate são o gênero preferido dos espectadores já engajados na TV UFG, como mostra o gráfico acima. Isso atesta o potencial do gênero para gerar novos engajamentos, e sublinha a importância de que programas como o Conexões sejam cada vez mais inseridos na lógica da convergência midiática; isto é, que explorem cada vez mais o potencial de participação aberto pelas redes para incorporar as questões, opiniões ou intervenções do público, quaisquer que sejam elas.

Atualmente, a TV UFG utiliza as redes sociais principalmente para oferecer ao espectador os debates promovidos por seus programas, incluindo o próprio Conexões. Desde 2009, a direção da emissora decidiu disponibilizar na internet todo o conteúdo produzido localmente para livre acesso do público, antecipando o que hoje similarmente se denomina programação *on demand*. Atualmente são mais de 7.500 conteúdos com mais de 5 milhões e meio de visualizações no canal da emissora no YouTube. Dinamizar a participação para além da disponibilização já realizada com sucesso, expandindo assim o uso das redes, é algo que deve ajudar a cumprir a principal missão jornalística de um programa como o

Conexões, concebido justamente para oferecer diferentes olhares sobre os fatos mais relevantes da atualidade.

A despeito das novidades surgidas com a convergência midiática, uma maior participação dos espectadores sempre gera implicações diretas sobre a programação de uma emissora, seja por meio de sugestões de pautas, pelo envio de críticas e sugestões, seja pela simples votação em enquetes. Um exemplo digno de menção entre as atividades já realizadas pela TV UFG é o projeto Dia de Poesia, surgido em 2013.

Todos os anos, a emissora faz um convite aberto à comunidade para que visite o estúdio da TV UFG e grave poesias, ou suas ou de outros autores. Os vídeos com essas declamações são veiculados durante todo o mês de outubro, época do ano em que se comemora, no Brasil, o dia da poesia (especificamente em 31 de outubro, data do nascimento de Carlos Drummond de Andrade). Este contato direto do espectador com a emissora é de natureza diversa daquele instigado pela convergência das mídias, pois ocorre fisicamente, no próprio estúdio da TV, e não por meio das redes digitais. Mesmo assim, essa é uma forma muito instigante e criativa de fazer com que a emissora seja percebida como um ente público aberto à participação da sociedade. Sem dúvida, há um sentido de comunicação que se sobressai quando alto grau de participação é promovido, como no exemplo do projeto Dia de Poesia.

Essa concepção prática de comunicação pública – que envolve a comunidade e enfatiza a noção de participação – também está refletida em colóquios realizados pela TV UFG em 2009 e 2013. Os colóquios trataram da construção e dos desafios de uma televisão pública, educativa e cultural mediante um seminário de telejornalismo participativo e produção em rede realizado em 2014 e em seminários de comunicação pública e cidadania realizados nos anos de 2015, 2016 e 2017.

Tratava-se de eventos pensados e realizados como formas de dialogar com a comunidade, e que ajudaram a desenvolver a emissora nestes quase dez anos de existência. Adaptar-se cada vez mais ao novo padrão de consumo de mídia e promover uma

participação intensiva e completa dos espectadores, por todos os meios possíveis, é o principal desafio que se apresenta para a TV UFG na atualidade. Enfrentar esse desafio é seguramente uma tarefa essencial para a continuidade de sua realização como emissora pública. Teremos sido bem-sucedidos neste artigo se os dados que reunimos e interpretamos vierem a contribuir para isso.

## Referências

BRASIL. *Constituição (1988)*. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 2 fev. 2019.

BRASIL. *Decreto nº 6.555*, de 8 de setembro de 2018. Dispõe sobre as ações de comunicação do Poder Executivo Federal e dá outras providências. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6555.htm#art14](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2008/Decreto/D6555.htm#art14)>. Acesso em: 08 abr. 2019.

BUCCI, Eugênio. É possível fazer televisão pública no Brasil? *Novos estudos – CEBRAP*, São Paulo, n. 88, p. 05-18, dez. 2010. Disponível em: <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0101-33002010000300001&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0101-33002010000300001&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em: 18 fev. 2019.

JENKINS, Henry. *Cultura da Convergência*. São Paulo: Aleph, 2008.

JENKINS, Henry; FORD, Sam; GREEN, Joshua. *Cultura da Conexão: criando valor e significado por meio de mídia propagável*. São Paulo: Aleph, 2014.

RTVE (Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural). *Contrato de Prestação de Serviços de Produção Jornalística e outras avenças (2010)*. Disponível em: <<http://www.rtve.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Contrato-EBC-Jornalismo-2010.pdf>>. Acesso em: 01 mar. 2019.

RTVE (Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural). *Contrato para Transmissão Simultânea da Programação da Rede Nacional de Comunicação Pública / Televisão – RNCP/TV – Abertas Estaduais e Outras Avenças (2010)*. Disponível em: <<http://www.rtve.org.br/wp-content/uploads/2016/05/Contrato-Transmiss%C3%A3o-EBC-2010.pdf>>. Acesso em: 28 jan. 2019.

RTVE (Fundação Rádio e Televisão Educativa e Cultural). *Regimento Interno (2019)*. Disponível em: <<http://www.rtve.org.br/wp-content/uploads/2018/06/Regimento-Interno-atual-2019.pdf>>. Acesso em: 08 abr. 2019.

## **Parte 2**

# **Um recorte da luta de preservação da comunicação pública – O caso da Fundação Piratini do Rio Grande do Sul**

## **Imagens e movimento**

### ***Organizadores:***

*Jamir Reis*

*Luana Amaral*

*Nielly Pastelletto*

*Yuan Pereira*



## Seção 1

### **Experiências de pesquisa e a luta contra a extinção da Fundação Piratini: relatos e imagens**

*Jamir Rodrigues dos Reis*

*Luana Batista Amaral*

*Nielly Pastelletto*

*Yuan Veiga Pereira*

Como bolsistas de iniciação científica e voluntários dentro do projeto *A importância da TVE da Fundação Piratini como dispositivo de cultura e de sensibilidades para a memória da sociedade gaúcha*, coordenado pela professora Dr<sup>a</sup>. Nádia Maria Weber Santos, com bolsa de produtividade em pesquisa do CNPq, fomos motivados a ingressar em pesquisa ainda no início da graduação, enquanto alunos de licenciatura em História. A experiência teve seu início no ano de 2016, quando a equipe foi criada, com encontros regulares quinzenais nas dependências do Centro Universitário La Salle – Canoas (atual Universidade La Salle), instituição com a qual todos os componentes mantinham vínculo, tanto alunos quanto docente.

Durante esse período, foram realizados estudos teóricos acerca de história oral, TVs públicas, sensibilidades, entre outros conteúdos, visando nos direcionar ao campo prático em todas as etapas da pesquisa. A partir disso, foram confeccionados instrumentos para a realização de entrevistas semiestruturadas – bem como a transcrição delas – que deveriam ser feitas com servidores, ex-presidentes, telespectadores e artistas, os quais, de alguma forma, fazem ou fizeram parte da história da emissora. Ao

longo deste tempo, foram realizados, também, registros de fotos e levantamentos de dados, como postagens e compartilhamentos, relacionados ao movimento em defesa da TVE-RS e Fundação Piratini, coletados na rede social *Facebook* e *Instagram*. Para além dessas atividades também houve, durante esta trajetória, apresentações da pesquisa e suas etapas em congressos, encontros e simpósios por parte de alguns bolsistas, o que acabou por enriquecer essa experiência, visto que nos aproximou do âmbito da pesquisa acadêmica. A partir das vivências, foi despertado o gosto pela pesquisa, provocando-nos novas inquietações, impulsionando o engajamento em novos projetos, buscando nos manter ativos no meio acadêmico. Permanecemos na presente pesquisa, que perdura até o momento, devido ao seu grau de importância para a sociedade gaúcha e nosso apreço pessoal pelo projeto.

Entre os aprendizados desenvolvidos na pesquisa, que contribuíram para nosso amadurecimento enquanto pesquisadores, destacamos a consciência sobre a necessidade da pesquisa acadêmica servir como propulsor para questões sociais, gerando uma retribuição para a sociedade. Esta pesquisa se faz muito cara a nós, uma vez que não se tem um desfecho sobre o destino da TVE-RS, sendo ainda alvo de disputas políticas, tornando o trabalho feito por tantas mãos, ao longo desses anos, uma das formas de disseminar a sua importância para toda a sociedade rio-grandense.

Nesse momento em que diversas instituições públicas são ameaçadas, é de extrema importância que haja uma união entre diversos agentes para que se possa, democraticamente, fazer valer os direitos conquistados até então, coibindo a forte onda de retrocessos que nos espreitam. Nesse país em que concluir o ensino superior é um privilégio que poucos conquistam, entendemos como nossa obrigação social produzir trabalhos que possam contribuir para a sociedade e, principalmente, que possam ser comunicados para fora do ambiente acadêmico, de salões de iniciação científica e simpósios.

Após estabelecermos nossos primeiros contatos com os aspectos gerais que rodeavam a pesquisa – aporte teórico, contexto

histórico, coleta de dados na internet, familiaridade com a instituição etc. –, iniciamos o planejamento do desenvolvimento das nossas atividades. Isto é, como bolsistas recebíamos tarefas, compartilhadas e individuais, para trabalharmos dentro da pesquisa, boa parte dessas atividades envolvendo organização de metas e entrega de resoluções.

Desde as primeiras reuniões, definimos os critérios que norteariam a escolha das pessoas que seriam entrevistadas, a fim de que pudéssemos elaborar as perguntas das entrevistas semiestruturadas que fariam parte da metodologia da pesquisa. Foi exatamente com esse sentimento alvoroçado que, em alguns momentos, nos precipitávamos nas escolhas para a construção de uma boa pesquisa com fontes orais. Entretanto, nos momentos de exaltação, podíamos contar com a cautela da coordenadora da pesquisa, a professora Nádia Weber, com seu tom paciente e espirituoso, para nos despertar interpelações. Dessa forma, inúmeras vezes retomamos escolhas que tínhamos feito até conseguirmos satisfazer o grupo.

Após, optamos por uma forma de entrevista que fosse realizada no período de no máximo 2 horas, com a presença da professora Nádia e ao menos dois bolsistas: um para observar e tomar notas; e outro para cuidar das questões técnicas dos aparelhos de áudio. Nós dividimos nossas entrevistas por um perfil de grupos de candidatos a serem entrevistados. Iniciamos os preparativos das entrevistas dando preferência ao grupo de ex-presidentes da TVE-RS, e então, listamos os nomes dos ex-presidentes, buscamos seus contatos e averiguamos possíveis modelos de perguntas. Preferimos partir de uma ordem cronológica decrescente, pois tínhamos receio sobre se poderíamos obter entrevistas dos ex-presidentes mais antigos da TVE-RS ao negligenciarmos o quesito do tempo. Dessa forma, efetuamos o convite para a presidenta da TVE-RS na ocasião, Isara Marques (2015-2016). Durante o aguardo da resposta, nós nos preparamos para as demais entrevistas a fim de iniciarmos o contato na prática. Nesse ínterim atravessamos mudanças

estruturais na nossa vida acadêmica: a professora Nádia foi desligada do Centro Universitário La Salle, enquanto os discentes viam suas bolsas serem ligadas às novas pesquisas e também à transferência institucional.

Em princípio, o distanciamento do nosso vínculo acadêmico seria um desafio para o seguimento da investigação com a mesma dedicação e comprometimento inicial da nossa parte, pois cada um dos bolsistas teve que reorganizar seus interesses e fazeres, assim como a professora Nádia. Apesar disso, nós nos empenhamos em dar continuidade a algumas tarefas específicas da pesquisa na qual cada um dos bolsistas, em consonância com a docente, compreendia como essencial. Sendo assim, após o retorno negativo de nosso convite por parte da presidenta Isara Marques, seguimos então o cronograma de entrevistas de uma forma mais dinâmica. Isso nos possibilitou marcar a primeira entrevista com o ex-presidente Pedro Luiz S. Osório (2011-2014)<sup>1</sup>, que foi realizada por uma primeira equipe, enquanto uma segunda realizava entrevistas nos locais onde ocorriam as manifestações em prol da não extinção da Fundação Piratini<sup>2</sup> durante os meses de outubro a dezembro de 2016.

Marcamos nossa entrevista com o ex-presidente via e-mail e encontramos-nos no escritório particular da professora. Estavam presentes os bolsistas Jamir Rodrigues dos Reis e Luana Batista Amaral. O contato inicial com o entrevistador ficou sob a responsabilidade da bolsista, que levou em consideração questões como a delimitação do tempo e a seleção de perguntas. Enquanto isso, a equipe composta pelos bolsistas Nielly Pastelletto e Yuan Pereira realizavam entrevistas com os manifestantes do movimento realizado pelos servidores de diversas categorias do funcionalismo

---

<sup>1</sup>Leciona na Curso de Jornalismo da Universidade do Vale do Rio dos Sinos.

<sup>2</sup>As manifestações citadas aqui ocorriam simultaneamente conforme as entrevistas se desenrolaram. No primeiro momento as manifestações surgiram como resposta ao pacote de medidas do governo Sartori em relação às Fundações Estatais. Este assunto será abordado com maior profundidade na Seção 3, pelos bolsistas Nielly Pastelletto e Yuan Pereira.

público do Estado, como a exemplo do CPERS, CORAG, FZB<sup>3</sup> e Fundação Piratini, entre outras.

Ao longo dessa caminhada repleta de encontros e desencontros, cruzamos por inúmeros personagens que fazem parte desse livro. Suas histórias e experiências nos proporcionaram inúmeros momentos de reflexões sobre a importância da Fundação Piratini, principalmente da TVE-RS, na qual tivemos maior contato com os funcionários. Em nossas memórias, ficaram gravadas as visitas aos estúdios e aos arquivos da emissora. Em uma delas, tivemos a oportunidade de conhecer os bastidores da emissora responsável pelos inúmeros momentos de lazer e informação proporcionados à sociedade gaúcha. Em cada sala, estúdio, departamento que entramos, vinha a lembrança de uma reportagem, de algum programa que fizeram ou fazem parte do nosso dia a dia etc. No arquivo de fitas, há corredores repletos de materiais com registros de acontecimentos, reportagens, entrevistas, enfim, memórias da sociedade gaúcha, da qual todos fazemos parte.

Infelizmente, não tivemos condições de dar continuidade às etapas posteriores da pesquisa devido aos comprometimentos pessoais de cada integrante. Passados quase dois anos afastados, fomos convidados a retornar para a elaboração dos produtos finais da pesquisa que correspondem ao presente livro e a construção de um blog interativo com a comunidade. Aceitamos prontamente o convite, pois no olhar da professora, fomos peças importantes desde o início desta pesquisa e seria fundamental estarmos em sua conclusão. Cabe ressaltar, ainda, que as entrevistas subsequentes foram realizadas pela professora e pela mestrandia em História da UFRGS, Marluce Dias Fagundes, na época (2017), como será relatado na Parte 3 deste livro.

---

<sup>3</sup>Centro dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul; Companhia Riograndense de Artes Gráficas; Fundação Zoobotânica.

## Bloco 1

### As imagens dos pesquisadores

Figura 1 – Visita à TVE/FM Cultura



Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: início das atividades da pesquisa, em 31 mar. 2016. Da esquerda para a direita Nielly Pastelletto, Yuan V. Pereira, Nádía Weber Santos, Luana B. Amaral e Jamir R. dos Reis.

Figura 2 - Visita da equipe de pesquisadores aos estúdios da TVE/FM Cultura



Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: os bolsistas na Ilha de Edição 2, na TVE-RS, em 31 mar. 2016. Da esquerda para a direita Nielly, Luana, Yuan e Jamir.

Figura 3 – Visita da equipe de pesquisadores aos estúdios da TVE/FM Cultura

Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: os bolsistas no espaço interno da TVE-RS, em 31 mar. 2016. Da esquerda para a direita Nielly, Luana, Yuan e Jamir.



Figura 4 – Manifestação organizada pelo Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura



Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: integrantes da pesquisa na manifestação organizada pelo Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura, em frente Palácio Piratini, em 22 out. 2016. Da esquerda para a direita Luana, Jamir, Nádía, Jonathan e Franciele.

Figura 5 – Manifestação organizada pelo Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura



Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: integrantes da pesquisa na manifestação organizada pelo Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura, em frente Palácio Piratini, em 24 out. 2016. Da esquerda para a direita Yuan, Nielly, Jamir e Nádia.

Figura 6 – Entrevista com o ex-presidente Pedro Luís Osório da TVE (2011-2014)



Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: registro da entrevista em 15 dez. 2016. Da esquerda para a direita Nádia, Pedro Osório, Jamir e Luana.

Figura 7 - Encontro dos pesquisadores



Fonte: acervo dos pesquisadores (2018). Legenda: encontro dos pesquisadores para analisar os resultados da pesquisa sobre a TVE/FM Cultura da Fundação Piratini, em 11 dez. 2018. Da esquerda para a direita Newton Silva, Yuan, Nádia, Nielly e Jamir.

Figura 8 – Produção do Blog *Memórias TVE: cultura e sensibilidades*



Fonte: acervo dos pesquisadores (2019). Legenda: pesquisadores em reunião para realização do Blog, em 6 abr. 2019. Da esquerda para a direita Jamir, Nádia, Nielly, Yuan e Luana.



## Seção 2

### **Memória, imagem e o caso da TVE-RS como objeto e fonte para pesquisa histórica**

*Luana Batista Amaral*

#### **Uso da imagem como instrumento de acesso à memória**

De acordo com a experiência adquirida ao longo da nossa participação no projeto de pesquisa, *A importância da TVE da Fundação Piratini como dispositivo de cultura e de sensibilidades para a memória da sociedade gaúcha*, pretendemos neste texto apresentar possibilidades de análise sobre a TVE-RS a partir das imagens produzidas e encontradas – por nós, bolsistas – entre os anos de 2016 e 2018. Diante delas, buscamos acessar e refletir a memória (individual e coletiva) sobre a instituição, a fim de despertar o olhar para a emissora como objeto e fonte de pesquisa histórica.

No decorrer destes anos de projeto, nós nos deparamos com diversas imagens relacionadas à instituição TVE, com uma série de significados e formas. Algumas são registros fotográficos, produzidos e disseminados de maneira ampla por diferentes grupos ligados à emissora, as quais nós quantificamos, classificamos e qualificamos. Dessa forma, é possível o leitor vislumbrar algumas nos blocos de imagens que compõem e dividem essa seção.

As imagens presentes neste texto foram escolhidas por motivações objetivas e concretas, no entanto, não podemos ocultar a subjetividade presente na sua produção e na nossa seleção. Isto porque trabalhar com imagens requer apreciação sobre aspectos

presentes na sua composição, entre eles, a subjetividade. A autora Sandra Pesavento nos alerta sobre o uso da imagem:

As imagens possuem poderes bem definidos: são sedutoras, captando o olhar, de modo a envolver aquele que as contempla, são mobilizadoras, instigando à ação, por vezes mesmo de forma impensada e imediata; proporcionam a evasão, libertando a imaginação para fora do campo da imagem vista, de forma a conduzir o pensamento para outras instâncias imaginárias; são evocativas, despertando a memória e conectando a outras experiências; têm, ainda, um poder cognitivo, traduzindo uma forma de saber sobre o mundo para além do conhecimento científico (PESAVENTO, 2008, p. 106).

Por essa perspectiva, a imagem nos permite enxergar corpos e espaços por um viés mais subjetivo, potencializando ações, narrativas, contextos, sentimentos e memórias (BONI, 2011; PESAVENTO, 2008; SANTOS; SILVA, 2018); e ainda assim ser uma fonte abundante para explorar no campo da História. Isso porque a imagem é resultado de uma atitude pensada e desenvolvida no presente, mas que se solidifica quanto materialidade no passado, tencionando reflexões futuras (SHORT, 2013). Como afirma Chesnaux (2000 apud CIAVATTA, 2012, p. 3), “atuamos no presente para construir a história e esta relação é ativada com o passado, porque o passado está presente em todas as esferas da vida social”.

Por exemplo, as imagens produzidas por nós durante a pesquisa surgiram por motivações específicas: registrar acontecimentos que compreendemos como importantes para dar suporte a ela. Porém, a sua repercussão como imagem não estará mais sob nosso controle, pois todas podem ser ressignificadas e deslocadas para compor outras realidades que não as pensadas por nós, como reforça Leite (2001, p. 158): “[...] o próprio olhar do leitor é seletivo, enquanto a elaboração das imagens as diferencia de acordo com o contexto de espaço e tempo a que estão sujeitas”.

Nesse sentido, Pesavento aponta:

As imagens estabelecem uma mediação entre o mundo do espectador e do produtor, tendo como referente a realidade, tal como, no caso do discurso, o texto é mediador entre o mundo da leitura e o da escrita. Afinal, palavras e imagens são formas de representações do mundo que constituem o imaginário (PESAVENTO, 2003, p. 86).

Assim, nas palavras da Pesavento, a imagem constitui um elo entre o tempo de seu produtor e o tempo de seu observador. A linguagem imagética deve ser compreendida na sua especificidade, no seu tempo, como a expressão de apropriação de um contexto, seja ele ressignificado ou não (RUBIM; OLIVEIRA, 2010).

Com a disponibilidade deste banco de imagens proporcionado pelo andamento da pesquisa, nós optamos por manuseá-las como um instrumento de acesso à memória da TVE. Isso pressupõe uma série de ambiguidades, pois, de um lado, temos uma sucessão de princípios e qualidades expressas nas escolhas feitas por quem produz a fonte – traços do cotidiano, da forma como observamos o mundo e por ele nos sensibilizamos – (LEITE, 2001). Por outro lado, como fonte documental, a imagem guarda memória e elo de conexão de identidades, bem como a representação da realidade, o elemento fundamental da produção cultural advinda. Mas ela também participa de um universo em que se pode desprender múltiplos significados (RUBIM; OLIVEIRA, 2010).

Mesmo sendo as imagens consideradas como representações simbólicas por alguns autores<sup>1</sup>, ao trabalhá-las juntamente com a memória – ou como memória –, para pensar historicamente uma instituição, encaramos um desafio grande, visto que esta conduta requer do historiador uma abertura maior no que tange às suas percepções culturais e sociais (PESAVENTO, 2008) tendo em mente

---

<sup>1</sup>Para Chartier (2002 *apud* RUBIM; OLIVEIRA, 2010), por exemplo, as representações do mundo social são as formas e os motivos que traduzem os interesses e as posições dos indivíduos, como atores sociais, que, paralelamente, descrevem a sociedade de tal forma que pensam o que ela é ou como desejariam que fosse. Mediante as representações simbólicas, sejam elas signos linguísticos ou figuras mitológicas e da religião, sejam conceitos do conhecimento científico, os sujeitos históricos informam as distintas modalidades de percepção e de apreensão do real.

contradições internas da subjetividade e do imaginário daquilo que se recorda – como um processo individual e ao mesmo tempo coletivo. Por isso, ao analisar uma imagem, devemos perceber seus silêncios e decifrar seus códigos, já que ela não reproduz a realidade, mas a reconstrói a partir de uma linguagem própria, que permita apreender acontecimentos que, por intermédio de outros meios, não conseguiríamos perceber (RUBIM; OLIVEIRA, 2010).

A imagem retrata algo como é, porém, as suas dimensões do real podem ser ampliadas dependendo do que se tem como objetivo (PESAVENTO, 2008). Ela é um mecanismo facilitador de acesso ao mundo. Então, a imagem como fonte histórica reivindica constantemente uma série de métodos e sensibilidades de análise, podendo ser percebida em diferentes caminhos e, assim, esclarecer especificidades culturais e sociais presentes no imaginário partilhado do que se questiona, afirmar ou reforçar ainda mais quando empregue no processo de acesso à memória (PESAVENTO, 2008).

No nosso caso, as imagens entram na perspectiva de reconhecermos a importância da TVE e sua produção cultural na vida dos cidadãos gaúchos, pelas memórias sensíveis marcadas nas pessoas. Por meio delas, das imagens produzidas e captadas por nós, em manifestações públicas ou nas redes sociais e até mesmo no imaginário dos entrevistados, tivemos a oportunidade de perceber o quanto os produtos culturais produzidos pela televisão pública atinge a sensibilidade e, portanto, a vida da população.

Uma memória contada por intermédio de imagens pode assumir muitas formas, pois a sua visualização e a sua percepção são determinantes. O contexto poderá dar a forma adequada à maneira como a imagem é lida (LEITE, 2001; ASSMANN, 2011). A leitura que uma pessoa pode fazer de uma imagem depende muito de como ela mantém seu conjunto de ideias e lida com o imaginário (PESAVENTO, 2008). Na História, podemos observar um modelo de construção e ressignificação do tempo, a formulação do pensamento de cada período relativizando as emoções dos contextos, ligando-a à

memória de um evento ou lembrança pessoal (LEITE, 2001). O que poderia dar gatilho para certas emoções e lembranças? As relações das cores, da presença de certos indivíduos, do movimento e composição de uma imagem, quais os limites?

Para o historiador, os sinais subentendidos ou ocultados da vida que são solidificados numa imagem são indícios do passado que se busca compreender e podem se transformar em testemunho e representação de uma realidade a ser reconstruída (LEITE, 2001; PESAVENTO, 2008; ASSMANN, 2011); por isso, antes de mais nada, “as imagens constituem-se como um problema para o conhecimento histórico” (LEITE, 2001, p. 11). O historiador deve encontrar de alguma forma um elo partido, reconstituindo a continuidade da experiência com o objeto a que deve dar voz (LEITE, 2001; CUNHA *et al.*, 2016). Como destacam os autores, “[...] por mais que as imagens façam parte de uma realidade próxima, com processos muitas vezes ainda não acabados, é necessário um cuidado maior, um olhar sensível do historiador [...]” (CUNHA *et al.*, 2016, p. 113).

A imagem engloba um mundo de possibilidades, por seu intermédio podemos nos conectar com memórias pessoais e criar novas lembranças. Essa ação de lembrar momentos pessoais é repleta do simbolismo de cada indivíduo e suas escolhas de recordações refletem uma maneira de entender e retratar o mundo (LEITE, 2001). “Toda imagem, por sua vez, nos faz pensar e sempre nos oferece algo para pensar: ora um pedaço de *real* para roer, ora uma fâsca de *imaginário* para sonhar”, como nos lembra Fabiana Bruno e Etienne Samain (BRUNO; SAMAIN, 2007, p. 2). Se ampliarmos nosso olhar sobre esse leque de possibilidades, percebemos que essa ação perpassa boa parte das relações humanas, tanto no âmbito público quanto no privado.

### **O caso TVE-RS: narrativas**

Neste capítulo irei comentar algumas percepções que vivenciei durante a trajetória da pesquisa como bolsista voluntária,

mediante o uso da imagem como fonte documental de acesso à memória da TVE-RS. Dessa forma, pontuaremos alguns eventos pela experiência na coleta das imagens e na construção das suas narrativas. Como o leitor pode constatar nas primeiras páginas da seção, nós, como estudantes de histórias, somos e fomos impulsionados a buscar o apreço pela pesquisa. A participação no desenvolvimento do estudo de caso da TVE-RS nos proporcionou acessar metodologias de análise de fontes, que, neste momento, utilizamos.

Para analisarmos a imagem fotográfica na formação da memória, presumimos a tarefa de decodificar mensagens implícitas, buscando relações ocultas ou pouco aparentes. Sendo assim, consideramos que as imagens são um caminho de acesso às narrativas que representam o homem através do tempo, retratando o que se está omisso (SANTOS; SILVA, 2018). Por isso, ao analisar uma imagem, devemos perceber seus silêncios e decifrar seus códigos, visto que ela não reproduz a realidade, mas a reconstrói a partir de uma linguagem própria, que permita aprender e notar acontecimentos que por outros não conseguiríamos perceber (RUBIM; OLIVEIRA, 2010). Significa que buscamos algo além dos fragmentos da realidade, dos elementos e dos aspectos que operam na imagem. Essa busca supõe um esforço da nossa parte em articular os fragmentos de um todo com seus significados e ir além da aparência do fenômeno, delimitando pela investigação, produção e utilização do contexto da imagem (CIAVATTA, 2012).

Contudo, ao trabalharmos com um objeto que se mantém dinâmico e em atividade, temos que lidar com processos que podem variar e alterar nossas formas de compreender o andamento de uma concepção. Ou seja, na Figura 1 do presente texto, a seguir, temos a cena de uma transmissão jornalística cercada por um grupo de pessoas que seguram cartazes com os dizeres “NÃO ao PL 44”. Se nos atentarmos aos detalhes que compõem a imagem, podemos destrinchar os acontecimentos centrais que envolvem a sua materialidade.

Trata-se de mais uma das diversas reportagens transmitidas, ao vivo ou gravadas, que acompanharam a Audiência Pública sobre o Projeto de Lei nº 44. A Audiência Pública ocorreu no dia 30 de maio de 2016, às 14h, no teatro Dante Barone, da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul. O projeto PL 44 foi proposto pelo governo José Ivo Sartori, e o caráter do projeto é permitir ao Estado passar para organizações sociais atividades que já eram desempenhadas por fundações estatais. O PL 44 prevê que entidades privadas sem fins lucrativos, qualificadas como organizações sociais, possam firmar parcerias com o poder público para exercer atividades em áreas como o ensino, a saúde, a cultura e a preservação ao meio ambiente. A lei calcula que, para isso, essas entidades poderiam receber recursos públicos e, até mesmo, estruturas físicas pertencentes ao Estado. Ou seja, o projeto tinha como objetivo esvaziar ou mesmo extinguir várias fundações do Estado ao tratar de “qualificar as entidades como organizações sociais”.

A Audiência Pública foi proposta pelas deputadas estaduais Manuela D’Ávila (PCdoB) e Stela Farias (PT), reunindo centenas de adversários do projeto, incluindo parlamentares e representantes de várias secretarias e fundações, os quais temiam que a intenção do projeto fosse transferir serviços que eram da esfera pública para organizações não governamentais (ONGs). O governo não enviou para o debate nenhum secretário de Estado, sendo representado pelo subchefe legislativo da Casa Civil, César Kasper Marsillac. Uma multidão tomou os lugares no plenário, ficando um grande percentual de pessoas na rua acompanhando o andamento da audiência.

Figura 1 – Audiência Pública para debater o PL 44/2016



Fonte: página do Facebook do Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura.<sup>2</sup> Legenda: transmissão da Audiência Pública para debater o PL 44/2016, em 30 maio 2016.

Podemos observar, na Figura 1, que algumas pessoas com cartazes reivindicam a pauta da manutenção do serviço público. Contudo, o que realmente chama atenção do observador é o fato de que a transmissão estava sendo feita por profissionais vinculados à TVE, uma das fundações estatais ameaçadas pelo projeto debatido na Audiência Pública. Por meio dessa imagem, conseguimos rastrear algo que se encontra em movimento sobre o contexto da instituição, assim como podemos relacioná-la e vinculá-la ao seu presente momento. Quem está próximo dos acontecimentos ou tem conhecimento mínimo sobre a narrativa que perpassa essa imagem consegue sentir os diversos impactos que esse evento acarreta aos indivíduos presentes.

Dessa forma, como nos alerta os autores Santos e Silva (2018, p. 8), “a imagem é um tipo de linguagem cuja finalidade é comunicar”. Essa fotografia é uma fonte que nos sensibiliza e nos

<sup>2</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MSTVEFM Cultura/photos/a.1717541678504376/1718688211723056/?type=3&theater>. Acesso em: 20 abr. 2019.

aproxima do objeto, pois nela observamos o registro de uma intencionalidade à vida e aos testemunhos da dinâmica social (RUBIM; OLIVEIRA, 2010), assim como resulta numa ação histórica das trajetórias dos indivíduos envolvidos, sejam servidores, manifestantes ou apoiadores. A imagem oferece indícios e pistas que podemos considerar como elementos importantes para a representação da memória do indivíduo, principalmente, para a construção de um sistema de significações das suas ações, expressões, reflexões em relação ao evento, aos demais indivíduos e a si próprio.

Na Figura 2, a seguir, trata-se de uma família que se encontra no Parque Farroupilha, conhecido como Redenção, na cidade de Porto Alegre, local tradicional na cidade visitado por muitos porto-alegrenses nas horas de descanso, seja para praticar esportes e tomar sol, seja para confraternizar tomando chimarrão com a família e amigos. Porém, notamos que a garotinha está segurando uma camiseta branca com o *slogan* “Salve, Salve. A TVE e a FM Cultura”. Elas estavam presentes no evento organizado pelo Movimento dos Servidores da Fundação Piratini, pelo Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (Sindjors) e pelo Sindicato dos Radialistas do Rio Grande do Sul. Eles tinham como objetivo reunir-se junto à comunidade de Porto Alegre para informar e alertar as ameaças de privatização e extinção das fundações do Estado.

O evento ocorreu em um sábado com a realização de *shows* gratuitos ao ar livre, contando com a participação de Frank Jorge, Antonio Villeroy, Replicantes, Nelson Coelho de Castro, Hique Gomez e Tribo Brasil. Segundo os organizadores, o evento tinha apoio da Central Única de Trabalhadores do Estado do Rio Grande do Sul (CUT-RS), representando mais uma etapa de mobilização em defesa da Fundação.

Figura 2 - Evento cultural em prol das fundações do Estado



Fonte: página do Facebook do Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura.<sup>3</sup> Legenda: público em evento cultural organizado pelo Movimento dos Servidores da Fundação Piratini, o Sindicato dos Jornalistas Profissionais do Rio Grande do Sul (Sindjors) e o Sindicato dos Radialistas do Rio Grande do Sul, para alertar a população sobre privatização e extinção das fundações do Estado, em 5 nov. 2016.

Novamente, estamos lidando com uma imagem que porta significados além do que se vê e somente quando o nosso olhar incide sobre ela é que podemos trazer à tona outras imagens que surgem no nosso imaginário (CIAVATTA, 2012). Podemos dizer que interpretar exige paciência, pois, ao observar, enxergamos formas de expressão que se trata de fenômenos culturais e artísticos e que somente podemos considerá-los quando questionamos a imagem. Devemos contextualizar o período e local em que foram produzidas para que a história e a memória sejam compreendidas (RUBIM; OLIVEIRA, 2010).

Logo, como afirma Kern (2017 apud RUBIM; OLIVEIRA, 2010, p. 10), “o objeto de conhecimento é reconhecido por estar intimamente em constituição pelo sujeito que conhece. Para tal, ele deve dialogar com a imagem, interrogá-la e estabelecer certa intimidade com a mesma”. Ambas as imagens se encontram em períodos semelhantes, com objetivos que se intercalam, mas são distintas em sua construção. Enquanto a Figura 1, supracitada, nos sensibiliza pela causa na

<sup>3</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MSTVEFMCultura/photos/a.1789301227995087/1789301667995043/?type=3&theater>. Acesso em: 20 abr. 2019.

perspectiva dos indivíduos que trabalhavam na TVE-RS na época e que transmitiam a Audiência Pública, articulando a sua manutenção como agentes da ação; temos na Figura 2, referida neste texto, a mesma pauta em jogo: a defesa da manutenção da Fundação Piratini, porém somos guiados pelo sentimento do público. Ou seja, somos impelidos por outros aspectos a refletir sobre a relevância da instituição. Qual motivo leva uma família a participar de um evento cultural com viés informativo e de alerta à comunidade sobre os acontecimentos envolvendo a TVE-RS?

## Referências

- ASSMANN, Aleida. *Espaços de recordação: formas e transformações da memória cultura*. Campinas, SP: Unicamp, 2011.
- BONI, P. C. *Fotografia: múltiplos olhares*. Londrina: Midiograf, 2011.
- BRUNO, F; SAMAIN, E. Uma Cartografia Verbo-visual da Velhice: Fotobiografias e montagens de memórias. *Revista Chilena de Antropologia Visual*, Santiago. Nº 10, p 30-55, dez, 2007.
- CARDINI, F. Un sociologo al Santo Sepolcro. In: HALBWACHS, M. *Memorie di Terrasanta*. Veneza: Arsenale, 1988.
- CIAVATTA, Maria. *O Mundo do Trabalho em Imagens: Memória, História e Fotografia*. *Revista Psicologia: Organizações e Trabalho*, 12(1), pp . 33-46, jan-abr 2012.
- CUNHA, C. R. S. et al. Possibilidades de pesquisa na História do Tempo Presente a partir do acervo audiovisual da TVE-RS. In: SANTOS, Nádia Maria Weber; MORAES, Ana
- Luiza Coiro. *TVs públicas: memórias de arquivos audiovisuais*. São Leopoldo: Oikos, 2016.
- EUND, Gisèle. *La fotografía como documento social*. Espanha: FotoGGrafia, 2002.
- FELDAN-BIANCO, B; MOREIRA LEITE, M. L.(Orgs.). *Desafios da Imagem: Fotografia. Iconografia e Vídeo nas Ciências Sociais*. Campinas: Papirus, 2006.

FERREIRA, Jerusa Pires. *As armadilhas da memória*. São Paulo: Ateliê, 2004.

GONDAR, Jô; DODEBEL, Vera. Quatro proposições sobre memória social. In: \_\_\_\_\_. *O que é memória social?* Rio de Janeiro: Contracapa, 2005. pp. 11-26.

HALBWACHS, Maurice. A memória individual e memória coletiva. In: *A memória coletiva*. Trad. por Laís T. Benoir. São Paulo: Centauro, 2006.

KERN, M. L. B. *Imagem e acontecimento: o mediterraneísmo de Joaquín Torres-García*. *Domínios da Imagem*, Londrina, ano 1, n. 1, p. 137-148, nov. 2007.

LEITE, Miriam Moreira. *Retratos de Família: Leitura da Fotografia História*. 3ª ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2001.

PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. BH: Autêntica, 2003.

PESAVENTO, S. J. O mundo da imagem: território da história cultural. In: PESAVENTO, S. J.; SANTOS, N. M. W.; ROSSINI, M. (Orgs). *Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em História Cultural*. Porto Alegre: Asterisco, 2008.

POLLAK, M. *Memória, esquecimento e silêncio*. Rio de Janeiro: Estudos Históricos Fundação Getúlio Vargas, 1989.

QUELER, Jefferson. J. ASSMANN, Aleida. *Espaços da recordação: formas e transformações da memória cultural*. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2011.

RUBIM, S. R. F.; OLIVEIRA, T. A imagem como fonte e objeto de pesquisa em história da Educação. 2010. Disponível em: <[http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario\\_ppe\\_2009\\_2010/pdf/2010/037.pdf](http://www.ppe.uem.br/publicacoes/seminario_ppe_2009_2010/pdf/2010/037.pdf)>. Acesso em: 04 fev. 2019.

SANTOS, N. M. W.; SILVA, NEWTON. Uma cartografia dos protestos: performance e sensibilidades nas imagens das manifestações públicas na luta contra a extinção da Fundação Piratini (rádio e televisão). In: Vania Dolores Estevam de Oliveira; Genilda Alexandria. (Org.). *Urbano Palco: Estudos de Performances Urbanas*. 1. ed. Porto Alegre: Editora Fi, 2018, v. 1, p. 51-78.

SANTOS, Nádia Maria Weber; MORAES, Ana Luíza Coiro. *TVs públicas: memórias de arquivos audiovisuais*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

SHORT, Maria. *Contexto e narrativa em fotografia*. São Paulo; Gustavo Gili, 2013.

## Bloco 2

### Imagens da luta pela preservação da Fundação Pratini – manifestações e eventos in loco

Figura 9 – Manifestação de apoiadores, funcionários e servidores da Fundação Piratini



Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: manifestação de apoiadores, funcionários e servidores da Fundação Piratini, em frente à Assembleia Legislativa do Estado, em 14 dez. 2016.

Figura 10 – Manifestantes do Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura da Fundação Piratini



Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: Manifestantes do Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura da Fundação Piratini, em frente à Assembleia Legislativa do Estado, 14 dez. 2016.

Figura 11 – Manifestação dos servidores, funcionários e apoiadores



Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: Manifestação dos servidores, funcionários e apoiadores em frente à Assembleia Legislativa do Estado contra o Pacote do Estado para as fundações, em 15 dez. 2016.

Figura 12 – Ação de apoio ao Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura da Fundação Piratini



Fonte: arquivo dos pesquisadores (2016). Legenda: Ação de apoio ao Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura da Fundação Piratini, em frente ao Palácio do Piratini, em 20 dez. 2016.

Figura 13 – Apoiador do Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura da Fundação Piratini



Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: Apoiador do Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura da Fundação Piratini, preparado para confrontos violentos, em 20 dez. 2016.

Figura 14 – Manifestação dos servidores da TVE-RS



Fonte: acervo dos pesquisadores (2016). Legenda: Manifestação dos servidores em frente à Fundação Piratini, em 26 dez. 2016.

Figura 15 – Funcionários impedidos de entrar na Fundação Piratini



Fonte: arquivo dos pesquisadores (2016). Legenda: Registro do dia em que os funcionários foram impedidos de entrar na Fundação Piratini, em 26 dez. 2016.

Figura 16 – Ato de apoiadores do Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura da Fundação Piratini



Fonte: acervo dos pesquisadores (2018). Legenda: Ato de apoiadores do Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura da Fundação Piratini, em frente aos prédios da Fundação Piratini, em 30 maio 2018.

## Seção 3

### **Movimentos e redes sociais: manifestações em prol da TVE-RS**

*Nielly Pastelletto  
Yuan Veiga Pereira*

#### **Introdução**

O presente texto busca analisar as manifestações sociais ocorridas em Porto Alegre-RS entre os anos de 2016 e 2018 como resposta à PL 246/2016, futura Lei nº 14.982, promulgada em janeiro de 2017, pela Assembleia Legislativa do Estado, sob o mandato do governador José Ivo Sartori, em que era autorizada a extinção das fundações de direito privado da Administração Pública Indireta do estado do Rio Grande do Sul<sup>1</sup>. A análise aqui proposta toma como enfoque os movimentos sociais expressados nas manifestações citadas e suas relações com as redes sociais, em especial o *Facebook*, sendo esses espaços considerados locais de trocas de informações em tempo real, organização e participação política. Este trabalho é um dos frutos da pesquisa *A importância da TVE da Fundação Piratini como dispositivo de cultura e de sensibilidades para a memória da sociedade gaúcha*, coordenada pela professora Dr<sup>a</sup>. Nádya Maria Weber Santos, da qual fizemos parte, conforme apresentamos no início desta segunda parte do livro.

Entre as fundações incluídas na decisão da Assembleia Legislativa, encontra-se a Fundação Piratini, que abrange a emissora

---

<sup>1</sup>Disponível em: <http://www.al.rs.gov.br/filerepository/repLegis/arquivos/LEI%2014.982.pdf>. Acesso em: 17 fev. 2019.

de televisão TVE-RS e Rádio FM Cultura (107.7). Aqui tomamos esta fundação como nosso alvo de análise mediante a página do *Facebook* “Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura”, bem como da *hashtag* #SalveSalveTVEeFMCultura. Nesse grupo, mantinha-se a vinculação não apenas ao que se referia à Fundação Piratini, mas também às notícias acerca dos demais órgãos impactados pela resolução governamental, sendo eles a Fundação Zoobotânica do Rio Grande do Sul; Fundação de Ciência e Tecnologia (CIENTEC); Fundação de Economia e Estatística Siegfried Emanuel Heuser (FEE); Fundação para o Desenvolvimento de Recursos Humanos (FDRH) e a Fundação Estadual de Planejamento Metropolitano e Regional (METROPLAN).

### **Movimentos sociais**

No âmbito da sociologia, o conceito de movimento social é discutido há décadas, havendo uma gama de abordagens diversificadas que tornam este um conceito de difícil definição (MELUCCI, 1989). Sendo assim, não cabe aqui fazermos uma retomada teórica sobre os movimentos sociais, porém, nos deteremos aos aspectos basilares que convergem entre si, definindo uma conformidade entre as teorias conceituais existentes.

Para Mocelin (2015), um dos principais pontos para compreender o que são os movimentos sociais é percebê-los como ação coletiva, portanto, não podemos tomar ações individuais e isoladas como um movimento social de fato, e, além disso, possuem características particulares de acordo com suas necessidades, significados e identidades. Dessa forma, entendemos movimentos sociais como produtos de ações coletivas de distintas interpretações de mundo, a fim de promover mudanças que corroborem com suas inquietações, sendo entendidos então

como sujeitos sociopolíticos relevantes, que mobilizam valores e visões de mundo, apontam para novas culturas e ordem sociais,

constituem-se de amplos repertórios de interesse, assentam-se em identidades, subjetividades e projetos de grupos sociais, e conformam novas gramáticas de convivência coletiva e de vida social agindo sempre à margem das instituições (MOCELIN, 2015, p. 19).

Outro aspecto que necessita destaque é o movimento social como alavanca de alterações sociais. Por se originarem de descontentamentos nas condições de vida dos agentes que compõem esses movimentos, geralmente permeados pela desconfiança com as instituições governamentais responsáveis pela administração da sociedade, tomam para si a responsabilidade de alterar as condições das quais discordam, como nos aponta Castells (2013, p. 126): “[...] os movimentos sociais muitas vezes são desencadeados por emoções derivadas de algum evento significativo que ajuda os manifestantes a superar o medo e desafiar os poderes constituídos apesar do perigo inerente a suas ações”. O autor também ressalta o perigo que tais ações de confronto podem gerar, pois a instabilidade das instituições políticas exerce relações de poder que, em último caso, podem se dar a partir do emprego da força. Corroborando com tal afirmação, fazendo uso da conjuntura política e social da Colômbia – que pode ser tomada de exemplo para o restante da América Latina, Garavito (2009) se indaga sobre a existência do uso de violência e repressão por parte do próprio Estado, que se diz democrático, para com seus cidadãos, quando estes buscam mudanças sociais a partir de manifestações.

As transformações almejadas pelos movimentos sociais ocorrem por meio do poder social, por meio de seus integrantes e das ações promovidas por eles, e, com isso, uma institucionalização hierárquica delimitaria seu poder social. Dessa forma, o movimento social requer uma flexibilidade na sua organização, de maneira que não seja autoritária, e, com essa autogestão não institucionalizada, seja no âmbito político ou não, os movimentos sociais se contrapõem a formas de organização do poder político (FRANK; FUENTES, 1989).

Sobre a institucionalização, Mocelin (2015) ainda nos aponta que os movimentos sociais divergem das organizações sociais, não podendo ser caracterizados ou reduzidos a instituições de ações

pontuais, tais como partidos políticos, sindicatos etc. No entanto, esta condição não impede que tais movimentos estejam intimamente ligados às origens ideológicas dessas instituições. Embora possam atuar junto destas, os movimentos sociais as transcendem, sendo uma ação coletiva mais ligada a valores morais, usualmente em ação contra injustiças identificadas na sociedade.

Nesse sentido de mudanças das condições dadas, Frank e Fuentes (1989) afirmam que o sentimento de pertencimento ao movimento social se dá por meio de um elemento moral contra algo que se julga injusto, seja por uma ação defensiva, seja ofensiva, sendo que numericamente os defensivos são muito mais recorrentes que os ofensivos. Os autores colocam ainda que essas ações se dão a partir da definição de grupos identificados como “nós” em oposição ao restante, sendo este “nós” definido como os integrantes deste movimento, ou aqueles infligidos por essa injustiça. Em consonância com Mocelin, Frank e Fuentes (1989) transcorrem sobre como o ato de identificar e de lutar contra uma injustiça infligida sobre o grupo “nós” traz consigo uma carga de reafirmação da identidade desse grupo, característica que se percebe nos mais variados momentos da história humana, logo “caracterizam a vida social da humanidade em muitas épocas e lugares” (FRANK; FUENTES, 1989, p. 26).

Melucci (1989, p. 57) sintetiza as características citadas, em sua definição analítica de movimentos sociais, sendo estes elementos que compõe uma: “[...] ação coletiva (a) baseada na solidariedade, (b) desenvolvendo um conflito, (c) rompendo os limites do sistema em que ocorre a ação”. Por solidariedade, o autor refere a identidade coletiva presente no movimento social – já definida por Frank e Fuentes (1989) como “nós” –; por conflito, ele identifica o embate entre agentes antagonísticos que disputam um recurso valioso; e, por fim, o rompimento de limites se dá pela configuração de novas variações que transcendem o que estava imposto.

Não podemos isolar o debate sobre movimentos sociais e cidadania devido a seu caráter intrínseco. Pinsky (2008, p. 10) coloca que a cidadania é “na sua acepção mais ampla [...] a expressão

concreta do exercício da democracia” e que o cidadão seria aquele que usufrui de direitos civis (liberdade, igualdade, propriedade), políticos (votar, ser votado) e sociais (educação, saúde, salário justo) configurando, assim, a cidadania como o exercício de todos esses direitos. No entanto, essa definição é de maior complexidade, uma vez que se trata de um conceito histórico, variando de acordo com o tempo e espaço em que o investigamos. A delimitação de quem era considerado um cidadão e quais seriam seus direitos e deveres em um Estado europeu do século XII não será a mesma para o Brasil no século XXI, por exemplo.

Ao dissertar sobre o conceito contemporâneo de cidadania, Evelina Dagnino (1994) enfatiza sua condição inerente, ligada aos movimentos sociais, tanto no que diz respeito àqueles que traçam uma busca relacionada a direitos urbanos, da vida em sociedade, quanto àqueles que se encontram intimamente relacionados à luta por direitos ligados às especificidades de grupos sociais, como a exemplo dos movimentos de determinadas minorias. Lembremos aqui que o poder social emana das ações e práticas desses movimentos, bem como dos agentes envolvidos nelas. Para além dessas características, o conceito contemporâneo de cidadania ainda apresenta uma busca pela ampliação da noção de democracia, posto que surgem novas noções de direitos sociais (DAGNINO, 1994). A partir dessa colocação, podemos perceber que tanto a definição de cidadania quanto a de democracia modificam-se de acordo com o período e a conjuntura social na qual esses conceitos são debatidos. Podemos ilustrar tal apontamento a partir do exemplo encontrado nos movimentos femininos pelos direitos das mulheres no início do século XX, em que havia a busca pela igualdade eleitoral, utilizando como argumento a cidadania e a participação para a edificação da pátria; enquanto, no início do século XXI, o mesmo movimento feminino argumenta que o direito às escolhas relacionadas aos seus corpos cabem, unicamente, às próprias mulheres (PERROT, 2017; BIROLI, 2015), tendo em vista que o Estado não inflige sua vontade sobre o corpo masculino.

## **Movimento social no espaço virtual**

Compreendendo os movimentos sociais como uma extensão daquilo que chamamos de participação social, percebemos como uma forma de engajamento na qual podemos vir a exercer o ato de opinar, debater e dialogar a respeito de questões de interesse público. Esse quadro é propício para a germinação de ações coletivas como os movimentos sociais. Essas ações coletivas são compreendidas por Santos e Santana (2015, p. 3) como: “[...] decisões tomadas em grupo e que são postas em práticas, tais como abaixo-assinados, manifestações e outras formas de agir”. Como já vimos, os movimentos sociais se dão a partir de pontos de discordância e insatisfação com determinadas ações – ou a falta destas – por parte do Estado, o que acaba por levar esses grupos sociais a “[...] tomar as coisas em suas próprias mãos, envolvendo-se na ação coletiva fora dos canais institucionais prescritos para defender suas demandas e, no final, mudar os governantes e até as regras que moldam suas vidas” (CASTELLS, 2013, p. 126).

É sob este panorama que partimos para a análise de nosso caso, ao compreendermos a participação social dentro do meio virtual como uma extensão do interesse público (SANTOS; SANTANA, 2015). Dessa maneira, percebemos a capacidade de os movimentos sociais se expandirem por um novo meio, o das tecnologias virtuais e digitais, configurando-se em uma nova forma de organização, denominada por Castells (2013, p. 127) como: “[...] autocomunicação de massa, baseada em redes horizontais de comunicação multidirecional, interativa, na internet; e, mais ainda, nas redes de comunicação sem fio, atualmente a principal plataforma de comunicação em toda parte”. Muitas dessas tecnologias, sendo responsáveis pela conexão de inúmeros indivíduos, acabaram por transformar diversos aspectos do cotidiano, a partir das possibilidades proporcionadas pela massificação do acesso à informação. Dessa forma, desenha-se um avanço que ultrapassa as imposições do espaço geográfico e temporal proporcionando uma dinâmica na construção de novos espaços dentro do ambiente virtual,

espaço construído coletivamente por seus usuários (BACKES; MANTOVANI; VAZ, 2018). Isso colabora em uma maior intensificação de agentes com objetivos em comum dentro dos meios virtuais, principalmente no que se refere às mídias sociais. Assim, gera-se uma maior participação dentro da esfera pública, em que o indivíduo curte, comenta e compartilha informações em tempo real, seja com conteúdos vinculados a pautas de grupos militantes ou mesmo quando estes são relacionados a questões governamentais (SIMONARD; SANTOS, 2017, p. 15).

A participação social no ambiente virtual também é intensificada quando as relações sociais são incorporadas à construção identitária de determinada comunidade, em que esta passa para o meio virtual elementos que a caracterizam, como símbolos, valores e outros laços compartilhados entre seus membros (SIMONARD; SANTOS, 2017, p. 23). Isso se expressa na colocação de Castells (2013) quando este destaca que os movimentos virtuais acabam por projetar utopias democráticas, visto que estas se baseiam em um hibridismo de comunidades locais e virtuais em interação, ampliando a participação das pessoas e possibilitando a autonomia destas.

No entanto, ainda que os movimentos sociais fundamentados na internet tenham se tornado componentes necessários na ação coletiva de lutas por direitos, estes não podem ser tomados isoladamente como um elemento único, pois o papel da militância no espaço urbano ainda é essencial nesse processo (CASTELLS, 2013). Em vista disso, notamos os movimentos ativistas a partir de um panorama em que são gerados dentro de uma efervescência que parte de grupos provenientes das redes sociais. Essas redes, por sua vez, permitem uma maior organização, mobilização, deliberação e decisão, facilitando, dessa forma, o impulso do movimento para fora do ambiente virtual, como podemos verificar no trabalho de Simonard e Santos (2017, p. 26):

O ativismo da atualidade está fortemente ligado às mídias sociais na medida em que os movimentos sociais, com permanência temporal e fortalecido por redes de militância, utilizam-se habilmente do ambiente digital para organizar manifestações

políticas a partir da mobilização e organização dos membros de uma comunidade virtual que buscam desencadear reações cidadãs ou reações políticas.

Para além dos elementos destacados que colaboram na organização e mobilidade dos movimentos sociais, a internet ainda contribui posto que protege os movimentos dos possíveis aparelhos de repressão que possam se apresentar, além de fortalecer a disseminação de informações, não somente as direcionando a membros militantes do movimento, mas também à sociedade em geral (CASTELLS, 2013).

### **O movimento *salve, salve TVE*: uma análise de caso**

O movimento aqui abordado iniciou-se a partir do segundo semestre de 2016, tendo como objetivo a preservação da Fundação Piratini, que abarca a TVE-RS e a Rádio FM Cultura, por parte dos servidores da emissora. Isso se deu a partir da rede social *Facebook* dentro da página Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura, criada em maio deste mesmo ano, meses antes do epicentro das manifestações, contando também com a *#SalveSalveTVEeFMCultura*. Os movimentos de protesto urbano não se restringiram somente aos servidores da Fundação Piratini, pois contaram com a participação de funcionários das demais fundações envolvidas nas tratativas do governo do estado. Esses movimentos ocorreram em locais como Parque Farroupilha, Redenção e Praça da Matriz, nesta última, onde se localizam as sedes dos três poderes, contando com atos, *shows* e debates organizados não somente por servidores, mas por artistas e intelectuais da capital (SANTOS; SILVA, 2018).

Mesmo com toda a pressão feita nas ruas e nas redes sociais – do acampamento montado em frente ao Palácio Piratini, sede do governo do estado, e da Assembleia Legislativa –, não se obteve o resultado esperado. Com o argumento de “enxugamento de gastos”, a extinção das fundações foi aprovada na data de 21 de dezembro de 2016 com um resultado de 30 contra 23 votos na Assembleia

Legislativa. Porém, o movimento em prol das fundações não se restringiu somente às manifestações, mas também ao acionamento de instâncias jurídicas que buscavam sentenças favoráveis à causa.

Até o momento de finalização deste texto, a nova gestão do governo do estado, representada pelo governador eleito, Eduardo Leite, tem como responsabilidade a conclusão do caso quanto à Fundação Piratini. Dessa forma, ainda não se tem um desfecho conclusivo para a Fundação, pois ele tem sido adiado graças às disputas judiciais ainda não solucionadas.

As manifestações eram germinadas especialmente nas redes sociais, tendo a página do *Facebook* o maior destaque. A página “Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura”, que, no auge das manifestações, dezembro de 2016 e janeiro de 2017, atingia a marca de dez mil seguidores, hoje conta com mais de onze mil, demonstrando a continuidade de adesão e de compartilhamento de informações nessa rede social. Ao observarmos a Figura 1, percebemos a pluralidade das fundações envolvidas no movimento, ainda que na rede social analisada o foco venha a ser a TVE e Fundação Piratini.

Figura 1 - Agenda de mobilização e greve dos servidores da TVE e Fundação Piratini

DIGA NÃO À EXTINÇÃO DA FUNDAÇÃO PIRATINI  
**salve, salve**  
a TVE e a FM Cultura

**AGENDA DE MOBILIZAÇÃO**  
**APOIO À GREVE GERAL 28/04**

7:30 - CIENTEC  
Manifestação de servidores das fundações  
ameaçadas de extinção. CIENTEC, FEE,  
FZB, FDRH, METROPLAN, FUNDAÇÃO  
PIRATINI E CORAG  
local: CIENTEC. Rua Washington Luiz, 675

10:30 - Caminhada da CIENTEC até o  
Largo Glênio Peres  
12:00 - Largo Glênio Peres

Movimento dos Servidores da TVE e  
FM Cultura  
Página criada: 27 de abril de 2017. Editado

Contra as reformas trabalhista, da Previdência e as  
terceirizações

Trabalhadores da TVE e da rádio FM Cultura fazem  
alto em apoio à greve geral. A manifestação será em  
frente à sede das emissoras públicas, nesta sexta,  
dia 26 das 13h às 16h. Os servidores denunciam  
a tentativa de terceirização na Fundação Piratini, via  
associação de amigos, como uma maneira  
disfarçada de aparelhamento do Estado e com a  
contingência de assios políticos sem concurso.  
Pela manhã os funcionários que trabalham no turno  
inverso participam do ato em defesa das fundações.  
Veja agenda de mobilização abaixo.

58 4 comentários 19 compartilhamentos

Curtir Comentar Compartilhar

Escreva um comentário.

Fonte: *Facebook*. Postagem grupo “Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura”<sup>2</sup>. Legenda: agenda de mobilização e greve dos servidores da TVE e Fundação Piratini, em 27 de abril de 2017.

Percebemos, com isso, a conversação entre essas fundações, uma vez que a troca de informações se torna mais dinâmica quando

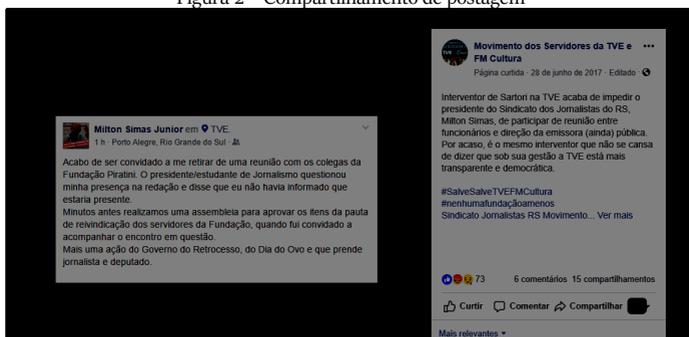
<sup>2</sup> Disponível em: <http://twixar.me/LqCK>.

em tempo real, partindo de compartilhamentos e postagens, bem como de adesão de novos seguidores. Notamos também uma democratização na participação de novos integrantes na página, já que qualquer pessoa – seja servidor da fundação, seja um cidadão que apenas não compactue com as diretrizes adotadas pelo governo – possa vir a interagir e construir o movimento.

Para além dos aspectos destacados, a Figura 1 deste texto ainda nos traz uma mostra do quão longe pode ir a dinamicidade de troca e organização de movimentos sociais pelas redes sociais. Isso se torna possível quando percebemos a possibilidade de propagação de chamados de participação à comunidade em relação a esses movimentos. A responsabilidade de mudança não fica somente a cargo das pessoas por trás da criação do movimento, uma vez que todos podem participar, opinar, realizar trocas, bem como ocupar o espaço urbano e se posicionar frente àquilo que julga injusto.

No que se refere à Figura 2, notamos na declaração do autor da postagem compartilhada uma perfeita exemplificação do que destacamos no início do presente texto, em relação à questão da violência por parte do Estado.

Figura 2 – Compartilhamento de postagem



Fonte: Facebook. Postagem grupo “Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura”<sup>3</sup>. Legenda: compartilhamento de postagem acerca do afastamento do presidente do Sindicato dos Jornalistas de uma reunião da direção da TVE, em 28 jun. 2017.

<sup>3</sup>Disponível em: <http://twixar.me/yqCK>

Nesse caso, percebemos um aspecto mais brando dessa violência, uma vez que o representante do Estado, o presidente de jornalismo – citado no relato do autor da postagem sobre a reunião da qual trata a narrativa –, coibiu o representante do Sindicato dos Jornalistas, Milton Simas, obrigando-o a se retirar da reunião. Sobre esse aspecto, percebemos o presidente do sindicato como um ator social que buscava participação nas decisões em pauta na reunião, mas que acaba por se ver tolhido pela vontade de um agente do Estado, ao ser proibido de exercer seu trabalho como representante de uma classe que busca reivindicar seus direitos junto à presidência da emissora. Isso nos remete àquilo que Garavito (2009) aponta acerca da violência do Estado, o qual acaba por se mostrar contraditório em suas atitudes, quando proíbe a participação e reivindicação, mesmo exaltando seu caráter democrático. Acerca dessa contradição, notamos seu destaque até mesmo no texto de compartilhamento da postagem em questão, quando a página se remete ao discurso do interventor do Estado que ocupa a presidência da TVE-RS, quanto ao caráter transparente e democrático que a emissora assume após a sua chegada. Porém, a violência para com o movimento em prol da TVE-RS não se restringiu a esse episódio. Diversos meios de comunicação divulgaram os confrontos ocorridos entre manifestantes e a polícia civil militar, sendo esses embates mais violentos, tendo a polícia atuado com a tropa de choque e o uso de bombas de gás lacrimogêneo. A mídia divulgou que os confrontos teriam se dado pela busca dos manifestantes pelo acesso ao plenário para acompanhar as votações do pacote que desmantelaria as fundações<sup>4</sup>.

### **Considerações finais**

Os movimentos sociais são elementos-chave para a busca de um mundo que reflita o posicionamento dos cidadãos e cidadãs que

---

<sup>4</sup>Disponível em: <http://twixar.me/cm2K>; <http://twixar.me/Qm2K>.

nele habitam. Assim como a cidadania, que é alterada e reformulada de acordo com as necessidades em um determinado espaço e tempo, os movimentos sociais são uma das forças que promovem essas mudanças de acordo com as necessidades impostas também em seu tempo e espaço.

Por mais que as demandas referentes ao futuro da TVE-RS ainda não estejam finalizadas, os grandes veículos de comunicação não mais divulgam a respeito das batalhas que os servidores travam para a manutenção da Fundação Piratini, que segue resistindo. Porém, a própria publicação deste livro, assim como as demais produções acadêmicas que têm por objetivo dar visibilidade à Fundação, patrimônio de todos os gaúchos e gaúchas, bem como o trabalho dos servidores que continuam mantendo viva a emissora e as ações judiciais que ainda têm arrolamento, percebemos uma soma de forças que continuam atuando para a (r)existência da TVE-RS.

Infelizmente, as manifestações que aqui abordamos se fazem necessárias não somente no estado do Rio Grande do Sul mas também em outros, devido ao espectro nacional no qual nos encontramos. Identificamos um desmonte orquestrado que conta com agentes desde as esferas do poder federal até as municipais, do executivo até o legislativo, em um alinhamento para o desmonte das políticas públicas em todos os setores. Para barrar essa onda de retrocessos, é necessário que haja uma resistência atuante e permanente e que atos como os dos servidores das fundações nos sirvam de exemplo para continuarmos lutando por nossos direitos.

## Referências

BACKES, Luciana; MANTOVANI, Ana Margo; VAZ, Douglas. *Educação, tecnologias e cibercultura*. Editora Universidade La Salle: Canoas, 2018.

BIROLI, Flávia. O público e o privado. In: MIGUEL, Luis Felipe; BIROLI, Flávia (Orgs). *Feminismo e política*. São Paulo: Boitempo, 2015.

- CASTELLS, Manuel. *Redes de indignação e esperança: movimentos sociais na era da internet*. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- CONFRONTOS entre manifestantes e BM marcam quarto dia de votação na AL. Correio do Povo. Porto Alegre, 22 de Dezembro de 2016. Disponível em: <http://twixar.me/Qm2K>. Acesso em: 5 maio 2019.
- DAGNINO, Evelina. Os movimentos sociais e a emergência de uma nova noção de cidadania. In: DAGNINO, Evelina (Org.). Anos 90 - Política e sociedade no Brasil. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1994.
- FIORI, Ernani Maria. Prefácio: Aprender a dizer a sua palavra. In: FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e Terra, 2017.
- FRANK, André Gunder; FUENTES, Marta. *Dez teses acerca dos movimentos sociais*. Revista Lua Nova, São Paulo, n. 17, junho 1989.
- GARAVITO, César Rodríguez. Prólogo: Violencia, legalismo y fetichismo: el desciframiento de la paradoja colombiana. In: RIPOLL, Julieta Lemaitre. *El derecho como conjuro: fetichismo legal, violencia y movimientos sociales*. Bogotá: Siglo del Hombre Editores y Universidad de los Andes, 2009.
- MELUCCI, Alberto. Um objetivo para os movimentos sociais. Lua Nova, São Paulo, CEDEC, n. 17, 1989.
- MOCELIN, Daniel Gustavo. A sociedade em movimeno: a dinamica da organização e da reorganização social. In: MEIRELLES, Mauro; MOCELIN, Daniel Gustavo; RAIZER, Leandro (Orgs). *Organização social e movimentos sociais*. Porto Alegre: CirKula, 2015.
- MORAES, Ana Luiza Coiro; SANTOS, Nádía Maria Weber. Memória cultural de uma pesquisa em emissora pública e as políticas públicas de extinção das fundações: o caso da TVE-RS. In: CONGRESSO DA COSMOPOLÍTICA, 7., 2017, Porto Alegre. *Anais...* FABICO, UFRGS, 2017.
- MIOLA, Edna. *Conselho deliberativo da Fundação Cultural Piratini: história, funcionamento e representatividade*. Monografia. Departamento de Comunicação, projeto experimental em Publicidade e Propaganda I, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2005.

NA PRAÇA da Matriz, tensão provoca confronto entre servidores e polícia. *Jornal do Comércio*, Porto Alegre, 20 de Dezembro de 2016. Política. Disponível em: <http://twixar.me/cm2K>. Acesso em: 5 maio 2019.

PERROT, Michelle. *Minha história das mulheres*. São Paulo: Contexto, 2017.

PINSKY, Jaime. Introdução. In: PINSKY, Jaime; PINSKY, Carla Bassanezi. *História da Cidadania*. São Paulo: Contexto, 2008.

SANTOS, Nádía Maria Weber; MORAES, Ana Luiza Coiro. *TVs públicas: memórias de arquivos audiovisuais*. São Leopoldo: Oikos, 2016.

SANTOS, Nádía Maria Weber; SILVA, Newton Pinto. Uma cartografia dos protestos: performance e sensibilidades nas imagens das manifestações públicas na luta contra a extinção da Fundação Piratini (rádio e televisão). In: ALEXANDRIA, Genilda; OLIVEIRA, Vânia Dolores Estevam (Orgs.). *Urbano palco: Estudos de performances urbanas*. Porto Alegre: Editora Fi, 2018.

SANTOS, Leonardo Tadeu; SANTANA, Ana Cláudia Farranha. *Administração pública, direito e redes sociais: o caso da CGU no Facebook*. In: ENCONTRO NACIONAL DE ENSINO E PESQUISA DE CAMPO DE PÚBLICAS – ENEPCP, 1., 2015, Brasília. *Anais...Brasília*, 2015.

SIMONARD, Pedro; SANTOS, Anny Rochelly Vieira. *Identidade, pertencimento e engajamentos político nas mídias sociais*. *Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis*, Florianópolis, v. 14, n. 3, p. 16-31, set.-dez. 2017.

TORVES, José Carlos de Oliveira. *TVE-RS: Governos x conselho deliberativo: Um estudo das operações ideológicas no comando da emissora*. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Comunicação Social, Faculdade de Comunicação Social, PUC-RS, 2006.

## Bloco 3

### Imagens do movimento nas redes sociais

Figura 17 – Servidores da TVE e FM Cultura



Fonte: página do Facebook do Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura.<sup>5</sup> Legenda: servidores da TVE e FM Cultura vão a público, em 1º jun. 2016.

Figura 18 – Público em evento cultural organizado pelo Movimento dos Servidores da Fundação Piratini



Fonte: página do Facebook Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura.<sup>6</sup> Legenda: público em evento cultural organizado pelo Movimento dos Servidores da Fundação Piratini, em 5 nov. 2016.

<sup>5</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MSTVEFMCultura/photos/a.1717541678504376/1719349408323603/?type=3&theater>. Acesso em: 20 abr. 2019.

<sup>6</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MSTVEFMCultura/photos/a.1789301227995087/1789301421328401/?type=3&theater>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Figura 19 – Manifestação em frente à Praça da Matriz das Fundações



Fonte: página de Facebook do Movimento para preservação da TVE/FM Cultura.<sup>7</sup> Legenda: Manifestação em frente à Praça da Matriz das Fundações, em 22 nov. 2016.

Figura 20 – Caminhada a favor da preservação da TVE/FM Cultura no Centro Histórico de Porto Alegre



Fonte: página do Facebook Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura.<sup>8</sup> Legenda: caminhada a favor da preservação da TVE/FM Cultura no Centro Histórico de Porto Alegre, em 19 dez. 2016.

<sup>7</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=10211729407530154&set=g.793536650682242&type=1&theater&ifg=1>. Acesso em: 20 abr. 2019.

<sup>8</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MSTVEFM Cultura/photos/a.1717541678504376/1810989299159613/?type=3&theater>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Figura 21 – Grupo de artistas e intelectuais gaúchos reunidos na Praça da Matriz em Ato



Fonte: Sul 21. Autoria Maia Rubim.<sup>9</sup> Legenda: grupo de artistas e intelectuais gaúchos reunidos na Praça da Matriz em Ato para declarar de “estado de calamidade cultural do Rio Grande do Sul”, em 24 nov. 2016.

Figura 22 – Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul



Fonte: página do Facebook do Movimento para preservação da TVE e FM Cultura.<sup>10</sup> Legenda: Brigada Militar do Estado do Rio Grande do Sul no portão principal da Fundação Piratini, em 26 dez. 2016.

<sup>9</sup> Disponível em: <http://www.sul21.com.br/jornal/artistas-e-intelectuais-declaram-estado-de-calamidade-cultural-no-rs/>.

<sup>10</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/photo.php?fbid=1342676259132745&set=g.793536650682242&type=1&theater&ifg=1>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Figura 23 – Servidores em frente aos portões da Fundação Piratini



Fonte: página do Facebook Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura<sup>11</sup>. Legenda: servidores em frente aos portões da Fundação Piratini, em 3 fev. 2017.

Figura 24 – Mobilização das servidoras da Fundação Piratini no dia da Mulher



Fonte: página do Facebook do Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura.<sup>12</sup> Legenda: mobilização das servidoras da Fundação Piratini no dia da Mulher, em 8 mar. 2017.

<sup>11</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MSTVEFM Cultura/photos/a.1717541678504376/1835886930003183/?type=3&theater>. Acesso em: 20 abr. 2019.

<sup>12</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MSTVEFM Cultura/photos/a.1717541678504376/1856998537892022/?type=3&theater>. Acesso em: 20 abr. 2019.

Figura 25 – Servidores anunciam greve



Fonte: página do Facebook do Movimento para Preservação da TVE/FM Cultura da Fundação Piratini.<sup>13</sup> Legenda: servidores anunciam greve em defesa da TV e da rádio públicas diante do efetivo desmonte da TVE/FM Cultura da Fundação Piratini, em 30 nov. 2017.

Figura 26 – Manifestação em frente aos portões da Fundação Piratini



Fonte: página do Facebook do Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura<sup>14</sup>. Legenda: manifestação em frente aos portões da Fundação Piratini, em 1º dez. 2017.

<sup>13</sup> Disponível em: [https://www.facebook.com/pg/MSTVEFM Cultura/photos/?ref=page\\_internal](https://www.facebook.com/pg/MSTVEFM Cultura/photos/?ref=page_internal). Acesso em: abr. 2019.

<sup>14</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MSTVEFM Cultura/photos/a.1718620675063143/2037969369794937/?type=3&theater>. Acesso em: 20 abr. 2018.

Figura 27 – Comemoração do aniversário da TVE e da FM Cultura



Fonte: página do Facebook do Movimento dos Servidores da TVE e FM Cultura<sup>15</sup>. Legenda: comemoração do 45º aniversário da TVE. A FM Cultural celebrou o seu 30º aniversário do dia 20 de março, em 29 mar. 2019.

---

<sup>15</sup> Disponível em: <https://www.facebook.com/MSTVEFM Cultura/photos/pcb.2338849809706890/2338846159707255/?type=3&theater>. Acesso em: 20 abr. 2018.

## **Parte 3**

### **Fundação Piratini**

#### **Memórias e depoimentos**

##### **Organizadores:**

*Nádia Maria Weber Santos*

*Newton Pinto da Silva*

Com a colaboração de Marluce Fagundes



## Seção 1

### Registros de pesquisa - Memórias da TVE-RS

Esta seção do livro tem por objetivo trabalhar com uma fonte histórica específica, os depoimentos orais coletados no final de 2016 e durante o ano de 2017, por meio de entrevistas semiestruturadas com pessoas que, pela história da Fundação Piratini e da TVE-RS, seriam importantes tanto pelo caráter de utilização do veículo quanto pelas políticas de administração<sup>1</sup>.

Gostaríamos de destacar aqui a importância das memórias orais para recuperarmos um pouco da história da emissora televisiva e da própria Fundação sob pontos de vista que se entrecruzam. Em enfoques diversos, algumas vezes essas memórias se aproximam – como na questão da importância da comunicação pública de qualidade e não comercial feita nestes 45 anos da emissora, comentada por todos os entrevistados –, outras vezes se afastam sendo até antagônicas – como é o caso dos depoimentos dos servidores e do último presidente da Fundação Piratini, antes de ela ser extinta, quando se trata da função da extinção e do futuro da comunicação pública das duas emissoras de rádio e televisão.

As entrevistas se afirmam como espaço para o surgimento de memórias de afeto e memórias críticas dos entrevistados pertinentes à TVE-RS. Na relação com a pesquisa anterior, mencionada na introdução deste livro, na qual tivemos oportunidade de examinar a memória imagética da sociedade por meio da pesquisa num conjunto

---

<sup>1</sup> Alguns excertos das entrevistas aparecem no decorrer do capítulo, em itálico, com nome dos entrevistados e respectivas datas. As entrevistas na íntegra não constam no livro e estão armazenadas no *drive* digital da pesquisa, assim como todos os TCLE (Termo de Consentimento Livre e Esclarecido). Outros trechos das entrevistas estão no Blog Interativo, realizado conforme explicamos na Parte 2 deste livro.

de fitas gravadas em suporte U-Matic e VHS, as memórias das pessoas envolvidas na gestão, programação, produção, apresentação e usos do veículo de comunicação pública são tão potentes como aquelas dos vídeos do acervo. Além disso, são documentos históricos que podem ser acessados por outros meios e para outros fins.

Na relação com as fontes orais da pesquisa, vamos adentrar o campo da memória e o campo das sensibilidades, a fim de percebermos como as imagens produzidas pela TV pública têm sua reverberação naqueles que a produzem e naqueles que são sensíveis a elas (e de que forma são sensíveis), tornando-a dispositivo para cultura no estado do Rio Grande do Sul.

Sabe-se que a subjetividade e as sensibilidades também formatam o indivíduo em todas as suas funções, tanto corporais quanto sociais e culturais. Beatriz Sarlo (2007, p. 18) postula uma “guinada subjetiva” ao admitir que, na contemporaneidade, existe a “revalorização da primeira pessoa como ponto de vista, a reivindicação de uma dimensão subjetiva, que hoje se expande sobre os estudos do passado e os estudos culturais do presente”. Então, incluem-se “novas exigências e métodos que tendem à escuta sistemática dos ‘discursos de memória’: diários, cartas, conselhos, orações” (SARLO, 2007, p. 17). Independentemente da crítica que a autora faz a certos “dispositivos” da memória em nossa atualidade e sua relação com a história, é importante sua sugestão de que as narrativas testemunhais na primeira pessoa sejam submetidas a uma metodologia de análise antes de se tornarem fontes memoriais ou históricas sobre o passado, o que nos remete à necessidade sempre imperiosa de contextualizar as marcas de sensibilidade nos traços objetivos do real e fazer-se a “crítica da fonte” memorial.

A esse respeito, uma passagem do texto de Pesavento (2005, s.p)<sup>2</sup> sobre o trabalho com as sensibilidades na História vem ao

---

<sup>2</sup>Referência na web, sem página. PESAVENTO, Sandra Jatahy. Sensibilidades no tempo, tempo das sensibilidades, *Nuevo Mundo Mundos Nuevos* [En línea], Coloquios, Puesto en línea el 04 febrero 2005, consultado el 14 abril 2013. URL: <http://nuevomundo.revues.org/229>.

encontro do que se pretende dizer, servindo para o trabalho com a Memória:

[...] mesmo as sensibilidades mais finas, as emoções e os sentimentos, devem ser expressos e materializados em alguma forma de registro passível de ser resgatado pelo historiador”. Para esse último, assim, a narrativa deve se fundamentar nas “marcas de historicidade”, deixadas pelas fontes ou pelos registros de algo que aconteceu um dia “e que, organizados e interpretados, darão prova e legitimidade ao discurso historiográfico.

Para o pesquisador no campo da Memória não é diferente, embora guardadas as respectivas diferenças metodológicas: as sensibilidades podem se constituir em *vetores memoriais* que também deixam suas marcas na objetividade do mundo. Para a autora, ainda, o território do sensível constitui-se em “território do não dito ou mesmo do não provado, porque pertencem à esfera do sentimento, que tocam, não só na subjetividade, mas também no coletivo”, em que tais indícios, “traços de sentimento”, se insinuam em discursos, práticas e ritos (PESAVENTO, 2001, p. 236).

Nossos entrevistados foram escolhidos a partir de contatos prévios, respeitando a disponibilidade de cada um, conforme explicado na introdução deste livro. Embora não tenham sido escolhas aleatórias, nós não procuramos todos os ex-presidentes (25 no total), pois elencamos alguns poucos critérios que diziam respeito a momentos importantes pelos quais passaram a TVE-RS e a Fundação Piratini. Alguns não responderam a nossas mensagens de contato, outros negaram a entrevista e alguns já faleceram. Mas nem todos foram procurados, pois também, como já mencionado, os fatos foram transformando o andamento da investigação, e o tempo de coleta de dados terminou antes de podermos ter os demais contatos. O episódio da Praça da Matriz e as manifestações de protestos acabaram por tomar muito de nossa atenção e de nossa sensibilidade.

Quanto aos servidores, na época, optamos por aqueles que foram marcantes na luta pela não extinção da Fundação Piratini e

também por nossa proximidade com eles. Faltaram tantos outros, mas que estão contemplados nas imagens, nos depoimentos em redes sociais ou que aparecem na Seção 2, desta parte, e no Blog.

Em relação aos artistas, dois nos pareceram importantes por terem seus trabalhos veiculados na emissora e serem disponíveis para falar a respeito de suas memórias em relação à TVE e à FM Cultura, seus aspectos de dispositivo de cultura da sociedade; outros não responderam nossas mensagens ou negaram a entrevista. Cabe notar que o período especificado para a realização das entrevistas pelo cronograma do projeto de pesquisa, o ano de 2017, era o momento em que os ânimos estavam mais acirrados na cidade em relação à extinção das fundações, havendo inúmeras manifestações públicas, tanto da categoria dos servidores da rádio e da televisão como de setores culturais e artísticos da cena gaúcha. Aconteceram *shows*, comícios, aulas públicas, manifestações de protestos e discursos, abarcando todos setores da população que fossem contrários à extinção das fundações. Nossa pesquisa, deste modo, ganhou profundidade ao resgatar, ao vivo e nas redes sociais, depoimentos e imagens (fotos e vídeos) de apoio ao movimento dos servidores e contrários ao governo do estado.

De toda forma, são as 12 entrevistas semiestruturadas, mencionadas na introdução, aquelas que nos fizeram criar reflexões sob o ponto de vista acadêmico, mais fidedignas aos aspectos de comunicação pública estudados por meio das memórias<sup>3</sup>.

---

<sup>3</sup> Seguem abaixo os dados dos entrevistados e as datas das entrevistas. **Pedro Luís da Silveira Osório (Ex-Presidente) – Entrevista em 15 de dezembro de 2016, concedida a: Nádia Maria Weber Santos, Luana Batista Amaral e Jamir Rodrigues dos Reis.** Arquivo de áudio: 72 minutos. Período de atuação: 12/01/11 a 31/12/14. Foi nomeado no início do governo de Tarso Genro e desempenhou o cargo até o final do período. Graduado em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal de Santa Maria/RS (1979). Especialista em Sociologia (1985), Mestre em Comunicação e Informação (2003) e Doutor em Ciência Política pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2012). Professor da Universidade do Vale do Rio dos Sinos – São Leopoldo/RS. Desde 2008, vinha atuando como membro do conselho deliberativo da Fundação Piratini – Rádio e Televisão, chegando a desempenhar o cargo de Presidente do Conselho entre 2009 e 2010. Assinou a nota de apoio à TVE, contestando o então projeto de extinção da Fundação Piratini (dezembro de 2016). **Flávio Antônio Vieira Dutra (Ex-Presidente) – Entrevista em 11 de maio de 2017, concedida a: Nádia Maria Weber Santos e Marluce Dias Fagundes.** Arquivo de áudio: 32 minutos. Período de atuação: 01/01/03 a 22/01/03 (interino) e 26/05/06 a 02/04/07. A nomeação interina foi feita no início do governo de Germano Rigotto, a sua segunda nomeação foi realizada no período deste mesmo

---

governo e encerrou-se no governo seguinte de Yeda Crusius. No Governo do Estado, foi coordenador de Comunicação Social em 2004. Na Fundação Cultural Piratini, foi diretor da Rádio FM Cultura, diretor-geral, diretor de programação da TVE e presidente da Fundação. Assinou a nota de apoio à TVE, contestando o então projeto de extinção da Fundação Piratini. **Cristina Charão Marques (servidora) - Entrevista em 19 de maio de 2017, concedida a: Nádia Maria Weber Santos e Marluce Dias Fagundes.** Arquivo de áudio: 57 minutos. Foi nomeada ao Cargo de Jornalista da TVE-RS em 2014, permanecendo até janeiro de 2018. Atuou na produção de programas como o Cidadania. Possui Mestrado em Letras pela Programa de Pós-Graduação em Letras da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2011). Possui Graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1999). Premiada na categoria de Telejornalismo no III Prêmio De Jornalismo Ambiental José Lutzenberger 2016 e no 4º Prêmio José Lutzenberger de Jornalismo Ambiental 2017. Integrou o Movimento de Servidores da TVE e da FM Cultura. **Orestes de Andrade Júnior (Ex-Presidente) - Entrevista em 25 de maio de 2017, concedida à Nádia Maria Weber Santos e Marluce Dias Fagundes.** Arquivo de áudio: 62 minutos. Período de atuação: 10/07/2017 até a extinção da Fundação Piratini de Rádio e Televisão. Secretário de Comunicação da Prefeitura de Porto Alegre, a partir de agosto de 2018. **Vera Vergo (servidora) - Entrevista em 25 de maio de 2017, concedida a: Nádia Maria Weber Santos e Marluce Dias Fagundes.** Arquivo de áudio: 80 minutos. Foi atriz de teatro na década de 1970 e iniciou sua experiência na televisão TUPI – Diários Associados, em 1974. Na TVE-RS, ingressou em 1988, desempenhava funções de produtora, editora e diretora de programação desde 1988. Atuou como Produtora em programas da TVE como “Palcos da Vida” e o do gênero infantil “Pandorga”. Integrou o Movimento de Servidores da TVE e da FM Cultura. **Luiz Fernando Schreiner Moraes (Ex-Presidente) - Entrevista em 16 de junho de 2017, concedida a: Nádia Maria Weber Santos e Marluce Dias Fagundes.** Arquivo de áudio: 64 minutos. Período de atuação: 05/01/1995 a 03/02/1995 (interino) – 02/04/07 a 24/10/07. Foi nomeado no governo de Yeda Crusius. É formado em Comunicação Social pela PUCRS, atua como jornalista e publicitário. Nos anos 90, foi secretário de Imprensa do Governo do Estado e Superintendente de Comunicação da Assembleia Legislativa do RS. Atuou como Secretário de Turismo da Prefeitura de Porto Alegre, desde sua criação no ano de 2007 até 2016. Assinou a nota de apoio à TVE, contestando o então projeto de extinção da Fundação Piratini. **Liana Milanez Pereira (Ex-Presidenta) - Entrevista em 16 de junho de 2017, concedida a: Nádia Maria Weber Santos e Marluce Dias Fagundes.** Arquivo de áudio: 93 minutos. Período de atuação: 1989-1991 (Diretora da Rádio e Televisão Educativa) 23/01/2003 a 07/04/2004. Foi nomeada no governo de Pedro Simon e Sinval Guazzelli pela primeira vez, e na segunda durante o governo de Germano Rigotto. Doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Integração da América Latina, da Universidade de São Paulo (PROLAM-USP), defendido em 2017. Mestrado em Ciências da Comunicação pela Escola de Comunicações e Artes, da Universidade de São Paulo (2005). Possui graduação em Jornalismo Gráfico e Audiovisual pela Faculdade de Biblioteconomia e Comunicações, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (1974). Assinou a nota de apoio à TVE, contestando o então projeto de extinção da Fundação Piratini. **Luiz Felipe Cardoso Azevedo (artista) - Entrevista em 20 de julho de 2017, concedida a: Nádia Maria Weber Santos.** Arquivo de áudio: 41 minutos. Artista musical, atua como compositor, violonista, cantor, educador musical, ensaísta e empreendedor. É Mestre em Letras pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2014). Especialista em Educação pela FACED-UFRGS (2011) e também Licenciado em Música (Centro Universitário Metodista – IPA - 2008) e Letras pela PUC-RS (1989). Conta com quatro discos lançados (Cimbalê, 1998; Identidades, 2002- com o acordeonista suíço Olivier Forel -; Percussivê ou a prece do louva-a-deus, 2007 e Tamburilando Canções – Felipe Azevedo – Violão com voz, 2011/12) resultantes de intercâmbios culturais e premiações em projetos de leis de incentivo como Petrobrás Cultural, Funarte, Fumproarte. Vencedor de seis prêmios Açorianos. **Newton Silva (servidor) - Entrevista em 06 de outubro de 2017, concedida a: Nádia Maria Weber Santos e Marluce Dias Fagundes.** Arquivo de áudio: 91 minutos. Possui Mestrado em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (2010). Graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992). Foi repórter e apresentador de televisão da TVE-RS, emissora pública do governo do estado do Rio Grande do Sul entre 1998 e 2018. Atua como

No decorrer da leitura dessas entrevistas, surgiram algumas categorias que foram repetidamente citadas e, assim, as consideramos motes privilegiados para nossa análise que segue. Tais categorias são: Concepção do que é TV pública ou comunicação pública; TVE como dispositivo de cultura; Sensibilidades; Relação entre presidência/governo com servidores; e Extinção da Fundação Piratini.

Nossa metodologia foi, assim, cruzar as falas dos entrevistados entre si a partir das categorias mencionadas.

### **Concepção de tv pública ou comunicação pública**

Ao longo dos 45 anos de existência da TVE-RS, o papel e as funções da emissora de comunicação pública foram se transformando conforme o contexto histórico do país, o que incluía o ponto de vista dos governos estaduais, que estavam no poder a cada mandato.

No Brasil, como no RS, os primeiros projetos que contemplaram a inauguração de emissoras estaduais tinham como conceito realizar programas e emissões que possibilitassem ao cidadão aprender por intermédio da televisão e, por esta razão, tais

---

jornalista e produtor de audiovisual na Secretaria de Estado da Cultura do RS. Integrou o Movimento de Servidores da TVE e da FM Cultura. **Mirna Spritzer (artista) - Entrevista em 06 de outubro de 2017, concedida a: Nádia Maria Weber Santos e Marluce Dias Fagundes.** Arquivo de áudio: 35 minutos. Atriz, possui Bacharelado em Artes Cênicas (1982) pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Mestrado (1999) e Doutorado (2005) em Educação pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora e pesquisadora do Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Coordena o Grupo de Pesquisa CNPq Palavra, Vocalidade e Escuta nas Artes Cênicas e Radiofônicas. **Maira Baumgarten Corrêa (Conselho Deliberativo) - Entrevista em 17 de novembro de 2017, concedida a: Nádia Maria Weber Santos e Marluce Dias Fagundes.** Arquivo de áudio: 46 minutos. Doutora (2003) e Mestre (1995) em Sociologia pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Atualmente é Professora do Programa de Pós-graduação em Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (PPGS-UFRGS). Coordena o Laboratório de Estudos e Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social da UFRGS. Foi Presidente do Conselho Deliberativo da Fundação Piratini de Rádio e Televisão de 2017 até sua extinção. Também atua nas áreas de Cultura e Arte (música). É uma das autoras do artigo “Comunicação Pública e Democracia – o futuro das emissoras públicas do Rio Grande do Sul” publicado no site da OBCOMP. **Maria Helena Oliveira (telespectadora) - Entrevista na Praça da Matriz em 29 de dezembro de 2016, concedida a: Nielly da Silva Pastelletto.** Arquivo de áudio: 2 minutos. Ligada ao CPERS e estava na praça, no momento da entrevista, na militância contra os PL do governo estadual.

emissoras eram batizadas com o adjetivo “educativa” em seus nomes<sup>4</sup>.

A partir da constituição cidadã de 1988, a programação se consolidou criando outros modelos de fazer televisivo como espaço de experimentação de linguagem e de diálogo com outras formas de viver e pensar o mundo. Aos poucos, as lutas sociais e culturais foram ganhando espaço em programas e noticiários, tentando ocupar um espaço de reflexão nas dinâmicas da cultura cotidiana.

Desde sua inauguração até a aprovação do projeto de extinção da Fundação Piratini em 2016, o projeto de consolidação das emissoras públicas (juntamente com a FM Cultura) passou por diversas fases. Do conceito inicial de emissora meramente dedicada à educação (com telecursos e programas didáticos), aos poucos, o projeto foi migrando para o conceito contemporâneo de comunicação pública. Mas sempre lutou contra a falta de interesse político dos governos, demonstrada pelos escassos recursos materiais, financeiros, tecnológicos e humanos, além da descontinuidade administrativa, característica de uma emissora ligada a administrações estaduais que mudam a cada eleição.

Mesmo assim, com as dificuldades inerentes a emissoras de caráter público, TVE e FM Cultura foram conquistando espaços, reconhecimento e prêmios. Tudo isso levando a sua programação temas que não estão presentes nas emissoras privadas (dada a necessidade de audiência e lucro destas). Conectada com o conceito contemporâneo de comunicação pública, a programação da Fundação Piratini estava em constante busca pela construção de espaços emancipatórios de informação consciente e cidadã.

---

<sup>4</sup> Para concretizar o projeto de inaugurar uma televisão do governo do estado do Rio Grande do Sul, o primeiro passo foi dado em 1965 com a criação do Setor de Cinema e TV Educativa, subordinado ao Serviço de Recursos Audiovisuais. Em 1968, o governo federal outorga ao governo do estado do Rio Grande do Sul, por intermédio de sua Secretaria de Educação e Cultura, a concessão de uma televisão para fins educativos, pelo Decreto 62.822. Em 29 de março de 1974, foi inaugurada oficialmente a TVE – Canal 7, pelo Núcleo SEC/PUC – Centro de Televisão Educativa (CETEVE), que era instalado nas dependências do Prédio da Famescos da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUC). Em 1981, a TVE-RS foi transferida para o prédio da extinta TV Piratini, no Morro Santa Tereza, onde funcionou até o ano deste artigo (2019).

Também contribuía a pressão da sociedade e dos movimentos de luta por se reconhecerem e terem espaço de visibilidade do canal público, assim como o esforço dos servidores e produtores culturais que viam no espaço das emissoras a possibilidade de construir uma identidade regional, dando-se a ver e vendo-se numa *autopoiesis* constante. Além disso, a TVE e a FM Cultura, por meio de seus acervos com documentos audiovisuais e sonoros, tornaram-se ponto de referência para a memória cultural e representação do passado.

Pontos de vista diversos, aparentemente complementares, a respeito do que seja a comunicação pública, são observados nas falas de ex-presidentes. Por exemplo: Andrade Júnior, o presidente escolhido pelo Governo Sartori para conduzir o processo de extinção, refere:

*[...] em termos de programação, eu acho que a programação foi um pouco sectária até, de ouvir um lado. A programação tinha um viés muito sindical, de ouvir e privilegiar o que eu chamo de lado marginal da sociedade. Não é o marginal por ser... É o marginal por estar à margem, de ouvir só as minorias. O que eu penso de comunicação pública é um pouco diferente. Eu acho que comunicação pública tem que ser o mais abrangente possível. Ela tem que dar voz, sim, aos invisíveis, àqueles que não têm voz, acho que essa é uma tarefa fundamental da comunicação pública, mas ela não pode dar voz só aos invisíveis, só a quem não tem voz. Ela tem que ser a mais ampla e abrangente possível. Essa, para mim, é a verdadeira comunicação pública”<sup>5</sup> (Orestes de Andrade Junior, 25/05/2017).*

Já o ex-presidente Pedro Osório, conceituando comunicação pública, nos diz:

*[...] Como não são mais educativas, não são mais tipicamente culturais por quê? Porque elas devem, a radiodifusão pública deve*

---

<sup>5</sup> Por uma questão estética ao texto e também para salientarmos as falas dos entrevistados, iremos colocá-las, a partir de agora, em itálico.

*ter uma função generalista, ela deve tratar e se aproximar da cultura de uma forma radicalmente diferente do que faz a emissora privada e ela deve praticar um jornalismo também de forma interpretativa e de contexto e que não pratique basicamente as denúncias como pratica o outro tipo de jornalismo, um jornalismo cultural. Mas, no que tange à cultura, a sua responsabilidade é, acima de tudo, antropológica e não estética [...]. Há uma corrente que estuda a radiodifusão pública que acha que a radiodifusão pública deve abrir mão do jornalismo porque é muito caro, dá muito trabalho, e as emissoras públicas não têm a agilidade que um jornalismo requer. E isso é equívoco no meu ponto de vista, porque, se a radiodifusão pública se retira desse cenário, ela de fato ela deixa de cumprir uma de suas funções. Que função é essa? Ela é uma das que faz uma mediação entre o discurso do Estado para a sociedade, o discurso da própria sociedade para si. Quando não existe a radiodifusão pública, esse discurso fica nas mãos da radiodifusão privada. Então esse papel do jornalismo representado pela radiodifusão pública é fundamental” (Pedro Osório, 15/12/2016).*

Apesar de discursos aparentemente complementares, percebe-se na fala de Andrade Júnior um entendimento superficial, no qual ele, de forma intencional, faz parecer que os discursos das minorias seriam um discurso sindical ideológico e, por isso, ele diminui a potência deste discurso, desqualificando estas vozes. Ao tentar dizer que não se ouvem os dois lados, o que é uma falácia na história da TVE-RS, porque sempre se tentou ouvir os dois lados, ele constrói uma argumentação enganosa. Em realidade, a TVE dá a voz a quem não tem voz na comunicação privada e hegemônica brasileira, sem deixar de ouvir o argumento dos setores que estão no poder econômico e político. Em meados de 2018, já para o final do governo Sartori, a gestão de programação da TVE-RS retirou da grade todos os programas jornalísticos, o que mostra que o discurso desse último presidente (antes da extinção da Fundação Piratini) de fazer uma análise ampla, ouvindo os dois lados de um fato, é uma hipocrisia.

Pedro Osório, com um discurso mais acadêmico, enfatiza o papel analítico e interpretativo que somente a comunicação pública consegue atingir em nosso país, colocando-a na contramão do que praticam as emissoras privadas. Ele ressalta sua responsabilidade antropológica na comunicação pública, em especial, os telejornais por sua função de mediação entre o discurso do Estado e da sociedade na sua complexidade e desta para com ela mesma.

Já a servidora Cristina Charão, sobre esta questão, menciona a importância, na prática da comunicação pública, de mostrar aquilo que as instituições privadas não privilegiam, sejam temas, sejam fontes jornalísticas, levando a uma diversidade fundamental no cotidiano da redação. Ela ressalta o conceito constitucional de complementariedade dos meios de comunicação previstos: privado, estatal e público.

*De fato, existe uma previsão constitucional que fala da complementariedade dos sistemas [...], mas bate muito nessa tecla, na questão da diversidade, na questão de criar pontos de inflexão dentro do muro do sistema de comunicação, e eu acho que é isso mesmo. É isso. São pontos de resistência, são pontos de furar esse bloqueio, e eu acho que não é por acaso, certamente não é por acaso [...]. Se todo mundo está ouvindo A, B e C como fontes, a minha obrigação, dentro dessa estrutura de ser complementar, é não ouvir quem todo mundo está ouvindo. Então eu acho que a ideia do complemento tem que estar muito presente (Cristina Charão, 19/05/2017).*

Liana Milanez reitera a importância da gestão na comunicação pública ao comentar sobre o acervo da emissora TVE-RS e relembrarmos, na entrevista, o quanto muitos conteúdos se perderam ao serem regravadas fitas durante gestões passadas:

*Falta de compromisso com a história. Esses caras são irresponsáveis. Por isso é que eu te digo: a coisa mais importante em uma TV pública é a gestão. Se tu não colocar pessoas comprometidas, que entendam de comunicação pública... Tu não pode colocar qualquer imbecil. E as pessoas que me sucederam...*

*Desculpa te dizer isso, mas, olha, não chegavam no meu calcanhar em termos de compromisso com a coisa, com a comunicação e com o acervo (Liana Milanez, 16/06/2017).*

## **TVE-RS Como dispositivo de cultura**

A TVE e sua produção de imagens constituem-se em dispositivos culturais, que possuem significados político, ético e histórico dentro da sociedade, pois a televisão, ao produzir imagens, comunicá-las ao público, ao guardá-las e no trabalho ativo de preservá-las faz de seu arquivo (ou conjunto imagético) um lugar de memória, um *locus* privilegiado da memória coletiva, social e cultural. A noção de dispositivo de cultura está presente nas discussões contemporâneas sobre políticas públicas para a cultura e é no âmbito das manifestações artísticas que melhor podemos perceber o quanto a emissora foi e é importante para alguns setores culturais da sociedade. Tanto os artistas como os servidores engajados e os ex-presidentes reconhecem este papel da TVE como primordial na diferenciação com a cultura de massa de outros meios de comunicação.

Para o músico e compositor Felipe Azevedo, são as duas palavras básicas que traduzem as emissoras públicas de um modo geral, cultura e educação.

*Uma coisa se complementa com a outra. A cultura, especialmente, porque ela dá espaço para a diversidade, e as emissoras privadas tendem a segmentar, e esse é o grande problema que eu vejo nas emissoras privadas. Enfim, é uma escolha, porque tu estás trabalhando com um nicho mercadológico, tu estás trabalhando com o mainstream, essas coisas. Uma emissora pública não tem essa obrigação e não é esse o propósito. Uma emissora pública tem o propósito, no meu entendimento, de contemplar a diversidade e a produção autoral no seu mais amplo leque, e isso se traduz também por projetos culturais e educacionais que também têm um propósito de formação e... dando um... não vou dizer amparo, mas aparato, para que esse público tenha elementos e referências para, inclusive, construir todo o seu imaginário auditivo, de referências*

*de coisas que ouve, por que ouve, por que gosta* (Felipe Azevedo, 20/07/2017).

Dois ex-presidentes da Fundação Piratini, Flávio Dutra e Luiz Fernando Moraes, vislumbraram durante suas gestões o papel de difusor cultural das emissoras focado nas produções locais.

Flávio Dutra comenta que, além da diversidade cultural, uma das prioridades era abrir espaço para a novidade, tanto estética quanto de conteúdo, trazendo novos artistas para participarem dos programas da grade.

*[...] ninguém fazia mais difusão da cultura e mais diversificada do que a TVE. Por uma razão. Primeiro, ela tinha todo o espaço do mundo. Essa era a grande vantagem da TVE, talvez valha a pena salientar, mas que está embutido naquilo que falei no início. Tu podias montar a tua grade. [...] Nós chegamos a ter 35% de programação local. Isso com os repetecos. Isso aí é um número expressivo. Poucas TVs têm isso aqui. Falei das comerciais. Então, ninguém tinha mais espaço para fazer as coisas locais, e essa era uma coisa que eu primava, tanto como diretor de Programação quanto como presidente, e que fosse diversificado, porque, em uma TV como a TVE, que tenta seguir o padrão da cultura, tu tendes a ficar um pouquinho elitista. “Eu quero fazer só o concerto da Ospa, eu quero fazer tango, porque é bonito”. Isso era uma coisa que eu me preocupava muito, vamos abrir um leque... E mais, né? Não só abrir um leque, como buscar também abrir espaço para o novo. O novo tanto em termos de manifestação como nos termos de artistas novos. (Flávio Antônio Vieira Dutra, 11/05/2017).*

O ex-presidente Luiz Fernando Moraes acrescenta a função de rede para as emissoras públicas, em diálogo constante com instituições educacionais, culturais e artísticas.

*Sobre o aspecto da questão cultural, evidentemente, a TVE sempre foi um dos raros espaços abertos para a cultura local e, talvez, no meu entendimento, esse talvez seja ou fosse um papel que ela poderia e pode se aprofundar, ou seja, nas questões locais, inclusive, e se possível, sempre tendo ela um caráter estadual, ela não é uma TV local, pudesse ela fazer isso com uma rede dessa,*

*unindo com as faculdades, porque une o interesse da academia, coloca seus alunos em exercício e tal, e, ao mesmo tempo, valoriza essa produção e as questões locais, sejam elas jornalísticas, sejam elas culturais. Isso permite, de alguma forma, criar uma rede de informação e de promoção da própria cultura que não tem espaço em meio de comunicação nenhum [...] (Luiz Fernando Schreiner Moraes, 16/06/2017).*

Entre as preocupações de Liana Milanez, como gestora, inicialmente da rádio FM Cultura e depois da TVE-RS, estava em fazer emissoras públicas comprometidas com educação, cultura e cidadania. Durante a entrevista, ela demarcou o que a levava a aceitar este desafio, que era fazer uma comunicação pública “*voltada para os interesses da sociedade e não voltada para os interesses de um partido, de um governo de plantão*”. Nas duas gestões em que esteve na Fundação Piratini, buscou o aproveitamento máximo do material humano de que dispunha, qualificando-o a partir de cursos, privilegiando uma visão em perspectiva antropológica da cultura, pois achava que a cultura é fenômeno integral, da vida e não um produto da indústria cultural (Liana Milanez, 16/06/2017).

## **Sensibilidades**

Alguns entrevistados observaram que tiveram suas identidades orientadas culturalmente, como profissionais, a partir da programação da TVE. Essas sensibilidades surgiram durante as entrevistas a partir de uma provocação simples das entrevistadoras: Quais experiências/sensibilidades foram proporcionadas na ou pela TVE-RS?

A pergunta fez os depoimentos rumarem para o caráter individual de cada um, seja na identidade, nas emoções em relação à extinção, seja pelo aspecto de luta coletiva que foi muito forte para os servidores nos últimos anos (vide o episódio da Praça da Matriz, com as fotos da Parte 2 deste livro).

As sensibilidades são um processo subjetivo, que brota do íntimo de cada indivíduo e que tem a ver com emoções, com formas não racionais de compreender e de reagir ao mundo que nos cerca, podendo ser também compartilhadas, uma vez que são sempre sociais e históricas.

Toda experiência sensível do mundo, partilhada ou não, que exprima uma subjetividade ou uma sensibilidade partilhada, coletiva, deve se oferecer à leitura enquanto fonte, precisando ser objetivada em um registro que permita a apreensão dos seus significados. O historiador precisa, pois, encontrar a tradução das subjetividades e dos sentimentos em materialidades, objetividades palpáveis, que operem como a manifestação exterior de uma experiência íntima, individual ou coletiva (PESAVENTO, 2003, p. 132).

O jornalista cultural Newton Pinto da Silva, coautor deste texto, ex-servidor da TVE-RS, onde trabalhou por 20 anos, e entrevistado por nós na pesquisa, ampliou o debate sobre a categoria “Dispositivo Cultural” por meio de suas sensibilidades em experiências profissionais e de vida. Para ele, o papel de mediador jornalístico foi um espaço de formar a audiência ao mesmo tempo em que foi formado pelo diálogo com o campo cultural, revendo suas bases teóricas e cidadãs. A importância disto tudo em sua trajetória se faz visível no comprometimento com a emissora em vários aspectos, desde a busca pela pauta, o contato com os artistas e entrevistados, as mudanças abarcadas até a posição intelectual de destaque na luta pela não extinção da Fundação Piratini. Mas também fica claro em seu posicionamento de vida, como cidadão sensível às diferenças e à diversidade, que ele mesmo comporta:

*[...] a experiência da comunicação pública me trouxe para dentro de um campo de discussão sobre sociedade, sobre filosofia, sobre sociologia, sobre política, onde eu mudei muito pessoalmente. Eu já era, sempre fui, uma pessoa preocupada com as questões que envolvem as vozes caladas, mas eu não tinha uma consciência de que esta era uma preocupação minha e tampouco tinha um*

*conteúdo construído ao longo dos tempos que me prospectasse isso. A forma como nós, na TVE, buscamos dar voz às questões que são pungentes, pela nossa ótica, na sociedade, faz com que a gente também se construa junto, porque eu vou dialogar [...]. Eu sou gay e branco. Ao longo desse período que eu estou na TVE, eu consegui perceber que este espaço é importante dentro da comunicação. Um homem gay, jornalista, que está em um espaço de visibilidade. Eu consegui perceber isso, de que esta é uma questão importante (Newton Pinto da Silva, 06/10/2017).*

Cristina Charão, servidora que saiu da TVE-RS em 2018 por intermédio do PDV (Plano de Demissão Voluntária), oferecido inicialmente a todos os funcionários que desejassem aderir, foi uma grande militante nesta luta e uma das líderes do movimento dos servidores, referiu com sensibilidade a sua disposição para a luta. Pode-se perceber, aqui, que a subjetividade dos atores políticos também se expressam na coletividade, fazendo a luta crescer em emoções, mas também em força social:

*A minha sensibilidade passa certamente pela minha militância, passa pela minha ideia do que é fazer jornalismo com decência, passa pela ideia de que... Tem uma coisa que eu acho que é de fazer TV, mas acho que especificamente é de fazer TV pública [...]. Mas tem por outro lado essa coisa da construção coletiva assim que eu acho que ela é importante, acho que a conjuntura do último ano especialmente fez com que essa coletividade se aflorasse um pouco mais. Inclusive com um valor da organização. E eu acho que, pra mim, isso tem uma possibilidade de me conectar, de conexão com alguns grupos específicos, com temas específicos, com vida real [...]. Estar aqui sempre em movimento, em poder estar em contato com a vida real (Cristina Charão, 19/05/2017).*

A sensibilidade da atriz e professora universitária Mirna Spritzer vai em direção à parceria da emissora com os artistas e as suas construções, em constante movimento e colaboração dialéticos, em que um alimenta o outro:

*Parece que a TVE é uma parte da gente. É uma parceira tanto no sentido de lutar pela concretização de um movimento cultural consistente nessa cidade, como parceira no sentido que parece que, assim como construir um espetáculo de teatro é sempre um trabalho renovado, parece que é um pouco o Mito de Sísifo, está sempre subindo de novo com aquela pedra, nunca está nada consolidado, a TVE me parece que tinha um pouco essa impressão, que a luta deles é uma luta como construir uma obra de arte a cada dia (Mirna Spritzer, 06/10/2017).*

A servidora Vera Vergo, ao ser entrevistada, contou muitos episódios específicos sobre sua atuação na emissora, como produtora e coordenadora de produção, perfazendo 28 anos de televisão pública na TVE. Vários trechos de sua entrevista demonstram sensibilidade atuantes nos menores detalhes, que, para a programação, fizeram muita diferença. Por exemplo, quando Tânia Carvalho, ao apresentar o programa Corpo e Alma, tinha que entrevistar Gilberto Gil no início dos anos 1990, Vera a induziu a perguntar sobre a morte do filho do compositor, recentemente falecido, e, nisto, o programa ganhou em emoção. Embora a apresentadora tenha demonstrado resistência, a produtora percebia que ali estava um gancho jornalístico de grande sensibilidade e insistiu. Por sua larga experiência e conhecimento do campo artístico, Vera está sempre focada e com a memória ativa, instigando os profissionais a superarem o lugar comum, as “entrevistas burocráticas” e a buscarem aspectos que façam a diferença no jornalismo cultural.

Uma telespectadora, Maria Helena Oliveira, CPERS, entrevistada na Praça da Matriz, na época da votação do projeto de extinção das fundações estaduais, quando questionada sobre a importância da televisão pública no RS, revelou que as escolas indicam a TVE para os alunos como um dispositivo complementar de educação e completou com o seguinte depoimento:

*[...] a TVE, neste mundo das mídias, da comunicação, é a única instituição que temos ainda com potencial de uma cultura e de uma*

*possibilidade cultural diferenciada, é... com cunho de esclarecimento educativo, é uma TV hoje que as escolas indicam para que seus alunos assistam. Nós temos na TVE um histórico de programas que passou pela nossa infância, passou pelos nossos filhos. De extrema importância. A TVE é uma instituição que ganhou vários prêmios, tá? Em relação à comunicação é... fiel ao que deveria ser uma comunicação aberta e não uma comunicação simplesmente pra bitolar conhecimento e bitolar o pensar (Maria Helena Oliveira, 29/12/2016).*

## **Relação entre presidência/governo com servidores**

Como em grande parte das instituições públicas, em especial aquelas ligadas ao poder executivo, o quadro funcional é híbrido, ou seja, tem uma atuação conjunta de servidores concursados e outros ligados diretamente ao governo eleito, os chamados CCs (cargos em comissão). Na Fundação Piratini, o estatuto previa que CCs atuavam em cargos de chefia ou assessoramento. Em razão disso, historicamente, sempre houve uma constante tensão entre servidores de carreira, responsáveis pela continuidade dos projetos gestão após gestão, e os funcionários escolhidos e nomeados a cada governo pelo executivo, que buscavam implementar propostas limitadas ao seu mandato. Nota-se pelo conjunto das entrevistas que isso criava uma disputa entre as duas categorias, muitas vezes, prejudicando projetos de lado a lado.

A ex-servidora Vera Vergo, de tantos anos de Fundação Piratini, além de contar episódios de trabalho, conforme já apresentados, também nos presenteou com algumas anedotas que, mesmo sensíveis, tocavam na relação sempre tensa entre servidores e CCs. Por exemplo, esta que mostra o despreparo dos novos diretores:

*Tem várias piadas. “Chegou o novo governo. Agora vão querer de que cor o nosso logotipo?”. A primeira coisa é que eles querem dizer que agora são eles. Todos dizem. “Até aqui foi merda, agora quem sabe das coisas somos nós”. A primeira coisa é mudar o logotipo.*

*“Quando é que vai mudar? Vai ser o quê? ‘Toda nova, toda nossa’, ‘Agora sim, tudo pelo Rio Grande?’. Lá vêm eles. É a primeira coisa. Isso é até piada. Esses do PMDB que estão voltando sabem que são piada já. Já fazem junto com a gente (Vera Vergo, 25/05/2017).*

A própria ex-presidente Liana Martinez sensibilizou-se ao falar sobre a relação com os servidores em sua época, reconhecendo o papel deles na construção de uma programação de qualidade e atenta ao interesse cidadão. Os demais ex-presidentes entrevistados foram unânimes em dizer que a relação com servidores tinha aspectos delicados, que precisavam ser sempre muito bem cuidados e conversados, uma vez que existia, independentemente do governo em pauta, uma tensão. Eles também reconhecem como era problemático cada governo expor seu ponto de vista e mudar muita coisa nas emissoras a cada gestão, o que recaía direto nos servidores e suas funções.

O ex-presidente Flávio Dutra expressa isso da seguinte forma:

*O que proporciona [sensibilidade] ali mesmo é o contato com as pessoas. [...] porque normalmente são servidores que estão há muitos anos na casa, embora tenha sido concurso e tudo mais, e eles têm um jeito muito seu de... Primeiro, eles acham que eles são os donos daquilo ali. E são [risos]. E por que eles são os donos? Porque chegaram primeiro. Têm alguns outros que vão lá depois, os cargos de confiança. Os cargos de confiança são uns intrometidos. Nós éramos os intrometidos. Tu estás ali por determinação governamental. Mas os donos daquilo lá são eles, por quê? Porque chegaram primeiro. Eles são Adão e Eva naquele paraíso. O que eles não conseguem perceber? Ou seja, eu estou tratando da questão pelo lado muito positivo, pelo carinho que eles têm por aquilo ali, porque aquilo é deles, foram eles que construíram, já tiveram incêndio, já tiveram quatro ou cinco governos, alguns bons, presidente bom, presidente ruim, chefes ruins, chefes bons, gente que roubou, gente que não roubou, enfim. Eles já viram de tudo ali. A cada quatro anos muda. O que eu acho que eles não percebem e isso era uma briga... Briga não, era um troço para tentar botar na cabeça deles. Que eles estavam no*

*paraíso e não sabiam. Por que eles estavam no paraíso? Exatamente por aquela razão que eu disse antes para vocês. Eles não precisavam brigar pela audiência, eles não precisavam se preocupar se o programa deles estava faturando ou não. Eles só precisavam fazer um bom programa, botar toda a energia deles para fazer o melhor programa. E, às vezes, eles não percebiam isso e criavam – não é geral, mas acontecia com frequência –, criavam empecilhos para que a coisa se realizasse, ou porque mexia na zona de conforto ou porque ia contra o interesse de A ou B. Então, essa falta de percepção de que estão em um ambiente muito bom de conduzir as coisas, sem contar que eu trabalhava no morro lá e aquele morro é maravilhoso, está cercado de verde e vista bonita. Às vezes, eles não conseguiam perceber isso. Isso era a coisa que me incomodava. Geralmente, me incomodava na relação com os servidores.*

Já o ex-presidente Pedro Osório, do governo petista, investiu na relação de proximidade com os funcionários, criando espaços e oportunidades de conversas, melhorando as relações de trabalho. Ele lembra que no primeiro ano de sua gestão reservava horários para receber servidores que desejassem apresentar queixas ou sugestões. Habilita-se a falar em sensibilidades, uma outra de nossas categorias, ao referir sua relação com eles.

*Eu tentei estabelecer também, na medida que minhas obrigações permitiam, tentei estabelecer um convívio bem próximo das pessoas – os servidores. Circulando pela casa, e comparecendo aos seus eventos e promovendo a sua organização, no que diz respeito à associação interna, ao que diz respeito aos sindicatos, à comissão de prevenção de acidentes, à valorização deles no Conselho Deliberativo. E tentando, especialmente, melhorar as condições de trabalho no que diz respeito – bem, nós não tínhamos quando entramos lá internet, os computadores eram todos ultrapassados os que funcionavam, nós deixamos uma redação nova, com equipamentos novos, sala nova, recuperamos o ar condicionado, o que faz as pessoas trabalharem bem. Me permitiu, então, no que diz respeito a esse quesito “sensibilidades”, tentar fazer essa escuta e tentar fazer essas demandas todas e conviver com essas contradições. Porque, mesmo com todo o esforço que vinha se*

*fazendo, sempre há interesse outros, há uma percepção diferenciada dos servidores. E quando entramos lá, através do setor de comunicação estabelecemos uma prática de acolhimento das pessoas que chegavam – o que não é muito comum na área pública, e na iniciativa privada muito rara. Então, sessões de acolhimento no sentido de receber as pessoas, permitir que se apresentassem e falar um pouco de suas vidas, e a gente apresentar a organização, nos apresentar pessoalmente também. Então, me permitiu a prática desse tipo de relacionamento que tangencia muito essa questão, no que diz respeito às sensibilidades. E por outro lado também trabalhar para desenvolver uma programação que atendesse ao interesse dos servidores, da audiência no que diz respeito à formação de determinadas sensibilidades mesmo. Na construção de uma narrativa sobre o dia a dia que fosse sensível às questões culturais, às questões de gênero, às questões ambientais. Acho que é um pouco por aí, não sei se tem mais algum desdobramento (Pedro Osório, 15/12/2016).*

## **Extinção da Fundação Piratini e o futuro das emissoras**

Com a aprovação da lei que autorizou o governo do estado a extinguir a Fundação Piratini, e o conseqüente impasse gerado sobre o futuro das emissoras públicas, o debate sobre o tema saiu da esfera do improvável e entrou no campo das incertezas. Independentemente do tipo de ligação com a instituição (servidores, ex-presidentes, artistas ou telespectadores), percebe-se nas entrevistas um misto de incredulidade, protesto e desesperança – no mesmo sentido que apresentamos na Parte 2 deste livro, em relação aos movimentos da população e de todos nas ruas da cidade no final do ano de 2017. Nem mesmo o ex-presidente da Fundação Piratini, Orestes Andrade Jr., que conduziu o processo de encerramento das atividades das emissoras para se tornarem órgãos ligados à Secretaria de Comunicação do governo do estado (no último ano de Sartori), expressou uma ideia clara de projetos concretos para a TVE e FM Cultura, apesar de ele reiterar várias vezes na entrevista que a extinção da Fundação não significaria a extinção da rádio e da TV, as quais seguiriam um novo modelo sustentável (SIC). Quando vai

caracterizar e explicar o que é sustentável, ele mesmo não tem segurança na resposta, exemplificando com a BBC de Londres, que é financiada pela população que paga uma taxa anual (imposto), mas que está muito longe dos padrões brasileiros de renda e prioridades familiares.

*O financiamento da BBC – agora começo a falar um pouco desse modelo sustentável. Como é que a gente banca, então, uma TVE sem a presença do estado? Isso a gente está pensando e montando ainda. Mas, no caso da BBC, é diretamente pelos telespectadores. Tem uma taxa, que é quase como um imposto, que tem caráter de imposto. Então é isso que dá independência pela qualidade da BBC, construída nos últimos anos, a população britânica paga este imposto, que é um imposto alto. Convertendo para a moeda brasileira, acho que é 145 libras por ano, é praticamente R\$ 800 aqui no Brasil. Então não é uma taxa barata, mas, com isso, 75% da receita da BBC vem diretamente da população. É óbvio que isso dá uma independência muito grande para o veículo. Esse seria o nosso mundo ideal. Eu acho que a gente tem, inclusive, que caminhar para esse modelo. Não nesse nível, de ser um imposto obrigatório como é lá na Inglaterra, mas acho que a gente tem que começar um movimento, se a sociedade realmente acha que a TVE é necessária para ela, e eu não tenho dúvida nenhuma disso, eu acho que muitos artistas, no meio cultural e no meio da comunicação isso é uma unanimidade, mas eu acho que a gente tem que sair desses dois meios, do meio da comunicação e do meio cultural, e atingir a sociedade, as pessoas comuns. Elas é que têm que achar que a TVE é imprescindível para a vida delas. Se a gente chegar a esse ponto, eu acho que a gente pode ser encaminhar para o modelo da BBC, que é ter uma contribuição – acho que aqui não imposta, porque o brasileiro não aguenta mais nada que é imposto, que é compulsório, mas trabalhar por uma contribuição voluntária, em outros níveis. Por exemplo, hoje o custo da Fundação Piratini é em torno de R\$ 30 milhões por ano. Se a gente tivesse um milhão de pessoas – a gente tem 11 milhões de gaúchos, que doassem R\$30 reais cada, a gente teria os R\$30 milhões. Eu não sou bom de matemática, mas acho que é isso. Um cálculo simples. Mas será que a gente teria um milhão de pessoas no Rio Grande do Sul, que é só 10% da sua população, que estaria dispostas a doar R\$30 por ano para a fundação? Tenho minhas dúvidas se hoje a gente teria um*

*milhão de pessoas dispostas a isso. Mas eu acho que a gente tem que caminhar para isso e acho que não seria nenhum absurdo, porque o modelo da BBC, para mim, sim, é o melhor modelo. Mas aí a gente tem a TV Cultura de São Paulo, que tem um modelo diferente, mas 50% do seu orçamento vem da iniciativa privada através de apoios culturais e 50% é bancado pelo estado. Eu acho que aí, em duas referências de qualidade de TVs públicas, a gente tem um caminho para a TVE, para diminuir o peso dela para a sociedade. É claro que quando a gente compara o valor monetário da TVE, R\$ 30 milhões por ano, com o orçamento geral do estado ou com algumas contas muito grandes que a gente tem no estado, parece que é muito pequeno, até se diz que é 1%, e realmente é menos de 1%, mas, em um estado que não paga a folha salarial dos seus servidores há 17 meses, que atrasa a folha, R\$30 milhões é muito dinheiro, sim. E é nessa economia pequena das contas do estado que se consegue o equilíbrio financeiro nesse momento. R\$ 30 milhões dá para comprar muita viatura, dá para colocar muito policial na rua, dá para, talvez, melhorar o salário dos professores. Então, nesse cenário de escassez, a ideia do governo é essa, de economizar em alguns setores. Mas também não quero entrar no mérito disso. O que eu quero é fazer isso, é buscar um novo modelo sustentável que tenha uma participação menor do estado, e que tenha uma participação menor do estado como financiador e como interventor da TVE. Eu acho que a TVE tem que ser controlada pela sociedade gaúcha (Orestes de Andrade Junior, 25/05/2017).*

A socióloga Maíra Baumgarten foi a presidente do último Conselho Deliberativo, antes da extinção de Fundação Piratini em maio de 2018. Em entrevista, quando questionada sobre a importância da manutenção de TVE e da FM Cultura, ela reafirma a relevância das emissoras tendo em vista que as empresas privadas de comunicação respondem à lógica da audiência e do lucro.

*Quando se pensa na questão da mídia em geral, dos meios de comunicação, temos que são extremamente comprometidos com o status quo, com quem tem mais dinheiro e na quantidade de problemas que têm as TVs privadas, a gente percebe que uma TV pública é uma coisa fundamental. Qual a TV privada, qual órgão de comunicação privada, que vai se preocupar em fazer programas*

*educativos, programas informativos-culturais sem se preocupar com patrocinadores, com recursos, sem se preocupar em direcionar para uma coisa que dê dinheiro? Qual o órgão privado que vai fazer isso? Nenhum... O capitalismo não funciona assim. Como a população vai ser informada? É extremamente importante que existam órgãos públicos de comunicação e que esses órgãos tenham controle social e tenham autonomia, para que não aconteçam coisas como está começando a ocorrer nos órgãos da Fundação Piratini, rádio e TV, que iniciaram a veiculação de programas voltados, por exemplo, para o setor do vinho, contratos com times de futebol, Grêmio e Internacional, para colocar o futebol em massa na TV, ao invés de manter a diversidade dos esportes. Na própria rádio, isso também está se instalando. Se a gente observar, as outras rádios não tocam os compositores daqui ou, quando tocam, têm que pagar jabá, tem que pagar para tocar. A rádio Cultura era a única que tocava nossos artistas, entrevistava nossas atores e atrizes, falava sobre os livros escritos aqui. É, ainda, a única que faz isso, mas ela está sendo descaracterizada, estão alterando o DNA da rádio, a partir de um slogan pretensamente democrático “...queremos ampliar, fazer (a rádio e a TV) plural, democrática”. Na verdade, o que está sendo feito é mais do mesmo que já existe em todas as outras rádios e em todas nas outras TVs, buscando competir no mercado. E, com isso, ele não vai conseguir abrir um novo campo, ou nova audiência; ele só vai perder a que já tem. Isso é muito complicado. Então, eu acho que é extremamente importante a gente lutar pela existência e manutenção de órgãos públicos de comunicação para informar a população, levar nossa produção cultural, para manter a população informada com mais isenção, digamos, ou menos vinculada com a questão do mercado (Maíra Baumgarten, 17/11/2017).*

Ela diferencia ainda de forma muito apropriada o que seria o controle do Estado e o do governo, na comunicação, lembrando que, com a extinção, as emissoras passariam, na verdade, para o controle do governo.

*O estado é a instância pública, em princípio, de todos e deve ter controle social. Os governos são passageiros, então, na verdade, quando se propõe extinguir a Fundação Piratini, propõe-se retirar o controle do Estado e passar para o governo [...]. Se hoje em dia,*

*com órgão de controle social, com muito mais controle, já é complicada a gestão, imagina quando não tiver controle algum (Máira Baumgarten, 17/11/2017).*

Uma das líderes do movimento dos servidores na época das lutas mais acirradas, entre 2016 e 2017, Cristina Charão falou sobre uma de suas principais preocupações sobre o futuro das emissoras: o esvaziamento da programação.

*Tem um esvaziamento em termos de volume de produção, então diminuiu o número de horas. Sim, tu tens, agora, muito mais, um privilégio em relação a esse telejornal, que agora tem uma hora e também mantém essa característica de ser uma revista, em relação, por exemplo, aos programas que são feitos na Programação, de novo em termos de disponibilidade de recursos. Se aprofunda muito essa ideia do infotainment. Essa é uma palavra que saiu da boca do presidente quando foi apresentar a nova programação. Essa programação não foi discutida com a Programação. [...] Acho que os únicos que passaram intactos no seu formato, mas não no seu horário, foram o Estação Cultura e o Radar. (Cristina Charão, 19/05/2017).*

A entrevista de Cristina, gravada em 19 de maio de 2017, teve um caráter premonitório. Ao final do governo Sartori (dezembro de 2018), praticamente todos os programas foram retirados do ar, inclusive os telejornais, restando apenas os dois programas citados. O restante da programação foi preenchido ampliando a porcentagem de programas da rede nacional, como Charão avaliou na época:

*a outra questão é que eu acho que, além de preparar para um processo de terceirização, eu acho que ela tem uma característica também de ser submissa às redes nacionais. [...] quando a gente entrou aqui, nós vínhamos de um processo também de construção da rede da TV Brasil, que já é anterior até, fez parte, inclusive, do processo de salvaguarda da TV quando se fez isso, inclusive em relação ao prédio, mas a própria existência da TV foi dentro do bojo da criação da EBC, da TV Brasil. Quando o governo Sartori entra, isso começa a ir por terra. Metade da programação passou a ser da TV Cultura. Passou um bom tempo passando só o jornal da TV Cultura ao meio-dia, por*

*exemplo. Ai agora tiraram os jornais da noite, mas agora vai voltar e vai ser o jornal da Cultura. Então, há uns alinhamentos políticos que acho que são muito claros e que acho que se refletem na programação (Cristina Charão, 19/05/2017).*

O alerta feito por ela sobre o esvaziamento da programação e de submissão à exibição de conteúdo das redes nacionais se tornou concreto e segue até o momento da escrita deste texto (maio de 2019). A Fundação Piratini foi extinta. As emissoras ficaram vinculadas à Secretaria de Comunicação do Estado do RS. Os servidores protegidos por liminar não foram demitidos, sendo alguns remanejados para outros órgãos do Estado. E o governo que substituiu Sartori, com Eduardo Leite do PSDB no comando, herdou um triste quadro sem perspectiva de solução adequada sob o ponto de vista da comunicação pública. O projeto de estado mínimo de Sartori, sem o devido planejamento jurídico e político, entregou a Leite um barco sem rumo. Os funcionários que restam – após remanejamento, demissões e PDV – seguem defendendo o projeto de comunicação pública, com recursos mínimos. Ao governo que entrou resta o problema de decidir se a comunicação pública – O BEM PÚBLICO – será retomada em sua gestão ou se vão entregar tudo o que permanece das emissoras à iniciativa privada, de forma terceirizada. Só o tempo dirá.

## Referências

- PESAVENTO, Sandra Jatahy. Ressentimentos e ufanismo: Sensibilidades no sul profundo. In: BRESCIANI, Stella; NAXARA, Márcia. *Memória e (res)sentimento: indagações sobre uma questão sensível*. Campinas: editora UNICAMP, 2001.
- PESAVENTO, S. J. *História & História Cultural*. Belo Horizonte: Autêntica, 2003.
- SARLO, BEATRIZ. *Tempo passado: cultura da memória e guinada subjetiva*. São Paulo: Cia das Letras, 2007.



## Seção 2

### Depoimentos O olhar dos servidores da Fundação Piratini

#### Introdução

Newton Pinto da Silva

Embora seja uma obra que pretenda falar um pouco sobre comunicação pública no Brasil, um dos principais desafios no processo de produção deste livro, no que tange ao Rio Grande do Sul, foi tentar recuperar historicamente a extinção da Fundação Piratini, mesmo cientes da impossibilidade de reconstruir fatos em sua totalidade. Possível é abordá-los por meio de suas representações, memórias e sensibilidades. Diante da complexidade dos acontecimentos e da multiplicidade de atores envolvidos (governo do estado, deputados, servidores da fundação, artistas, intelectuais, sindicatos etc.), mergulhamos em diversas fontes de documentação (reportagens, fotografias, vídeos, redes sociais, entrevistas) a fim de desvendar o processo de extinção das fundações estaduais e as diferentes visões do corpo social envolvido.

Outra preocupação foi recuperar o sensível da experiência, em especial, a luta dos servidores da TVE e FM Cultura a partir de seus próprios relatos. Para isso, convidamos alguns profissionais das emissoras a escreverem depoimentos em que contassem suas vivências antes, durante e depois do processo de encerramento das atividades da Fundação Piratini.

O conjunto dos testemunhos – os sete depoimentos a seguir – , em sua pluralidade de visões e abordagens, convida o leitor a

refazer o caminho percorrido por estes trabalhadores nos dias de luta. A memória individual ou coletiva é outra forma de estabelecer vínculos com o tempo que passou.

## **Voices da comunicação pública**

Alexandre Leboutte da Fonseca<sup>1</sup>

Ainda ouço aquelas duas centenas de vozes gritando alto nas galerias da Assembleia Legislativa do Rio Grande do Sul na fatídica madrugada de 21 de dezembro de 2016: “Não esqueceremos! Não esqueceremos! Não esqueceremos!”. O brado eclodiu por volta das 4h da manhã e substituiu o choro e a estupefação que sobrevieram após longos e tensos dois minutos entre o toque da campainha do plenário, que abria a votação do Projeto de Lei 246/2016, e o anúncio no painel eletrônico que mostrava 30 votos de aprovação e 23 contrários à extinção de seis fundações. A decisão atingiria a FEE (Economia e Estatística), FZB (Zoobotânica), FDRH (Desenvolvimento e Recursos Humanos), Metroplan (Planejamento Metropolitano), Cientec (Ciência e Tecnologia) e Fundação Piratini (TVE e FM Cultura).

O projeto havia sido anunciado pelo então governador José Ivo Sartori (PMDB) em 21 de novembro daquele ano com a justificativa de sanar as contas públicas, mesmo que todas as fundações juntas obtivessem apenas 0,4% do orçamento estadual. Foi protocolado em regime de urgência, o que impedia a ampla discussão no parlamento para análise do real impacto da eventual aprovação do PL, não só do ponto de vista financeiro, mas da execução dos serviços prestados.

Na Fundação Piratini, constituímos o Movimento dos Servidores da TVE e da FM Cultura com o objetivo de mostrar aos

---

<sup>1</sup> Jornalista e Arquivista-pesquisador no setor de Arquivo e Pesquisa da TVE. Mestre em Comunicação e Informação pela UFRGS.

deputados as especificidades da Comunicação Pública, que, segundo o artigo 223 da Constituição Federal, deve ser complementar à radiodifusão privada (financiada pela venda das audiências aos anunciantes) e à estatal (responsável por veicular conteúdos institucionais dos Três Poderes nos níveis federal, estadual e municipal). A TVE tinha então a segunda maior rede do estado, com potencial de atingir quase sete milhões de pessoas, além de ser a maior produtora de conteúdo local, sempre com foco na diversidade cultural, na informação plural, na capacidade de emancipar os cidadãos por meio do conhecimento.

Entre o anúncio de novembro e a votação concluída naquela madrugada de 21 de dezembro, houve movimentação intensa de servidores, artistas, intelectuais e pessoas dos mais variados segmentos a se manifestarem publicamente e a buscar diálogo com os deputados e deputadas. Para nós, havia clareza de que o Executivo não informava o que de fato aconteceria com as emissoras. Não esclarecia quem e de que forma prestaria os serviços.

Lá se vão quase 30 meses daquela madrugada. Dos cerca de 250 funcionários, em torno de 60 foram demitidos ou se demitiram por meio de PDV, enquanto outros 40 foram relocados em outros órgãos (alguns foram posteriormente reconduzidos às emissoras). Com isso, programas importantes deixaram de ser produzidos, mas seguem na grade, em uma infundável espiral de reprises. Por outro lado, a transferência das atividades para a Secretaria de Comunicação do governo do estado ocasionou impedimento legal para que a TVE e a FM Cultura seguissem captando recursos por meio de apoios e patrocínios à programação ou das leis de incentivo à cultura. Soma-se (ou subtrai-se) a isso a desconstituição do Conselho Deliberativo, por meio de decreto, acabando com o controle social sobre a TV e a rádio.

Hoje, mesmo com todos os reveses, as emissoras seguem elaborando e veiculando conteúdos qualificados, ainda que em menor quantidade. Mais do que isso, para além da produção e veiculação, a TVE conta com uma equipe de profissionais

especializados na preservação da memória audiovisual contida em suas mais de 30 mil horas de acervo do setor de Arquivo e Pesquisa. São registros que contam uma história cujo conceito de polifonia é radicalizado. Há ali uma multiplicidade de vozes que só a TV e a rádio públicas se permitem. E são vozes que seguirão ecoando, como aquelas da madrugada, para subverter toda e qualquer ação deliberada que queira se esconder no esquecimento.

Como cada deputado votou o PL 246/2016:

<b>Voto SIM – a favor da extinção</b>	<b>Voto NÃO – contrário à extinção</b>
Álvaro Boessio – PMDB	Adão Villaverde – PT
Edson Brum – PMDB	Almir Tortelli – PT
Gabriel Souza – PMDB	Edegar Pretto – PT
Gilberto Capoani – PMDB	Jeferson Fernandes – PT
Ibsen Pinheiro – PMDB	Luiz Fernando Mainardi – PT
Juvir Costella – PMDB	Mirian Marroni – PT
Tiago Simon – PMDB	Nelsinho Metalúrgico – PT
Vilmar Zanchin – PMDB	Stela Farias – PT
Adolfo Britto – PP	Tarcísio Zimmermann – PT
Frederico Antunes – PP	Valdeci Oliveira – PT
Gerson Borba – PP	Zé Nunes – PT
João Fischer – PP	Ciro Simoni – PDT
Marcel van Hatten – PP	Eduardo Loureiro – PDT
Sérgio Turra – PP	Enio Bacci – PDT
Gilmar Sossella – PDT	Juliana Brizola – PDT
Vinicius Ribeiro – PDT	Marlon Santos – PDT
Aloísio Classmann – PTB	Luís Augusto Lara – PTB
Marcelo Moraes – PTB	Ronaldo Santini – PTB
Maurício Dziedricki – PTB	Juliano Roso – Pcdob
Adilson Troca – PSDB	Manuela d’Ávila – Pcdob
Jorge Pozzobon – PSDB	Pedro Ruas – PSOL
Pedro Pereira – PSDB	Bombeiro Bianchini – PPL
Zilá Breitenbach – PSDB	Regina Becker Fortunati – REDE
Elton Weber – PSB	
Liziane Bayer – PSB	
Miki Breier – PSB	
Any Ortíz – PPS	
Sérgio Peres – PRB	
João Reinelli – PV	
Missionário Volnei – PR	

## Depoimento

Angélica Coronel<sup>2</sup>

Eram quase três da manhã. Ali, no pequeno espaço embaixo das escadas da Assembleia Legislativa, sob o painel eletrônico que logo endureceria em números a dor de mais de mil pessoas, fazia frio.

Eu presenciava o mais duro, mas não o primeiro golpe sofrido pela TVE. Em 2007, no governo Yeda, um projeto entregava a gestão das emissoras a uma Oscip – Organização da Sociedade Civil de Interesse Público. A ideia de manter a Fundação sem aportes do estado instalou o temor de que a programação se voltaria para a busca de audiência e anunciantes, sem preocupação com o caráter público. A campanha “SOS TVE FM Cultura” reuniu escritores e acadêmicos, que gravaram depoimentos ressaltando a importância da TV Pública. Em uma tenda no Parque da Redenção, recolhemos assinaturas contra o projeto. No total, 15 mil. Uma greve de um dia conseguiu a adesão de 100 servidores – surpreendendo até os resistentes a qualquer movimento.

Naquela madrugada, o corpo a corpo junto aos deputados já não fazia sentido. Nas galerias, colegas cansados, mas teimosamente esperançosos ocupavam os assentos que o ar condicionado insistia em congelar. Eles acreditavam que poderíamos vencer. Eu já sabia da derrota.

O último mês havia sido uma batalha. A tarefa de alguns era ocupar a praça em frente à Assembleia, vã tentativa de relembrar os combates históricos travados entre povo e governo – as greves do magistério, o embate com o MST, a Campanha da Legalidade. Havia vigília, acampamento em frente ao Palácio. Grupos de *WhatsApp*

---

<sup>2</sup> Ex-servidora da Fundação Piratini. Jornalista, Mestre em Comunicação Social pela Unisinos. Experiência em televisão, com passagens por emissoras de comerciais, públicas e estais do RS e de Brasília. Por doze anos atuou como repórter na TVE-RS. Atualmente, Coordenadora de Comunicação Social do IGP – Instituto Geral de Perícias – RS.

criados às pressas tentavam organizar o caos em que nossas vidas, nossos projetos e nosso estio financeiro haviam mergulhado. Vaquinhas arrecadavam dinheiro para impulsionar a página do Movimento dos Servidores no Facebook.

Minha batalha foi dentro da Assembleia. Os anos como repórter, a intimidade com o funcionamento da Casa e seus assessores me colocaram no grupo dedicado à articulação política e ao trabalho de convencer parlamentares a votarem contra a extinção. Do anúncio do envio do projeto – sadicamente transmitido ao vivo pela TVE – à votação, foram pouco mais de 20 dias úteis para demonstrar a necessidade da Comunicação Pública a parlamentares que, historicamente, se alimentaram da comunicação comercial: pastores e seus programas de rádio, herdeiros de redes de supermercado, latifundiários. Além disso, era preciso derrubar uma das poucas medidas de (aparente) impacto financeiro, de um governo que só arrojava servidores com salários parcelados.

Nas semanas que antecederam a votação, corríamos de gabinete em gabinete. Indo para uma reunião com um deputado, o encontrei no elevador, rumo ao Palácio Piratini. “Depois remarcamos”, disse. Só fui vê-lo novamente votando a favor do governo.

O encontro com um dos principais nomes da base governista foi nas escadas:

– Vocês estão colhendo o que plantaram. Vocês são muito de esquerda lá.

Tentei argumentar com um motivo até bem fraco:

- Como, se todos os chefes são indicados pelo seu partido?
- Mas os funcionários não são.

A história da rádio e da TV pública do RS prestes a acabar, por revanchismo.

E tudo sem deixar de trabalhar. Em uma coletiva na Secretaria da Saúde, ainda antes da votação, ajeitei o microfone da TVE em

frente ao governador. Ouvi dele, baixinho: “Ah, a TVE”. Constrangimento para ambos. Raiva e choro contidos.

O estrondo das bombas jogadas pela BM nos servidores do lado de fora durante o dia nos amedrontava lá dentro, mas não foi suficiente para cancelar a sessão de 21 de dezembro. A noite terminaria com moedas sendo jogadas para o plenário e um ensurdecedor “não esqueceremos” gritado com toda a dor. Uma assessora contou que uma deputada governista saiu envergonhada, aos prantos.

No dia seguinte, acordei recebendo telefonemas, como se tivesse perdido um familiar. E era este mesmo o sentimento: luto.

Outra coletiva, dias depois da votação. Um repórter, ventríloquo de uma TV comercial, fez a conta de padeiro, cuja insensatez tantas vezes tentamos demonstrar:

- Vai ser possível convocar mais brigadianos com a extinção das fundações? Ele levantava a bola para o secretário de Segurança Pública chutar.
- Muitos!

Voei para o banheiro da Federação do Comércio do RS. E desta vez, chorei.

## Depoimento

Domício Grillo<sup>3</sup>

Tem sempre alguém disposto a dizer que o brasileiro tem memória curta. Que ela nos falta principalmente quando se refere à história política do país. Mas quando a conversa vai como num mergulho, se aprofundando nas imagens e nos sons aos quais somos expostos desde muito cedo pela mídia? Não tenhamos dúvidas, a situação muda completamente. Saltam do limbo, das profundezas, aquele personagem de novela, a apresentadora infantil, as séries animadas e tudo com riqueza de detalhes. E a conversa vai longe, e muito possivelmente as pessoas envolvidas, tirando-se questões geracionais, compartilham de uma *memória coletiva*, comum a muitas pessoas praticamente em todo o território nacional. Mas não soa curioso como um país tão diverso possa ter nesse aspecto uma memória coletiva? E se nós pensarmos que essa “memória” é construída a partir de um discurso que não pertence à grande maioria que a detém? Estranho eu sei, principalmente porque nossas lembranças ajudam a nos definirmos, nos dão sentimento de pertencimento e de identidade.

Se essa homogeneidade nos discursos, nos rostos e nos tipos televisivos dificultam a formação da identidade de quem é exposto à televisão desde tão cedo, imaginem o problema que é, após vencida tal etapa, não se identificar com o que/quem está lá. E eu cheguei até a TVE-RS em 2002 pensando muito sobre tudo isso. Sobre o quanto eu me identificava com o que era veiculado pela emissora. Fui atraído por seu conteúdo como espectador e posteriormente como comunicador, ciente da realidade do mercado, enxergando na emissora um oásis. Lá estava eu pensando em comunicação pública sob a perspectiva da ampla divulgação da produção cultural local, da multiplicidade dos discursos, da informação de relevância social.

---

<sup>3</sup> Apresentador TVE-RS.

Mas essa era só a ponta do *iceberg*. Passados até aqui mais de 17 anos, praticamente todos os dias, indo ao ar em programas ao vivo ou gravados desempenhar minha função de apresentador de TV, minha percepção de televisão pública se ampliou.

Se ampliou como a memória do espectador negro, de periferia, fora dos padrões estéticos, que hoje me aborda na rua para dizer que “cresceu me assistindo”, e o quanto isso representou para ele. O quanto representa um apresentador negro de cabelos *dreadlocks*, que além da visibilidade possa ter espaço editorial para a representatividade (que vai além de ocupar os espaços com a presença física, e sim romper com o discurso hegemônico). Obviamente o trabalho das emissoras da Fundação Piratini, que se faz tão necessário nesse momento, está longe da real representação da diversidade do Rio Grande do Sul, daí a necessidade da continuidade e da ampliação de suas forças. E no futuro, quem sabe, nossas memórias sejam mais múltiplas, nossa consciência mais ampla e tanto nossa lembrança quanto nossa compreensão da história política do país sejam maiores. Não esqueçamos os desmontes e os desgovernos que tanto mal nos fazem.

## **TVE foi pioneira no combate ao racismo**

Fernanda Bastos <sup>4</sup>

Em abril de 2014, a TVE colocou, no centro de seu programa mais tradicional de entrevistas, o então líder da Federação das Organizações Indígenas do Rio Grande do Sul, o cacique Zaqueu Key Claudino Kaingang. Ele foi a primeira pessoa indígena a receber o título de mestre pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul, na Faculdade de Educação.

Claudino foi entrevistado no Frente a Frente pelos jornalistas Carlos Machado, Deivison Campos, Eduardo Nunes e Fernanda Nascimento. Na ocasião, Nascimento destacou que só na TVE um programa conseguiria reunir um kaingang (Claudino), um reconhecido pesquisador negro (Deivison Campos) e uma mulher parda lésbica (ela própria) no mesmo palco para falar abertamente de cultura, educação e políticas antirracistas.

Com esse comentário, Fernanda me fez pensar sobre o papel que essa emissora tinha em visibilizar populações que haviam ajudado a construir o Rio Grande do Sul, mas que, mesmo após sobreviverem a sucessivos massacres, seguiam sendo invisibilizadas e silenciadas por meio de narrativas de que o Rio Grande do Sul é europeu e que foi construído pelos braços de eurodescendentes.

O caso desse programa não era uma exceção na programação ou uma criação para marcar data simbólica — práticas mais comuns em emissoras privadas. A diversidade de temas e atores é regra na programação da TVE, mesmo após seu mais violento desmonte, durante a gestão de José Ivo Sartori (PMDB). Visibilizando populações minoritárias socialmente e deixando que elas falem por si, a emissora indicou uma outra forma de produzir conteúdo,

---

<sup>4</sup> Jornalista, mestranda em Comunicação (PPGCOM/UFRGS), membro do Núcleo de Comunicação Pública e Política (NUCOP) e do Observatório de Comunicação Pública\* (Obcomp); servidora da TVE e da FM Cultura desde 2014; editora geral da Figura de Linguagem.

demonstrando ciência de que deveria combater e até corrigir desigualdades.

Esse objetivo atingiu seu ponto mais alto com a criação do programa Nação, que estreou na grade de programação local em janeiro de 2012. A linha editorial sempre foi antirracista, promovendo a diversidade cultural, mas também enfatizando a contribuição das culturas negra e indígena para nosso povo. Voltando-se mais para a cultura afro-brasileira, denunciou o mito da democracia racial, ousando apontar o pacto narcísico da branquitude para manter seus privilégios desde o pós-abolição.

Diretora e idealizadora do Nação, a jornalista Vera Cardozo garantiu, desde o início, que o programa tivesse forma e conteúdo qualificados, abordando uma vasta quantidade de assuntos que passavam pelo mercado de trabalho: saúde, educação, violência, autoestima, arte, literatura, história. Em formato de documentário, consolidou-se com episódios semanais, apresentados pela jornalista Fernanda Carvalho até 2018. Com essa dupla, o lugar de fala foi garantido e a população negra deixou de ser infantilizada, para usar uma categoria de Lélia González, quando denunciava que pessoas brancas se sentiam autorizadas a falar pelas negras sem qualquer legitimidade para tanto.

A partir de 2016, o Nação passou a ser veiculado em rede nacional na TV Brasil, que reconheceu o pioneirismo desse programa na TV aberta, um dos primeiros e únicos até hoje a abordar exclusivamente a cultura afro-brasileira, um patrimônio de todos, mas pouco admitido por intelectuais do passado e do presente. O reconhecimento veio também por meio de uma menção honrosa no Prêmio Vladimir Herzog em 2015 na categoria documentário-TV pelo episódio “Revolta da chibata”.

As mudanças nas grades de programação anunciadas em 2017, que prometiam que a TVE e a FM Cultura se tornariam “mais plurais” e “mais democráticas” não chegaram ao Nação e à comunidade que o apoiava. Como integrante da equipe do programa, acompanhei sua descontinuidade junto com a gestão

Sartori em 2018. Os mandados daquele governo orquestraram a interrupção de sua produção ainda no primeiro semestre do ano, quando ainda sonhavam em continuar à frente das emissoras, quem sabe privatizadas. Hoje, na TVE e na TV Brasil, o Nação sobrevive de reprises e de um passado em que a população negra importava aos gestores da comunicação pública.

Mesmo que as redes sociais venham ocupando cada vez mais espaço, as TVs abertas ainda são os meios mais eficazes e reconhecidos de levar informações à população brasileira, e, por conta dessa dominância, programas como o Nação seguem sendo aliados imprescindíveis para o combate ao racismo e às desigualdades estruturais em nosso país. Que um programa como esse seja alvo de ataques por parte de gestores racistas e pouco ilustrados em nada surpreende a comunidade negra, que seguirá se organizando e colocando suas ideias em movimento, dentro e fora da TV, como sempre fez.

## **Rádio FM Cultura: uma experiência em rádio pública**

Jaqueline Chala<sup>5</sup>

Particpei da experiência de rádio difusão pública por intermédio da rádio FM Cultura de Porto Alegre desde seu começo. Fundamos a rádio numa equipe de jornalistas capitaneados pela Liana Milanez Pereira, mais conhecida como Baiana, em março de 1989.

Voltada para a difusão cultural, mas com enfoque também no jornalismo, a FM Cultura se concretizou principalmente pelo idealismo de seus servidores. Minha experiência foi na área da programação cultural propriamente dita e por isso falo especificamente dela.

Começar uma rádio do zero, sem qualquer acervo, numa época em que os discos em CD estavam recém-surgidos, era uma tarefa extremamente ousada. Lembro principalmente dos primeiros LPs, comprados no centro da cidade com uma verba que seria uma “sobra” do orçamento do governo Pedro Simon. Foram escolhidos discos representativos de períodos da MPB e da música erudita, como um começo de programação. Obviamente que isso não bastou, e os próprios funcionários, que começaram a trabalhar em janeiro de 1989, cederam parte de suas coleções para a discoteca da rádio, como um “empréstimo”. Os LPs eram dispostos nas estantes e numerados com o nome do funcionário e um número. Além disso, foram lançadas campanhas de doação de discos por meio da própria emissora.

Desde o começo, sabíamos que não teríamos muita atenção das gravadoras que, na época, costumavam mandar e desmandar na programação das rádios comerciais. Sei disso por ter trabalhado numa emissora que era líder de audiência no dial FM nos anos 1980

---

<sup>5</sup> Jornalista e radialista tendo passagem pelos veículos Televisão Guaíba, Rádio Ipanema FM e Rádio Cidade. É funcionária da FM Cultura desde sua fundação e também membro da Associação de Críticos de Cinema do RS, ACCIRS.

e que tinha seu mapa de transmissão feito e enviado desde o Rio de Janeiro por representantes de gravadoras. O famoso jabá mandava (e com certeza ainda manda) na programação de quase todas as emissoras.

Foi realmente um trabalho formiga a construção de um espaço para música que privilegiasse o ouvinte e seus interesses e não as estratégias de venda das gravadoras. Definir o que seria uma programação de qualidade sempre foi um desafio, o qual resolvemos encarar enfrentando os interesses mercadológicos. Não foi fácil e ainda não o é. Não somente o ato de estar atento aos gostos pessoais de cada um, mas também ir além ao buscar músicas que, mesmo não estando em nossas preferências, são representantes de uma cultura, servem de elemento de identificação para uma parcela da população ou simplesmente são vozes que necessitam ser ouvidas, é um processo que está sempre em construção.

Foram ainda inúmeros os atritos com alguns dos gestores indicados pelo governo justamente por conta desta opção feita pelos servidores de carreira da rádio. A maioria destes gestores, com ou sem experiências nos veículos de comunicação, procurava aplicar a uma emissora pública de caráter cultural os mesmos parâmetros das rádios comerciais. Lembro mesmo de certa gestora que, após ter encomendado a nós produtores que fizéssemos o projeto piloto de programa de música internacional, passou a riscar todos os nomes de atrações por nós sugeridos justamente por não conhecer nenhum daqueles nomes.

Cavar este espaço na área de programação musical, mediante parcerias com gravadoras independentes que foram surgindo ao longo dos anos, e atualmente também pelos contatos com os próprios artistas que passaram a respeitar a rádio por sua opção sem viés mercadológico, foi um longo processo.

Ainda em respeito às demais áreas da cultura, uma das características da rádio que logo se fez notar foi o fato de seus servidores terem se especializado em várias editorias. Com o passar do tempo e a cristalização das aptidões e gostos de cada um, a FM

Cultura tornou-se uma rádio em que cada um de seus colaboradores é capaz de dominar determinado assunto na área da cultura. Tivemos e temos ainda jornalistas especializados nas áreas de literatura, cinema, música erudita, música internacional, MPB, rock e todos os segmentos em que a rádio sempre atuou de forma mais intensa que qualquer outro veículo.

Esta vocação da rádio é algo que foi logo reconhecido pelos agentes culturais e pelo público, retornando em prestígio para a emissora, algo alcançado sem qualquer investimento financeiro maior.

Infelizmente, mesmo esta, que é uma marca da FM Cultura, não costuma ser reconhecida pela maioria dos gestores, acostumados a não identificar o potencial de mobilização da sociedade por meio da arte. Não poucas vezes, procuramos os gestores pedindo por ações de *marketing* que dessem maior visibilidade à emissora, tentando aproximá-la da população. Em lugar disso, sempre tivemos propostas de um “rebaixamento” do que era considerada uma programação “elitista”.

Ao completar 30 anos, a FM Cultura segue – enfrentando todas as adversidades possíveis, especialmente após a extinção da Fundação Piratini – no desafio de continuar dando aos ouvintes a mirada mais abrangente do que se produz em cultura, com foco principalmente no estado e no país. Agora, os principais desafios são a manutenção da própria emissora e de seus equipamentos já que a equipe permanece e as ameaças de demissão de boa parte de seu quadro estão momentaneamente travadas. Salve, salve FM Cultura!

## Depoimento

Mariana Scalabrin Müller<sup>6</sup>

Nunca pensei em trabalhar em televisão. Inclusive, as cadeiras sobre o tema foram as mais sofridas para mim durante a faculdade, preciso confessar. Eu queria escrever e, com esse desejo, fui parar em uma redação de jornal impresso.

Apesar disso, passei boa parte da infância assistindo a programas infantis da TV pública – lembro bem quando a TV Cultura e a TVE chegaram à minha casa em Cruz Alta. Não posso garantir que essas memórias colaboraram para que eu decidisse prestar o concurso da TVE porque, naquele momento, anos depois, eu já entendia o conceito de televisão pública e enxergava ali uma oportunidade de fazer um jornalismo diverso, como acredito que a atividade deve ser.

Melhor que ter sido aprovada no concurso foi ter sido alocada na equipe do Estação Cultura, um programa diário e ao vivo dedicado à produção cultural e artística. Foi ali que entendi como funcionava o cotidiano de uma televisão, que adaptei meu texto à linguagem televisiva e que aprendi a editar uma matéria. Pude criar especiais, pensar em pautas diferentes, testar formatos, trazer para o programa gente reconhecida e gente que estava começando uma trajetória artística. Para completar, tive o privilégio de trabalhar em uma equipe criativa, engajada e afetuosa que me ensinou muito, além de ser a equipe mais diversa em que já estive.

Por isso tudo, trabalhar na TVE foi uma experiência única e, posso dizer também, surpreendente. Jornalista gosta mesmo é de história, então vou transcrever aqui uma que, acredito, representa o trabalho que fazíamos.

---

<sup>6</sup> Doutoranda em Estudos da Comunicação: Tecnologia, Cultura e Sociedade na Universidade do Minho e na Universidade Nova de Lisboa, em Portugal. É bolsista da Fundação para a Ciência e a Tecnologia (FCT). Jornalista formada pela UFRGS e Mestre em Comunicação pela mesma universidade, trabalhou na TVE-RS entre 2014 e 2016.

O telefone tocou enquanto estávamos no ar, ou seja, ao vivo com o Estação Cultura. Atendi. A mulher estava desesperada, não disse seu nome e eu comecei a me desesperar também – pensei logo em algum erro, na ausência de alguma informação ou em outra “catástrofe” jornalística do mesmo tipo. Então, ela disse que precisava saber quando era o show da cantora que estava no ar naquele momento, que não havia conseguido anotar a data. Repassei a informação sem entender muito bem aquela ansiedade toda e ouvi o seguinte:

– Obrigada, essa cantora é ótima e é preta. Nunca tem gente preta na TV.

## Quase extintos, sempre no ar... como ficamos?

Simone Feltes<sup>7</sup>

Vida de repórter é na rua. Eu sempre digo que, em nosso ofício de contar histórias, fico impressionada como as pessoas costumam ser generosas em frente a uma câmera com a luz de *led* acesa e um microfone direcionado a ela. São sujeitos, donos de seu próprio lugar, que compartilham informações, descobertas, tomam coragem para denunciar, opinar. Muito disto baseado no “contrato informal” que se estabelece pela confiança e a credibilidade da relação com o jornalista e, ainda mais, com o veículo que atua. Eu sempre senti o respeito que a TVE tem das suas fontes e, por consequência, do seu público. Claro que, por estar ligada ao estado, a emissora não fica desvinculada da política, mas, no sentido geral, as características da comunicação pública estão na sua identidade e na forma como é vista. Nestes mais de dez anos em que atuo como repórter da emissora, posso afirmar que o jornalismo da TVE respeita as fontes e o seu público, valorizando as histórias “com o tempo que elas merecem ter” (e não o espaço regulado pelo intervalo do programa), tratando de temas de interesse público, cultura, cidadania, relevância política e social, com profundidade e o devido espaço ao contraponto.

O relato aqui é no tempo presente porque eu sou repórter da TVE e sigo na rua, buscando e relatando histórias, embora muita coisa tenha mudado. Depois da aprovação pela Assembleia Legislativa da extinção de seis fundações, entre elas a Fundação Piratini (TVE e FM Cultura), em dezembro de 2016, e a sanção da lei pelo então governador José Ivo Sartori, em janeiro do ano seguinte, passamos a conviver com a incerteza. Até hoje, mesmo com o microfone em punho, muitas vezes, sou eu quem recebe a primeira pergunta: “Como está a situação de vocês?” ou “Vocês ainda estão trabalhando, não tinha fechado?”

---

<sup>7</sup> Repórter da TVE-RS desde 2006, jornalista e Mestra em Comunicação Social pela Universidade do Vale do Rio do Sinos – UNISINOS.

A TVE e a FM Cultura não fecharam, e a Fundação Piratini não está extinta. Na prática, dos 225 servidores na época da aprovação da lei, 23 eram passíveis de demissão (menos de 10%), após decisão liminar que garantiu a estabilidade para a maior parte do quadro. Eles estão somados no total de 62 que deixaram a Fundação por adesão ao plano de demissão voluntária ou intenção própria. As carteiras de trabalho dos 163 funcionários restantes foram repassadas da Fundação para a Secretaria de Comunicação do Estado. Deixamos de trabalhar para uma entidade de direito privado para ser “do governo”. Em termos de conteúdo e independência, esta foi a principal mudança, junto com a transferência de colegas – hoje 37 – para outras secretarias. Em maio de 2019, atuam nas duas emissoras, 126 profissionais, no jornalismo, na técnica e no administrativo, uma redução de 44% na força de trabalho em relação ao início do processo de extinção.

A consequência veio na programação das emissoras. Passado um ano e meio sem a implantação do projeto, baseado na terceirização da “nova TVE”, como era chamado pela presidência da Fundação pós lei de extinção, o prazo do governo estava acabando. Com o encerramento das atividades da Fundação Piratini e a transferência das atividades das emissoras para um departamento da Secom, foram rompidos os contratos com apresentadores. A direção informou que funcionários não poderiam apresentar programas, alegando desvio de função, mas relocados realizam atividades fora de suas atribuições em outras secretarias. O Jornal da TVE (Panorama) foi tirado do ar e somente os programas culturais continuaram com jornalismo (Estação Cultura e Radar). A gente refere internamente que, por “teimosia”, conseguimos manter boletins de notícias em intervalos da programação. Depois, com a lei eleitoral, a TVE e a FM Cultura, que sempre foram veículos independentes, entraram no mesmo *roll* das assessorias de imprensa de outras secretarias, reguladas por decreto. Paramos de publicar os programas na internet, não cobrimos qualquer pauta das eleições ou fizemos os tradicionais debates, com ampla repercussão no interior do estado. Viramos uma “TV-reprise” e uma

“rádio-toca músicas”. A programação inédita semanal caiu 53% na TVE, com três programas e cinco boletins noticiosos diários, mais um programa semanal (eram 19 horas semanais, em dezembro de 2016 e, em maio de 2019, são 8 horas e 50 minutos). Na FM Cultura, sete programas foram retirados e sete deixaram de ter conteúdo para somente transmitir música. Outros 15 permanecem, mas a maioria deixou de ser ao vivo.

A Justiça, instigada pelo Ministério Público Federal, questiona a extinção do CNPJ da Fundação Piratini. A consideração do procurador da República, Enrico Rodrigues de Freitas, no inquérito civil, citando preceitos constitucionais e tratados internacionais de liberdade de expressão sobre a extinção:

retrocesso social, na medida em que a existência de um sistema de comunicação pública, não-governamental, no seio do Estado tem por objetivo central assegurar a efetiva realização da liberdade de manifestação do pensamento, notadamente pela possibilidade de serem ouvidas outras vozes, além daquelas emitidas pelo Poder e pelo mercado (FREITAS, 2017, p. 2).

O dia de hoje – com indicativos de retomada de alguma programação nas emissoras – é melhor do que o de ontem, mas as incertezas permanecem. Diferentemente das outras fundações do pacote de extinções, a Piratini tem uma condição muito particular. Ela detém as concessões de um canal de televisão e um canal de rádio e, ao que parece, nunca foi intenção do governo gaúcho renunciar a isso.

## Referência

FREITAS, Enrico Rodrigues de. *Portaria de Instauração de Inquérito Civil nº 261/2017*. Porto Alegre, 2017. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rs/atos-e-publicacoes/pii/porto-alegre/prdc/portaria-no-261-2017-pr-rs/view>.

## Sobre os autores

**Ana Javes Luz** – Mestra e doutoranda em Comunicação (PPGCOM/UFRGS). Coordenadora executiva do Observatório da Comunicação Pública (OBCOMP). Jornalista graduada na Universidade Federal do Ceará (UFC).

E-mail: [anajaves@gmail.com](mailto:anajaves@gmail.com)

CV: <http://lattes.cnpq.br/4601234649319952>

**Ângelo Jorge Neckel** – Mestre em Comunicação (PPGCOM/ UFRGS). Jornalista (ULBRA) vinculado ao OBCOMP.

E-mail: [angeloneckel@gmail.com](mailto:angeloneckel@gmail.com)

CV: <http://lattes.cnpq.br/2660251633559575>

**Bruna Andrade** – Mestra em Comunicação (PPGCOM/ UFRGS). Jornalista formada na UFRGS.

E-mail: [bruna.andrade@ufrgs.br](mailto:bruna.andrade@ufrgs.br)

CV: <http://lattes.cnpq.br/0779277783269792>

**Fernanda Bastos Pires** – Mestranda em Comunicação (PPGCOM/UFRGS). Jornalista (IPA). Formada em Letras (UFRGS). Escritora e editora, autora de *Dessa Cor* (Figura de Linguagem, 2018).

E-mail: [bastosfernandajor@gmail.com](mailto:bastosfernandajor@gmail.com)

CV: <http://lattes.cnpq.br/2038815964248781>

**Fiorenza Zandonade Carnielli** – Mestra e doutoranda em Comunicação (PPGCOM/UFRGS). Professora do curso de Relações Públicas na Universidade de Caxias do Sul. Jornalista e relações públicas graduada pela UFMG.

E-mail: [fiorenzazc@gmail.com](mailto:fiorenzazc@gmail.com)

CV: <http://lattes.cnpq.br/5170943835652644>

**Jamir Rodrigues dos Reis** – Graduando do curso de Licenciatura-História pela Universidade La Salle, Bolsista de iniciação científica (ABIC) do projeto de pesquisa *Canoas Para Lembrar Quem somos*, coordenado pela Dra. Cleusa Maria Gomes Graebin.

E-mail: [jamirreis2011@hotmail.com](mailto:jamirreis2011@hotmail.com)

CV: <http://lattes.cnpq.br/1683720205213732>

**Laura Ferreira Guerra** – Mestre em Comunicação pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinus). Doutoranda em Comunicação (PPGCOM/UFRGS) e graduanda em História (UFRGS). Jornalista graduada pela PUCRS.

E-mail: [laurafguerra@gmail.com](mailto:laurafguerra@gmail.com)

CV: <http://lattes.cnpq.br/9684263520020692>

**Leandro Maia** – Doutor em Música (Songwriting) pela Bath Spa University/Reino Unido. Mestre em Literatura Letras (UFRGS). Licenciado em Música (UFRGS). Professor do Centro de Artes da UFPEL dos cursos de Bacharelado em Música. Professor Visitante da Bath Spa University/Reino Unido. Prêmio Ibermúsicas de Composición de Canción Popular, possui cinco prêmios Açorianos de Música pelos discos Palavreiro (2008), Mandinho (2012) e Suíte Maria Bonita (2014). Foi diretor da Rádio Federal FM da UFPEL entre 2013 e 2014. Atualmente trabalha no seu novo disco *Guaiepeca: uma ilusão autobiográfica*. [www.leandromaia.com.br](http://www.leandromaia.com.br)

E-mail: [leandro.maia14@bathspa.ac.uk](mailto:leandro.maia14@bathspa.ac.uk)

CV: <http://lattes.cnpq.br/9840534763456277>

**Luana Batista Amaral** – Graduanda em História (Licenciatura) na Universidade do Vale do Rio dos Sinos (Unisinus/São Leopoldo). Bolsista de Iniciação Científica (PIBIC/CNPq) do projeto de pesquisa *Sob as Bênçãos do Rosário e São Benedito: Ações políticas, identidades, sociabilidades e as artes da resistência (as irmandades de pretos de São Leopoldo e Cachoeira - RS)*, orientada pelo Dr. Prof. Paulo Roberto Staudt Moreira. E estagiária do Laboratório de História Oral do Centro Histórico Cultural Santa Casa.

E-mail: [luananinasimone@gmail.com](mailto:luananinasimone@gmail.com)

CV: <http://lattes.cnpq.br/7348613536466460>

**Luciano Alfonso** – Jornalista, doutor em Comunicação e Informação pelo PPGCOM/UFRGS. Mais de 30 anos de experiência na área de comunicação e assessoria de imprensa, com ênfase em Cultura e Televisão. Como experiência profissional se destaca o trabalho na Fundação Piratini, onde por diversos anos esteve na produção do programa Estação Cultura. Também exerceu na emissora pública dos gaúchos diversas funções como redator, editor de texto, produtor e coordenador de Produções da TVE-RS.

E-mail: [luciano.alfonso@gmail.com](mailto:luciano.alfonso@gmail.com)

CV: <http://lattes.cnpq.br/7593358927194994>

**Luiz Antonio Signates Freitas** – professor associado II da Universidade Federal de Goiás, junto ao Mestrado/Doutorado em Comunicação, na linha Mídia e Cidadania e docente efetivo do Mestrado/Doutorado em Ciências da Religião, na linha Cultura e Sistemas Simbólicos, da Pontifícia Universidade Católica de Goiás. Leciona também nos Cursos de Jornalismo de ambas as instituições. É Pós-Doutor em Epistemologia da Comunicação (Unisinos), Doutor em Ciências da Comunicação (USP), Mestre em Comunicação (UnB), Especialista em Políticas Públicas (UFG) e graduado em Comunicação Social – Jornalismo (UFG). Fundador e membro das Academias de Letras de Goiânia e de Aparecida de Goiânia. Coordena os Núcleos de Pesquisa em Comunicação, Cidadania e Política (UFG) e Comunicação e Religiosidade (UFG). É Consultor de Comunicação do Museu Antropológico da UFG. É pesquisador nas áreas de Comunicação e de Ciências da Religião. No campo científico da comunicação, atua principalmente nas temáticas: epistemologia e metodologia da pesquisa em comunicação, comunicação e política, comunicação e religiosidade, comunicação e cidadania, e comunicação e teoria social crítica. Na área de ciências da religião, dedica-se ao estudo do espiritualismo brasileiro, com enfoques antropológico, sociológico e comunicacional.

E-mail: [signates@gmail.com](mailto:signates@gmail.com)

CV: <http://lattes.cnpq.br/0464596762919932>

**Maira Baumgarten Correa** – professora do PPG Sociologia/UFRGS. Bolsista Produtividade do CNPq. Coordenadora do Laboratório de Estudos e Divulgação de Ciência, Tecnologia e Inovação Social da UFRGS. Pós-Doutorado no PPGCOM/UFRGS.

E-mail: [mayrab@terra.com.br](mailto:mayrab@terra.com.br)

CV: <http://lattes.cnpq.br/9229457542660777>

**Maria Helena Weber** – Professora Titular da UFRGS, junto do Programa de Pós-Graduação em Comunicação (PPGCOM/UFRGS). Bolsista Produtividade do CNPq. Coordenadora do NUCOP, vinculado ao INCT.DD e do OBCOMP. Mestre em Sociologia (UFRGS) e doutora em Comunicação e Cultura (UFRJ).

E-mail: [maria.weber@ufrgs.br](mailto:maria.weber@ufrgs.br)

CV: <http://lattes.cnpq.br/6567845958203279>

**Marlise Brenol** – Doutora e Mestre em Comunicação (PPGCOM/UFRGS). Integra o grupo de pesquisa em Jornalismo Digital (Jordi). Graduada em Jornalismo pela PUC-RS.

E-mail: [marlisebrenol@gmail.com](mailto:marlisebrenol@gmail.com)

CV: <http://lattes.cnpq.br/7334957739147786>

**Marluce Dias Fagundes** – Licenciada em História pela Universidade Lasalle (2014); Mestra em História pela UFRGS e Doutoranda em História pela Unisinos. Vice-coordenadora do GT de Estudos de Gênero da ANPUH, seção Rio Grande do Sul (2018-2020). Desenvolve pesquisa em torno da história das mulheres, da violência de gênero e da história do crime e da justiça criminal.

E-mail: malufagundes@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/3547489275663658>

**Nádia Maria Weber Santos (organizadora da obra)** – médica, psiquiatra junguiana e historiadora. Possui Mestrado e Doutorado em História pela UFRGS e Pós-Doutorado pela Université Laval (Québec/Canadá). É bolsista de produtividade do CNPq nível 2 desde 2016. É membro pesquisadora do Instituto Histórico e Geográfico do Rio Grande do Sul e curadora do Acervo Sandra Jatahy Pesavento nesta instituição. Integra o comitê editorial da revista *Artelogie*, vinculada ao CRAL/EFISAL – EHESS de Paris. Atualmente é professora do PPG em Performances Culturais da UFG (Universidade Federal de Goiás). Autora de vários livros e artigos na área da História Cultural, com ênfase em História da Loucura e da Psiquiatria, Memória Social, Sensibilidades, Arquivos pessoais e Performances Culturais. Destacam-se as obras individuais: *Histórias de vidas ausentes: a tênue fronteira entre a saúde e a doença mental* (2ª edição ampliada e revista, SP: Edições Verona, 2013); *Histórias de sensibilidades e narrativas da Loucura* (Porto Alegre, Ed. da Universidade/ UFRGS, 2008).

E-mail: nmmws@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/3929583037339642>

**Newton Pinto da Silva (organizador da obra)** – Mestre em Artes Cênicas pelo Programa de Pós-Graduação em Artes Cênicas da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, com a dissertação *Palcos da Vida: o vídeo como documento do teatro em Porto Alegre nos anos 1980* (2010). Seu projeto de pesquisa foi contemplado, em 2009, com bolsa de estudo financiada pelo Fumproarte, da Prefeitura Municipal de Porto Alegre. Possui graduação em Comunicação Social – Jornalismo pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (1992). Foi repórter e apresentador de televisão (TVE-RS da Fundação Piratini – Rádio e TV), com foco no Jornalismo Cultural, de 2000 a 2018. Atualmente, é jornalista da SEDAC (Secretaria de Comunicação do estado RS).

E-mail: nwtppinto@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/6916747451171258>

**Nielly Pastelletto** – Graduanda em História Bacharelado pela UFRGS. Graduada em História Licenciatura pela Universidade Lasalle. Pesquisadora no projeto *A importância da TVE e da Fundação Piratini como dispositivo de cultura e de sensibilidades para a memória da sociedade gaúcha*.

E-mail: niellyspastelletto@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/7535602013280648>

**Rodrigo Cássio Oliveira** (organizador da obra) – Professor Adjunto da Universidade Federal de Goiás (UFG). Doutor em Filosofia pela Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), com pós-doutorado pela Università di Pisa (Itália). Atua na Faculdade de Informação e Comunicação (FIC) e no Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais da Faculdade de Ciências Sociais (FCS). Pesquisador vinculado ao Media Lab/BR.

E-mail: rodrigocassio@ufg.br

CV: <http://lattes.cnpq.br/0545897116631093>

**Vanessa Bandeira Moreira** – Diretora de Produção e Conteúdo da TV UFG. Graduada em Comunicação Social com habilitação em Publicidade e Propaganda pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás (PUC-GO), com especialização em Artes Visuais: Cultura e Criação pelo Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) e mestranda no Programa de Pós-Graduação em Performances Culturais da Faculdade de Ciências Sociais (FCS-UFG).

E-mail: vanessabandeira.comunicacao@gmail.com

CV: <http://lattes.cnpq.br/4892734970312573>

**Yuan Veiga Pereira** - Graduando em História (Bacharelado) pela Universidade La Salle e graduado em História (Licenciatura) pela mesma instituição. Bolsista do projeto de pesquisa *A Importância da TVE da Fundação Piratini como dispositivo de cultura e de sensibilidades para a memória da sociedade gaúcha*.

E-mail: yuanpereira2013@gmail.com.

CV: <http://lattes.cnpq.br/6865038680104375>